

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Luciano Mendes

**AS CULTURAS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADAS NA
ATIVIDADE DE CAMELÔ EM TRÊS LAGOAS/MS**

Porto Alegre

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

Luciano Mendes

**AS CULTURAS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADAS NA
ATIVIDADE DE CAMELÔ EM TRÊS LAGOAS/MS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Neusa Rolita Cavedon

Porto Alegre

2011

CIP - Catalogação na Publicação

Mendes, Luciano
AS CULTURAS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADAS NA
ATIVIDADE DE CAMELÔ EM TRÊS LAGOAS/MS / Luciano
Mendes. -- 2011.
245 f.

Orientadora: Neusa Rolita Cavedon.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Escola de Administração, Programa de
Pós-Graduação em Administração, Porto Alegre, BR-RS,
2011.

1. Culturas Organizacionais. 2. Território. 3.
Camelô. 4. Cidade. I. Cavedon, Neusa Rolita, orient.
II. Título.

Luciano Mendes

**AS CULTURAS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADAS NA ATIVIDADE DE
CAMELÔ EM TRÊS LAGOAS/MS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Administração.

Conceito final:

Aprovado em 25 de novembro de 2011.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Angela Beatriz Scheffer Garay - UFRGS

Profa. Dra. Cláudia Simone Antonello - UFRGS

Profa. Dra. Elisa Yoshie Ichikawa - UEM

Orientadora – Profa. Dra. Neusa Rolita Cavedon - UFRGS

*Dedico ao meus pais Antônio Mendes e
Geraci Silva Mendes*

AGRADECIMENTOS

À orientadora do doutorado, profa. Neusa Rolita Cavedon, pelo empenho, dedicação e comprometimento com esta tese. Além disso, pela amizade e relação de proximidade, que me possibilitaram crescimentos pessoais e profissionais. Obrigado pelos “puxões de orelha”, pela troca de conhecimento, pelo olhar crítico, pelas contribuições e pelos direcionamentos dados a essa tese. Obrigado ainda por me inserir no “fazer etnográfico” que, apesar das minhas dificuldades e limitações, foi muito importante para o meu crescimento pessoal e profissional.

À profa. Cláudia Simone Antonello, pela amizade e pela contribuição dada à melhoria desta tese. Não apenas por isso, pois durante o curso de doutorado foi uma pessoa das quais tive a maior admiração, pelo conhecimento e pela atitude aberta e receptiva à novas ideias. Agradeço os ensinamentos, o respeito e a ajuda cedida em várias etapas do curso.

À profa. Ângela Beatriz Scheffer Garay, pela participação na banca de qualificação e na defesa da tese. Com o seu olhar crítico e minucioso pode detectar falhas importantes no processo de elaboração desta tese. Apesar de eu não ter tido um contato muito próximo durante a realização do doutorado, as contribuições foram muitas nas principais etapas (qualificação e defesa) de construção desta tese. Obrigado!

À profa. Elisa Ioshie Ychikawa, pela disponibilidade em participar da banca de defesa. Pessoa que fez e faz parte da minha trajetória acadêmica e que, de uma forma ou de outra, sempre contribuiu positivamente. Agradeço os ensinamentos, o olhar crítico na tese e as contribuições de melhorias.

Aos amigos que fiz durante a execução do curso de doutorado, que não foram poucos. Pessoas com quem tive proximidade e pude compartilhar meus sucessos, minhas angústias, meus momentos de felicidade e também de tristeza. Algumas destas pessoas se encontravam na mesma situação que eu. Outras, apesar de não estarem na mesma situação, compartilhavam comigo dessa longa caminhada. Por serem muitas as pessoas, vou me eximir de citar nomes, pois posso falhar e não citar alguém. Por isso, endereçado a todas essas pessoas o meu muito obrigado! Vocês foram importantes nesta trajetória.

Ao amigo e companheiro, Fabiano Santana dos Santos, e também a sua esposa, Graciliana Elise Swarowsky, pelos momentos de descontração e pela ajuda cedida durante o curso de doutorado. Obrigado!

Aos amigos Marçal Rogério Rizzo, Sirlei Tonello Tisott, Neri Tisott, Silvio Ribeiro de Paula, Renata G. Gama Moura, Inês Francisca da Silva, Neide Yokoyama, Nelson Yokoyama, Benedito Gonçalves da Silva, Marco Aurélio B. Souza, entre outros, pela parcela de ajuda que tiveram durante a pesquisa e a escrita desta tese o meu muito obrigado.

Por fim e mais importante, aos meus pais e meus irmãos que me deram força e sempre estiveram próximos e apoiando. Como é difícil imaginar o término e o sucesso nestas empreitadas sem essa estrutura familiar.

RESUMO

O objetivo geral nesta tese foi compreender as culturas organizacionais territorializadas da atividade de camelô realizada na cidade de Três Lagoas/MS. Para tanto, os primeiros passos na escrita desta tese foi dado em direção à construção do conceito de culturas organizacionais territorializadas. Assim, houve a necessidade de explorar os conceitos de culturas organizacionais e territórios, como forma de subsidiar a construção do conceito central nesta tese. Além disso, como forma de contextualizar e evidenciar os atributos ligados à atividade de camelô, foi necessária algumas discussões sobre as concepções de cidade e também de trabalhos etnográficos desenvolvidos junto à atividade de camelô. Isso pelo fato de que a atividade de camelô ocorre em contexto urbanos específicos, o que exigiu um entendimento mais abrangente sobre os atributos ligados a essa atividade. Todas essas discussões teóricas possibilitaram não apenas a construção do conceito de culturas organizacionais territorializadas, mas também focar nas discussões realizadas por autores que enfatizam os atributos micro das ações humanas, assim como a heterogeneidade nas atividades e nos atributos simbólicos compartilhados. Por esse motivo, o problema de pesquisa que contemplou essa tese foi: como as culturas organizacionais são territorializadas nos processos e ações desenvolvidas na atividade de camelô de Três Lagoas/MS, tendo em vista as relações entre essa modalidade de comércio, o poder público e os consumidores? Neste problema de pesquisa fica evidente que uma das bases existentes neste estudo e também na construção do conceito de culturas organizacionais territorializadas é dada pelas relações de poder. Sendo assim, os objetivos específicos contemplaram: identificar as formas de apropriação e dominação material e cultural do espaço onde a atividade de camelô se constitui; entender as relações de poder estabelecidas entre os camelôs, poder público e comerciantes, no que tange aos processo legais e ilegais de apropriação dos espaços e realização das atividades; e identificar as relações materiais e culturais desenvolvidas entre os camelôs e os consumidores, como forma entender a sustentação desse tipo de atividade no contexto das cidades. Foi a partir destes objetivos que o trabalho de pesquisa foi desenvolvido através de estudo etnográfico. Num primeiro momento a intenção foi entender as relações culturais e materiais estabelecidas entre os camelôs e destes com os consumidores. Logo depois, foram realizadas entrevistas com os sujeitos que estabeleciam ou estabeleceram relações com os camelôs de Três Lagoas/MS, que foram: os secretários da Indústria e Comércio, o representante do Ministério Público, alguns comerciantes e os presidentes da Associação Comercial, para entender as relações de poder existentes. Os achados mostram que apesar da relações de poder serem evidentes entre esses atores, ainda há um busca pelo fortalecimento da atividade de camelô. Além disso, algo importante e que norteou algumas discussões sobre as contribuições da atividade de camelô na cidade de Três Lagoas/MS, foi a centralidade que esta atividade possui na cidade, dado o potencial de abastecimento do mercado local com uma série de produtos que não são comercializados pelos lojistas da cidade. Para finalizar, ficou evidente que a construção do conceito de culturas organizacionais territorializadas possibilitou uma intersecção importante para evidenciar possíveis contribuições do mercado camelô de Três Lagoas/MS para com o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Culturas organizacionais; Território; Camelô; Cidade

ABSTRACT

The overall objective of in this thesis was to understand the organizational cultures territorialized of the activity street vendor place in the city of Três Lagoas/MS. To this end, the first step in the writing of this thesis was made toward the construction of the concept of organizational cultures territorialized. Thus, it was necessary to explore the concepts of organizational cultures and territories as a way to subsidize the construction of the central concept in this thesis. Moreover, in order to contextualize and show the attributes associated with the activity of street vendor, it took some discussion on the concepts of city and also developed the ethnographic work with the street vendor. This is because the activity street vendor occurs in the context urban specific, requiring a more comprehensive understanding about the attributes related to this activity. All these theoretical discussions not only enabled the construction of the concept of organizational culture territorialized, but also to focus on the discussions held by authors who have emphasize the specific attributes of human actions, as well as the heterogeneity in the activities and symbolic attributes shared. For this reason, the research problem that this thesis was contemplated: how organizational cultures are territorialized processes and actions development in the activity of the street vendor in Três Lagoas/MS, in view of the relationship between this form of commerce, municipal government and consumers? In this research problem is clearly one of the bases in this study and also in the construction of the concept of organizational cultures territorialized is given by the relations of power. Thus, the specific objectives included: to identify the forms of appropriation and domination of the material and cultural space where the street vendors is, to understand the power relations established between the street vendors, municipal government and traders, with respect to the process legal and illegal appropriation of the space urban and conduct of activities, and identify the material and cultural relations developed between the street vendors and consumers as a way to understand the sustain that type of activity in the context of cities. It was from these objectives that the research was developed through ethnographic study. At first the intention was to understand the cultural and material relations established between them with the street vendors and consumers. Soon after, we conducted interviews with the subjects who established or established relationships with the street vendors of Três Lagoas/MS, which were the secretaries of Commerce and Industry, the public prosecutor, some traders and the presidents of the Chamber of Commerce, to understand relations of power. The results show that although the power relations are evident between these actors, there is still a search for the strengthening of the activity of camels. In addition, some important and some guided discussions about the contributions of street vendor activity in the city of Três Lagoas/MS, was the centrality that this activity has in the city, given the potential for supplying the local market with a series of products that are not sold by traders in the city. Finally, it was evident that the construction of the concept of organizational cultures territorialized allowed a major intersection to show potential contributions of the market street vendor a Três Lagoas/MS to local development.

Keywords: Organizational Culture; Territory; Street Vendor; City

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** - Tecitura da camelotagem: camelôs e atividades conexas.....47
- Figura 2** - Mapa do Brasil, focando o Estado do Mato Grosso do Sul e a região de Três Lagoas/MS..... 70
- Figura 3** - Mapa do Estado do Mato Grosso do Sul e suas principais cidades e regiões.....71
- Figura 4** - Foto da estação ferroviária de Três Lagoas/MS na década de 1960..... 72
- Figura 5** - Foto panorâmica da praça das bandeiras na cidade de Três Lagoas/MS na década de 1950..... 73
- Figura 6** - Foto panorâmica da cidade de Três Lagoas/MS em Julho de 2009..... 74
- Figura 7** - Mapa da cidade de Três Lagoas/MS..... 75
- Figura 8** - Quadrantes de aumento da região central de Três Lagoas/MS para focar o espaço de ocupação inicial dos camelôs..... 78
- Figura 9** - Foto de satélite da região central de Três Lagoas/MS com a delimitação do espaço de ocupação feita pelos camelôs até o final da década de 1990..... 79
- Figura 10** - Foto da estação ferroviária de Três Lagoas/MS na década de 1940..... 80
- Figura 11** - Mapa elucidativo sobre o local de transferência dos camelôs de Três Lagoas/MS no final da década de 1990.....81
- Figura 12** - Foto de satélite com círculo de delimitação do espaço ocupado pelo mercado camelô de Três Lagoas/MS até o ano de 2010..... 82
- Figura 13** - Foto do mercado camelô e do espaço ocupado na região central de Três Lagoas/MS até o ano de 2010..... 84
- Figura 14** - Foto do mercado camelô de Três Lagoas/MS, em 2010, focando o espaço de trânsito dos pedestres.....92
- Figura 15** - Foto do espaço interno do mercado camelô de Três Lagoas/MS em fevereiro de 2010..... 93
- Figura 16** - Alguns produtos comercializados no mercado camelô de Três Lagoas/MS.....106
- Figura 17** - Mapa elucidativo do trajeto percorrido pelos camelôs de Três Lagoas/MS para as compras de mercadorias nas cidades de Ponta Porã/MS, São Paulo/SP, Foz do Iguaçu/PR e Corumbá/MS..... 139

Figura 18 - Mapa elucidativo do trajeto entre Três Lagoas/MS e Ponta Porã/MS com algumas fotos da região de fronteira entre Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Cabalero (Paraguai).....	141
Figura 19 - Mapa elucidativo do trajeto entre Três Lagoas/MS e São Paulo/SP com algumas fotos da Avenida 25 de março.....	144
Figura 20 - Mapa elucidativo do trajeto entre Três Lagoas/MS e Foz do Iguaçu/PR com algumas fotos de Ciudad Del Este (Paraguai) na fronteira com Foz do Iguaçu (Brasil).....	145
Figura 21 - Mapa elucidativo do trajeto entre Três Lagoas/MS e Corumbá/MS com algumas fotos de Puerto Aguirre (Bolívia) na fronteira com Corumbá (Brasil).....	146
Figura 22 - Mapa elucidativo sobre o local de transferência dos camelôs de Três Lagoas/MS para a constituição, a partir de 2011, do shopping popular.....	154
Figura 23 - Fotos da parte interna do mercado municipal de Três Lagoas/MS após a reforma para a instalação do camelódromo.....	161
Figura 24 - Fotos da parte externa do mercado municipal de Três Lagoas/MS após a reforma para a instalação do camelódromo.....	162

LISTA DE SIGLAS

CESP – Companhia Energética de São Paulo

CIAT – Centro Integrando de Atendimento ao Trabalhador

MEI – Microempreendedor Individual

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MP – Medida Provisória

NOB – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

TAC - Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	1
1 INTRODUÇÃO: PARA ALÉM DA APRESENTAÇÃO.....	5
2 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS SOBRE CULTURAS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADA.....	11
2.1 TRABALHO INFORMAL E ATIVIDADE DE CAMELÔ NO CONTEXTO DA CIDADE.....	12
2.2 TERRITÓRIO, ESPAÇO E LUGAR: SITUANDO APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS.....	19
2.3 ARTICULANDO AS DISCUSSÕES SOBRE CIDADE E TERRITÓRIO.....	29
2.4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CULTURAS ORGANIZACIONAIS.....	32
2.5 AS CULTURAS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADAS.....	38
2.6 A ATIVIDADE DE CAMELÔ NO CONTEXTO DO CONCEITO DE CULTURAS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADAS.....	42
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	57
3.1 SOBRE O MÉTODO ETNOGRÁFICO E AS FORMAS DE APREENSÃO DOS SIGNIFICADOS.....	58
3.2 INFORMANTES-CHAVE, REDE DE CONTATOS E SUJEITOS DE PESQUISA: SOBRE OS ASPECTOS RELACIONAIS DA PESQUISA ETNOGRÁFICA.....	62
3.3 SOBRE A ANÁLISE E A ESCRITA DOS ACHADOS EM CAMPO.....	66
4 AS CULTURAS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADAS NA ATIVIDADE DE CAMELÔ DE TRÊS LAGOAS/MS.....	68
4.1 A CIDADE DE TRÊS LAGOAS/MS: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	69
4.2 HISTÓRICO SOBRE A ATIVIDADE DE CAMELÔ EM TRÊS LAGOAS/MS.....	76
4.3 A ENTRADA EM CAMPO: EXPLORANDO O TERRITÓRIO CAMELÔ DE TRÊS LAGOAS/MS.....	86
4.4 A ESTADA EM CAMPO: EM BUSCA DA INTERPRETAÇÃO DOS FATOS.....	99

4.4.1 O papel da Associação dos Camelôs de Três Lagoas/MS.....	100
4.4.2 A centralidade do mercado camelô de Três Lagoas/MS expressa na frase: “Aqui se vende de tudo”.....	104
4.4.3 Valorização do camelódromo no comércio ilegal dos boxes.....	113
4.4.4 A renda obtida pelo camelô de Três Lagoas/MS: atividade destinada à sobrevivência?.....	119
4.4.5 O lado negativo do “Aqui se vende de tudo”.....	123
4.4.6 A informalidade e ilegalidade da atividade de camelô de Três Lagoas/MS.....	129
4.4.7 Os locais de aquisição das mercadorias comercializadas no camelódromo de Três Lagoas/MS.....	138
4.4.8 A expertise evidenciada no processo de compra das mercadorias e o lado cult dos camelôs.....	149
4.4.9 A transferência dos camelôs para o mercado municipal: último assunto, mas nenhuma constatação.....	153
4.5 A SAÍDA DO CAMPO: ANALISANDO A ATIVIDADE DE CAMELÔ DE TRÊS LAGOAS/MS.....	166
4.5.1 Formas de apropriação e dominação material e cultural do camelódromo de Três Lagoas/MS.....	168
4.5.2 Relações de poder entre camelôs, poder público e comerciantes: (i)legalidade e (in)formalidade na atividade de camelô de Três Lagoas/MS.....	177
4.5.3 Aspectos materiais e culturais nas práticas de comércio dos camelôs de Três Lagoas/MS: para além da (i)legalidade e da (in)formalidade.....	182
4.5.4 Os achados de campo e suas contribuições: possibilidades ao desenvolvimento local?.....	187
4.5.5 As culturas organizacionais territorializadas e as contribuições evidentes nos achados de campo.....	198
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	208
ANEXOS.....	218
ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (CAMELÔS).....	219
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (OUTROS).....	220
ANEXO C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS CAMELÔS.....	221

ANEXO D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA.....	222
ANEXO E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	223
ANEXO F – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS CONSUMIDORES.....	224
ANEXO G – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS LOJISTAS E REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL.....	225
ANEXO H – PRODUTOS PERMITIDO NA IMPORTAÇÃO DO PARAGUAI.....	226

APRESENTAÇÃO

É necessário deixar claro ao leitor que o estudo aqui desenvolvido foi realizado entre os camelôs da cidade de Três Lagoas/MS. Um deslocamento um tanto estranho quando o ponto de referência é o programa de doutoramento em que estive vinculado e a partir de onde essa tese foi desenvolvida, que está situado na cidade de Porto Alegre/RS. O interesse pelo mercado camelô não ocorreu de forma espontânea e nem muito menos obrigada, pois foi me dado à consciência pela orientadora do doutorado, profa. Neusa.

Como os estudos antropológicos eram novos em minha trajetória acadêmica, assim como a forma de conduzir tais estudos e pesquisa, senti um desconforto inicial sobre o que pesquisar, como pesquisar, o que era importante observar, etc. Esse desconforto, que durou o tempo necessário para que eu pudesse “absorver” parte da lógica subjacente aos estudos antropológicos, foi o impulsionador para que eu recorresse cotidianamente aos ensinamentos de minha orientadora.

Um dia, numa conversa desinteressada, a Profa. Neusa me disse sobre um projeto de pesquisa que estava montando para estudar o mercado camelô de Porto Alegre/RS. O assunto me chamou muito a atenção e vou explicar o porquê. Sou natural de Barretos/SP, uma cidade interiorana com pouco menos de 100.000 habitantes. Quando fui morar em Porto Alegre/RS residi num prédio localizado no centro da cidade. Desde os meus primeiros contatos com a cidade eu já tinha contato com os camelôs e ambulantes, que tomavam vários locais do centro e das praças centrais.

O assédio era grande. Ao transitar pela região central de Porto Alegre, “esmagado” no entremeio à massa de transeuntes, eram constantes o contato físico e o verbal dessa modalidade de vendedores com a massa, da qual, em alguns momentos, eu fazia parte. Era cotidiano o contato físico seguido de manifestações verbais do tipo: “CD?”, “DVD?”, “Jogos: Play II”, etc. No início tudo era novo e estranho, mas com o tempo, com o contato diário, todo esse assédio, toda essa manifestação, acabou sendo renegada, por um tempo, ao cotidiano, ao esquecimento provisório do qual a consciência aprende a conviver. O que a Profa. Neusa fez nessa conversa desinteressada foi despertar aquilo que eu, assim como muitos dos transeuntes, renegava mais como uma manifestação cotidiana dos grandes centros.

Talvez seja estranho dizer o que estou prestes a escrever, mas quando saí da Escola de Administração em direção ao centro, num trajeto que fazia quase todos os dias, o meu olhar

mudou. A maneira de ver toda aquela manifestação se alterou. Minha mente foi “inundada” por uma série de possibilidades e de informações que poderiam ser extraídas. Provavelmente neste exato momento eu havia me dado conta das longas discussões que tínhamos em sala sobre o estranhamento.

Numa miopia causada, talvez, pela racionalização evidente nos estudos em administração, durante muito tempo não consegui ver naquela modalidade de comércio possibilidades de estudos para um administrador. Logo, uma série de questões foi tomando a cena em minha mente, que produziu mudanças evidentes em minha maneira de ver o mundo e em minha forma de ver o curso em que havia me formado. Consegui enxergar que, de forma mais ou menos racionalizada, mais ou menos formal, as possibilidades e riquezas de estudos para um administrador eram evidentes em um mercado camelô. Um tempo depois decidi que o meu campo de estudo seria esse mercado, o que foi bem aceito por minha orientadora.

De início, o campo de estudo seria o mercado camelô de Porto Alegre, mas com a aprovação em um concurso público que prestei nesta época, resolvi assumir e fiz a proposta para a Profa. Neusa de realizar o estudo no mercado camelô de Três Lagoas/MS, que era a cidade a qual eu estaria [e estou] lotado. Como não haviam estudos aprofundados sobre esse mercado camelô nesta cidade, assim como as possibilidades seriam amplas de, posteriormente, realizar estudos comparativos entre Porto Alegre e Três Lagoas, tal iniciativa foi acatada pela minha orientadora.

Um pouco da angústia na trajetória de um doutorando eu havia eliminado, com a descoberta do campo de estudo, mas logo essa falsa tranquilidade foi atormentada pelo foco teórico do estudo. Como o curso de doutoramento é em Administração, nada mais justo do que utilizar o arcabouço teórico deste contexto, que há anos tem levado pesquisadores da área a estudar as culturas organizacionais. O problema é que numa tese é necessário ir além. Neste sentido, numa outra conversa estabelecida com a Profa. Neusa, ela me deu a ideia de escrever sobre território.

Novamente várias questões me atormentavam, pois como poderia eu realizar a intersecção necessária e possível entre os estudos sobre as culturas organizacionais e os territórios? Conceitos de áreas diferentes e que, numa análise senso comum, pouco tinham de relações. Um conceito proveniente da administração e outro da geografia. Essa aparente diferença foi sendo dirimida com os primeiros estudos sobre a ideia de território, pois de cultura organizacional, por ser um conceito difundido no contexto da Administração, eu já possui certo entendimento.

Neste primeiro contato e estudo ampliado sobre os dois conceitos, um novo conceito foi surgindo nesse entremeio e que produzia, fora outras peculiaridades que ficarão visíveis mais adiante, certa proximidade entre os conceitos de culturas organizacionais e territórios. Esse novo ou outro conceito era o poder. Em algumas temáticas sobre culturas organizacionais o poder é central e estabelece a análise necessária sobre os pressupostos simbólicos nas organizações. Já no conceito de território existe mais centralidade, pois – isso também ficará claro adiante – só há território por que há poder.

Assim, os pressupostos teóricos que guiaram a análise do caso dos camelôs de Três Lagoas/MS estão centralizados nessa tríade: Culturas organizacionais/Territórios/Poder, da qual temáticas periféricas – se é que é possível dizer assim – vão fazer parte de uma análise geral sobre o caso e mesmo o surgimento dessa modalidade de comércio no contexto das cidades. Dentre essas temáticas periféricas está a própria discussão do conceito de cidade, assim como dos sistemas produtivos surgidos no entremeio do sistema capitalista e industrial.

Essa discussão, da qual eu saliento ser periférica – no sentido de que sua importância é contextual – de uma forma ou de outra faz a junção necessária ou a proximidade evidente entre a tríade salientada anteriormente. Somente após um contato com essa literatura é que muita coisa passou a ter sentido para mim. Essa dinâmica produzida nas cidades, que muitas vezes não nos damos à consciência, fez-me entender peculiaridades em torno do caso dos camelôs. Por esse motivo, destino espaço considerável nesta tese para essa discussão, como forma de entender – antes mesmo da entrada e estada em campo – a lógica sobre as cidades e as modalidades de mercado, como surgiram, por que surgiram etc.

Para tanto, não vou fugir à lógica do trabalho científico, onde as discussões teóricas antecedem a entrada em campo, que de fato foi isso que ocorreu. Inicialmente, apesar de um contato desinteressado com tal mercado, a busca foi pelas discussões teóricas, pelos trabalhos que, de uma forma ou de outra, contribuíram para o meu entendimento – e mesmo do leitor agora – do funcionamento deste mercado camelô. Um outro fator que não permite fugir a essa lógica está centrado na necessidade de estabelecer a relação entre a tríade: culturas organizacionais/territórios/poder, pois essa é uma das contribuições que pretendo realizar nessa tese.

Isso também é importante por dois motivos. Primeiro, fazer o leitor entender ou mesmo fazer com que ele seja capaz de “navegar” entre esses conceitos num trajeto traçado por mim. Não posso dizer que a lógica subjacente a esse trajeto foi feita ou estabelecida por mim, pois a literatura já existe e suas discussões foram realizadas em vários outros trabalhos

científicos. Talvez o meu papel foi sistematizá-las de uma forma tal que seja compatível com o trabalho aqui empreendido, assim como com a literatura que eu tive acesso. Segundo, é o fato de que essa construção teórica é importante no que tange às possibilidades e limites entre os conceitos aqui trabalhados.

Se numa tese é necessário algo de inédito ou mesmo de contribuição, o percurso entre esses conceitos (culturas organizacionais/territórios/poder) tem a intenção de produzir essa contribuição, da qual não posso dizer inédita, mas que ela toma forma específica neste trabalho. Isso devido à lógica estabelecida no percurso teórico, assim como as peculiaridades no caso dos camelôs de Três Lagoas/MS e o confronto entre esse caso e o percurso teórico traçado.

Como essa apresentação está sendo escrita após todos os outros tópicos desta tese, eu posso dizer que houve um confronto, em alguns casos, e um reforço, em outros casos, entre a teoria aqui descrita e o caso dos camelôs de Três Lagoas/MS. Isso ficará mais claro na parte sobre a apresentação e discussão das informações obtidas em campo. Por ora é necessário frisar que a intenção não foi colocar à prova qualquer teoria, mas em mostrar que, através de uma análise simbólica, muito da lógica estabelecida em perspectivas teóricas generalizáveis se desvanece. Não porque estão isentas de valor ou porque já não conseguem explicar realidades, mas porque existem fatores simbólicos em jogo e que colocam nítidos limites a muitas perspectivas teóricas., que chamam a si a qualificação de mais amplas. Por isso, o percurso teórico, mesmo que denso para uma tese fundamentada num trabalho etnográfico, ainda se torna importante, no sentido de que é necessário fazer o confronto entre tais lógicas e deixar claro a lógica a ser seguida.

Digo isso porque a filiação a uma perspectiva teórica ficará clara na discussão dos conceitos. Isso já é evidente, pois ao dizer que o que fiz foi um estudo etnográfico, assim como salientar a importância dos fatores simbólicos, as perspectivas teóricas que compactuam com essa ideia terão destaque nesta tese, particularmente àquelas que tive acesso. Por esse motivo, no processo de construção das discussões teóricas, o “trânsito” por essas temáticas será importante, até mesmo para evidenciar as diferenças. O restante ficará mais claro nos próximos tópicos. Mas antes de adentrar especificamente nas considerações teóricas, inseri um tópico de transição, como forma de possibilitar a problematização teórica necessária a essa tese, assim como elucidar fatores importantes sobre a relação entre as concepções teóricas, o estudo desenvolvido, o problema de pesquisa e os objetivos que eu almejei alcançar com essa tese.

1 INTRODUÇÃO: PARA ALÉM DA APRESENTAÇÃO

Compreender a dinâmica do camelô não é algo fácil, principalmente, quando se pretende observar essa dinâmica a partir da tríade salientada anteriormente (Culturas organizacionais/territórios/poder). Empreendimento complexo e que não está isento de ter limitações e restrições, mas que deve ser visto tão somente como uma aventura científica que, no entremeio à estrutura e ao método, tem a intenção de explorar relações e aproximações desses temas para um olhar diverso da atividade de camelô. Mas de onde surge essa atividade de camelô? Em que ela se configura?

Questões amplas e necessárias para uma incursão inicial sobre o campo em estudo, que permite aprofundar a importância e as devidas justificativas para que, num contexto da Administração, seja possível realizar uma pesquisa sobre uma atividade onde a informalidade e, muitas vezes, a ilegalidade, são fatores que transitam nessa esfera de atividade econômica. Neste sentido, a atividade de camelô se constitui num processo recente no contexto urbano, dado a incursão brasileira à política neoliberal, que produziu – desde a década de 1990 – uma verdadeira reestruturação produtiva.

Essa reestruturação produtiva, que Harvey (1992) discute como acumulação flexível, impacta diretamente no mercado de trabalho, gerando categorias como a subcontratação, as agências de temporários e os autônomos. Essa transformação no mercado de trabalho, salienta Harvey (1992), abre duas possibilidades interessantes. A primeira é a possibilidade de uma mão de obra contratada de forma flexível (contrato de curto prazo, trabalho em tempo parcial etc.) que sustenta as novas formas de organização industrial. A segunda é o surgimento de pequenos negócios, muito semelhantes às formas mais antigas de trabalho doméstico, artesanal, familiar e paternalista. Nesta segunda temática, o que está em jogo, são novas estratégias de sobrevivência para os desempregados ou discriminados, assim como, em casos específicos, formas organizadas de sonegação de impostos ou a possibilidade de altos lucros no comércio ilegal.

De uma forma ou de outra, o que se observa é o surgimento, cada vez mais central, desses pequenos comércios, seja nos grandes centros, seja nas pequenas cidades. A lógica capitalista de acumulação flexível possibilita também alterações evidentes nas formas de apropriação do espaço urbano. A cidade, enquanto espaço de centralidade da movimentação e

ação humana, permite detectar nitidamente a proliferação disso que Harvey (1992) chamou de o surgimento de pequenos negócios.

Nesta linha, a expansão geográfica e a reorganização espacial, na concepção de Harvey (2005), possibilitam ao capitalismo funcionar como sistema econômico político, rumo a um incessante ajuste espacial. Esse ajuste permite (re)configurações constantes do espaço urbano, dando novos significados a ideia de cidade. É deste contexto que aparece o conceito de cidade dual, proveniente das novas formas de tecnologia informacional que, de um lado, produz e reproduz modelos contemporâneos de organização do trabalho e, de outro lado, um grupo cada vez maior de desempregados e de marginalizados.

É desta cidade dual ou – como prefere chamar Castells (2000) – cidade informacional que aparece a atividade de camelô, proveniente e fruto daquilo que Harvey (1992) chamou de pequenos negócios, muitas vezes conduzidos por esse grupo de desempregados e marginalizados, que foram constituídos mais como estratégia de sobrevivência do que como atividade voltada somente para a sonegação de impostos ou possibilidade de altos lucros pelo comércio ilegal. Mas essa análise evidencia formas esquemáticas de apreensão sobre os negócios e estruturas desenvolvidas nas cidades, como modelos generalizáveis a todo espaço urbano. Por esse motivo, Certeau (2008) chama essa concepção analítica de cidade-conceito, no sentido mais geral e utópico de manifestação do espaço urbano.

Na análise de Certeau (2008), esse conceito de cidade aparece sob uma tríplice operação, que congrega: a produção do espaço próprio, o estabelecimento de um não-tempo ou sistema sincrônico e a constituição de um sujeito universal – no sentido exposto por Hobbes (1997) – que é a própria cidade. Nesta temática é que se torna possível falar em uma cidade dual, assim como observar tais manifestações através de temáticas gerais – e muitas vezes universais – de surgimento de categorias articuladas ao predomínio do sistema capitalista, assim como aquelas categorias marginalizadas. Mas isso tudo apresenta uma cidade com forma definida, racionalizada, pensada em sua constituição quadro a quadro que, muitas vezes, está além das práticas sociais.

Seguindo o traçado deixado por Certeau (2008), é necessário deslocar essa ideia de cidade-conceito para as de práticas urbanas. Na visão deste autor, ao invés de se analisar o fenômeno urbano a partir desta perspectiva cidade-conceito, existe a possibilidade sempre evidente de se enveredar por outros caminhos, que procuram análises diversas sobre as práticas microbianas, singulares e plurais, existente em um sistema urbanístico. Essas práticas microbianas, muitas vezes, escapam aos ditames dos processos de racionalização das cidades,

sem ao menos ficarem fora do campo onde se exercem, o que deve levar – salienta Certeau (2008) – às teorizações sobre as práticas cotidianas, sobre o espaço vivido e sobre uma inquietante familiaridade da cidade.

Esse deslocamento realizado por Certeau (2008) é que permite observar, num contexto próprio de manifestações da atividade de camelô no conjunto daqueles negócios surgidos no entremeio à reestruturação produtiva, práticas cotidianas diversas e enriquecidas sobre o funcionamento e dinâmica desse comércio, no sentido de uma reprodução e modificação constante do espaço vivido. Se existe familiaridade sobre a atividade de camelô, isso se deve mais a produção e categorização de conceitos do que ao entendimento dos fatores simbólicos constituídos nesse comércio.

É neste ponto que Certeau (2008) elucida as “enunciações pedestres” e as “retóricas ambulantes”, no sentido de mostrar os possíveis processos e apropriações simbólicas constituídas nas práticas urbanas. Tendo como base o ato de caminhar, Certeau (2008) analisa que, dentre uma ordem espacial definida que organiza conjuntos de possibilidades (lugar por onde se pode trafegar) e proibições (um muro que impede prosseguir), há variações e improvisações que privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais, dando e ressignificando os elementos simbólicos. Por esse motivo, a cidade pode ser observada em suas práticas micro, pulsantes e cambiantes, mas que não deixam de estar vinculadas à lógica da ordem ditada pela cidade-conceito.

Com essa discussão é que se torna possível avaliar o contexto em que se insere essa tese. Primeiro que, apesar de o camelô ser uma atividade que possui presença evidente no contexto da cidade-conceito, esse comércio – quando analisado pela lógica das práticas urbanas – pode ser visto em suas peculiaridades e singularidades culturais. Por esse motivo é que há a aproximação evidente e tendente nesta tese com os estudos antropológicos, na linha daquilo que Laplantine (1987) chamou de o “estudo do infinitamente pequeno”.

Segundo que, um dos fatores principais nessas análises sobre as práticas urbanas ou mesmo sobre o construto da cidade-conceito, as relações espaciais são de importância central. Nesta linha, tanto Havey (2005) quanto Certeau (2008), de formas diversas, vão enfatizar os fatores espaciais na discussão sobre a produção das cidades. Esse fato mostra que toda atividade humana se constitui em espaços definidos, criados, produzidos, modificados e apropriados. É neste ponto que o conceito de território, que também congrega essas relações espaciais, pode ser elucidado como uma categoria de análise, por enfatizar as formas de apropriação e dominação dos espaços, que se constitui um fator central na atividade de

camelô, tendo em vista que algumas das peculiaridades nessa atividade são a apropriação e a dominação de espaços públicos, de trânsito e movimentação de pessoas.

Terceiro que, nesta linha da apropriação e da dominação, as relações de poder são evidentes. Assim, o poder é manifesto tanto no próprio processo de apropriação e dominação, quanto nas relações estabelecidas entre os camelôs, o poder público e a sociedade. É neste ponto que fatores vinculados à organização das cidades, assim como às relações culturais estabelecidas entre a população e os camelôs, permitem ricas análises sobre a atividade de camelô e suas interfaces culturais. Essa discussão fica evidente tanto no conceito de território quanto no de culturas organizacionais. Nesta linha, uma articulação entre culturas organizacionais e territórios se torna importante, para a constituição da categoria de análise sobre a atividade de camelô.

Por esse motivo, o problema de pesquisa nesta tese é: *como as culturas organizacionais são territorializadas nos processos e ações desenvolvidas na atividade de camelô de Três Lagoas/MS, tendo em vista as relações entre essa modalidade de mercado, o poder público e os consumidores?*

Diante deste problema é que o objetivo geral nesta tese é *compreender as culturas organizacionais territorializadas da atividade de camelô realizada na cidade de Três Lagoas/MS*. Para tanto, os objetivos específicos, são: *(1) identificar as formas de apropriação e dominação material e cultural do espaço onde essa atividade se constitui*. Nesta linha, o foco foi entender os pressupostos culturais que possibilitaram as apropriações e dominações dos espaços utilizados para o desenvolvimento deste comércio, que torna possível a sustentação das ações e atividades desenvolvidas.

Além disso, *(2) entender as relações de poder estabelecidas entre a atividade de camelô, o poder público e comerciantes, no que tange aos processos legais e ilegais de apropriação desses espaços e realização da atividade*. A intenção foi verificar, dentro da ideia de apropriação e dominação, os confrontos estabelecidos entre os integrantes do mercado camelô e o poder público que, neste caso, está vinculado a alguns departamentos da prefeitura e também ao Ministério Público Estadual (MPE), ou seja, àqueles sujeitos preocupados com a formalidade, legalidade e organização no interior das cidades. Somente a partir deste embate é que surge a possibilidade de compreender as formas de apropriação e dominação dos espaços, assim como os significados gerados no âmbito das cidades com esses espaços dominados e apropriados.

Ainda, (3) *identificar as relações materiais e culturais desenvolvidas entre os camelôs e os consumidores, como forma entender a sustentação desse tipo de atividade no contexto das cidades*. A intenção neste objetivo específico foi compreender de que forma esse mercado, mesmo funcionando à margem dos pressupostos formais e legais, possui aceitação por parte da sociedade em geral. De uma forma ou de outra, entender a visão da sociedade e dos consumidores entorno ao mercado camelô é uma maneira de compreender o sustentáculo dos processos de dominação e apropriação material e cultural dos espaços.

Nesta linha, algumas contribuições podem ser extraídas desta tese. Primeiro é a contribuição teórica, onde o esforço empreendido foi de articular as discussões que envolvem as concepções territoriais, as relações de poder e as temáticas sobre culturas organizacionais. Estes são conceitos provenientes de várias áreas da ciência (sociologia, política, geográfica e administração), de onde o empreendimento realizado se efetiva desde o início com suas devidas limitações, mas de que o esforço foi de – tendo as devidas preocupações – articular tais conceitos e ideias com a intenção de produzir um conceito terciário de “culturas organizacionais territorializadas”. Apesar de dizer que o poder se estabelece como uma das temáticas a serem articuladas, suas considerações são de suma importância para o conceito de território e possui centralidade também nas discussões culturais, o que eximiu à necessidade de um tópico específico para tal discussão.

A segunda contribuição é a possibilidade de compreender as manifestações culturais de uma atividade comercial que possui fatores ligados à informalidade, assim como – em muitos casos – ao contrabando de mercadorias e aspectos vinculados à ilegalidade. Além disso, a intenção – pela própria natureza da atividade – foi verificar os conflitos gerados entre o poder público local e os camelôs, no que tange aos aspectos legais e a apropriação dos espaços públicos nas cidades, assim como as possibilidades de consumo instituídas nesses contextos que sustentam e mantêm a existência de tais atividades, mesmo que sob pressupostos vinculados à ilegalidade e à informalidade. Isso porque o consumo, como Miller (2007) procura mostrar em seu trabalho, manifesta-se através da cultura material. Existem alguns estudos desenvolvidos no contexto da administração sob vertente semelhante, como fica visível, por exemplo, no trabalho de Pimentel *et. al.* (2005). Mesmo assim, ainda esses trabalhos possuem preocupações que tangenciam o *mainstream* da academia em administração.

Uma terceira contribuição está vinculada à própria atividade de camelô, no sentido de que os resultados gerados nessa pesquisa possam contribuir para uma reflexão dessa categoria

sobre os modos como suas atividades se constituem, assim como entender a visão de alguns atores vinculados ao poder público e também os consumidores sobre as relações instituídas com essa atividade comercial. Isso proporciona, ao final da pesquisa, uma reflexão pelos próprios sujeitos participantes da maneira como tais atividades são realizadas, mesmo que imbuída de um viés que é o olhar do próprio pesquisador.

Por fim, ainda nesta linha, uma quarta contribuição foi a possibilidade de reflexão gerada nesta pesquisa no que concerne ao sustentáculo de existência da atividade de camelô, de onde seja possível pensar e ao mesmo tempo aprender formas de gerenciamento e formas de organização, assim como implicações para a legalização e formalização dessas atividades. A intenção não é simplesmente pensar formas de *shoppings* populares ou camelódromos, mas de ampliar as discussões no que tange aos aspectos ligados à informalidade e à ilegalidade nestas atividades. Mesmo que estes não sejam fatores diretamente ligados aos objetivos da pesquisa, suas possibilidades estão sempre abertas, pelas leituras possíveis desenvolvidas e realizadas por pesquisadores da área de Administração. Com essa discussão, o próximo tópico será prosseguir com a primeira contribuição, ao constituir as temáticas teóricas vinculadas à análise e compreensão da atividade de camelô a partir daquilo que chamarei no final do percurso teórico de culturas organizacionais territorializadas.

2 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS SOBRE CULTURAS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADAS

Para compreender e constituir o conceito de culturas organizacionais territorializadas é necessário uma longa digressão sobre alguns temas centrais, que vão do entendimento da atividade de camelô no entremeio dos conceitos de cidade, passando pelas discussões sobre territórios e culturas organizacionais, até adentrar numa possível simbiose entre os dois últimos termos (culturais organizacionais e territórios).

Assim, no primeiro tópico desta parte a intenção foi, no entremeio de vários estudos sobre a cidade, vislumbrar as possíveis visões sobre o trabalho informal e a atividade de camelô, pois o primeiro [trabalho informal] se constitui como uma das principais características do segundo [atividade de camelô]. Como as discussões sobre esse primeiro tópico, “Trabalho informal e atividade de camelô no contexto da cidade”, terminam com uma perspectiva da cidade vista como territórios, no segundo tópico desta parte a minha intenção foi realizar as devidas discussões sobre o conceito de território, assim como destacar as diferenças existentes entre termos como território, lugar e espaço. Essas diferenças serão de fundamental importância para uma justificativa prévia sobre o uso do conceito de território nesta tese, ao invés do de espaço ou de lugar.

Como forma de realizar um possível fechamento e uma intersecção entre os dois tópicos anteriores, no terceiro tópico, “Articulando as discussões sobre cidade e território”, a minha intenção foi tornar evidente, através de autores específicos, que há nítidas relações entre os conceitos de cidade e de território, na lógica daqueles pressupostos que eu compartilho.

Eu considero esse terceiro tópico como um fechamento, pois no quarto tópico, “Considerações gerais sobre culturas organizacionais”, a minha intenção foi realizar uma discussão geral sobre o conceito de culturas organizacionais, evidenciando suas várias vertentes e suas principais características. Após esses tópicos é que chego num tópico importante para as análises que irei empreender nesta tese, que trata desse conceito – proposto – de culturas organizacionais territorializadas. Neste ponto, a minha intenção não foi retomar cada um dos tópicos discutidos anteriormente, mas fazer as devidas considerações para que fosse possível conceituar culturas organizacionais territorializadas. Assim, apesar da importância deste quinto tópico, ainda parto do pressuposto, durante a minha discussão, de

que houve o acompanhamento dos tópicos anteriores, que possibilitaram as devidas fundamentações para o conceito proposto.

Por fim, como essa tese trata de um estudo específico sobre a atividade de camelô, nada melhor do que retomar, no sexto tópico, “A atividade de camelô no contexto do conceito de culturas organizacionais territorializadas”, uma série de trabalhos sobre essa atividade, na tentativa, anterior a minha entrada em campo, de articular o conceito proposto [culturas organizacionais territorializadas] com a atividade de camelô.

2.1 TRABALHO INFORMAL E ATIVIDADE DE CAMELÔ NO CONTEXTO DA CIDADE

A atividade de camelô, da forma como é conhecida nos dias atuais, tem sua transformação mais evidente a partir da década de 1970, com o processo de reestruturação produtiva. Essa reestruturação ocasionou – como ficou visível anteriormente – uma reorganização das relações de trabalho, impulsionando uma série de contingentes de pessoas desempregadas para as práticas econômicas de camelotagem. O camelô se constitui como uma derivação da atividade de venda ambulante, mas com uma diferença um tanto significativa, pois o mercado camelô tem como peculiaridade fixar sua atividade em um determinado local, enquanto a venda ambulante não (RODRIGUES, 2008).

Esse fato mostra que há uma relação evidente entre a atividade de camelô e as mudanças ocorridas no contexto das cidades, assim como em relação às manifestações mais evidentes em determinadas épocas da sociedade. Por esse motivo, o próprio conceito de cidade vai se alterar, passando por uma verdadeira (re)significação das atividades sociais e econômicas constituídas.

Nesta linha, com a intenção de evidenciar a concepção que autores tradicionais possuem sobre a ideia de cidade, é necessário verificar o pensamento de Marx e Weber. A cidade, na visão de Marx e Engels, tinha como fator peculiar a atividade industrial, de onde emergiram as relações de conflito entre classes (proletariados e detentores do capital). Nesta linha, a cidade assume o espaço onde o processo de exploração do trabalho é desenvolvido, de onde é possível constatar a miséria e a degradação das classes trabalhadoras. Tendo em vista a centralidade do sistema industrial à época em que Marx e Engels produziram suas

constatações sobre a cidade, tais mercados informais surgiam nos guetos, sendo amplamente marginalizados e desqualificados em virtude do sistema industrial constituído (SANT'ANNA, 2003).

É desta vertente que Lopes (2004) analisa o surgimento do mercado informal nesta casta da sociedade constituída pelos escravos ou libertos, crioulos ou africanos e também brancos pobres. A autora salienta ainda que, tendo em vista uma elite local, houve o impulso para o controle e imposição de disciplinas para essa categoria. Deste confronto, surge o dilema da “livre circulação de mercadorias” dentro dos pressupostos das atividades praticada por essa elite, o que impactou nas perseguições a esse mercado informal. Além disso, esse mercado sempre esteve marginalizado e rechaçado, como salienta Lopes (2004), não somente pelas implicações legais não atendidas, mas também pelo grupo social que conduzia essas atividades.

Diferente de Marx e Engels, Weber (1973) procura dar outras significações para a ideia de cidade. Primeiro Weber (1973) diz que a cidade, num sentido econômico, seria o espaço onde os habitantes vivem do produto da indústria ou do comércio, e não da agricultura. Segundo que, diferente das formações existentes na Grécia antiga, há nas cidades uma forma de governo peculiar, constituída através de uma burocracia própria. Mas o que impulsiona essa formação social, considerava Weber (1973), é a existência de um mercado e de consumidores. Por esse motivo, o autor analisa no espectro das cidades as diferenças entre consumidores, a partir da renda, do acesso aos produtos, da estrutura monopolista da troca, onde o comércio se concentra nas mãos de uma aristocracia urbana. Nesta linha, novamente, o mercado informal possui sua existência ligada a esse segmento onde a renda e o acesso aos produtos gerados pelo sistema industrial são limitados.

Tendo em vista essa burocracia própria à cidade, Lopes (2004) salienta que os mecanismos utilizados até hoje tentam direcionar quem circula pelas ruas e logradouros públicos da cidade, instituindo jaulas invisíveis e sutis da circularidade dos espaços. Essa organização das cidades cria não somente a ilegalidade gerada no comércio informal em comparação ao comércio desenvolvido por uma elite local, mas também na apropriação dos espaços urbanos, como ficará claro mais adiante.

Destas concepções tradicionais sobre a cidade, surgem novas perspectivas impulsionadas pelas mudanças geradas no contexto da sociedade ocidental desde o processo de revolução industrial, sendo elas: A Escola de Chicago e a sociologia francesa. A escola de Chicago introduz a ideia de uma ecologia urbana, no sentido de um determinismo urbano

sobre os processos sociais desenvolvidos naquela delimitação geográfica. Esta análise permite maior complexidade na visão do fenômeno urbano, elucidando os vários problemas gerados dentro deste sistema, como o crescimento demográfico, a surgimento de guetos com pessoas de nacionalidades diversas, as condições de infraestrutura precárias, etc (SANT'ANNA, 2003).

Nesta temática, apesar do limitado aporte em verificar e constatar a lógica das transformações no interior das cidades, por considerar esses eventos problemáticos, a ideia de sistema, de transformação e de movimentação, que acontece sob uma cultura da cidade, possibilita constatações diversas sobre a produção e reprodução das cidades, assim como sobre forma de governo e gerenciamento. Em relação a este último tópico, tendo em vista a ideia de cidade problema, o processo de governo das cidades recai basicamente para a resolução de problemas – influência decisiva sobre vários governos de cidades – de onde o mercado camelô passa a ser um dos alvos (SANT'ANNA, 2003).

Nesta linha, é necessário elucidar mais alguns fatores ligados à atividade de camelô. Pela própria informalidade e ilegalidade nas ações, esse mercado, em muitos casos, ocorre através da apropriação de locais públicos para o comércio, geralmente praças e calçadas de maior movimentação. Tendo em vista aquilo que Weber (1973) chamava de uma racionalização do sistema urbano, no sentido de uma série de normas e leis aplicada às áreas urbanas e que coordena os fluxos econômicos e populacionais, a apropriação dessas áreas se constitui ações ilegais, por serem locais de movimentação pública e de competência do poder público. Além desta ilegalidade na apropriação, o que a Escola de Chicago impulsiona, no sentido de governo das cidades, é a lógica de organização do espaço público, de onde ações de eliminar ou transferir esse mercado para locais devidamente organizados são fundamentais para o bom funcionamento do sistema. Essa lógica de organização e eliminação dos problemas urbanos gerou a constituição de locais específicos para a prática da camelotagem, com a construção do que ficou conhecido como camelódromos ou até *shoppings* populares. Apesar da legalização em relação ao local apropriado, ainda há a ilegalidade em várias ações, como será retomado mais adiante.

As críticas à escola de Chicago vieram da sociologia francesa, como forma de mostrar que não há uma cidade *per se*. Assim, as cidades são produzidas nas relações sociais e são organizadas de acordo com essas relações e o controle político. Toma destaque nesta temática de cidade as relações de consumo, produção, poder e troca. Um dos autores vinculados a essa sociologia francesa é Castells (2000). Esse autor chama a cidade na atualidade de cidade

informacional, com a intenção de mostrar que as tecnologias de informação e comunicação possibilitam reestruturações na produção do espaço urbano, instituindo espaços de fluxos, de onde as relações de poder e riqueza tomam centralidades cambiantes no próprio tamanho das cidades. Com isso, Castells (2000) mostra que há uma centralização dos mercados financeiros nas regiões metropolitanas, assim como a descentralização dos escritórios de processamento de dados para as regiões menores.

Na lógica instituída por Castells (2000), a cidade informacional se constitui como a forma espacial e social da sociedade de nossa época, assim como a cidade industrial se constitui a forma urbana da sociedade hoje em crise. Neste contexto, há uma mudança evidente na lógica econômica e social que produz uma nova forma de cidade. Se no caso da cidade industrial as formações sociais se concentravam no entorno dos processos de fabricação e o mercado informal era fonte de trocas e comércios nas margens e nos guetos, no caso da cidade informacional os processos sociais vão se concentrar no sistema financeiro, e o mercado informal adentra as regiões centrais nas cidades. Neste modelo de cidade informacional, o sistema industrial acaba sendo transferido para margem do espaço urbano, enquanto o sistema financeiro e de circulação de moedas tomam centralidade. Tendo em vista essa lógica de circulação é que o mercado camelô, assim como o mercado ambulante, passa a funcionar não mais na periferia, mas próximo às regiões centrais, onde o sistema financeiro se estabelece.

Castells (1973) mostra esse fato na forma de uma cidade dual, onde existe o desenvolvimento tecnológico crescente ao mesmo tempo em que gera pobreza inimagináveis. Do mesmo modo que o crescimento dos grandes centros possibilitou formas cada vez melhores de estrutura tecnológica e de emprego, gerou também a existência de uma massa cada vez maior de desempregados. Se houve o desenvolvimento de tecnologias que possibilitaram reestruturações produtivas importantes, houve também o desenvolvimento cada vez maior da economia informal. Neste paralelo já não há mais a divisão assimétrica entre os espaços de industrialização centralizados e os espaços de mercados informais marginalizados, pois o que vai ocorrer é a dualidade de convivência num mesmo espaço entre essas estruturas produtivas e o sistema financeiro com as atividades informais.

Da cidade informacional de Castells (2000) surgem outras perspectivas sobre o projeto urbano que transcende as formas tradicionais de observação sobre as cidades. Um fator importante, que é possível de ser destacado das discussões de Castells (1973) e que, de uma forma ou de outra, perpassa outras concepções sobre a cidade, é a ideia proveniente dos novos

sistemas de informação e dos espaços virtuais produzidos. É neste sentido que desponta a cidade global, discutida por Sassen (1998), onde ocorre a integração de sistemas e a dispersão geográfica. Na cidade global há as manifestações de mercados globais e locais, assim como pontos de comando e atividades bancárias, que tornam esses espaços produzidos na forma cidade, locais de manifestações de atividades gerais que estão conectadas em rede.

A cidade contemporânea não é apenas uma manifestação do global no local ou vice-versa, mas também as relações virtuais proporcionadas pelas novas tecnologias de informação. Essas relações virtuais produzem aquilo que Lévy (1999) chama de cibercidade, onde a ideia de cibercultura realiza uma articulação entre as manifestações territoriais e a possibilidade cada vez mais elaborada de comunicações interativas e coletivas que geram e difundem ideias, recursos e conhecimentos. Ainda nesta linha, Mitchell (2003) conduz a uma discussão interessante sobre aquilo que ele chamou de e-topias, ao dizer que a cidade contemporânea funciona como espaço inteligente, onde as novas tecnologias possibilitam maior circulação de moeda (em *bits*) e economia de recursos (por exemplo, ler uma reportagem ou e-mail na tela do computador evita a impressão no papel), o que tornam cidades econômicas e ecológicas ao mesmo tempo. Mas o interessante da análise de Mitchell (2003) é a discussão sobre as transformações suaves, o que permite verificar a cidade como território de mudanças e adaptações constantes, além de (re)configurações de espaços públicos e privados.

Neste sentido, o olhar que Lévy (1999) e Mitchell (2003) possuem é proveniente dos grandes centros e das zonas mais desenvolvidas, de onde essas manifestações são sempre evidentes. Isso não quer dizer que os pequenos centros e as zonas menos desenvolvidas não sofram influências constantes dessas ciberculturas ou dessas e-topias, mas de que em determinados locais, ainda, as manifestações das cidades tradicionais são evidentes e convivem com a produção dessas novas temáticas urbanas. Esse fato possibilita um hibridismo e a existência múltipla de várias coisas num mesmo espaço que liga o material e o cultural através de uma rede complexa de relações.

Ainda nesta linha de pensamento, Mitchell (2003) redesenha o conceito de cidade dos *bits* e, juntamente com essa ideia, focaliza as manifestações mais evidentes de conexão entre a noção de espaço e subjetividade. Enquanto no contexto dos *bits* há a evidente revelação de identidade em pseudônimos eletrônicos, no contexto dos espaços sociais existe a possibilidade sempre crescente de manifestação de identidade pelos espaços frequentados, assim como a própria frequência em determinados espaços limita o acesso em outros. Já não é mais sobre

concepções psicológicas e biológicas apenas que existem as manifestações das identidades, mas no caso do espaço urbano a própria dispersão e a maneira de ocupação possibilitam o surgimento de identidades fragmentadas, fluidas e adaptadas, como salienta Mitchell (2003) e Bauman (2005; 2009).

Diante dessas discussões e do contexto para onde estão destinadas, pode ocorrer a impressão de que a atividade de camelô, assim como o mercado informal, está muito aquém a essa discussão que mais parece ser sobre uma cidade do futuro. Inserir os avanços tecnológicos nas considerações sobre as cidades é jogar todo empreendimento de constatação de uma cidade do futuro, onde esse tipo de mercado camelô faria parte de um passado não muito promissor. Mas se mesmo nos grandes centros urbanos e nas cidades onde essa realidade do ciberespaço ou da e-topias ainda é possível constatar a manifestação deste mercado camelô é porque seu surgimento pode ter sido estimulado por todos esses avanços ou por todas essas formas de comunicação e informação que criaram maneiras peculiares de consumo e que produziram contornos cada vez mais elaborados de obtenção de produtos com a economia de recursos.

O mercado camelô no contexto das cidades serve amplamente à possibilidade sempre presente de manutenção dos ciberespaços, das e-topias, da desmobilização e da personalização em massa. Apesar da ideia de ponto fixo, em relação ao espaço ocupado, o mercado camelô é dinâmico e fluido, tanto na disseminação e distribuição dos novos conceitos e produtos, como na possibilidade sempre presente de colocar tais produtos e conceitos ao alcance de consumidores. Apesar de o mercado camelô ser visto como um mercado informal, dominado, em grande parte, por um contingente de pessoas na condição de trabalho informal, esse mercado, numa análise sobre as ideias de cibercidades ou e-topias, serve à fluidez, circulação, sustentação e produção – em grande parte – desse espaço virtual que domina o contexto da cidade. Isso feito através dos vários produtos eletrônicos comercializados, o que permite o acesso e a integração de vários contingentes populacionais a esse mundo virtual.

Ainda nesta linha é necessário fazer uma análise sobre o conceito de mercado informal, que serve a um amplo espectro de manifestações. O mercado informal pode estar ligado, como já salientado, à precariedade e à pobreza, também ao não cumprimento das leis econômicas de mercado e da legislação trabalhista, assim como a ilegalidade nos processos de ocupação e pagamento dos tributos às esferas públicas. No caso do mercado camelô, salienta Goularte (2008), a ilegalidade está vinculada, muitas vezes, ao não cumprimento da legislação

trabalhista e também, em situação bastante presente, à revenda de mercadoria sem nota fiscal e ao contrabando e pirataria de produtos. Esse fato causa a circulação cada vez maior de mercadorias com baixos preços, assim como a fluidez e limitada permanência destas categorias de mercado nos locais apropriado. Por esse motivo, numa conotação sobre cidades, a ideia de fluidez do espaço urbano é sempre retomada, no sentido de uma mudança constante nos processos sociais.

Essa fluidez do espaço urbano é temática recorrente no trabalho de Solà-Morales (2002). Nesta temática, o espaço urbano assume formas fluidas, cambiantes, capaz de fazer fisicamente o corpo no mutável, assim como dar forma física ao tempo, no sentido de verificar uma durabilidade na mudança. Na visão de Solà-Morales (2002), o espaço urbano deve ser visto a partir de temáticas territoriais, não somente com sistema de espaço habitado, mas como ponto de partida, lugar de encontro da atividade formativa. Apesar da ideia de território exprimir a dominação e a permanência, Solà-Morales (2002) verifica que essas concepções fixas fazem parte de uma lógica euclidiana plana e tridimensional, ligada à permanência, mas que nos modelos e formas constituídos nas cidades o que se torna visível é uma durabilidade na mudança mais do que o predomínio do espaço imutável no tempo. Se o que diferencia o mercado camelô da atividade ambulante é o desenvolvimento desse mercado em locais fixos, isso não quer dizer que não há mutações nesse processo de apropriação, mas de que existe certa durabilidade na mudança. Tendo em vista essa apreensão de Solà-Morales (2002) sobre a concepção do espaço urbano como território é que se torna evidente uma discussão mais aprofundada sobre o conceito de território.

2.2 TERRITÓRIO, ESPAÇO E LUGAR: SITUANDO APROXIMAÇÕES E DIVERGÊNCIAS

De início, apesar de já estarem manifestos os aspectos políticos dos territórios, suas discussões se davam como delimitações geográficas, enfatizando mais o território funcional do que o território cultural. Esse cenário se alterou radicalmente nas discussões geradas no contexto da geografia nos últimos anos. Um dos principais autores nesse contexto de discussão é Raffestin (1993). Esse autor tenciona a relação entre espaço e território, dizendo que é necessário compreender que o espaço vem antes do território e que este último apenas se forma no espaço. Assim, salienta Raffestin (1993), o ato de se apropriar, concreta ou

simbolicamente, do espaço é em si uma forma de territorializar. Nesta linha, Raffestin (1993) destaca que uma das primeiras manifestações em torno da ideia de território é o poder, pois o ato de apropriação e dominação do espaço se constitui como a manifestação mais evidente de poder.

Diante desta constatação, Raffestin (1993, p. 144) conceitua o território como “o espaço onde se projetou um trabalho e, por consequência, revela relações de poder”. Nesta linha, o território é uma produção a partir do espaço que se inscreve em um campo de poder. Apesar de observar essa proximidade entre espaço e território, Raffestin (2009, p. 26) será categórico ao afirmar que espaço e território não são termos equivalentes e nem sinônimos, o que vem produzindo algumas confusões notáveis. Na visão desse autor, para construir um território, “o ator projeta no espaço um trabalho, isto é, energia e informação, adaptando as condições dadas às necessidades de uma comunidade ou de uma sociedade”. Com o intuito de clarear as diferenças entre espaço e território, Raffestin (2009) salienta que o espaço é “prisão original”, enquanto o território é prisão que os homens constroem para si, reorganizando as condições iniciais.

Essa conotação de território produzida no contexto do trabalho de Raffestin (1993) possibilita apreensões diversas sobre a relação com o texto de Solà-Morales (2002), pois o ato de apropriação, através de um trabalho, gera conotações peculiares e móveis na maneira como ocorre a adaptação aos preceitos e necessidades humanas. Para Raffestin (2009), o território se manifesta como uma construção material e imaterial num espaço específico, o que proporciona concepções culturais diversas no uso e apropriação dos espaços urbanos. Por esse motivo, Solà-Morales (2002) evidencia a cidade como manifestações territoriais móveis e fluidas.

Numa concepção diversa da de Raffestin, Santos (1982) conceitua o próprio espaço, e não o território como em Raffestin (2009), como aquilo que é produzido pela ação do homem. Focando sua análise sobre o espaço habitado, Santos (1988) destina menos atenção às discussões sobre o termo território, enfatizando o território num projeto que vincula a geografia física (recursos naturais, lagos, rios etc.) e a geografia humana (barragem, cidades, estradas de ferro etc.). Nesta análise, os territórios, assim como as paisagens, podem permanecer com as mesmas formas durante muito tempo, mas que, no transcurso da história, podem surgir espaços diferenciados. Se no início de suas discussões o espaço possui centralidade, em um de seus últimos textos, Santos e Silveira (2003) concedem ao território um estatuto político, dizendo que o território é o nome político para o espaço de um país. O

que Santos e Silveira (2003) possuem em mente são ideias geradas a partir do estrito vínculo estabelecido entre território e poder público, que se distancia da análise desenvolvida por Raffestin (2009), onde os territórios são produzidos nos micros e macros espaços da sociedade.

Numa acepção bem próxima a de Santos e Silveira (2003), Lefebvre (2008) foi um dos primeiros estudiosos a estabelecer relações entre o espaço e a política. Numa discussão que muitas vezes se entremeia às considerações marxistas, Lefebvre (2008) salienta que o espaço não é algo neutro, pois é o lugar onde se desenvolvem estratégias e onde elas se enfrentam. Para Lefebvre (2008), o espaço nunca foi neutro, ele sempre foi político e estratégico, por que já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas e que nem se encontram vestígios. O espaço é, antes de tudo, um espaço de luta e confrontos ideológicos que se alteram durante o tempo. Por seu caráter político, o espaço possibilita demarcações, assim como resistências e mudanças. Nesta linha, é evidente a amplitude concedida por Lefebvre (2008) ao termo político, que no trabalho de Santos e Silveira (2003) surge de forma mais restrita ao campo do poder público. Mesmo assim, as discussões de Lefebvre (2008) possuem sintonia com as realizadas por Santos (1988; 1982), pois o foco de ambos os autores é o espaço e não o território. O fato é que, a discussão de Lefebvre (2008) sobre a relação entre espaço e política possui explícitos vínculos com as temáticas geradas sobre território, inclusive no trabalho de Raffestin (1993).

Ampliando essa análise sobre o espaço, assim como permitindo a configuração do elemento lugar no entremeio dessa discussão, Certeau (2008) possibilita demarcações interessantes sobre esses termos. Observando as diferenças e relações entre lugar e espaço, Certeau (2008) relata que o lugar é a ordem que possibilita a distribuição de elementos nas relações de coexistência, onde os elementos se acham distribuídos um ao lado do outro, situados em lugares próprios e distintos que os definem. Definido o lugar, Certeau (2008) elucida que o espaço é o lugar praticado, isto é, um cruzamento de móveis. Como exemplo, Certeau (2008) diz que uma rua geometricamente definida é transformada em espaço pelos pedestres, ou seja, o espaço é o lugar da ação.

Mas Certeau (2008) não fica estagnado nessa definição e possibilita pensar o espaço e o lugar coexistindo em duas dimensões: uma sobre o estar-aí, que denota o lugar; e outra sobre as operações, que especificam os espaços pelas ações dos sujeitos históricos. O que Certeau (2008) permite pensar é o espaço como uma produção que ocorre historicamente, definido e delimitado temporalmente, através da ação humana. Neste sentido, se o espaço é

definido e delimitado temporalmente, então há sempre a transgressão de fronteiras, que transforma espaços em lugares ou lugares em espaços. É diante dessas considerações que conotações como lugares e espaços ganham características simbólicas e Certeau (2008) diz que os relatos é que possibilitam a fabricação e o fazer dos espaços, permitindo delimitações e demarcações sem, no entanto, limitá-los claramente.

As considerações de Certeau (2008) sobre os relatos abrem uma série de possibilidades de produções territoriais, mas o autor não enfatiza esses aspectos. Mesmo assim, Certeau (2008) permite entender a dinâmica espacial, a produção de lugares, a implantação de fronteiras e a configuração de pontes. Mas se o espaço é constituído de ações, existe uma dinâmica inerente a produção dessas fronteiras e a implantação de pontes, que estabelece a contradição entre aquilo que é o espaço (legítimo) e sua exterioridade (estranha). Nesta linha, Certeau (2008) enfatiza uma discussão interessante, dizendo que a fronteira representa o terceiro, ou seja, o espaço entre dois. A quem ela pertence? A nenhum dos dois? Muito pelo contrário, a fronteira estabelece o ponto comum que, para Certeau (2008), não situa um não-lugar no limite, mas possui um papel mediador, ou seja, possui a função de junção e disjunção ao mesmo tempo.

Se a fronteira permite esse papel mediador, então, a ponte possibilita um papel integrador? E Certeau (2008) responde que – assim como a fronteira – a ponte também possui uma contradição inerente, pois ao mesmo tempo em que ela livra o fechamento, ela destrói a autonomia. É daí que há a transgressão de limites, a desobediência à lei do lugar, a ambição do poder conquistador ou a fuga do exílio. Por esse motivo, ao mesmo tempo em que o relato demarca o espaço e determina o lugar, ele entrega o lugar ao estranho, pois abre o dentro para seu outro. Para tanto, Certeau (2008) diz que o espaço é feito de movimentos que marcam uma parada, mas não são estáveis, podendo observar nas demarcações os limites transportáveis e o transporte de limites.

Diante dessas alterações é que a relação entre espaço e território passa a ser delineada. Etimologicamente, a palavra território – na análise estabelecida por Haesbaert (2004) – possui dupla conotação, material e cultural, podendo exprimir terra-territorium, assim como terro-terror (terror). Nesta linha, o território está diretamente vinculado às relações de poder e as ações políticas, pois se o território exprime, por um lado, uma conotação material em uma delimitação geográfica, por outro lado, há também uma conotação simbólica do território enquanto algo dominado, conquistado, possuído e incorporado. Por esse motivo, Lefebvre (2008) diz que o espaço é algo produzido socialmente, devido ao fato de que os indivíduos ou

grupos estão produzindo constantemente seus espaços e demarcando seus territórios. Com bem considera Boisier (1996) em uma das mais primitivas relações entre território e indivíduo, o homem é uma animal territorial – fazendo alusão ao homem político de Aristóteles.

Assim, essa assertiva sobre o território só se concebe através da produção dos espaços. Mas enquanto o espaço se dá como lugar do móvel, seguindo a ideia de Certeau (2008), o território se dá como lugar espacial das lutas e disputas, da dominação e da incorporação. Como no exemplo exposto por Certeau (2008) sobre a diferença entre lugar e espaço, ou seja, a rua enquanto lugar geometricamente delimitado e a movimentação dos indivíduos enquanto produtora do espaço, esse espaço passaria a ser um território no momento do reconhecimento de seu domínio, de seu governo, de sua apropriação, etc. Há no território não apenas fronteiras, mas barreiras e bloqueios, que procuram impedir invasões, assim como acolhem e protegem aquele que dele pertencem. Barreiras e bloqueios que são físicas e culturais. Isso fica evidente com um relato que Certeau (2008, p. 213) expõe sobre a clausura ou recinto fechado no poema de Morgenstern, quando este último descreve: “era uma vez um recinto fechado, com claraboia/ com espaços para se ver através/ Um arquiteto, que viu aquilo/ veio certa tarde até lá/ e se apoderou dos espaços/ para fazer uma moradia enorme/ Então o Senado se apropriou dele/ enquanto o arquiteto fugiu/ para a Afri-ou-América”.

Nas considerações de Certeau (2008), a mutação do vazio exercida pelo Arquiteto acaba por gerar ou instalar a lei, possibilitando o congelamento político dos lugares. Esse é um fato interessante, pois quando Lefebvre (2008) enuncia o espaço enquanto político é a conotação territorial que ele permite detectar. Há no território a ideia de governo, por esse motivo durante anos a palavra esteve associada ao território nacional. Há também no território a concepção de política enquanto manifestação do poder, não a política no sentido público, que o território também esteve representado. Assim como, um dos pressupostos que diferencia os termos espaço e território é que esse último se configura como um espaço dominado e incorporado.

Essa discussão sobre as relações de poder é de fundamental importância nas alterações sobre o território, como já havia sido ressaltado. Não somente um poder comportamental (A exerce poder sobre B), mas também um poder estratégico que cria possibilidades e territórios. Esse é um fato interessante, pois desde as considerações de Certeau (2008), passando por Lefebvre (2008), há sempre o ressurgimento do poder. Quando há a criação de pontes e fronteiras, há a implantação das relações de poder. Como bem disse

Certeau (2008), a fronteira funciona como o terceiro, que não é do domínio de nenhum dos dois, mas o ponto comum. Como bem também lembra Haesbaert (2004), o território tem a ver com o poder, mas não se restringe ao poder político, pois existe a evidência tanto do poder no sentido mais concreto, de dominação, assim como no sentido mais simbólico, de apropriação. Nesta linha, utilizando a ideia de Certeau (2008), para que as fronteiras existam efetivamente como pontos comuns, elas devem ser reconhecidas tanto por aqueles que as instituem quanto por aqueles que reconhecem tais instituições. Para que o poder se manifeste nessas relações é necessário, antes de tudo, o reconhecimento por parte daquele sobre o qual ele é exercido.

Apesar de central a discussão sobre o poder nas alterações territoriais, o poder ainda continua coexistindo numa zona próxima ao senso comum, comportando, muitas vezes, mais características negativas (dominação, apropriação, incorporação, etc.), do que estratégicas. Haesbaert (2009) é quem procura ir além nessa discussão, ampliando as conotações sobre o poder para uma leitura das obras de Michel Foucault e Gilles Deleuze, trazendo à reflexão as discussões sobre a sociedade disciplinar e a sociedade do controle. Nesta temática, Haesbaert (2009) – sem a intenção de aprofundar as apropriações que esse autor faz das obras desses filósofos – possibilita também a ampliação de um termo muito importante nas discussões sobre o espaço e o território, qual seja, o tempo. Esse conceito é amplamente defasado nas discussões desenvolvidas pelos autores abordados até aqui, como se o espaço em si pudesse coexistir fora de uma dinâmica do tempo.

Mesmo Haesbaert (2009) que retoma essa discussão para falar de fluidez e fixação, assim como de mobilidade e imobilidade, procede uma restrita referência sobre o tempo, ao dizer que a ideia de tempo não é mais um tempo de confinamento, de estrita “reclusão” territorial, mas de “contenção”. Por outro lado, Haesbaert (2009), num ato justificado de foco no espaço e não no tempo, retoma algumas considerações de Michel Foucault e diz que desde a metade final do século XX a preocupação com o espaço passou a suplantar aquela, dominante, que colocava o tempo como o centro dos debates filosóficos. Na visão desse autor, o pensamento de filósofos como Michel Foucault esteve focado nas relações espaciais, o que tornou seus escritos mais alinhados com as preocupações atuais.

Além de Haesbaert (2009), Saquet (2009) também traz essa articulação tempo/espaço e diz que o tempo, nos estudos geográficos, é considerado de diferentes maneiras: ora destacando os processos históricos, ora os relacionais. Nesta linha, Saquet (2009) enfatiza que o tempo toma conotações particulares nos estudos sobre territórios, vinculado ao tempo histórico e de coexistência através das relações sociais. O tempo surge, nos compêndios dos

estudos sobre territórios, sob uma temática muito próxima daquela discutida por Saussure (1969), entre os critérios diacrônicos e sincrônicos. Na perspectiva traçada por esse autor, o critério diacrônico ou histórico se refere à possibilidade de, em qualquer momento no tempo, dividir os elementos constituintes e que são compreensivos somente segundo o seu próprio passado. Já o critério sincrônico, que terá uma centralidade no trabalho estrutural de Lévi-Strauss (1975), não leva em consideração essa historicidade, mas a evidência de relação entre os elementos a qualquer momento. Saussure (1969) cita como exemplo do critério sincrônico o jogo de xadrez, onde o indivíduo pode entrar a qualquer momento do jogo e entender perfeitamente o que está acontecendo, sem a necessidade de saber onde estava cada peça antes dele chegar.

Esses dois critérios de tempo diacrônico/sincrônico é que permitem observar, no contexto dos estudos sobre território, o tempo histórico (diacronia), assim como as coexistências (sincronia). Apesar de essas temáticas serem centrais nos estudos sobre territórios – principalmente o tempo histórico - ainda sim, existem outras duas vertentes nos estudos sobre tempo e que possibilitam maneiras diversas de reconhecer os espaços, que são: o tempo linear-quantitativo e o tempo cíclico-qualitativo. Hassard (2001), um dos principais estudiosos nessas duas vertentes sobre o tempo, salienta que no tempo linear-quantitativo há a ideia de cronologia do tempo, do tempo transcorrido em modalidades elementares, do tempo mensurável e divisível. Essa conotação temporal – dominante nas sociedades modernas – é que possibilitou a própria vertente do tempo histórico (diacrônico), instilado e disseminado com o surgimento do relógio mecânico a partir do século XVIII. Nessa temática, tempo e espaço possuem regularidades próprias, onde, muitas vezes, a conotação espacial está submersa à regularidade ditada pela cronologia do tempo.

Na vertente do tempo cíclico-qualitativo, Hassard (2001) retoma algumas concepções mais primitivas sobre o tempo, elucidando que antes da constituição do relógio mecânico, o controle sobre a regularidade nas ações humanas se dava, muitas vezes, pela observação dos fenômenos da natureza. Nesta linha, o tempo não é quantificável, nem muito menos mensurável ou divisível, mas atribuível no entremeio às estações do ano. Isso traz, no entremeio de uma concepção qualitativa do tempo, aquilo que Mircea Eliade, salienta Hassard (2001), chamou de o “mito do eterno retorno”. Por esse motivo, ao elucidar essa modalidade de tempo como cíclico-qualitativo, o termo cíclico se relaciona a esse retorno constante, comprovado, por exemplo, pelas estações do ano. Mesmo submerso a um tempo linear-quantitativo, Hassard (2001) elucida que na nossa sociedade os grupos humanos

desenvolveram maneiras peculiares de tempo cíclico-qualitativo, como forma de representar as situações cotidianas de uma forma que escape à temática linear-quantitativa.

Mas, como ficam as discussões sobre território/espaço na perspectiva do tempo cíclico-qualitativo? Se no tempo cíclico-qualitativo a historicidade e a linearidade do tempo desaparecem, como se dá a manifestação do território? Como se dão, transitando pelo pensamento de Certeau (2008), as ideias de ponte, fronteiras e demarcações, se esses fatos são possíveis apenas de serem pensados na continuidade temporal? Talvez fosse necessário retomar a celebre discussão kantiana do tempo e espaço, com a intenção apenas de elucidar possibilidades de respostas, por mais que tal discussão tenha sido – nos últimos anos – alvo de várias críticas. Não há como negar que o pensamento de Kant (2001) influenciou decisivas discussões modernas sobre essa temática tempo/espaço. Esse filósofo concede ao tempo, assim como ao espaço, formas *a priori* de nossa capacidade de perceber e pensar.

Na concepção kantiana, tempo e espaço não são conceitos empíricos, derivados de experiências anteriores, pois é inconcebível – na análise de Kant (2001) – que os seres humanos possam pensar, por exemplo, a não existência do espaço, por mais que nele não exista nenhum objeto. Assim como, na análise do tempo, Kant (2001) salienta que é impossível a realidade dos fenômenos sem que estes estejam submersos ao tempo. Com isso, tempo e espaço são categorias que se furtam, de início, ao conhecimento, são formas *a priori* inscritas em nossa razão e que nos permitem conhecer. Nesta linha, Kant (2001) é um dos primeiros estudiosos a enfatizar a possibilidade que temos de representar coisas num mesmo tempo (simultânea), ou em tempos diferentes (sucessivas). Essa capacidade de representar é *a posteriori* e só é possível nessa forma *a priori* de nossa capacidade de perceber e pensar. Além disso, nessa forma *a priori* está submerso o que Kant (2001) chama de tempo e espaço abstratos e a-históricos.

Com essa retomada da concepção kantiana de tempo e espaço, fica evidente que mesmo distante de uma análise histórica as ações humanas são sempre temporais e espaciais, o que permite conceber tanto a continuidade quanto a descontinuidade nessas ações, pois as temáticas de tempo e espaço coexistem num plano que vai do diacrônico ao sincrônico, do linear-quantitativo ao cíclico-qualitativo. Claro que é bem mais evidente, principalmente pelo domínio em nossa sociedade, observar as temáticas territoriais e espaciais sob uma conotação de tempo histórico, mas de que isso não anula a possibilidade de observar a produção dos espaços, das pontes, das fronteiras e das demarcações ocorrendo numa dinâmica que escapa a essa historicidade. Esse é um fato importante – e um dos fundamentos da crítica instituída por

Hassard (2001) – pois a produção dos espaços ocorre de uma forma tal que escapa a lógica linear-quantitativa do tempo. Nesta lógica, deveria ocorrer certa regularidade na produção dos espaços, o que de tudo é distante da realidade de produção de vários espaços e territórios, principalmente quando esses são analisados sob uma temática micropolítica.

Outro fato interessante é que, não é porque o tempo cíclico-qualitativo foi instituído como a-histórico – nesse sentido moderno dado ao termo histórico – que ele não foi tributado de uma regularidade, seja seguindo o movimento dos ciclos cósmicos, seja perseguindo as estações do ano. Essa discussão mostra que nas análises desenvolvidas sobre territórios e espaços há também a possibilidade de observar tais produções, sem ter a necessidade de recorrer a uma historicidade contínua. Neste sentido, muitos dos aspectos simbólicos manifestos nas discussões sobre território e espaço, são produzidos e reproduzidos constantemente, o que sucinta uma série de rupturas, uma série de transformações que, numa lógica linear-quantitativa, sequer poderia ser pensada.

Se durante muitos anos a ideia de espaço dominou as concepções temporais, fica visível que esse fato ainda possui centralidade nas discussões sobre o território, como é possível observar nos trabalhos de Saquet (2009) e de Haesbaert (2009). Mas o que se observa, pelo menos nas concepções atuais de discussão sobre o território, como o trabalho de Solà-Morales (2002), é que as temáticas temporais dominaram o espaço, o que permitiu falar de fluidez e mudança, assim como de espaços virtuais e da própria rapidez de conexão entre áreas geográficas distantes. Na linha descrita por Solà-Morales (2002), espaço e tempo estão presentes como categorias abertas, múltiplas e não redutíveis. Os espaços fixos se dissolvem em múltiplas funcionalidades, assim como o tempo cronológico se transforma em fluxos. Se as cidades estão envoltas a um processo de virtualização, assim como a constituição de ciberculturas, então uma das principais manifestações para entender o contexto urbano é através da ideia de território. Mas é importante falar de território ou territórios (no plural)? Essa discussão sobre território elucida de forma mais evidente a materialização dos espaços ou sua forma simbólica?

Para transitar no entremeio a essas questões, o trabalho de Souza (2009) se torna importante. Sem dar continuidade à lógica das questões colocada, mas com a intenção de respondê-las, Souza (2009) apresenta uma discussão importante sobre o território ser material ou imaterial. Para esse autor, o substrato para o surgimento da ideia de território é o exercício do poder, por isso um primeiro conceito dado é de que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, o que concede ao território a materialidade de

sua existência. Num segundo momento, Souza (2009) diz que territórios são, no fundo, antes relações sociais projetadas no espaço. Assim, salienta esse autor, os territórios são provenientes de relações de poder espacialmente delimitadas e que operam sobre um substrato referencial.

Seguindo uma linha próxima às discussões de Certeau (2008), Souza (2009) salienta que as fronteiras e os limites podem ser “invisíveis”, o que implica o deslocamento dessas formas sem a alteração evidente na paisagem. Se o substrato material é importante para existência dos territórios, a imaterialidade possui centralidade na dinâmica e produção desses territórios, o que confere significados e o substrato referencial para a própria existência das relações de poder. Na perspectiva traçada por Souza (2009), o poder é uma relação social (ou mesmo uma dimensão dessa relação) e o território é a expressão espacial disso.

Se durante muitos anos a temática que dominou os estudos sobre território, salienta Souza (1995), esteve vinculada à ideia de Estado-nação, o que permitiu verificar as fronteiras estatais como fixas, assim como as ordens de grandeza na análise das divisões estatais, nos últimos anos os geógrafos tem observado que, mesmo as fronteiras estatais, quando se aproxima da “*longue durée*”, há mudanças, fluidez e transformações evidentes. Por esse motivo, salienta Souza (1995), o território pode vir a ser subdividido, repartido, pulverizado entre facções rivais, como no caso de Cartago depois da última guerra Púnica, onde ambiente construído e território foram varridos do mapa. É a partir dessas perspectivas que Souza (2009) fala em territórios, assim como pulveriza a ideia de território para o contexto do “mundo da vida”, falando no que esse autor chamou, em outro trabalho, de “nanoterritório” (SOUZA, 2006).

Esse nanoterritório, salienta Souza (2006), está vinculado ao cotidiano dos indivíduos e grupos sociais, em que as fronteiras englobam uma rua ou um trecho de rua, um prédio ocupado por sem-teto, uma prisão, parcela da arquibancada de um estádio de futebol e, por que não, um mercado camelô. Na visão de Souza (2006), esse nanoterritório nos leva a experimentar, em matéria de campos de força do poder espacializado, realidades espaço-temporais bem diferentes da aparente fixidez das fronteiras estatais. É deste ponto de vista que os territórios assumem uma escala, por excelência, dos oprimidos e de suas táticas, com suas resistências quotidianas inscritas no espaço ou expressas espacialmente. Examinando as práticas sociais, salienta Souza (2009), é que se torna possível observar que tais práticas são, quase sempre, práticas espaciais e que são, conseqüentemente, ações de territorialização. Tais

ações se concretizam em escala temporal de curta ou curtíssima duração e são sempre marcadas pela instabilidade.

Essa discussão de Souza (2009) possibilita reflexões interessantes sobre as novas designações da ideia de cidade. Se a tendência é verificar as cidades como e-topias, como cibercidades, como cidades informacionais e como cidades globais, isso se deve ao fato de que a lógica instituída da permanência e da fixação já não transita mais sobre as concepções de cidade. De que a ideia de espaços delimitados e divididos segundo lógicas internas já não se refere mais às transformações evidentes na estrutura das cidades. De que fronteiras imutáveis já não se tornam um objeto de constatação nem mesmo pelos geógrafos. Mas o que ocorreu? Ocorreu que a coisificação das cidades e dos territórios há muito tem sido questionado, seja pelos sociólogos urbanos, seja pelos geógrafos.

Se nas discussões sobre as cidades e sobre os territórios a materialidade possuía a centralidade necessária no processo de análise, nos últimos anos a tendência a verificar a imaterialidade nestas mesmas discussões tem sido alvo de intensos debates. Por esse motivo, para Souza (2009) é necessário “descoisificar” o território, o que não quer dizer negligenciar a parte material ou paisagística dos espaços, mas de enriquecer o arsenal conceitual para verificar a imaterialidade de tais manifestações, o que impulsiona a lógica de entendimento, até mesmo, dos ambientes virtuais, assim como da inversão da dinâmica espacial ditada pelo domínio das relações temporais. Mas como é possível realizar esse deslocamento da “cidade-coisa” para a “cidade-território”? Como deslocar essa discussão da imaterialidade para considerações refere à cultura?

2.3 ARTICULANDO AS DISCUSSÕES SOBRE CIDADE E TERRITÓRIO

Para compreender o deslocamento da cidade-coisa para a cidade-território é necessário aprofundar algumas considerações de Certeau (2008). Esse autor analisa o fenômeno urbano a partir de duas perspectivas: a cidade-conceito, que se assemelha ao que foi concebido como cidade-coisa, e as práticas urbanas, vinculadas a ideia de cidade-território. Certeau (2008) observa essa mudança a partir de uma discussão sobre o olhar de um observador do topo de um prédio, sendo possível detectar o espaço geométrico das construções visuais, de onde opera a existência de um espaço próprio e delimitado, com sua organização e subdivisão em relação aos elementos constituintes desse sujeito universal que é a cidade. Nesta temática,

salienta Certeau (2008), a cidade oferece a capacidade de conceber e construir o espaço a partir do número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas umas sobre as outras.

Ora, essa maneira de observar a ideia de cidade não é recente, nem muito menos deixou de ter sua importância nos estudos urbanos, principalmente quando a lógica instituída é da eliminação ou exclusão daquilo que se torna detrito de uma administração funcionalista. Os processos de organizar, dividir e controlar concedem as bases para uma cidade soberana em si mesma, que privilegia o progresso (o tempo) e – na análise de Certeau (2008) – faz esquecer a sua condição de possibilidade que é o próprio espaço. Por esse motivo, Certeau (2008) desloca as discussões sobre a cidade-conceito para as de práticas urbanas, remetendo às formas específicas de “operações” (maneira de fazer), juntamente com uma outra forma de espacialidade (uma experiência antropológica, poética e mítica do espaço) e uma mobilidade opaca e cega da cidade habitada.

Nesta linha de pensamento é que as possibilidades de uma cidade em fluxos se tornam evidentes. Não é o olhar das formas geométricas e geográficas – vista pelo alto – que dão forma à cidade. A forma é constituída na fluidez, circulação, sustentação e produção do espaço que domina o contexto das cidades. Isso é observado nas práticas urbanas, peculiares, móveis, cambiantes e que instauram o cotidiano inventado e reinventado. Somente a partir dessa mobilidade, das interconexões e das redes de contato é que há a produção das cibercidades, das e-topias e das cidades informacionais. Por esse motivo, Solà-Morales (2002) analisa as práticas urbanas através de perspectivas territoriais, como a maneira de verificar as formas de mutação, fluidez e durabilidade na mudança nas práticas urbanas.

Numa intersecção entre a sociologia e a geografia no espaço urbano, George (1969) salienta que os grandes temas de estudo sobre os grupos humanos se concentram em duas vertentes: (1) o tema do trabalho, que é o tema das atividades e da produção e; (2) o tema da existência, subdividido em três ramos: habitação, consumo e movimentos. Sem ter a intenção de adentrar especificamente sobre a discussão do trabalho que, apesar de evidente na atividade de camelô, possui uma amplitude de temáticas que foge ao escopo das análises desenvolvidas até este ponto, é necessário especificar algumas considerações de George (1969). Primeiro é a constatação de diferenças entre o trabalho rural e o trabalho urbano, que denota formas específicas de realização das atividades e da produção. Assim, o trabalho industrial, na análise desse autor, ofereceu o impulso vigoroso ao desenvolvimento das cidades e os termos industrialização e urbanização são complementares. Essa relação entre industrialização e cidades ficou clara no início de discussão sobre o conceito de cidade.

Tendo essas relações estabelecidas no contexto das cidades, considera George (1969), o seu estudo é inseparável dos sistemas de relações, que são, ao mesmo tempo, sistemas econômicos e técnicos, demográficos, culturais e afetivos. Essa amplitude conferida por George (1969) nos estudos sobre a cidade já se torna um deslocamento importante para o entendimento das atividades e da produção desenvolvida no contexto das cidades. Num outro ponto se instaura o que George (1969) chama de existência, que concentra tudo aquilo que não está diretamente manifesto no trabalho e na produção, que é a habitação, o consumo e o movimento. Na análise desse autor, no contexto das cidades, habitar confunde-se com residir, enquanto local dissociado do lugar onde se exerce a atividade profissional.

Após essa análise, George (1969) diz que o segundo tema é o consumo, enquanto forma dada e adquirida nas cidades de manutenção da existência. No contexto das cidades, existe um grande número de mercadorias – proveniente do desenvolvimento do sistema industrial – e de serviços prestados, o que muitas vezes tem feito sociólogos e filósofos chamar a sociedade atual de sociedade do consumo. Por fim, George (1969) fala da movimentação, enquanto o processo de circulação de pessoas e mercadorias existentes numa cidade. Essa movimentação que confere a mudança constante da paisagem urbana, sem que isso seja perceptível em relação às estruturas construídas.

Essa articulação e esse deslocamento feito em relação ao pensamento de George (1969) possuem algumas importâncias centrais para o que se intenta constituir nas próximas discussões. Primeiro que ao analisar o contexto da atividade de camelô fica evidente a impossibilidade de se desvincular de temas importantes como o trabalho, a produção, o consumo, a movimentação e a habitação, que fazem parte de uma lógica específica das cidades contemporâneas. É devido a essa constatação, que Certeau (2008) se insere na dinâmica das práticas cotidianas, dando ênfase ao processo de caminhar, que possibilita transcrever os traços (densos ou leves) e as trajetórias (passando por aqui e não por lá). Esse ato permite formas cada vez mais elaboradas de conceber os espaços urbanos, de se entremear nas atividades e na produção, de conhecer as manifestações de consumo, de observar a lógica das habitações e das construções, assim como entender as enunciações dos pedestres.

É desta forma que nem os estudos sobre as cidades, assim como os estudos sobre os territórios, estão aquém de intercederem também aspectos culturais e econômicos. O que Certeau (2008) permite detectar em sua análise sobre as práticas cotidianas é a possibilidade de apreensão das formas culturais e econômicas encontradas na movimentação e nos fluxos nas cidades. Nesta mesma linha também está a crítica que Souza (2009) realizou sobre o

conceito de território, ao dizer que esse não é apenas um conceito político, mas congrega também os fatores culturais e econômicos. Não há como negar, como esse autor prefere expor, que o poder é uma das principais dimensões na discussão sobre territórios, mas que seria ingênuo pensar que essas manifestações de poder não estivessem vinculadas aos fatores culturais e econômicos. Além desse fato, salienta Souza (2009), instituir a separação entre o “político”, o “cultural” e o “econômico”, da maneira como é feita, tem muito de cartesiana, de artificialmente preocupada em separar aquilo que é distinguível, mas não é propriamente separável.

Dessas conotações podem-se extrair duas vertentes. A primeira é a possibilidade de estudar os fenômenos urbanos a partir das práticas instituídas no contexto das cidades. E isso pode ser feito, de acordo com as considerações de Certeau (2008) a partir das microunidades, que no caso aqui instituído é um estudo sobre o mercado camelô. Segundo que, essa intersecção das discussões sobre territórios no ambiente das cidades também permite uma análise dos “nanoterritórios”, como prefere chamar Souza (2006), de onde as manifestações de poder estão enredadas nas práticas de ocupações dos espaços, além de serem compreendidas não somente por análises políticas, mas econômicas e culturais. Essas constatações permitem um deslocamento importante nessas discussões sobre a cidade e os territórios para o conceito de cultura organizacional.

Ao analisar o mercado camelô em sua manifestação mais evidente com seus atributos políticos, econômicos e culturais, que congrega uma atividade própria à lógica de desenvolvimento das cidades, assim como manifesta atributos territoriais, não se pode excluir dessa análise a ideia de que esse mercado se constitui a partir de micro organizações. Se essas organizações são mais ou menos racionalizadas, mais ou menos evoluídas, mais ou menos modernas, mais ou menos formais, mais ou menos legalizadas, esses não se constituem os pressupostos necessários para definir se são ou não organizações, mas sim afirmar que são organizações no sentido mais amplo desse termo. Como já foi possível constatar que nos estudos sobre as cidades, assim como nos estudos territórios, os pressupostos culturais possuem centralidade – como Menezes (2000) evidencia, por exemplo, nas remodelações sócio-espaciais ocorridas no bairro de Madragoa em Lisboa, Portugal – então é possível observar todas essas manifestações através do conceito de culturas organizacionais. Assim, no próximo tópico é essa discussão que será retomada, com a intenção de – ao final deste tópico – realizar a devida intersecção com o que foi discutido até este ponto, principalmente a

dimensão territorial, que se expressa numa nova contribuição para os estudos sobre as culturas organizacionais.

2.4 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE CULTURAS ORGANIZACIONAIS

Cultura organizacional é um dos conceitos mais difusos nessa área que ficou conhecida como estudos organizacionais. Como mostra Martin (1992), o grande interesse entre estudiosos sobre cultura organizacional vem ampliando o caos conceitual, limitando e possibilitando compreensões múltiplas desse fenômeno nas organizações. No entremeio a esse caos conceitual, a autora identifica três perspectivas sobre os estudos da cultura organizacional: a integração, a diferenciação e a fragmentação. No primeiro caso, a cultura organizacional é vista numa perspectiva consensual, promotora da integração organizacional. No segundo caso, a cultura organizacional é observada como emaranhado de subculturas, que possuem consenso interno a cada grupo, mas conflitos decorrentes dessas culturas diferenciadas. Por fim, a perspectiva da fragmentação, que enfatiza a multiplicidade de visões, mostrando que a clara consistência e a clara inconsistência são situações raras dentro das organizações. Mesmo identificando essas três temáticas, Martin (1992) procura mostrar que as diferenças não se configuram em problemas paradigmáticos, mas somente em maneiras de focar a compreensão do ambiente organizacional, podendo – como a própria autora fez – num único caso, detectar postulados que sustentam as justificativas de cada temática cultural.

Mas não cabe somente atentar para as diferenças na maneira de focar a compreensão do ambiente organizacional, pois o próprio conceito de cultura organizacional se altera de uma perspectiva a outra. Precursor nessa visão integracionista, Schein (1991) observa a cultura como padrão de pressupostos básicos compartilhados, que foi inventado, descoberto ou desenvolvido por um grupo, como forma de lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna, transmitido aos novos membros, sendo a maneira corrente de perceber, pensar e sentir em relação àqueles problemas. Nesta perspectiva, a cultura organizacional, apesar de ser pensada como valores, sentimentos, artefatos etc., pode ser transmitida, aprendida, alterada e, por que não, gerenciada. É isso que Martin e Frost (1998) chamam de “engenharia de valor”. Esse fato fica claro também no trabalho de McDonald (1991), que estudou o comitê organizador das olimpíadas de Los Angeles, procurando mostrar que o modo de gerenciamento possibilita objetivos comuns e um sentimento de identidade.

Já numa perspectiva da diferenciação, Rosen (1991), ao estudar o ritual de “café da manhã” promovido em uma agência de publicidade, elucida, no conceito de cultura organizacional, aspectos simbólicos, relações poder e a existência de grupos que se articulam em torno de interesses comuns. Nesta mesma linha, Bartukek e Moch (1991) observam que a ideia de organização comporta a existência de múltiplas culturas, diferentes e até mesmo com crenças, valores e pressupostos incompatíveis, que permitem distinções entre os grupos. Nesta temática, a cultura organizacional passa a ser vista como um emaranhado de relações simbólicas e políticas que ocorrem no contexto das organizações, possibilitando identificar grupos, hierarquias e conflitos entre os integrantes.

Meyerson (1991), que possui seu trabalho articulado na perspectiva da fragmentação, realiza um resgate interessante sobre o conceito de cultura organizacional, que lhe possibilita mostrar a ambiguidade evidente nas ações nas organizações. Para Meyerson (1991), os estudiosos, tradicionalmente, têm definido a cultura como a forma que uma comunidade de pessoas lida com os problemas compartilhados. Nessa visão, o limite cultural é bem delimitado e depende apenas de como os membros definem quem está dentro e quem está fora. Na visão de Meyerson (1991), em algumas organizações, detectar esses limites e acreditar que todos os integrantes compartilham de uma mesma visão e mesmo significado sobre os problemas e ações nas organizações são concepções problemáticas e de difícil compreensão, o que faz com que as ações nas organizações se tornem permeadas de uma série de ambiguidades. A autora desenvolveu sua pesquisa em um hospital, mostrando que, por um lado, os membros possuem alguns valores compartilhados, como o de ajudar pessoas, mas, por outro lado, possuem orientações diversas sobre o como ajudar e qual o significado em si do ato de ajudar.

A intersecção entre essas vertentes de cultura organizacional é possível detectar no conceito dado por Cavedon (2000, p. 33), ao dizer que cultura organizacional é uma rede de significados que circulam dentro e fora do espaço organizacional, sendo simultaneamente ambíguas, contraditórias, complementares, díspares e análogas implicando ressemantizações que revelam a homogeneidade e a heterogeneidade organizacionais. Apesar da amplitude e ao mesmo tempo sintetização das temáticas discutidas anteriormente, Cavedon (2000) salienta algo importante e que será retomado adiante, que é a ideia da rede de significados que circulam dentro e forma do espaço organizacional. Mas antes de retomar é necessário possibilitar mais algumas ampliações na discussão desse conceito.

Assim, Alvesson (2002) afirma que os estudos sobre cultura organizacional se apresentam como um campo muito heterogêneo, que comporta uma amplitude de trabalhos e variadas possibilidades de análises, podendo o conceito de cultura organizacional expressar, por exemplo, as ideias e cognições, os símbolos e significados, os valores e ideologias, as regras e normas, o inconsciente coletivo, as regras de comportamento, as estruturas e práticas etc., que se manifestam nas organizações. Com esse resgate, Alvesson (2002) mostra que o conceito de cultura organizacional acaba sendo um conceito “guarda-chuva”, que comporta uma série de estudos interessados em observar nas organizações os fenômenos simbólicos – rituais, mitos, histórias e lendas.

Na visão de Alvesson (2002), a cultura organizacional deve ser observada numa concepção que inclui mais os significados e simbolismo da vida organizacional do que valores e regras como aspectos centrais. Neste sentido, Alvesson (2002) relaciona significado com interpretação, procurando elucidar que o significado em cultura organizacional – apesar de sua referência subjetiva – é construído socialmente. Já como símbolo, o referido autor define como algo – palavra ou declaração, tipo de ação ou fenômeno material – que representa e que vai além do objeto em si.

Observando que a cultura organizacional comporta aspectos simbólicos e significados da vida organizacional, além da noção de que essa cultura é que permite o sentido nas ações – símbolos – dentro do contexto organizacional, o trabalho de Czarnjawska-Joerges (1991) possibilita mais algumas contribuições, ao ter elucidado que, nas organizações, a cultura deve ser vista em três dimensões compostas por: interação simbólica, aspectos práticos e ações políticas. Nesta linha, Czarnjawska-Joerges (1991) procura mostrar que, até mesmo em ações mais racionais como, por exemplo, um orçamento, existem características simbólicas e até mesmo processos ritualísticos. Além disso, Czarnjawska-Joerges (1991) elucidada, nas discussões sobre a cultura organizacional, as relações de poder. Para a autora, as ações humanas estão impregnadas de relações de poder e isso converge também para ampliar as discussões sobre cultura organizacional.

Se há nas organizações ações políticas e simbólicas e se é possível falar em organizações, então existe aí limites que possibilitam detectar a cultura de onde e a cultura do quê. Neste sentido, Czarnjawska-Joerges (1991) realiza uma discussão interessante, procurando elucidar – diante dessas três dimensões – o contexto cultural do processo de organização. Essa autora retoma uma clássica dicotomia entre organização e ambiente, dizendo que tal dicotomia limita as possibilidades de relacionamentos e procura imputar

limites claros entre esses contextos. Para a autora, é necessário observar os aspectos culturais em contextos do processo de organização, que foi historicamente formado através de uma rede de processos sociais e organizacionais. Neste sentido, como na perspectiva da fragmentação cultural colocava, não há como detectar claramente o limite entre as organizações. Isso não quer dizer que os limites não existam, mas há a impossibilidade de defini-los claramente. Mesmo assim, Czarnjawska-Joerges (1991) mostra que nas organizações existem peculiaridades que congregam espaços e tempos coletivos. Nesta linha, uma das formas encontradas pela autora para detectar esses aspectos diferenciados é a ideia dos processos de estruturação do campo organizacional, que ela extrai, por exemplo, das discussões de estrutura social desenvolvida por Giddens (2003).

Por outro lado, Alvesson (2002) realiza uma discussão interessante sobre a diferença entre cultura e estrutura social. Para esse autor, a cultura funciona como um sistema mais ou menos coerente de significados e símbolos que ocorre em um determinado lugar. Enquanto que a estrutura social funciona mais ou menos como padrão nas interações sociais. É interessante salientar – e isso ficará claro mais adiante – que nas discussões sobre o território essa dicotomia feita por Alvesson (2002) é algo que não se configura, o que impõe a necessidade de desmistificá-la. Apesar das peculiaridades, há a influência de um sistema no outro, além de que – seguindo as considerações de Czarnjawska-Joerges (1991) – há a possibilidade de detectar estruturas também no contexto das organizações.

Apesar dessa diferença estabelecida em Alvesson (2002) entre estrutura social e cultura, Aktouf (1992) acredita que essa dissociação pode limitar a apreensão dos pressupostos culturais. Para esse autor, é necessário – nos estudos sobre cultura – considerar a estrutura social (sistemas de posicionamentos na sociedade, regulamentos que disciplinam as interações), a história, seu desenvolvimento, seu futuro, assim como as experiências vividas pelos membros dessa sociedade. Por esse motivo, Czarnjawska-Joerges (1991), procurando avaliar os elementos dos processos culturais, enfatiza a necessidade de observar as interações simbólicas, os aspectos práticos e as ações políticas. Isso porque, como mostra Aktouf (1992), a cultura é um complexo coletivo feito de “representações mentais” que ligam o imaterial (magia, religiões, símbolos, crenças, etc.) e o material (bens e mercadorias, técnicas, trocas, ciência, etc.).

Nesta linha, a simbiose entre o material e o imaterial é evidente, o que realmente pode limitar os estudos sobre cultura organizacional se tais processos forem dados como isolados uns dos outros. Mas é necessário fazer jus à Alvesson (2002), pois o foco de discussão de

Aktouf (1992) é a cultura em geral, enquanto Alvesson (2002) visualiza e dedica sua discussão sobre o conceito de cultura organizacional. Isso não quer dizer que as discussões sobre cultura organizacional estão distantes das análises realizadas por Aktouf (1992), muito pelo contrário, quer dizer que o resgate de Aktouf (1992) está vinculado ao conceito de cultura disseminado no contexto da Antropologia. Assim, a estrutura social suplanta a aceção sobre a cultura organizacional, mas como bem expõe o próprio Aktouf (1992) no início do seu texto, a cultura organizacional não se constitui em um espaço onde os indivíduos ao interagirem se despem, deixando do lado de fora os valores e crenças constituídos socialmente. Por esse motivo, as fronteiras são nebulosas e de difíceis limitações, mas isso não anula a existência de culturas organizacionais. Então, o que subjaz a existência de várias culturas organizacionais? Um dos indícios mais importantes e evidentes está na própria constituição de espaços sociais de cooperação e luta. A capacidade humana – como ficou claro nas considerações de Kant (2001) sobre a dimensão *a priori* da capacidade humana – de constituir espaços e possibilitar significados gerados nas interações simbólicas, permite a existência de manifestações culturais, onde os aspectos materiais e imateriais ganham significados peculiares.

Quanto Alvesson (2002) e mesmo Czarnjawska-Joerges (1991) elucidam as discussões sobre cultura organizacional, fica evidente que a análise desses autores se constitui sob a manifestação cultural em um lugar específico: a organização. Nesta linha, as ideias de espaço e localização são atribuídas às organizações, como foi possível observar nas discussões de Chanlat (1992) e Cavedon (2000), enquanto os atributos simbólicos gerados nesses lugares específicos se constituem nas manifestações culturais. Mesmo Aktouf (1992), que ao denunciar o isolamento de atributos manifestos no contexto das organizações (por exemplo, estrutura social e cultura), incorre no ato de concentrar suas análises em aspectos como os mitos e os heróis, deixando ou marginalizando as discussões espaciais nos estudos sobre as culturas organizacionais.

Diferente de Alvesson (2002), Aktouf (1992) enfatiza certa abrangência ao resgatar as discussões antropológicas sobre o termo cultura. Uma das preocupações de Aktouf (1992) é possibilitar os créditos da discussão sobre cultura aos estudos antropológicos, onde realmente foi inicialmente abordada, além do fato de analisar as apropriações conceituais e as distorções advindas da utilização desse termo no contexto dos estudos organizacionais. No Brasil, esse posicionamento tem sido adotado, por exemplo, por Barbosa (2002) e Cavedon (2008). Apesar de sua preocupação com relação às distorções na transposição de conceitos de uma

área à outra, Aktouf (1992) realiza algo semelhante, ao analisar conceitos vinculados à cultura da sociedade aos utilizados no contexto dos estudos organizacionais. Claro que a intenção de Aktouf (1992) é possibilitar a devida coerência conceitual, mas é necessário salientar que há nos significados compartilhados nas organizações circularidade cultural em relação à sociedade em geral.

Mesmo interessante essa discussão, essa não é a preocupação central aqui, pois o resgate que Aktouf (1992) faz, permite algumas constatações sobre o conceito de cultura, evidenciando que as discussões espaciais, há muito, estão distantes dos fatores culturais. Sem considerar também a preocupação de Aktouf (1992) em desmistificar o processo de gestão da cultura organizacional, esse autor retoma alguns conceitos clássicos de cultura difundidos no contexto da antropologia. De início, Aktouf (1992, p.50) resgata um conceito clássico estabelecido por Edward Tylor em seu texto sobre a cultura primitiva, que diz a cultura como um “todo complexo que inclui os saberes, as crenças, a arte, as leis, a moral, os costumes, etc.”. Nesta mesma linha, Aktouf (1992, p.50) cita o conceito constituído por Ralph Linton, onde a “cultura é a configuração de condutas aprendidas”, assim como o conceito gerado por Ruth Benedict, ao dizer que a cultura promove “as ideias e os padrões que eles, os homens, têm em comum”.

Esse resgate permite Aktouf (1992) afirmar que a cultura é um conjunto de elementos em relações dialéticas constantes: relações concreto-econômicas, sociais e simbólicas. Assim como, numa mesma comunidade, a cultura pode ser de oposição ou de clivagem. Desde o resgate sobre as três perspectivas da cultura organizacional até os conceitos e opiniões constituídos nos trabalhos de Cavedon (2000), Cavedon (2008), Alvesson (2002), Czarnjawska-Joerges (1991) e Aktouf (1992), a cultura organizacional é vista como esse emaranhado de relações sociais e simbólicas que comporta as crenças, os valores, os mitos, os rituais, os heróis, os símbolos, as linguagens, as lendas, as leis, as regras, as metáforas, as histórias, as sagas, etc.

2.5 AS CULTURAS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADAS

Sendo assim, seguindo as considerações de Aktouf (1992), fica evidente a necessidade de, juntamente como a estrutura social, sua história, seu desenvolvimento e as experiências vividas, levar em consideração também as formações e transformações espaciais nas

discussões culturais. Essa relação entre cultura e espaço ocorre de forma tão articulada que muitos autores, nos últimos anos, não chegam nem a elucidar, por acreditarem que seria quase uma tautologia realizar essa articulação. Se nas discussões sobre cultura os aspectos espaciais são tangenciados, nas análises sobre as organizações esses aspectos são constantemente reavivados, pois esse é um dos fatores que concede distinção às organizações.

Isso fica evidente no trabalho de Chanlat (2010), ao abordar as organizações como espaços da experiência humana, assim como Aktouf (1992), ao dizer que as organizações são espaços onde se processam elementos humanos de identidade e identificação. Apesar de ambos efetivarem as condições espaciais nas discussões sobre as organizações, o foco do trabalho desses autores se constitui num contexto cultural. Isso mostra que há uma relação evidente entre espaço e cultura, mas de que, muitas vezes, essas relações não são aprofundadas, pelo fato de conceber as ações culturais em fenômenos distantes das discussões espaciais.

Mas essa relação entre cultura e espaço foi bem explorada por Certeau (2008), ao dizer que as concepções espaciais estão evidentes nos relatos, pois todo relato passa a ser um relato de viagem, uma prática de espaço. Isso funciona, na análise deste autor, como táticas cotidianas que vão desde a indicação espacial (“vire a esquerda”), passando pelo noticiário de cada dia (“adivinha quem eu encontrei na padaria?”), até histórias contatadas (“lembranças de países estrangeiros”). O que Certeau (2008) pretende salientar é que a função espacial sempre esteve presente nos processos sociais através de aventuras narradas, que produzem geografias de ações e derivam para os lugares comuns de uma ordem. Ordem que possibilita os códigos e taxinomias de práticas espacializantes. Neste sentido, os espaços são, antes de tudo, diversificados através dos pressupostos culturais.

Isso fica evidente na análise que Certeau (2008) faz sobre as operações de demarcação. O processo de demarcação dos espaços não seria possível sem os pressupostos culturais, que se manifestam através das narrativas. Por esse motivo, o relato tem um papel decisivo, não apenas por realizar a fixação no espaço, mas porque o relato é um ato culturalmente criador. Somente através do relato é que ocorre a existência da espacialidade, assim como organiza a determinação de fronteiras. Por essa determinação de fronteiras, salienta Certeau (2008), é que existe a distinção que separa da exterioridade o sujeito, até os cortes que localizam os objetos. Nesta linha é que se torna nítida a possibilidade de distinguir habitat, assim como uma viagem, e mesmo uma rede urbana e uma paisagem rural. Todos esses fatores só se tornam “distinguíveis” a partir das espacialidades, assim como dos pressupostos culturais que

realizam as devidas demarcações. Esses pressupostos culturais, na avaliação feita por White e Dillingham (2009), é que possibilitam a produção de significados, que conduzem às diferenciações e singularidades dos espaços e das narrativas.

Esse resgate das concepções traçadas por Certeau (2008) possibilita a nítida relação entre as concepções espaciais e os pressupostos culturais. Nesta linha, as discussões sobre a cultura organizacional não estariam distantes dessas considerações de Certeau (2008), pois a possibilidade de dizer culturas organizacionais está enredada sobre a dinâmica espacial, assim como sobre os atributos simbólicos compartilhados e narrados. Portanto, quando há a enunciação do dialeto cultura organizacional, desde o início ele toma forma e lugar já constituído, o que permite pensar os fatores culturais em um espaço delimitado, que pode estar aquém ou além da organização em si. Mesmo que na concepção apresentada por Martin (1992) sobre a perspectiva da fragmentação há a dissolução do que se poderia chamar de fronteira, onde essa dissolução não se configura em eliminação – pois senão a diversidade cultural estaria submersa num todo homogêneo – mas na existência de uma zona cinzenta, permitindo trocas simbólicas, sem que ocorra nessas trocas a anulação ou a incorporação de uma cultura pela outra.

Nesta linha, não há manifestações culturais – principalmente nas organizações – que se deem fora de um lugar ou espaço, por mais difusas que possam parecer. Até mesmo numa das acepções mais antigas sobre o conceito de cultura organizacional – que Young (1991) retoma em seu texto – de que cultura é a maneira como fazemos as coisas por aqui, há sempre essa visão situada e espacializada, como foi possível observar nas considerações de Certeau (2008). Se há manifestações espaciais nos atributos culturais ou vice-versa, então existe a possibilidade também de elucidar concepções como o território nas discussões sobre a cultura organizacional. Isso pelo fato de que, ambas as discussões, nos últimos anos, tem dedicado atenção especial às relações de poder, como atributo importante e peculiar tanto nas manifestações culturais quando nos fenômenos territoriais.

Essas discussões territoriais nos estudos organizacionais não são recentes, pois, por exemplo, Pereira e Carrieri (2005) estabeleceram essas aproximações, ao elucidar os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização em uma empresa de telecomunicações de Minas Gerais. Apesar de salientar aspectos atrelados à identidade e significações simbólicas, esses autores vinculam tais discussões, assim como fizeram Aktouf (1991) e Chanlat (1992), à organização, mas que poderiam ser relacionada as conotações territoriais com a cultura organizacional.

Isso pelo fato de que há muito tempo as discussões sobre o poder tomaram centralidade nos estudos sobre as culturas organizacionais. Apesar de os estudiosos da perspectiva da integração sobre a cultura organizacional neutralizarem as relações de poder, nas perspectivas da diferenciação e da fragmentação essas relações passam a ter um papel central, principalmente na perspectiva da diferenciação.

E aqui é necessário retomar algumas discussões. Primeiro é a diferença entre espaço e território realizadas por Raffestin (1993), ao dizer que o território é o espaço onde se projetou um trabalho e que revela as relações de poder. Na visão desse autor, o espaço é prisão original enquanto o território é a prisão que os homens constroem para si. Segundo são as relações instituídas no trabalho de Souza (2009), ao salientar que a primeira apreensão vinculada ao território é o exercício do poder, mas também de que não nas discussões territoriais materialidade e imaterialidade. A relações de poder constituída no âmbito dos territórios evidencia a circulação de símbolos que refletem e dão valor aos atributos materiais e imateriais compartilhados naquele local. Terceiro é essa própria incursão no pensamento de Certeau (2008), que salienta serem os atributos culturais um dos principais diferenciadores nas discussões espaciais. Não somente Certeau (2008), mas também essas relações entre cultura e espaço foram estabelecidas por White e Dillingham (2009) e Engleton (2005).

Dessas discussões é que a proposta aqui é a discussão de um conceito de culturas organizacionais territorializadas. Nesta linha, se a referência sobre espaço é dada à organização e sendo a cultura os pressupostos simbólicos compartilhados nesses espaços, então os processos culturais possibilitam formas cada vez mais elaboradas de (res)significação do contexto organizacional. Nesta linha, os espaços seriam – partido das considerações de Certeau (2008) – o lugar praticado ou lugar de ação, que estariam condizendo aos pressupostos organizacionais, enquanto os pressupostos culturais exerceriam o papel de (res)significação dos elementos materiais e imateriais desses lugares praticados. Somente diante dos elementos culturais existe a possibilidade de manifestação das relações de poder, pois os significados atribuídos e compartilhados para os elementos inseridos nos espaços são dados por esse aporte cultural.

Se o que diferencia o espaço do território é que neste último há relações de poder, então o funcionamento do conceito de território está ligado ao que Souza (2006) chama de relações imateriais, que possibilitam o substrato referencial e os significados necessários para existência das relações de poder. Se a ação é algo importante nas discussões sobre os espaços, tal ação seria capaz de gerar relações de poder a partir dos significados compartilhados que,

neste caso, como visto no trabalho de White e Dillingham (2009), é extraído dos pressupostos culturais. Nesta linha, surge a necessidade de falar em culturas organizacionais territorializadas, como forma de enfatizar a diversidade nas (res)significações geradas em espaços específicos de luta e cooperação entre indivíduos. Se Certeau (2008) elucidar entender que as diferenças entre espaços estão diretamente relacionadas aos pressupostos culturais, então não há como falar em culturas organizacionais sem dizer cultura de onde e cultura do quê. Isso implica a necessidade de empreender o surgimento desse conceito de culturas organizacionais territorializadas.

Nesta linha, culturas organizacionais territorializadas seriam redes de significados compartilhados em espaços específicos, que possibilitam maneiras diversas de apropriação e dominação desses espaços, assim como concebem os atributos materiais e imateriais produzidos e utilizados, de onde os aspectos simbólicos como mitos, ritos, crenças, ideias, leis, regras e normas teriam sua validade, permitindo papéis diferenciados aos sujeitos integrantes que, de forma consciente ou inconsciente, (re)produziriam disposições desiguais capazes de manifestar as relações de poder. Somente a partir dos aspectos culturais há a possibilidade de instituir significados diversos ao longo da história para as diferenças entre espaços (público e privado, por exemplo), para a diferença entre as ações (trabalho e lazer), para a diferença entre as organizações (Empresa X ou Empresa Y) etc. Tais diferenças somente são possíveis de serem elucidadas quando designadas em espaços específicos, mesmo no caso de organizações virtuais, que são maneiras diversas de relações entre espaço e tempo.

Sendo assim, fica clara a filiação que se constitui nesta tese a uma concepção de que culturas organizacionais são fragmentadas, fluidas, cambiantes, sem delimitações específicas dos limites, assim como tais culturais, por gerar (res)significações em contextos e espaços específicos, possibilitam a existências de relações de poder. Ora, se essas conotações se assemelham ao conceito de território, então as culturas organizacionais são amplamente territorializadas.

2.7 A ATIVIDADE DE CAMELÔ NO CONTEXTO DO CONCEITO DE CULTURAS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADAS

Para que o conceito de culturas organizacionais territorializadas encontre significação ainda que de modo simplificado no contexto dos estudos sobre a atividade de camelô é necessário, antes, a articulação dos vários conceitos descritos até esse ponto. Para isso, partir-se-á das discussões geradas por outros autores sobre a própria atividade de camelô, desenvolvida em trabalhos etnográficos e de pesquisas na área de ciências sociais, como forma de uma compreensão, antes de adentrar em campo, sobre essa atividade.

Assim, Goularte (2008), ao estudar a atividade de camelô de Pelotas/RS, realiza uma discussão interessante, levando em consideração a identidade e história dos sujeitos inseridos. Primeiro essa autora realiza um resgate do conceito de camelô, que expressa basicamente aqueles vendedores ambulantes ou fixos que carregavam suas mercadorias nas costas, tais quais os camelos no deserto. Essa forma de transporte ainda se verifica, salienta a autora, entre aqueles que realizam o contrabando de mercadorias do Paraguai, pois muitos, taxados como sacoleiros, realizam esse tipo de transporte. Esse se torna um forte atributo ligado à identidade desses sujeitos que, diferente daqueles considerados comerciantes, as possibilidades de venda dos produtos a um preço atrativo passa pela compra destituída de muitos impostos, assim como pelo não pagamento de muitos impostos no processo de venda.

Apesar de essa denominação de camelô impactar amplamente essa atividade de comércio de forma pejorativa e degradante, salienta Goularte (2008), o que se verificou foi uma série de estratégias na tentativa que vários desses sujeitos possuem de se tornarem mais comerciantes do que camelôs. Essas estratégias, salienta a autora, estão pautadas nas tentativas de regularização da atividade, através da assinatura das carteiras dos funcionários, de formalização da atividade como microempresa e como o pagamento de impostos. Goularte (2008) verificou que os camelôs não poderiam, mesmo que o quisessem, assumir uma identidade centrada no ser camelô em tempo integral, pois o fato é que, muitos não são mais camelôs, se através dessa palavra o que se quer é associar significados tão comuns como os de precariedade, desemprego formal, falta de opções, baixos rendimentos e ilegalidade em relação aos registros da atividade. Isso pelo fato de que a pesquisa conduzida por Goularte (2008) foi desenvolvida num Camelódromo, o que possibilita ampla ambiguidade entre ser um verdadeiro comerciante ou apenas camelô.

Por esse motivo, salienta a autora, que os camelôs não são comerciantes, visto o lugar que ocupam ser nomeado Camelódromo, assim como o fato das mercadorias comercializadas serem fruto, em sua maioria, de contrabando e pirataria. Também não são poucos os relatos sobre as viagens em busca de mercadorias, esses sempre repletos de traumas, medos, inseguranças e também sucessos. Nesta linha, a pesquisa desenvolvida por Goularte (2008) mostra que há, na constituição dos Camelódromos, aspectos de uma historicidade que ainda liga os camelôs à temática da precariedade e da informalidade, assim como àqueles aspectos vinculados a legalidade e certa formalidade. No que tange à aquisição de produtos e seus modos de comércio ainda os camelôs exercem a atividade de forma tradicional, mas no processo de comercialização existe a evidência de vários aspectos ligados à formalidade e legalidade nas ações, com a constituição dos Camelódromos.

Mas essa é uma história recente nos processos urbanos, iniciados nos centros de maior porte, como fez Goularte (2008), ao desenvolver sua etnografia junto aos camelôs da cidade de Pelotas-RS. Mesmo assim, em outros centros, como o Rio de Janeiro, ainda a atividade na forma tradicional, de dominação e apropriação dos espaços públicos, é exercida. Isso fica evidente no trabalho de Quezada (2008), ao desenvolver uma etnografia entre os camelôs de Copacabana, no Rio de Janeiro/RJ. Essa autora inicia sua discussão fazendo a história do mercado ambulante no Rio, dizendo que, no início do século XX, tal mercado era visto como atrasado e insalubre, em relação às atividades desenvolvidas e modernas. Assim, o mercado ambulante tinha certa importância, apesar da ilegalidade, da informalidade e da paisagem “poluída” pela quantidade de ambulantes. Sua importância estava centrada na circulação de alimentos, de produtos artesanais e manufaturados e também de pequenos serviços.

Apesar de serem considerados um “problema social”, salienta Quezada (2008), o mercado ambulante no Rio era visto, nesta época, de forma secundária, pois a preocupação do poder público era com a limpeza e modernização da cidade do Rio de Janeiro. Ainda que tal atividade acabasse por gerar uma interferência negativa na paisagem urbana, esse se tornava um mercado marginalizado nas preocupações sobre a cidade em si. Essa visão romântica, salienta Quezada (2008), vai se alterar radicalmente a partir da década de 1970, quando a necessidade de instituir atividades modernas, regulamentadas e legalizadas, acaba por conceder outros contornos desse mercado ambulante, onde ele passa a ser uma figura urbana, porém vinculada à pobreza, à marginalidade e à precariedade, tornando-se mais um problema público e social. Nesta linha, a partir de 1973, num levantamento feito por Quezada (2008) nos noticiários, inicia-se um processo chamado de “guerra contra os camelôs”. Essa figura do

camelô surge no Rio bem no entremeio ao contrabando e pirataria de mercadorias que, para se furtar à fiscalização, utilizavam bolsas de viagens ou sacolas de casa comerciais, numa tentativa de livre trânsito. Isso fica evidente numa passagem da escrita etnográfica de Quezada (2008, p.9), ao salientar que:

A onipresença dos camelôs estava nos seus pregões que enchiam o ambiente, nas calçadas das quais se apossavam para expor suas bugigangas, e no seu imenso contingente que transformava o Passeio numa “praça de mercado”. No improvisado de papelões, ripas de madeiras, lonas plásticas, ou próprio corpo, uma gama de vendedores ofertava as mais variadas mercadorias: chocolates, balas, canetas, chaveiros, antiguidades, miudezas... De repente, que susto! Um grito de “Olha o rapa!” (*Guarda municipal*) seguido de uma movimentação incompreensível tomou conta do lugar. Em questão de segundos todos os camelôs haviam desaparecido. Num piscar de olhos, codificaram a mensagem, recolheram suas mercadorias, fechando suas bancas de madeira e escolhendo a melhor rota de fuga. Após o alerta salvador, a rua se transformara num outro ambiente, numa outra paisagem, mais fluida e arejada, porém menos estimulante. Com a rua agora completamente livre dos ambulantes, pude então me dar conta do barulho infernal que faziam.

Esse trecho apresenta, além da guerra contra os camelôs, a transformação do mercado ambulante em mercado camelô, que se constitui a partir da fixação dessas estruturas improvisadas em pontos específicos da cidade, assim como em pontos específicos do próprio lugar de prática da atividade. Ao descrever sua trajetória etnográfica, Quezada (2008) mostra que ao se familiarizar com campo em estudo pôde perceber que os camelôs montavam suas bancas de madeira, seus paraquedas e aramados sempre nos mesmos lugares, sempre nos mesmos pontos fixos. Esse fato permitiu a pesquisadora vislumbrar as mercadorias vendidas por quais camelôs e como ocorriam as negociações.

Assim, Quezada (2008) verifica que existiam camelôs mais assíduos e dependentes da camelotagem, enquanto outros funcionavam mais como “camelôs ambulantes”, que procuravam desenvolver a função como forma de aumentar a renda familiar. Essa autora verifica que tal prática era muito evidente, no ambiente do mercado camelô de Copacabana, em épocas comemorativas (Dias das Mães, Natal e Dias das Crianças). Geralmente, salienta Quezada (2008), passada a euforia do momento, esses camelôs desapareciam, dando lugar a rotina dos camelôs fixos que, vez ou outra, algum desses camelôs ambulantes se fixavam no lugar e a atividade de camelotagem se tornava central.

Além dessas duas denominações de “camelôs” e “camelôs ambulantes”, Quezada (2008) salienta que entre os camelôs ela pôde distinguir duas categorias: aqueles que se especializavam em mercadorias de determinados gêneros e aqueles que se aventuravam na

venda de qualquer coisa que contivesse a potencialidade de retorno financeiro. A primeira categoria era mais conservadora e avessa ao risco, enquanto a segunda categoria era mais ousada diante da efemeridade da moda. Esse fato produzia também lugares frequentados por públicos específicos, dado a especialidade e a diversidade (Eletrônicos, enfeites, bugigangas, CD's e DVD's, etc.).

Ainda nessa discussão sobre a diferença entre camelôs e ambulantes, Rodrigues (2008) salienta que os camelôs possuem ponto fixo nos camelódromos ou nas ruas, enquanto os ambulantes não possuem. Como a temática de estudo de Rodrigues (2008) é sobre a ideia de território, na visão deste autor a atividade de camelô possui como peculiaridade o espaço conquistado e dominado para o exercício de sua função. Além dessa peculiaridade, Rodrigues (2008) identifica que, nas atividades camelôs desenvolvidas nas cidades de Presidente Prudente/SP e Marília/SP, existe também a diferença entre o camelô e o sacoleiro. Enquanto o camelô possui um ponto fixo e se concentra, em grande parte, nas atividades de comercialização dos produtos nesses pontos, o sacoleiro prefere não possuir esse ponto fixo e se especializa na aquisição dos produtos nos grandes centros e, principalmente, no Paraguai. Assim, os sacoleiros se concentram em estratégias de compras e melhores locais com baixos preços e, muitas vezes, revendem parte dessas mercadorias para os camelôs.

Observando essas peculiaridades, Rodrigues (2008) detecta aquilo que ele prefere chamar de circuito da *camelotagem*. Ou seja, a relação articulada do trabalho efetuado pelos camelôs com as atividades conexas, sendo estas realizadas por outros trabalhadores, mas que em alguns casos podem exercer mais de uma atividade. Em outras palavras, salienta Rodrigues (2008), um trabalhador camelô pode ser ao mesmo tempo camelô e sacoleiro, ou camelô e ambulante, ou camelô e “laranja¹”, ou até mesmo possuir um boxe e trabalhar no setor formal sob relação de assalariamento, ou mesmo ser proprietário de comércio legalizado. Neste caso, é possível garantir o abastecimento dos estoques de mercadorias, via comercialização e apresentação parcial de notas fiscais, mesclando mercadorias de procedência duvidosa com as mercadorias declaradas, assim como adicionar uma marca registrada a uma imitação ou falsificação de mercadoria.

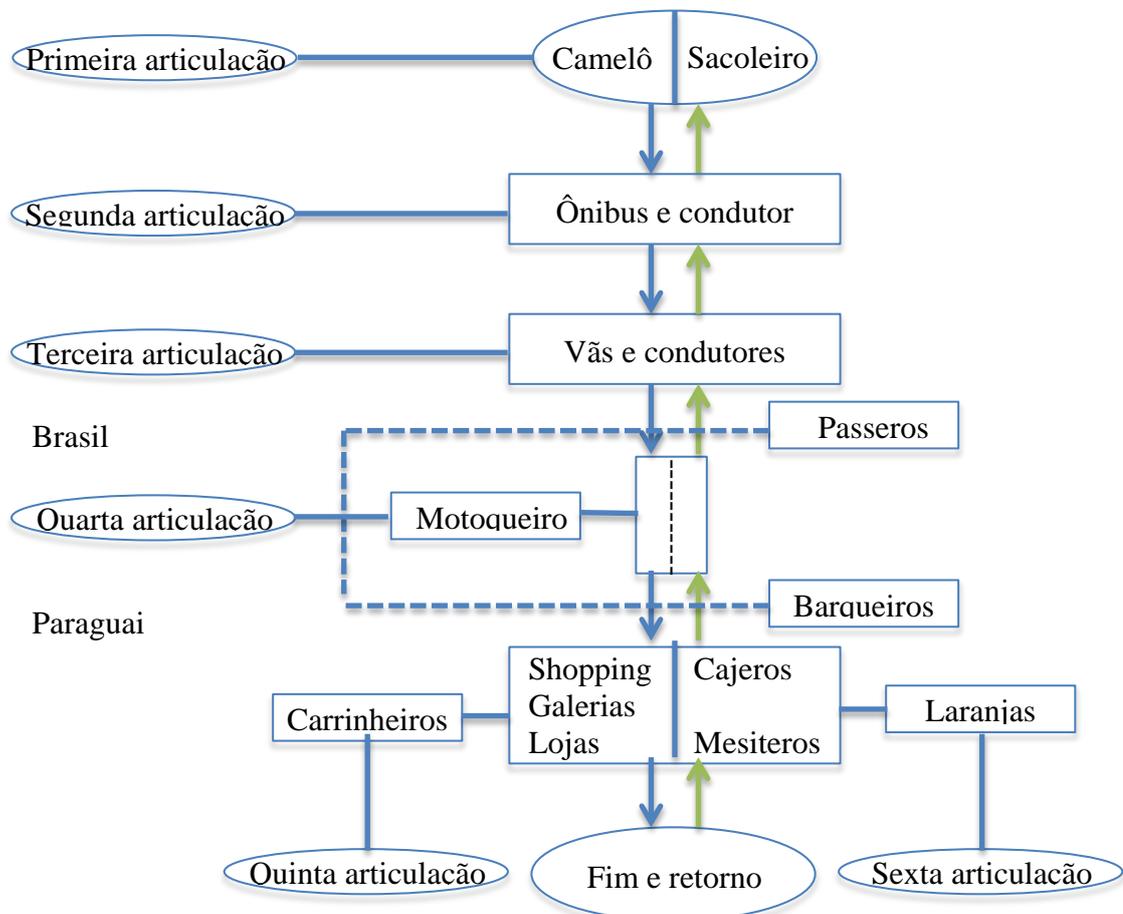
Mesmo verificando esse circuito da *camelotagem*, Rodrigues (2008) observa o que define o trabalhador camelô enquanto tal é exatamente a posse do ponto fixo cuja disputa,

¹ Laranja é o nome dado à pessoa que é contratada pelo camelô para atravessar a fronteira do Paraguai com o Brasil com parte das mercadorias compradas, ficando ambos dentro da cota de importação permitida pela Alfandega brasileira. Essa contratação diminui o risco de perder total das mercadorias compradas.

conquista e controle é fator fundamental dos inúmeros conflitos que permeiam esta atividade, em que no jogo de forças estabelecido, comparecem como seus principais protagonistas os trabalhadores camelôs, as Associações Comerciais, o Poder Público Municipal, os lojistas e o Sindicato do Comércio Varejista. Com essa discussão, Rodrigues (2008) traça o panorama geral de uma análise territorial da atividade de camelô, mas o que esse autor deixa à margem de sua pesquisa são discussões relacionadas aos aspectos culturais. Neste ponto, além de uma análise territorial sobre outra atividade de camelô, a pesquisa aqui realizada possui a importância de evidenciar essas discussões com os fatores culturais, que no trabalho de Rodrigues (2008) esteve focado nas relações de trabalho formais e informais.

Para além dessa discussão e retomando o que Rodrigues (2008) chamou de circuito da camelotagem, as relações estabelecidas nas diversas atividades conexas são importantes para compreender a dinâmica na existência da atividade de camelô (Figura 1).

Figura 1 - Tecitura da camelotagem: camelôs e atividades conexas



Fonte: Rodrigues (2008)

Nesta Figura 1, Rodrigues (2008) constrói de forma esquemática o trajeto realizado na compra das mercadorias vendidas pelos camelôs, assim como elucida as várias atividades conexas existentes na dinâmica de circulação dessas mercadorias. Na primeira articulação existe a relação entre camelôs e sacoleiros. Enquanto alguns camelôs podem e exercem a função de sacoleiro, em outros casos há a nítida diferença entre aqueles que comercializam os produtos em pontos fixos (Camelôs) e aqueles que se entregam ao contrabando ou à circulação de mercadorias (Sacoleiros). É desta primeira articulação (Camelô-sacoleiro ou Sacoleiro) que surge a segunda articulação, que é desenvolvida através dos meios de transporte desses camelôs para os grandes centros e, no caso do trabalho de Rodrigues (2008), para o Paraguai. Nesta parte aparecem os ônibus e também o condutor que, em muitos casos, assume o papel de Sacoleiro.

A chegada em Foz do Iguaçu/PR gera uma a terceira articulação, quando da parada de centenas de ônibus que são aguardados por vãs a partir das três horas da madrugada. Rodrigues (2008) salienta que, neste momento, estabelece-se uma logística de transportes, coordenada via rádio ou celulares, realizada por trabalhadores brasileiros e paraguaios. Essas vãs transportam esses camelôs e sacoleiros até a ponte da Amizade – que liga a cidade de Foz do Iguaçu no Brasil à Ciudad del Este no Paraguai – ou até mesmo até a Ciudad del Este. Na ponte da Amizade passa a funcionar a quarta articulação, nas figuras dos motoqueiros, dos *passeros* e dos barqueiros. Esta logística de transporte funciona nos dois sentidos e são utilizadas tanto pelos Camelôs e Sacoleiros, quando pelo comércio formal entre as duas cidades. Rodrigues (2008) salienta a diferença entre *Passero* e Motoqueiro, pois o primeiro é de origem paraguaia e realiza o transporte tanto via motocicleta quanto a pé.

Já na Ciudad del Leste surge a quinta articulação, que se constitui por meio da atividade dos *carrinheiros*. Esses *carrinheiros*, geralmente homens com idades variadas, transportam mercadorias de peso mais elevado em carrinhos de almoxarifado. Esses *carrinheiros* podem ser acionados pelos camelôs e sacoleiros, assim como pelos *cajeros* e *mesiteros*. Esses dois últimos grupos correspondem ao que conhecemos no Brasil como camelôs, que possuem ponto fixo nas ruas da Ciudad del Leste. Eles são formados por pequenas barracas cobertas com lonas coloridas, que podem ser formadas por uma banca (*mesita*) ou um pequeno trailer ou, ainda, casinha de metal (*caja* ou *casilha*).

Na análise de Rodrigues (2008), a sexta articulação é perceptível quando observado a partir do Paraguai, onde os “laranjas” são utilizados quando os camelôs e sacoleiros desejam levar o maior número de mercadorias. Para isso, eles fazem uso do “laranja”, alugando o

direito de adentrar a fronteira de outro país com cota legal de mercadorias, quando na verdade a mercadoria pertence a terceiros. Esses podem trabalhar, salienta o autor, para camelôs, sacoleiros, consumidores comuns, consumidores de grandes lojas do comércio formal e até mesmo para grandes redes de contrabando. Rodrigues (2008) detecta ainda que existem muitos “laranjas” no Paraguai que vivem em função desta atividade, mas também muitos sacoleiros e camelôs levam um funcionário, parente, amigo ou mesmo pessoa contratada para atuarem especificamente como “laranjas”.

Com essa discussão, Rodrigues (2008) salienta que, em suma, camelôs, sacoleiros, “laranjas”, carrinheiros, cajeros, mesiteros, paseros, condutores de vãs, peruas e ônibus, e por fim os barqueiros constroem o que esse autor denominou de camelotagem, no sentido de que esses agentes tecem uma “teia” de atividades num circunscrito espacial de circulação de mercadorias que articula a atividade de camelô com as atividades conexas e de suporte.

Percurso semelhante ao de Rodrigues (2008) fez anteriormente Machado (2004), num estudo etnográfico sobre a circulação de mercadorias do Paraguai até os camelôs do centro de Porto Alegre/RS. Mesmo sendo um trabalho desenvolvido anteriormente ao de Rodrigues (2008), Machado (2004) possibilita um olhar mais complexo sobre as relações estabelecidas no contrabando ou compra de mercadorias no Paraguai. Essa autora, após anos de estudos etnográficos no mercado camelô de Porto Alegre, resolveu se lançar a um estudo etnográfico mais ampliado, indo até a origem das mercadorias adquiridas.

Machado (2004), pelo longo período em campo, realiza o delineamento de vários temas de interesse da antropologia, como as relações simbólicas e de parentescos. Sem a intenção de explorar os vários meandros do trabalho de campo desta autora, algumas discussões são importantes, no que tange às relações de conflito estabelecidas com o poder público e também aspectos da legalidade e ilegalidade na atividade de camelô. Neste sentido, Machado (2004) explora em primeira mão a apropriação do espaço público, fazendo um resgate histórico do comércio de rua em Porto Alegre. Essa autora salienta que houve, desde o surgimento da cidade, uma forte presença, no Largo da Quitanda (atual Praça de Alfândega), do escambo e do comércio de peixes. A partir de 1815, com a construção do prédio dos alfandegários e a pressão dos grandes negociantes locais para a retirada daquele mercado de rua do local (devido ao mau cheiro), esse mercado foi transferido para a Praça Paraíso (atual Praça XV de novembro), onde passou a ocorrer o mercado de rua de Porto Alegre.

Após essa transferência, a Praça Paraíso sofreu várias intervenções, como a construção e tentativa inicial de organização desse mercado de rua, em 1844, e uma nova reorganização

dessa área com a construção de um novo mercado em 1869, de maiores proporções. A cidade foi se desenvolvendo e se instala na região uma nova burguesia, entre 1890 e 1924, que vivia o sonho de uma cidade europeia, de onde as ações de moralidade passam a ter centralidade para o poder público. A partir de 1930, a cidade sofre novas reorganizações, com o surgimento dos arranha-céus e da construção de longas avenidas. Nesta época, apresenta Machado (2004), o mercado ambulante toma conta do centro da cidade e desperta na visão da sociedade daquela época um mercado atrasado, um submundo, um comércio pitoresco e abusivo, não condizente com a lógica de desenvolvimento de Porto Alegre.

Com esse resgate, Machado (2004) procura mostrar que a existência de um mercado ambulante não é recente em Porto Alegre, assim como o embate com o poder público, que sempre realiza ações para tentar organizá-los, e com os comerciantes locais, que pressionam para a eliminação desse tipo de mercado, sempre ocorreu – claro que de forma diferenciada – nos arredores da cidade. No que tange à história recente, Machado (2004) realiza uma digressão sobre o crescimento do mercado Chinês, assim como sobre o surgimento de novas estruturas como os *shoppings centers*, que passam a ser espaços de sociabilidade, em detrimento dos mercados locais. Isso ocorreu no Brasil a partir da década de 1960, mas em Porto Alegre, o surgimento desses *shoppings* ocorreu em 1980.

Machado (2004) salienta que houve um deslocamento, consolidado na década de 1990, das elites da cidade de Porto Alegre para o consumo nos *shoppings*, tornando o centro da cidade um espaço de comércio e sociabilidade das classes menos favorecidas. Assim, com a intenção de renovação do centro, surgido nas políticas dos governos a partir de meados de 1990, o embate com os camelôs, que se espalharam pelo centro em busca dos mercados consumidores, foi central. A acusação dos governos dessa época, salienta Machado (2004), era de que essa atividade de camelô acabou por degradar o centro da cidade, assim como reduziu e, em muitos casos, eliminou o mercado consumidor das lojas existentes naqueles espaços. Por outro lado, Machado (2004) verifica que o surgimento do mercado camelô foi em função das mudanças e deslocamentos dos consumidores daquele bairro, que foi dominado por consumidores de baixa renda.

Mesmo assim, os processos de contenção sobre a atuação de camelôs e ambulantes no centro de Porto Alegre foram iniciados, através da pressão realizada pelo Sindicato dos Lojistas (SINDLOJAS) sobre os órgãos regulares, para coibir a atuação das atividades irregulares naquele espaço. Além disso, os fiscais realizam diligências aos locais de comércio ambulante e camelô com a intenção de eliminar as atividades irregulares e fiscalizar as

atividades regularizadas na prefeitura, no que tange aos produtos comercializados (proibindo a venda de cigarros, CDs e alguns aparelhos eletrônicos), assim como controlar o espaço concedido para a prática de venda, retirando e apreendendo os produtos que exacerbam o espaço delimitado. Não é raro, isso fica evidente no trabalho de campo de Machado (2004), os confrontos verbais entre os fiscais da SMIC (Secretaria Municipal da Indústria e Comércio) e os camelôs. Aqueles vendedores ambulantes irregulares, quando de uma batida pelos fiscais da SMIC, recolhem seus produtos e evadem do local. Algo semelhante ao que Quezada (2008) relata em seu trabalho.

Mas Machado (2004) expõe também que, apesar de nítidas essas duas categorias de poder, de um lado o poder público e os comerciantes regulares e, de outro lado, os camelôs e ambulantes, existe reciprocidade em muitas ações desenvolvidas por essas categorias, no que tange às relações de proximidade entre os fiscais da SMIC e os camelôs e ambulantes, assim como nas diversas relações de compra e venda desenvolvidas entre os camelôs e ambulantes e os lojistas.

Além dessas relações estabelecidas entre os camelôs e ambulantes com o poder público e os lojistas do centro de Porto Alegre, Machado (2004) transcende esse circunscrito e realiza algumas viagens juntos com os camelôs e ambulantes para Ciudad del Este no Paraguai. Para além da dinâmica instituída nas relações e nas atividades conexas visíveis no trabalho do Rodrigues (2008), Machado salienta os aspectos voltados para a legalidade e ilegalidade na comercialização dos produtos, mostrando o processo de metamorfose que sofre o produto de acordo com os contextos. Assim, Machado (2004) salienta um caso interessante que mostra essa metamorfose entre o legal e o ilegal, ao contar o caso do Seu Chico, que no Paraguai exige nota fiscal e, por enquanto, manifesta sua ação de legalidade, mas quando entra no Brasil com a mercadoria, procura esconder o que foi comprado dos agentes do Estado, onde sua condição muda radicalmente. Nesta linha, se o sujeito é um comerciante chinês e compra mercadoria contrabandeada da China, sua ação é ilegal, mas se ele compra diretamente da China, sua ação passa a ser legal. Ainda, se o sacoleiro compra sua mercadoria com nota fiscal e ainda no valor máximo de 150 dólares, sua ação é legal, mas se ele extrapola esse valor e esconde o que extrapou, sua ação passa a ser ilegal. Se ele é sacoleiro, mas sua mercadoria é pirata, sua ação pode ser legal por um lado, mas ilegal por outro. Se ele é camelô e vende uma mercadoria pirata, sua ação é ilegal, se ele é camelô irregular (caixinha), sua ação é mais ilegal ainda. Se ele é camelô e dono de loja estabelecida, vende pirataria e oferece

nota fiscal, sua ação é considerada legal. É sobre essa metamorfose que Machado (2004) se dedica, questionando a fronteira que separa o legal do ilegal, o formal do informal.

Assim, um fator que vai além essa discussão é a questão da pirataria e dos produtos falsificados. Em todos os trabalhos estudados até este ponto sobre o mercado camelô essas discussões transitam frequentemente, como é possível evidenciar numa passagem do trabalho etnográfico de Quezada (2008, p.23):

Novembro de 2002. Após cumprimentos desinteressados com alguns camelôs da esquina da Rua Paula Freitas com a Avenida N. Sra. de Copacabana, chamou-me a atenção uma das barraquinhas pelo ajuntamento de pessoas que aglomerava. Na banquinha de madeira, de aspecto improvisado, construída com ripas e pregos, um grupo de mulheres frenéticas manuseava o que parecia ser o trunfo do comércio de rua para aquele final de ano: as bolsas da marca Louis Vuitton. Sobre a banca estavam cinco ou seis diferentes modelos da bolsa, além de alguns exemplares de carteiras e agendas, que causavam furor entre as freguesas. Os comentários de “olha essa que linda”, “eu quero essa”, “nossa, elas parecem perfeitas”, eram seguidos pelo abrir e fechar de zíperes e bolsos, do verificar da costura, do experimentar das peças, e finalmente a pergunta: quanto custa? Antônio, o responsável pela banca, anunciara a quantia exorbitante e surreal para os padrões do comércio de rua do bairro, e da cidade como um todo: R\$500,00. Diante do espanto geral, Antônio apressou-se em explicar as facilidades das condições de pagamento. Segundo ele, cheques eram bem vindos; caso a freguesa se decidisse pela mercadoria, o pagamento poderia ser feito em três parcelas com cheques pré-datados, sendo que na compra de três ou mais bolsas ele fazia abatimentos. Muitas mulheres mostraram-se interessadas, apesar de receosas em comprometer o orçamento principalmente naquele período de festas de final de ano. Antônio, então, distribuiu um cartão de contato onde se lia “Rei das Bolsas de Copa”, seu nome e um número de celular.

A autora comenta que essas falsificações foram o furor de venda em 2002 no Rio de Janeiro, tanto que, em Dezembro do mesmo ano, houve uma apreensão de um contêiner de 9 mil bolsas *Louis Vuitton* falsificadas, que veio de Hong Kong e seriam distribuídas em São Paulo e no Rio. O que mais chamava atenção das autoridades que apreenderam o contêiner, salienta Quezada (2008), era a perfeição nas falsificações. Em tom de surpresa, a autora salienta que, Brasil e China, Hong Kong e Copacabana, conexões que, num primeiro momento, poderiam parecer presunçosas e surreais, agora forneciam subsídios para outra configuração de mundo.

Tanto Machado (2004) quanto Rodrigues (2008), no estudo que fizeram em suas idas ao Paraguai, detectaram esse mercado constituído e abastecido por uma gama imensa de produtos falsificados, que encontra ali sua porta de entrada para o Brasil. Mas Machado (2009) vai além e desenvolve sua pesquisa etnográfica, já em sua tese de doutoramento, no

mercado chinês. A intenção de Machado (2009), pela sua longa tradição nos estudos sobre os camelôs, foi verificar as estratégias e ações desenvolvidas no mercado chinês que possibilitou o abastecimento de uma série de bugigangas falsificadas e contrabandeadas em muitos países, como o Paraguai e o Brasil. Neste circuito, salienta Machado (2009), a Ciudad del Este serve de ponto de atravessamento das mercadorias “*made in China*” para dentro do Brasil. Além disso, apesar de ter como foco o processo de construção da sociabilidade na China com a intenção de verificar o funcionamento do mercado, Machado (2009) constata o domínio do mercado paraguaio pelos chineses, que são os donos do negócio e os paraguaios e brasileiros que lá vivem, apenas, em sua maioria, empregados.

Essa discussão mostra um panorama geral da atividade de camelô, assim como o circuito da *camelotagem*, como prefere chamar Rodrigues (2008), e também do circuito da falsificação e dos produtos “*made in China*”, que abastecem o mercado brasileiro de falsificações, de onde os camelôs são um dos grandes pivôs da difusão desses produtos. Além disso, foi possível detectar a ambiguidade nas ações camelôs, que giram em torno da formalidade e informalidade e também da legalidade e ilegalidade. Apesar dos estudos e das constatações evidentes nas discussões desenvolvidas até aqui, a produção de novas temáticas ou de outros olhares para essa atividade é de suma importância na reflexão de seus meandros e nas possibilidades sempre abertas de compreensão e entendimento deste que é um mercado centralizado, por dominar em grande parte as áreas centrais das cidades brasileiras, mas marginalizado nos estudos em administração.

Diante desta longa discussão é que se torna necessário elucidar e fragmentar o conceito construído nesta tese de culturas organizacionais territorializadas, que seriam redes de significados compartilhados em espaços específicos, que possibilitam maneiras diversas de conceber os atributos materiais e imateriais produzidos e utilizados, de onde os aspectos simbólicos como mitos, ritos, crenças, ideias, leis, regras e normas teriam sua validade, permitindo papéis diferenciados aos sujeitos integrantes que, de forma consciente ou inconsciente, (re)produziriam disposições desiguais de onde as relações de poder estariam manifestas.

Nesta linha, *redes de significados compartilhados em espaços específicos* estariam ligadas aos pressupostos simbólicos compartilhados nas atividades centrais e conexas que possibilitariam o surgimento e sustentação do mercado camelô. Essas redes de significados poderiam ser amplamente detectáveis em toda atividade de camelô, como no caso de compra de mercadorias em Ciudad de Este no Paraguai: o papel dos “laranjas”, a logística de

transporte, os melhores lugares para as compras de determinados produtos etc.; assim como sobre nos espaços de comercialização desses produtos, como: as estratégias de venda, os produtos comercializados, as formas de comunicação (como o “pode chegar, freguês”, discutido por Cavedon (2004), no mercado de Porto Alegre/RS) etc.

Dessa rede de significados que se torna possível verificar *maneiras diversas de apropriação e dominação dos espaços*. No caso da atividade de camelô em todos os estudos salientados anteriormente, fica evidente o processo de dominação, por ser uma atividade que acontece em espaços fixos, geralmente, espaços públicos ou espaços cedidos pelo poder público municipal. Assim como as formas de apropriação, que geram peculiaridades nos estudos citados. As manifestações simbólicas descritas por Machado (2004) para o surgimento do mercado camelô em Porto Alegre/RS, são diferentes daquelas discutidas por Rodrigues (2008) no caso dos mercados camelôs de Presidente Prudente/PS e Marília/SP, pois, apesar de estarem implícitas as relações mercadológicas, ainda os processos de apropriação, por diversidades simbólicas envolvidas, acontecem através de peculiaridades inerentes.

Além disso, o entendimento dessas redes de significados e das formas de apropriação e dominação dos espaços é que possibilitariam verificar *maneiras diversas de conceber os atributos materiais e imateriais produzidos e utilizados*, que podem ser detectados de forma geral, visível em vários contextos e estudos – como no caso do estudo de Machado (2004) e Rodrigues (2008) em suas idas a Ciudad del Este – mas também em espaços específicos, pois as formas de conceber os atributos materiais e imateriais produzidos e utilizados, por exemplo, em Porto Alegre/RS (MACHADO, 2004), chegam a ser completamente diferente daqueles compartilhados em Marília/SP e Presidente Prudente/SP (RODRIGUES, 2008), com aqueles de Pelotas/RS (GOULARTE, 2008) e também do Rio de Janeiro/RJ (QUEZADA, 2008). Estas peculiaridades é que abrem a possibilidade de um estudo do mercado camelôs de Três Lagoas/MS.

Somente a partir dessas peculiaridades é que se torna possível verificar *os aspectos simbólicos como mitos, ritos, crenças, ideias, leis, regras e normas*, que poderiam estar ligados ao mercado camelôs em si, mas também as peculiaridades de região, da sua história, da forma como esse mercado foi constituído, da estrutura existência sobre esse mercado, que possui significativas peculiaridades de região para região. São esses aspectos simbólicos que produziriam *papéis diferenciados aos sujeitos integrantes*, com nomes específicos e peculiares em cada região, com atividades semelhantes, mas desenvolvidas de forma diversas.

Como exemplo, fica o caso dos ambulantes de Porto Alegre que, de acordo com o trabalho de Machado (2004), são chamados de “caixinhas”, sendo que essa categoria sequer aparece nos trabalhos de Quezada (2008) e de Rodrigues (2008).

Esses papéis e valores simbólicos concedidos a eles é que permitiriam verificar as *disposições desiguais de onde as relações de poder estariam manifestas*, como no caso do embate diferenciado em cada região com o poder público e os comerciantes locais. A partir dessas disposições desiguais é que se torna possível entender o limiar entre o formal e o informal, entre o legal e o ilegal, entre as possibilidades de um mercado e suas limitações etc.

A partir destas constatações é que as relações entre os vários conceitos (cidade, culturas organizacionais, relações de poder e território) se tornam evidentes e possíveis para um estudo sobre a atividade de camelô. Esse longo percurso de discussão sobre a atividade de camelô foi necessário para, além de elucidar aspectos ligados ao campo de pesquisa, detectar as possibilidades de articulação dos vários conceitos. Primeiro que o mercado camelôs é uma atividade que se proliferou e disseminou no contexto das cidades, muitas vezes ligados à precariedade, informalidade, além dos problemas estruturais na absorção de mão-de-obra, assim como as formas cada vez mais elaboradas de consumismo. Esse fato mostra que tal mercado é uma realidade em muitas cidades brasileiras, o que torna difícil dizer que não há relações entre esse mercado e o desenvolvimento das cidades. Sejam as cidades vistas como informacional (CASTELLS, 2000), ou como e-topias (MITCHEL, 2003), ou ainda como organizações sociais (MAC-ALLISTER, 2004) e cibercidades (LÉVI, 1999). Em cada um destes contextos é possível detectar o funcionamento do mercado camelô.

Mas as discussões sobre as cidades vão além das pretensões nesta tese, pois o mercado camelô se constitui uma parte ínfima de toda proliferação e produção existente neste espaço de relações econômicas e sociais. Por esse motivo, a filiação ao projeto de Certeau (2008), que procura observar o contexto das cidades não como estruturas gerais ou como conceitos elaborados nos quais elas poderiam ser encaixadas, mas como práticas urbanas, diversificadas, multifacetadas e simbolicamente ricas é de extrema importância. Tendo em vista essa constatação é que nas cidades há sempre a possibilidade de estudos diversos, de verificação dos seus aspectos peculiares. Isso fica evidente também no trabalho de Magnani (2002), ao salientar que as cidades devem ser observadas, não somente pelos atores que as estruturam, como os detentores de capital, os empresários ou algo do tipo, mas devem ser vista também pelos seus moradores que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade,

estilos de vida, deslocamentos, conflitos etc., constituem elementos que em dão vida às cidades.

Aqui os conceitos de culturas organizacionais e territórios são possíveis, em suas diversificações e diversidades, pois ao dizer culturas organizacionais, dizemos logo de início as suas várias possibilidades de manifestações no contexto das cidades, assim como quando dizemos territórios ou, como prefere chamar Souza (2006), nanoterritórios, de onde os processos de dominação e apropriação estariam envolvidos e disseminados em todos os espaços urbanos.

Se há diversidade nas manifestações territoriais e também nas de culturas organizacionais, fica evidente que durante anos os estudiosos da área de Administração e da Geografia vêm lidando com conceitos diversos em práticas e situações em que ambos são amplamente detectáveis, além da impossibilidade de separá-los. Por esse motivo, Souza (2009) diz que há uma preocupação em separar aquilo que é distinguível, mas não é propriamente separável, o que culminou com o conceito de culturas organizacionais territorializadas.

Nesta linha, detectar e fazer funcionar o conceito de culturas organizacionais territorializadas no contexto das práticas urbanas é extremamente possível e necessário, pois, como salienta Magnani (2002), as práticas, mesmo numa megacidade, impõem modificações na distribuição e forma dos seus espaços públicos, nas relações com o espaço privado, no papel dos espaços coletivos e nas diferentes maneiras pelas quais os seus agentes (moradores, visitantes, trabalhadores etc.) usam e se apropriam de cada uma dessas modalidades de relações espaciais. Do que mais Magnani (2002) pode estar falando ao elucidar as diferentes maneiras de condutas dos agentes integrantes das cidades, senão dos aspectos simbólicos e culturais que permeiam esses espaços, e que usam e se apropriam de cada uma dessas modalidades de relações espaciais, senão dos aspectos territoriais? Para a compreensão dessas relações de uma forma que Magnani (2002) chama de “de perto e de dentro” é que o estudo etnográfico abre amplas possibilidades de compreensão das práticas urbanas, como a atividade de camelô. A seguir é o método.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Nesta etapa vale retomar alguns pressupostos compartilhados no desenvolvimento desta tese. Assim, o deslocamento que Certeau (2008) realizou da ideia da cidade-conceito para as práticas urbanas é de suma importância para a compreensão do método utilizado. Isso mostra que, mais do que os aspectos estruturais e as disposições de lugares específicos, há muito que ser entendido no contexto das cidades, pois existe uma dinâmica que escapa a forma constituída por essas estruturas, de onde muitas vezes ocorrem modificações interessantes. Além desse fato, Certeau (2008) salienta que no entremeio a essas práticas urbanas existe uma produção constante de espaços que conferem singularidades aos fatores compartilhados, assim como possibilitam alguns recursos simbólicos aos sujeitos na construção de suas identidades.

Foi por esse motivo que a discussão sobre cidade e mercado camelô foi retomada, não com a intenção de instituir uma pesquisa sobre as cidades, mas para uma discussão sobre a riqueza e diversidade das práticas urbanas, de onde os camelôs são fenômenos evidentes. Isso fica visível nas considerações de Magnani (2002) sobre as diversidades nas formas de sociabilidades, modos de vida e de manifestações dos fenômenos urbanos. Assim, a atividade de camelô, por ser um fenômeno que se constitui em espaços específicos e compartilham de pressupostos materiais e culturais é que – ainda seguindo Certeau (2008) – ao adentrar esses espaços o sujeito apreende muito daquilo que é compartilhado. Nesta linha, Certeau (2008) chega a dizer que os processos de caminhar pela cidade, visitar espaços específicos e compreender essa diversidade permitem apreensões ricas sobre tais manifestações culturais.

3.1 SOBRE O MÉTODO ETNOGRÁFICO E AS FORMAS DE APREENSÃO DOS SIGNIFICADOS

Diante desta discussão é que o método de pesquisa escolhido foi a etnografia, realizada entre os camelôs da cidade de Três Lagoas/MS. Na análise de Cavedon (2008, p.143), o método etnográfico “consiste no levantamento de todos os dados possíveis sobre uma determinada comunidade com a finalidade de melhor conhecer o estilo de vida ou a cultura específica da mesma”. Como método etnográfico, Genzuk (1993) diz que é uma forma de

pesquisa onde o foco é um olhar muito de perto, que se baseia em experiências pessoais e na participação em determinados contextos. Esse autor salienta que este método se baseia nas técnicas de entrevistas, observação e documentos.

Mas a escolha do método etnográfico e das suas técnicas de apreensão sobre os significados (entrevistas, observação e documentos) não ocorreu por acaso, mas foi efetivado a partir das constatações de que uma apreensão rica sobre a cultura de grupo deve passar por uma imersão em campo. Assim, Geertz (2001) salienta que o importante no trabalho do antropólogo – apesar de eu não ser antropólogo – é compreender os significados atribuídos pelas pessoas do grupo às práticas e representações que compartilham. Geertz (2001) entende que a cultura é uma teia de significados construída pelo próprio homem de onde o papel do antropólogo é ter uma ação interpretativa sobre esse significado. Esse autor salienta ainda que a etnografia se constitui a partir de uma descrição densa que englobe uma multiplicidade de estruturas complexas que o antropólogo deve aprender e apresentar. Assim, a etnografia é construir uma leitura de um manuscrito estranho, que possui incoerências e exemplos transitórios, pois o antropólogo não produz nada mais do que interpretações de segunda ou terceira mão, pelo fato de que as de primeira mão só serão feitas pelos próprios pesquisados.

Por esse motivo, para uma apreensão das práticas e rotinas realizadas pelos camelôs da cidade de Três Lagoas/MS, houve a necessidade de registrar todos os eventos, discussões, exemplos, acontecimentos estranhos etc., num diário de campo. O diário de campo se constitui, na análise de Bom Meihy (1996), numa forma de anotações sistemáticas sobre os fenômenos que o pesquisador vivencia. Para esse autor, o pesquisador não precisa mais do que uma caneta e um caderno de bolso.

Assim, além do diário de campo, foram utilizados como métodos de pesquisa algumas entrevistas, a observação participante e também a pesquisa documental e bibliográfica. No caso desta última modalidade de pesquisa, a intenção foi constituir a história da cidade de Três Lagoas/MS e também entender parte da história e dos vários acontecimentos que envolviam os camelôs. Numa sociedade onde a escrita possui centralidade, localizar os aspectos culturais em jornais, notícias, livros, dissertações e teses se torna algo possível num trabalho científico. Por esse motivo, no contexto histórico, os atributos culturais, os processos de dominação e ocupação dos espaços, os confrontos formados durante a história de existência do mercado camelô, foram importantes para uma compreensão prévia sobre o mercado camelô. Parte desse resgate eu fiz antes de entrar em campo, com a intenção de obter

um conhecimento prévio de alguns atributos sobre a saga dos camelôs na cidade de Três Lagoas/MS.

Como bem mostra Merriam (1998), a pesquisa documental e bibliográfica serve, em muitos casos, para apreender mais sobre determinada situação, pessoa ou investigação de determinado evento. Essa autora relata que a pesquisa documental pode ser utilizada na investigação, por exemplo, de determinado programa, evento ou pessoa, com a intenção de esclarecer e possibilitar a contextualização e história do objeto de investigação. Ainda nesta linha, Hodder (2000) mostra a diferença entre documento enquanto arquivo e documento enquanto registro, onde o primeiro está ligado aos documentos de caráter oficial e o segundo de caráter mais pessoal. Sendo assim, os documentos utilizados e que fizeram parte do processo de investigação foram os de caráter mais oficial, como livros, teses, dissertações e notícias de jornal, que focavam a história da cidade e da existência do mercado camelô.

Assim, nos dois primeiros tópicos da próxima parte desta tese, “As culturas organizacionais territorializadas na atividade de camelô de Três Lagoas/MS”, a descrição feita, principalmente no primeiro tópico, só foi possível através dessa pesquisa documental e bibliográfica. No primeiro tópico da próxima parte, “A cidade de Três Lagoas/MS: histórico e características gerais”, o que eu fiz foi traçar uma descrição geral sobre todo o processo de surgimento da cidade de Três Lagoas/MS até os dias atuais, focando as formas de estruturação da cidade, através de uma série de livros e trabalhos acadêmicos. No segundo tópico, “Histórico sobre a atividade de camelô de Três Lagoas/MS”, além de detectar parte dessa história nesses livros e trabalhos acadêmicos, ainda eu conduzi uma série de entrevistas para ter uma interpretação próxima a daqueles indivíduos envolvidos no processo.

Destes dois tópicos foi que iniciei o trabalho de campo, que foi realizado através da observação participante e de uma série de entrevistas que eu realizei enquanto estava em campo. No que tange à observação participante, grande parte dos ensinamentos que eu tive foi lendo a obra de Whyte (2005). A observação participante denota, inicialmente, uma longa estada em campo, para que seja possível ao pesquisador compreender os meandros da rede de significados compartilhados. Para isso, salienta Whyte (2005), o pesquisador pode “entrar” a partir de um informante-chave, que abrirá o campo e possibilitará certa proteção ao pesquisador. Essa descrição que Whyte (2005) faz sobre o informante-chave dissipar as dúvidas com relação ao pesquisador, eu vivenciei em campo. Eu tive um informante-chave, Seu João, por quem eu entrei em campo. Não foram raras as vezes em que o Seu João respondia as dúvidas com relação a minha estada ali. Nos próximos tópicos comento o caso

da presidente da Associação dos camelôs que, antes de ir conversar comigo, foi falar com o Seu João para saber quem eu era e o que estava fazendo ali quase todos os dias.

Neste entremeio, a vivencia em campo me mostrou também algo que Whyte (2005) expõe em seu trabalho, que é a diferença que o pesquisador sempre vai ter em relação ao grupo pesquisado. Não tem como esse grupo observar o pesquisador como um semelhante, pois em sua origem eles são diferentes. Tendo em vista essa discussão é que eu nunca me preocupei em ser visto de forma diferenciada. Por isso, muitas vezes, senti em campo olhares estranhos, fora a série de questionamentos que eu sofri nos primeiros dias de campo, como eu vou abordar mais adiante. Assim, eu sempre fui visto como um pesquisador, como alguém que estava ali fazendo um trabalho – como eles mesmo diziam – para a faculdade. Uma coisa interessante que Whyte (2005) disse em seu trabalho é que, ao mesmo tempo em que o pesquisador está observando, ele também está sendo observado, o que pode gerar, por parte do grupo pesquisado, curiosidade e desconfiança.

Antes mesmo de eu entrar em campo, vou focar isso nos próximos tópicos, por conta de toda a movimentação que existia na cidade sobre o processo de transferência e retirada dos camelôs do lugar que eles estavam ocupando, fiquei preocupado com a forma com que eu ia entrar em campo. Como bem salienta Whyte (2005), a entrada em campo pode durar meses, pois o pesquisador deve dar conta de todos os questionamentos e aprovações do grupo pesquisado, pois isso pode “abrir” o campo, assim como gerar posturas não amistosas. A minha preocupação, devido ao processo de mudança dos camelôs ter manifesto alguns conflitos, que eu fosse algum tipo de “espião” ou alguém ligada à prefeitura ou ainda ao Ministério Público, que movia a ação de retirada deles. Por isso, durante um tempo eu transitei entre os camelôs, numa certa distância, observando e pensando na melhor forma de entrar em campo. Apesar de toda essa preocupação, a minha entrada em campo foi amistosa.

Eu entrei, oficialmente, em campo, no dia 13 de Janeiro de 2010, quando eu estabeleci o segundo contato com o Seu João, como ficará mais claro esse processo no terceiro tópico da próxima parte, “A entrada em campo: explorando o território camelô”. Assim como eu sai, oficialmente, de campo no dia 5 de Janeiro de 2011. Nestes quase 1 ano em campo, vivenciei uma série de situações, obtive uma série de informações, deixei de vivenciar e obter outras séries de coisas que, após sair de campo, eu achei necessárias. Mesmo assim, apesar de na escrita deste trabalho eu ter em mente aquilo que Geertz (2001) chamou de “descrição densa”, sei exatamente que muito do que eu apreendi em campo e das informações que eu obtive ficarão em minha memória, pois muito dessas informações obtidas em campo não se

“encaixavam” na lógica da escrita. Durante a escrita deste trabalho, eu tive dificuldade de inserir uma série de situações que eu vivenciei, uma série de partes das entrevistas que eu realizei. Mesmo assim, os temas que eram mais evidentes e que se repetiram em campo, acredito, tive condições de expor durante a escrita desta tese.

O importante do estudo etnográfico, não está simplesmente na constituição de um trabalho científico, mas também na mudança que a vivência em um grupo social diverso causa no pesquisador. Entrei em campo uma pessoa, com meus preconceitos e modos distantes de observar a realidade da qual eu ia participar, e saí de campo outra pessoa, questionando uma série de comportamentos, automáticos, que eu sempre tive, alterando, cotidianamente, a minha maneira de ver o mundo. Não sei se vou conseguir, até mesmo pelo distanciamento que o processo de escrita de um trabalho científico causa na relação autor/leitor, mostrar ou mesmo transparecer parte dessa vivência, pois a lógica que vou seguir, até mesmo pela filiação teórica que faço nesta tese, é a de interpretação dos fatos geradas através da observação participante e das entrevistas que eu realizei.

Além da observação participante, eu realizei, tempo depois que estava em campo, uma série de entrevistas com alguns camelôs, com o antigo Secretário da indústria e comércio, com o atual Secretário da indústria e comércio, com alguns comerciantes, com alguns consumidores, com o antigo presidente da Associação Comercial de Três Lagoas, com o atual presidente da Associação Comercial de Três Lagoas e com um representante do Ministério Público. De uma forma ou de outra, os sujeitos que eu selecionei para realizar a minha pesquisa, e que foram extremamente receptivos, estão diretamente envolvidos com a atividade de camelô. Esses sujeitos eu vou caracterizá-los mais adiante.

Essas entrevistas foram em profundidade e semiestruturada, pois a finalidade é apreender os atributos culturais a partir da visão daqueles atores envolvidos. Na concepção de Fontana e Frey (2000), as entrevistas em profundidade e semiestruturadas acontecem quando o pesquisador deseja que o pesquisado “navegue” e construa o sentido a partir de seu próprio ponto de vista, restando ao pesquisador a compreensão daqueles atributos que o pesquisado deseja construir. Por esse motivo, nesta modalidade de pesquisa, o pesquisador não deve possuir mais do que um roteiro de entrevista, onde estejam contemplados apenas tópicos importantes que não podem ser deixados de ser explorados, pois possuem importância central para o objetivo da pesquisa.

Eu comecei a realizar essas entrevistas em meados de Junho de 2010, após um tempo em que eu já estava em campo. Isso porque, antes de realizar essas entrevistas, eu necessitava

de um conhecimento amplo sobre a realidade do mercado camelô, até mesmo para saber o que deveria e poderia perguntar. A minha intenção na condução das entrevistas foi formalizar uma série de falas, que pudesse me ajudar a entender melhor a dinâmica da atividade de camelô e dos seus meandros, assim como de elas [as entrevistas] serem amplamente utilizadas no processo da escrita do trabalho etnográfico, evidenciando os atributos na forma como eles são observados pelos pesquisados. Assim, após esta estada inicial em campo é que eu fui capaz de construir os roteiros de entrevista, pois eu comecei a ter uma série de informações que seria interessante de ser explorada nas entrevistas. O primeiro grupo que eu conduzi as entrevistas foi o dos camelôs. Após as entrevistas com os camelôs, onde eu pude ter uma melhor compreensão de uma série de fatos, foi que eu passei a estabelecer contato com os outros sujeitos que eu citei anteriormente, para realizar as entrevistas com eles.

Ainda sim, em todo o período que eu estava em campo, fiz a assinatura de um jornal local, para também iniciar um processo de arquivamento das notícias que eram veiculadas sobre os camelôs. Durante todo o período em que fiquei em campo, cerca de 1 ano, eu juntei e organizei todas as reportagem, que me foram úteis também, no processo da escrita etnográfica, para avaliar e interpretar os dados e situações vividas em campo.

3.2 INFORMANTES-CHAVE, REDE DE CONTATOS E SUJEITOS DE PESQUISA: SOBRE OS ASPECTOS RELACIONAIS DA PESQUISA ETNOGRÁFICA

Com eu já salientei e como vou explorar melhor esse assunto mais adiante, eu obtive em campo, um primeiro informante-chave, e depois desta entrada em campo eu tive mais um informante-chave, que foi a presidente da Associação. Whyte (2005) em seu trabalho relata algo interessante e que eu vivenciei durante o estudo etnográfico realizado entre os camelôs, que é a hierarquia de poder existente no grupo. Esse autor comenta que o pesquisador quando entra em campo ele cai quase que de “paraquedas” num ambiente com sua hierarquia e suas relações de poder. Como eu não conhecia a estrutura geral de relações estabelecidas no mercado camelô, entrei em campo pelo sujeito que eu tive maior proximidade, que foi o Seu João.

Um parênteses aqui. Eu vou utilizar nomes fictícios para definir todos os sujeitos que tive contato em campo, como uma forma de preservar, mesmo que de forma incipiente, a identidade dos verdadeiros sujeitos. Apesar de que alguns, como as autoridades que eu

realizei entrevistas, são facilmente identificáveis. Mesmo assim, eu preferi continuar com essa lógica de conceder a eles [as autoridades], também, nomes fictícios. Para todos os sujeitos pesquisados, vale frisar, no processo de contato, eu solicitei a assinatura de um “Termo de consentimento”, para que eu pudesse utilizar as informações daquelas entrevistas no meu relatório. No termo (ANEXO A) que fiz para os camelôs, os comerciantes e os consumidores, eu coloco – e no momento da assinatura eu reforço – o sigilo na identidade deles.

Para os outros sujeitos e informantes-chave que estão diretamente vinculados a um órgão específico (público ou privado) ou Associação, peço permissão, no termo (ANEXO B) que fiz para essa categoria, de identificá-los, pois para a minha pesquisa esses sujeitos ligados a esses órgãos ou associações são extremamente importantes para eu avaliar a dinâmica das relações existentes e que envolvem o mercado camelô. O efeito na avaliação, por exemplo, das relações de poder, é evidente, principalmente, se observado o lugar de onde o sujeito fala. Se não me fosse permitido identificar esse lugar, não seria possível detectar a diversidade e mesmo a desigualdade nas relações de poder existentes. Mesmo com essa autorização assinada e consentida pelos sujeitos, ainda preferi identificá-los a partir de nomes fictícios. Isso porque, também, os representantes desses órgãos vão se alterando durante os anos, o que irá preservar à minha pesquisa, durante os próximos anos, uma possível não identificação exata desses sujeitos.

Dito isso, o meu segundo informante-chave foi a presidente da Associação, Dona Maria. Ela era uma das mais antigas camelôs trabalhando naquele espaço, sendo também uma das primeiras camelôs a se instalar no primeiro local de ocupação deles no centro da cidade. Como eu fui detectando durante o tempo em que estive em campo, a hierarquia de poder era evidente entre eles e, naquele momento da minha pesquisa, a presidente da Associação exercia uma influência importante. Durante os primeiros dias em que eu estive em campo, ela foi ao meu encontro, para especular mais sobre o que eu estava fazendo ali. Sempre tive um contato amistoso com ela, por isso, além do Seu João, eu a tive como uma importante informante-chave. Além do fato de que eu estava me “acomodando” perfeitamente à hierarquia existente, sem transgredir a posição que ela tinha ali.

Por esse motivo, muitos dos temas ou fatos que eu precisava averiguar, eu ia primeiro até ela, para sentir, inicialmente, se o tema ia gerar ou não um constrangimento geral. Apesar das minhas restrições e cuidados com a minha postura em campo, a Dona Maria sempre foi extremamente “aberta” as minhas indagações, assim como no meu trânsito e conversa com os

camelôs. Nunca, durante o tempo em que estive em campo, senti-me rechaçado ou mesmo impedido de realizar qualquer tipo de contato ou questão.

Assim, as minhas entrevistas com os camelôs, como eu já disse, ocorreram durante o mês de Junho de 2010. Deixei o mês todo para conduzir a uma série de entrevistas, com o intuito de explorar melhor os meus achados em campo. Além dos meus principais informantes-chave, o Seu João e a Dona Maria, ainda conduzi entrevistas com mais 9 camelôs, fora os que eu mantive contatos informais. Esses camelôs eu fui identificando, durante os primeiros meses em campo, por algumas peculiaridades que eles tinham para a minha pesquisa. Além dos temas gerais que eu precisava averiguar, como a transferência deles para o novo local, o processo de mudança deles para o local que eles se encontram, as relações estabelecidas com o poder público, etc., ainda existiam algumas peculiaridades.

No caso do Seu Mário, um dos meus entrevistados, foi a especialização do seu negócio. O Seu Mário, um senhor de aproximadamente uns 60 anos, era especializado em componentes para eletroeletrônicos. O Seu Luiz também tinha sua especialização, em componentes para TVs e antenas. Dessas peculiaridades e dos temas gerais que eu precisava abordar, eu fui conduzindo as entrevistas com esses camelôs. Parte dessa descrição sobre o processo de contato com cada um dos camelôs eu vou salientando durante a descrição do trabalho de campo. Por ora vale mencionar os nomes fictícios dos camelôs que eu entrevistei e também estabeleci uma relação de proximidade através de amplas conversas informais.

Assim, os camelôs que identifico ter a maior proximidade são: o Seu João (primeiro informante-chave), a Dona Maria (presidente da associação na época e segunda informante-chave), o Seu Mário (especialista em componente eletroeletrônicos), o Seu Luiz (especialista em componentes para TVs e antenas), a Dona Jura (a camelô mais descontraída que eu conheci em campo), a Dona Janete (antiga presidente da associação), a Dona Lurdes (camelô com mais de 20 anos na profissão), o Seu José (amigo do Seu João e ávido comerciante de boxes), o Seu Antônio (camelô cult e bom entendedor de filmes e documentários), o Seu Ramon (também camelô cult e bom entendedor dos gêneros musicais blues e jazz) e o Seu Valdir (camelô há uns 12 anos e um dos compradores de box após a transferência para o camelódromo).

Esses camelôs, com os quais eu tive maior proximidade, não foram, para mim, apenas sujeitos de pesquisa e muito menos somente informantes-chave, os vínculos de proximidade que eu estabeleci com eles iam além de meros sujeitos dos quais eu precisava de alguma informação. Muitas vezes eu era solicitado para que algum deles pudesse compartilhar suas

histórias, seus problemas pessoais, suas ansiedades e também novidades. Com maior proximidade de alguns camelôs foi que eu descobri um lado que chamei de cult, no sentido de que alguns eram bem informados sobre coisas que iam muito além daquela atividade. Confesso que eu não levei quase nada para o campo, mas saí de lá com uma riqueza de informações e conhecimentos interessantes. Por esse motivo, sempre antes do nome fictício desses camelôs eu insiro os pronomes “Dona” ou “Seu”, pelo respeito que estabelecemos.

Após as entrevistas que eu conduzi com os camelôs, comecei uma saga para contatar aquelas autoridades ou sujeitos de pesquisa, dos quais eu necessitava de informações para complementar o que eu pretendia – e havia colocado como objetivo – obter de informações. Esses sim foram, para a minha pesquisa, sujeitos, no sentido de que a relação que eu estabeleci foi um relação tópica e formal. Após 1 hora de conversa, nos despedíamos e eu ia embora com as informações que eu precisava. Assim, utilizei o pronome formal (Sr. ou Sra.) para expressar as diferenças nas relações que eu estabeleci com esses sujeitos, antes dos nomes fictícios. Essas entrevistas foram realizadas entre Julho e Outubro de 2010, pela dificuldade que eu encontrei em estabelecer um horário que fosse bom para os sujeitos pesquisados. Das pessoas que eu pretendia fazer entrevistas, apenas a diretora do SEBRAE eu não consegui. O restante, mesmo depois de uma série de modificações no horário, eu realizei as entrevistas.

Nesta etapa eu entrevistei, inicialmente, o Sr. Sebastião, que foi Secretário da Indústria e Comércio na época em que os camelôs foram transferidos das calçadas do centro para o local onde eles estão atualmente. Depois do Sr. Sebastião, eu entrevistei o Sr. Fernando, que ocupava, na época da entrevista, esse cargo de Secretário da Indústria e Comércio. Logo após, eu entrevistei o Sr. André, que tinha sido presidente da Associação Comercial e Industrial de Três Lagoas/MS e, dias depois, eu consegui a entrevista com o Sr. Bruno, que na época em que fiz a pesquisa era o atual presidente da Associação Comercial. O Sr. Bruno, por questões de intimidação com o gravador, pediu para que eu não gravasse a entrevista. A última entrevista que eu realizei foi com o Sr. Paulo, representante do Ministério Público. Durante ainda esses dias, no entremeio a uma entrevista e outra, fiz três entrevistas formais com consumidores do mercado camelô, que eu denominei de: Sr. Pedro, Sr. Evandro e Sra. Salete. Ainda, fiz entrevistas com o Sr. Felipe e o Sr. Fábio, que eram antigos lojistas e que acompanharam todo processo de transferência dos camelôs. Apesar de ter feito essa grande quantidade de entrevistas, muito do que foi me dito, por não cobrir, especificamente, os propósitos da minha pesquisa, não foi utilizado.

3.3 SOBRE A ANÁLISE E A ESCRITA DOS ACHADOS EM CAMPO

Como o método utilizado nesta pesquisa foi a etnografia, onde a intenção última foi a tentativa, mesmo que incipiente, de realizar aquilo que Geertz (2001) chamou de uma “descrição densa” que dê conta da multiplicidade daquilo que foi aprendido, privilegiei, como forma de análise, a discussão – dentro da lógica do trabalho científico – dos vários fatos e atributos da atividade de camelô de Três Lagoas/MS que, para mim, foram os mais evidentes e manifestos. Se, como salientou Geertz (2001), entender a cultura é compreender que existe uma teia de significados construída pelo próprio homem, de onde o papel do antropólogo é ter uma ação interpretativa sobre esses significados, os atributos que mais foram compartilhados comigo foram os que eu utilizei para realizar a descrição nesta tese.

Como ficará claro também mais adiante, eu fui a campo sem a intenção de procurar ou localizar aquilo que, para a minha pesquisa, seria mais importante. Claro que muitos temas que eu aprofundei nas entrevistas tinham a ver com os meus propósitos e objetivos iniciais, mas algo que posso confessar é que não fiquei preso à necessidade de atingir os meus objetivos. Como o meu papel, enquanto pesquisador que se utilizou do método etnográfico para conduzir sua pesquisa, era de um interlocutor capaz de apreender e interpretar, foi essa mesma capacidade de interpretar que eu utilizei após sair de campo, quando realmente eu fui interpretar, na relação existente entre teoria e prática, as informações que eu obtive em campo. Algumas ficaram evidentes e tiveram relações direta com os meus propósitos nesta tese, enquanto outras não. Mesmo assim, o meu papel, após sair de campo, foi empreender o ator interpretativo, tendo em vista os objetivos traçados neste trabalho, assim como o quadro teórico constituído.

Como a descrição no método etnográfico segue a lógica das vivências em campo e dos atributos compartilhados, o meu papel no processo da escrita, seguindo as ideias de Berger e Luckman (1985), foi de interpretar e dar sentido aos significados. Por isso, as entrevistas que realizei extracampo e as notícias veiculadas na mídia serviram, no caso particular da escrita desta tese, como complementos para as devidas explicações e descrições feitas. A minha intenção não foi analisar, particularmente, as entrevistas, no sentido de detectar fatos ocultos no dito pelos entrevistados. Eu apenas, no momento da descrição em que elas eram importante, inseri-as no contexto. Por isso, como ficará claro no terceiro tópico da próxima parte, eu tive temas gerais, que me possibilitaram conduzir uma discussão lógica dos fatos vivenciados em campo.

4 AS CULTURAS ORGANIZACIONAIS TERRITORIALIZADAS NA ATIVIDADE DE CAMELÔ DE TRÊS LAGOAS/MS

Para compreender as culturas organizacionais territorializadas na atividade de camelô de Três Lagoas/MS eu dividi esta parte da tese em cinco tópicos, alguns ainda com outros sub-tópicos. No primeiro tópico, “A cidade de Três Lagoas/MS: histórico e características”, a minha intenção foi realizar uma descrição geral e histórica sobre a cidade de Três Lagoas/MS, pois este é o espaço de manifestação da atividade de camelô, além do fato de que muito da história da cidade se entremeia à história da atividade de camelô. Assim, no segundo tópico, “Histórico sobre a atividade de camelô em Três Lagoas/MS”, o que ocorre é uma interposição entre os elementos de constituição deste mercado e o desenvolvimento ou crescimento desta cidade. A minha intenção neste histórico, que eu construí a partir das entrevistas que realizei em campo, foi apenas de mostrar a situação em que se encontrava a atividade de camelô antes de eu entrar em campo. Com isso, eu termino a descrição sobre o histórico justamente na situação em que eu encontrei o mercado camelô de Três Lagoas/MS com a minha entrada em campo. Por esse motivo, no terceiro tópico, “A entrada em campo: explorando o território camelô”, a minha intenção foi apresentar, de forma sucinta, a primeira semana que eu efetivamente iniciei o meu estudo. Antes disso eu havia feito várias visitas ao mercado camelô, mas ainda como um simples transeunte ou mesmo um indivíduo da cidade. Nesta semana foi que eu me identifiquei e iniciei, efetivamente, a minha pesquisa.

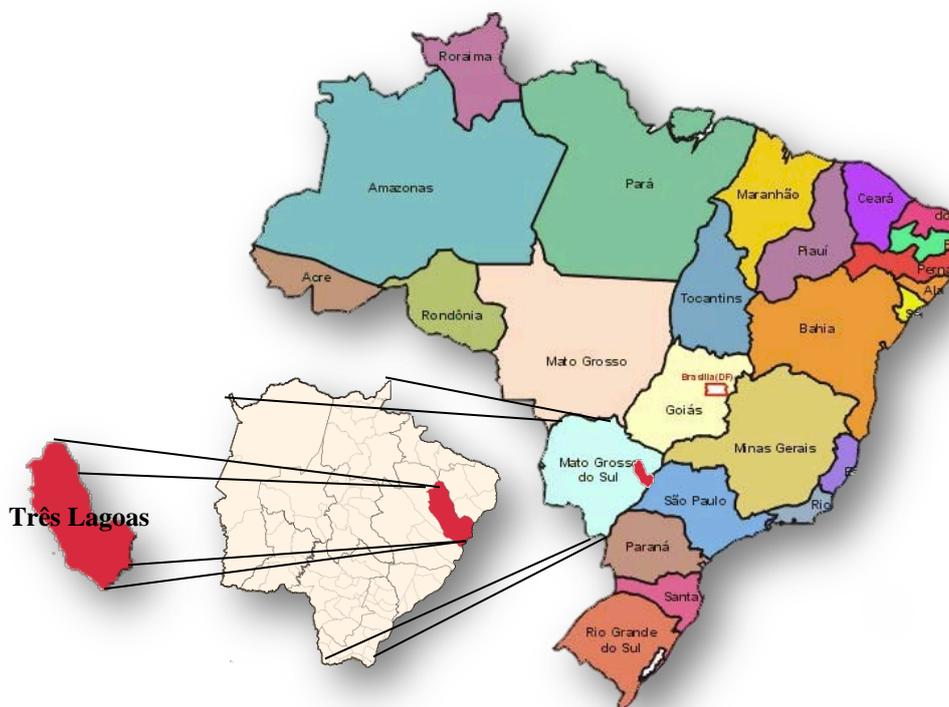
Logo após essa primeira semana, que considero a minha entrada em campo, surge o meu quarto tópico, que procuro trabalhar os principais elementos que detectei no período em que permaneci em campo. Por isso, neste quarto tópico eu coloquei como título “A estada em campo: em busca da interpretação dos fatos”, que foi realmente o que eu fiz enquanto convivia com os camelôs, ou seja, a cada informação nova e que me gerava interesse, eu procurava aprofundar e averiguar a partir das minhas técnicas de pesquisa, que foram discutidas no tópico anterior. Por fim, um último tópico, que eu denominei de “A saída de campo: analisando a atividade de camelô de Três Lagoas”, onde eu procuro retomar os objetivos propostos nesta pesquisa, numa tentativa de mostrar as maneiras, a partir dos fatos compreendidos em campo, que esses [objetivos] puderam ser atingidos, além, é claro, de evidenciar outras contribuições detectadas durante a estada em campo.

4.1 A CIDADE DE TRÊS LAGOAS/MS: HISTÓRICO E CARACTERÍSTICAS GERAIS

A cidade de Três Lagoas está localizada no extremo leste do Estado de Mato Grosso do Sul, divisa com o Estado de São Paulo (área em vermelho na Figura 2). Tal região foi habitada e desbravada, inicialmente, por bandeirantes paulistas, em reconhecimento do território nacional, assim como pela busca de novas áreas destinadas à pecuária extensiva. Em suas primeiras incursões os bandeirantes paulistas encontraram ali tribos indígenas dos Ofaié, pertencentes ao Macro-Jê e descendentes das civilizações indígenas do Chaco, na Bolívia. Apesar de ser uma tribo indígena que apresentava comportamentos amistosos com os bandeirantes, por ser um grupo indígena nômade, não tardou para que os Ofaié deixassem a região em direção ao oeste do Estado de Mato Grosso do Sul (CORREA, 1999).

Os primeiros desbravadores, no entanto, não se instalaram especificamente no município de Três Lagoas, mas sim mais ao norte do Estado de Mato Grosso do Sul, onde hoje está situada a cidade de Paranaíba. Mais tarde, por volta de 1880, é que alguns desbravadores ocuparam a região onde hoje está a cidade de Três Lagoas. Essa região possui grande potencial hidrográfico, expandindo para além do rio Sucuriú, ao norte, o rio Paraná, ao leste, que divide o Estado de Mato Grosso do Sul e o Estado de São Paulo, e o rio Verde ao sul. Por esse motivo e pela geologia da região, alguns desbravadores que estavam mais ao norte do Estado se instalaram nessa localidade (CAMPESTRINI, 2002).

Figura 2 - Mapa do Brasil, focando o Estado do Mato Grosso do Sul e a região de Três Lagoas/MS



No início do século XX, com algumas propriedades já instaladas nessa região, surge o primeiro posto fiscal, na propriedade de Antônio Trajano dos Santos, denominada fazenda das Alagoas, pois a área compreendida por essa fazenda possuía três grandes lagoas, que originou o nome atual da cidade. Nesta mesma época ocorre a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB), que corta a propriedade de Antônio Trajano em diagonal, formando dois triângulos. Para a construção dessa estrada de ferro, à beira de uma das lagoas (chamada hoje de lagoa maior), foi construído o acampamento de engenheiros e, logo em seguida, um novo povoado se instala no lugar. Próximo a esse local surge uma igreja, em homenagem a Santo Antônio, e uma praça, que concede ares urbanísticos ao local (QUEIROZ, 2004).

Com esse primeiro povoado se instalando no local, em 1914 foi criada a vila de Três Lagoas, pertencente ao município de Sant'Anna do Paranaíba. A emancipação política e territorial aconteceu em 1916, através do decreto de Lei no. 768, tomando posse no município as autoridades nomeadas pelo governador do Estado. Nesta época, a área do distrito de Três Lagoas ainda se constituía num pedado de terra doado por Antônio Trajano, que ia da estrada de ferro até o alto do rio Sucuruí. Somente em 1920 é que o governo do então Estado do Mato Grosso – pois a divisão do Estado do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul aconteceu na

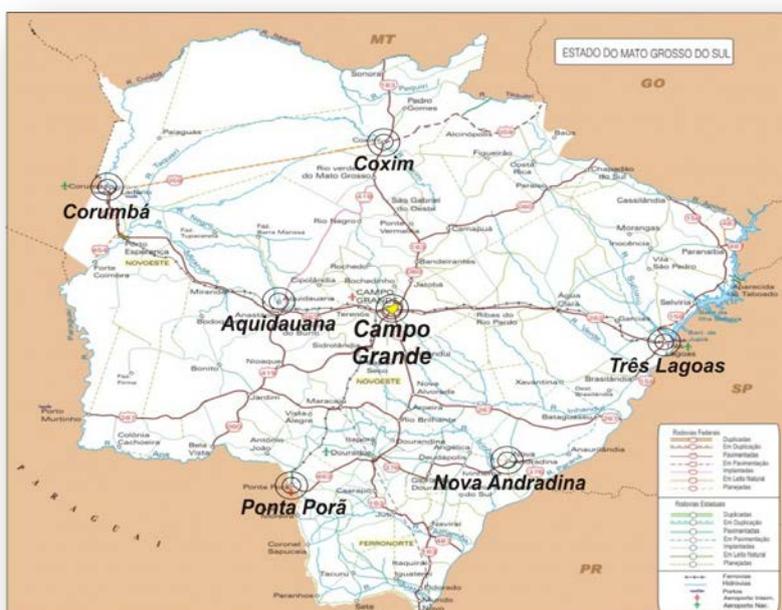
década de 1970 – doou o restante de terras faltantes para a constituição do município, cerca de 3 mil e seiscentos hectares (QUEIROZ, 1969; CORREA, 1999).

Na década de 1960 houve a construção da usina hidrelétrica Engenheiro Souza Dias (Jupiá), pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) e se tornou o principal duto rodoviário de ligação entre os Estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo, além de, na época, ser considerada a maior usina hidrelétrica do país. Logo depois perdeu esse posto para a usina construída em Ilha Solteira/SP, no ano de 1978, e em seguida para a construção da Itaipu, em 1982. Ainda hoje é a terceira maior usina hidrelétrica do país. (BORGES; OLIVEIRA, 2006)

A cidade de Três Lagoas está localizada ao centro do chamado bolsão Sul-Matogrossense (Figura 3), que é uma das regiões mais ricas em arrecadação do Estado. A atividade econômica que predomina na região desde as suas primeiras explorações até os dias atuais é a pecuária. Com a crise no setor pecuário pós década de 1980, muitas cidades passaram a investir no turismo e na atração de indústrias e comércio para os municípios pertencentes a essa região, como foi o caso de Três Lagoas. Hoje o município conta com um parque industrial diversificado, com grandes empresas do setor de papel e celulose, calçados e alimentos. Assim, a

cidade possui hoje mais de 1.500 estabelecimentos comerciais e 330 indústrias de transformação. Três Lagoas é um município em expansão que em 1997 possuía uma população de 74.797 habitantes e em 2010 atingiu a marca de 101.722 habitantes. Possui área total (urbana e rural) de 10.207,05 km² (IBGE, 2011).

Figura 3 - Mapa do Estado do Mato Grosso do Sul em suas principais cidades e regiões.



Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas (2009).

Em relação à estrutura urbana, Três Lagoas foi uma cidade que desde o seu primeiro povoado obteve um projeto urbanístico, desenvolvido inicialmente pelo engenheiro Oscar Guimarães, funcionário da estrada de ferro Noroeste do Brasil. Quando esse engenheiro chegou em Três Lagoas para realizar o projeto, já havia um número considerável de pessoas residindo próximo à lagoa maior. Assim, como a cidade surge devido à construção da estrada de ferro, o ponto básico para o planejamento urbano foi essa ferrovia, que teve suas ruas e avenidas projetadas tomando com base os trilhos de ferro. Assim, o centro da cidade, que hoje está situado próximo a essa ferrovia, teve suas ruas e avenidas projetadas em paralelo à estrada de ferro ou perpendiculares a ela, como é possível observar na Figura 4, que é uma foto da praça central da cidade tirada na década de 1960 (QUEIROZ, 2004).

Nesta Figura 4 fica visível esse projeto de construção da cidade a partir da estrada de ferro. No canto esquerdo inferior encontra-se a estação ferroviária, que obtém em paralelo a Avenida Rosário Congro e, no canto direito, uma parte da praça das bandeiras, que é a praça central de Três Lagoas/MS, onde o comércio e os bancos se encontram nos dias atuais.

Figura 4 - Foto da estação ferroviária de Três Lagoas/MS na década de 1960.



Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas (2009).

No projeto de Oscar Guimarães a racionalidade da cidade pensada quadro a quadro foi tamanha que não há avenidas ou ruas diagonais e as quadras foram divididas a exatos 100m por 100m cada, totalizando uma área de 10.000 m². Essa lógica fica visível na Figura 5, que é uma foto da década de 1950 que foca bem a praça central de Três Lagoas e as quadras entorno. Além do projeto das quadras, em termos arquitetônicos, as avenidas foram desenhadas no estilo dos *boulevares* franceses, com espaço jardins entre as duas vias de tráfego, conforme fica visível também na Figura 5.

Figura 5 - Foto panorâmica da praça das bandeiras na cidade de Três Lagoas/MS na década de 1950.



Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas (2009)

Essa avenida que aparece na foto (Figura 5) com os jardins no meio é a avenida principal da cidade, denominada Antônio Trajano, em homenagem ao fundador da cidade, Antônio Trajano e Silva. Nesta mesma avenida foi que esse fundador construiu a igreja de Santo Antônio, em homenagem ao seu santo de devoção. Assim, a lógica do projeto urbanístico de Três Lagoas/MS se encaixa no modelo clássico de planejamento urbano, onde o conjunto de quadras assemelha-se a tabuleiros de xadrez, contornados e ligados entre si por arborizados *boulevares*. Numa visão panorâmica atual é possível detectar essa organização

quadro a quadro da cidade de Três Lagoas, assim como é possível observar as três lagoas que dão nome a cidade, conforme Figura 6.

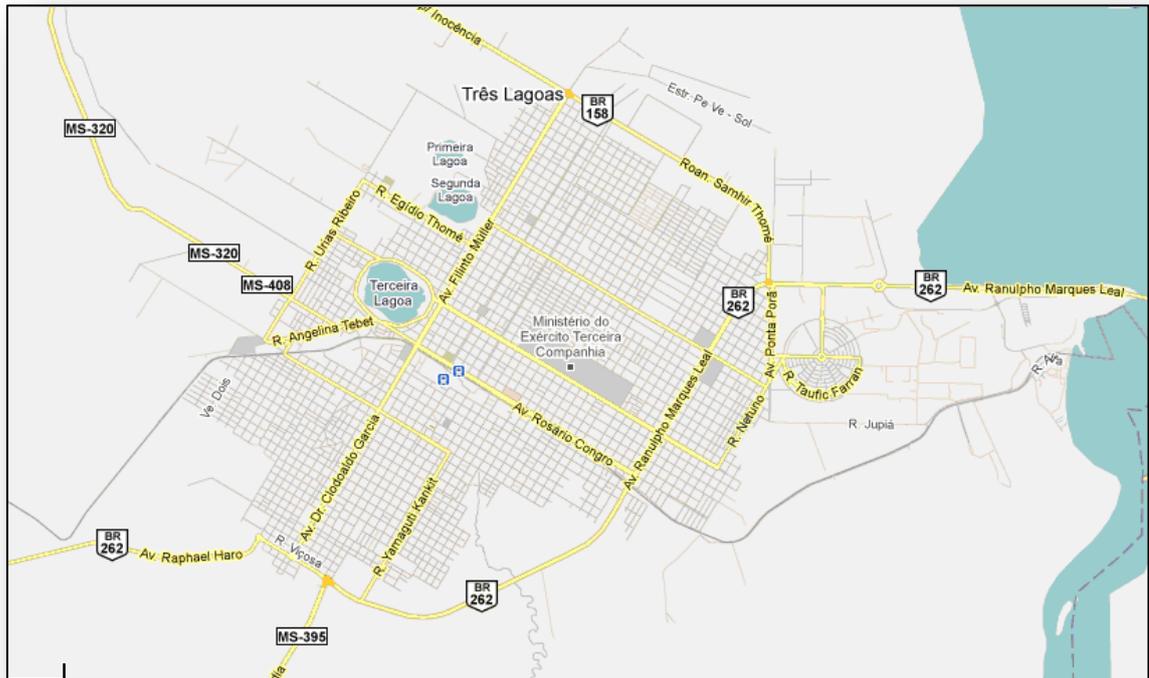
Figura 6 - Foto panorâmica da cidade de Três Lagoas/MS em julho de 2009.

Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas (2009).



Nesta foto fica visível a lagoa maior, onde inicialmente os engenheiros e trabalhadores da estrada de ferro Noroeste do Brasil constituíram seus acampamentos. Ainda do lado direito e superior da foto, logo após a lagoa maior, existe o centro de Três Lagoas (Trapézio retângulo em vermelho na figura 6), onde o projeto de Oscar Guimarães foi inicialmente efetivado. O projeto previa um crescimento ao sul da cidade, em direção à parte superior da foto, e não ao norte, parte inferior da foto. Além disso, o projeto esteve totalmente desenhado em sentido leste, na foto em sentido esquerdo, pois a ferrovia – ainda existente – corta a cidade de norte a sul, passando próxima a lagoa maior, no extremo direito da foto. Através da Figura 7 fica visível a estrutura geral da cidade e projeto arquitetônico desenvolvido e que reflete na formação da cidade atualmente.

Figura 7 - Mapa da cidade de Três Lagoas/MS



Fonte: Google (2010).

Apesar de o mapa da Figura 7 não estar no mesmo ângulo da Figura 6, ainda sim fica visível a estrutura geral da cidade nos dias atuais. Essa linha na cor cinza que surge na Figura 7 no rio Paraná (à direita) e se desloca, cortando a área urbana da cidade, e vai até o extremo esquerdo da figura, é a estrada de ferro. A Avenida Rosário Congro acompanha toda a extensão da linha férrea, de onde surgiu o projeto geral urbanístico de Orçar Guimarães (QUEIROZ, 2005).

Com o crescimento da cidade, somente o projeto inicial próximo ao centro da cidade seguiu a lógica estabelecida por Oscar Guimarães. Apesar de o crescimento não ter sido desordenado, muito do projeto inicial foi abandonado, e algumas avenidas que cobriam todas as extensões da cidade passaram a cobrir apenas parte dela. Somente na década de 1980, com a construção da Usina Hidrelétrica (canto superior esquerdo da Figura 6) é que surgiu uma nova avenida, denominada Ranulpho Marques Leal, que faz a ligação do Estado de São Paulo em direção a capital do Estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, como é possível verificar na Figura 3.

4.2 HISTÓRICO SOBRE A ATIVIDADE DE CAMELÔ EM TRÊS LAGOAS/MS

Aproveitando esse histórico e as informações sobre a cidade de Três Lagoas/MS, seria interessante efetivar o histórico sobre a atividade de camelô, como forma ainda de uma análise cidade-conceito (CERTEAU, 2008). Digo isso porque, desde o histórico e características discutidas no tópico anterior sobre a cidade de Três Lagoas, a lógica instituída ainda é de uma cidade-conceito, definida quadro a quadro. Somente no final deste percurso é que as práticas urbanas começam a surgir, evidenciando, por exemplo, os espaços tomados, as mudanças de locais, os embates com o poder público e com os comerciantes do centro de Três Lagoas/MS.

Assim, os primeiros ambulantes surgem na cidade juntamente com a constituição do primeiro povoado, impulsionados pelas necessidades de alimentos e bebidas naquela região. Grande parte do que era consumido na região era proveniente de São Paulo. Outra parte era produzida e gerada na própria região, através de uma agricultura destinada à subsistência. Com a constituição da cidade, os primeiros comércios se instalaram na região central, dado a demanda que surgia na cidade. Assim, o mercado ambulante sempre esteve efetivo e foi parte da lógica de desenvolvimento de muitas cidades, e no caso de Três Lagoas não foi diferente.

Na década de 1990 uma política do governo federal impulsionou o surgimento e efetivação de várias dessas atividades ambulantes, com a política da abertura econômica, através da importação de produtos. Essa política estabelecia o surgimento de parceiros comerciais, a criação de zonas de comércio e alianças entre países (como no caso do MERCOSUL) e a redução drástica em impostos sobre produtos importados. A intenção era modernizar o sistema industrial e, conseqüentemente, de produtos comercializados no Brasil (MOREIRA; CORERA, 1997).

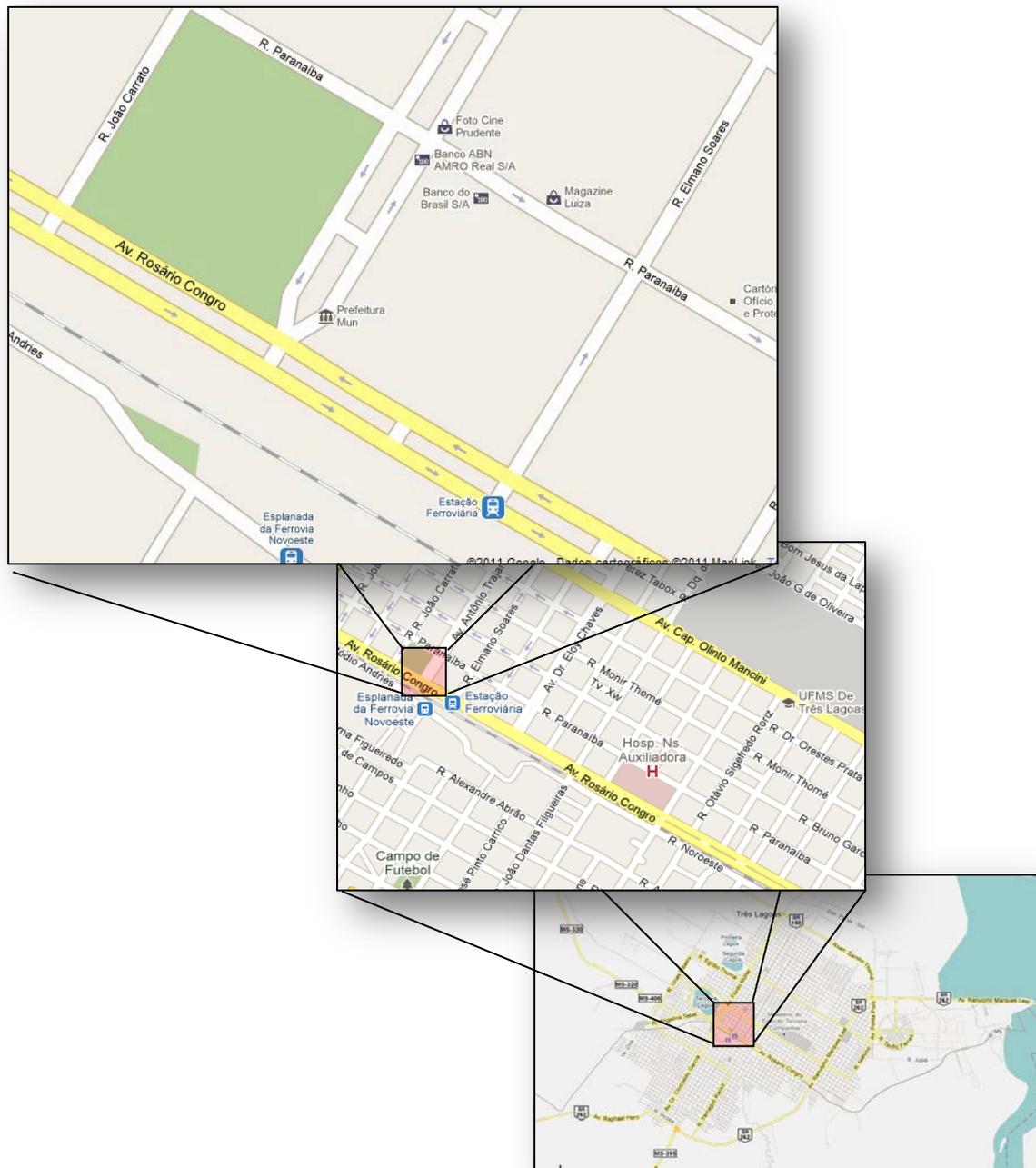
Toda essa política econômica refletiu decisivamente nos comércios das cidades. Isso repercutiu na competitividade entre as empresas nacionais, com a falência e concordata de várias delas, assim como no comércio das cidades. Essa nova lógica econômica refletiu no índice de desemprego, de onde o mercado ambulante de produtos importados se tornou uma saída para salvar a renda familiar. Essa discussão não evidencia nada além do que Harvey (1992) havia salientado. Apesar de o Brasil ser um país, na época, qualificado como subdesenvolvido, com essa expansão econômica e essa nova política pública, a lógica em que o Brasil se insere está em sintonia com aquela há muito tinha sido instituída nos países

capitalistas desenvolvidos. O ingresso nessa lógica fez com que surgisse também um mercado de trabalho flexível no que tange à mão-de-obra, assim como o surgimento de pequenos negócios.

No caso de Três Lagoas/MS, especificamente, esse mercado camelô se instala na região central da cidade em meados da década de 1990, oferecendo produtos contrabandeados do Paraguai. Nesta época, ainda se misturavam os ambulantes e os camelôs, com a prerrogativa de que os últimos possuíam ponto fixo em várias calçadas da cidade. Em 1995 é que se instalam as primeiras bancas de produtos importados em frente ao Banco do Brasil, de pessoas que procuravam ali uma nova perspectiva e planos de vida. Alguns dos camelôs que surgiram na mesma época eram provenientes de outras regiões do país, muitos trabalhavam como ambulantes e resolveram se instalar na cidade.

Com essas primeiras manifestações é que algumas pessoas já residentes na cidade resolveram também se inserir neste mercado, por conta do desemprego e de um número significativo de pessoas que se aposentavam pela Estrada de ferro Noroeste do Brasil (NOB) e também pela CESP. Esse grupo de camelôs tomava conta da Rua Paranaíba, entre a Avenida Antonio Trajano e a Rua Elmano Soares. Alguns ocupavam também as calçadas em frente a Praça da Bandeira, que era a área onde se tinha o comércio e as instituições bancárias. Esse local de ocupação inicial fica visível nas Figuras 8 e, principalmente, 9.

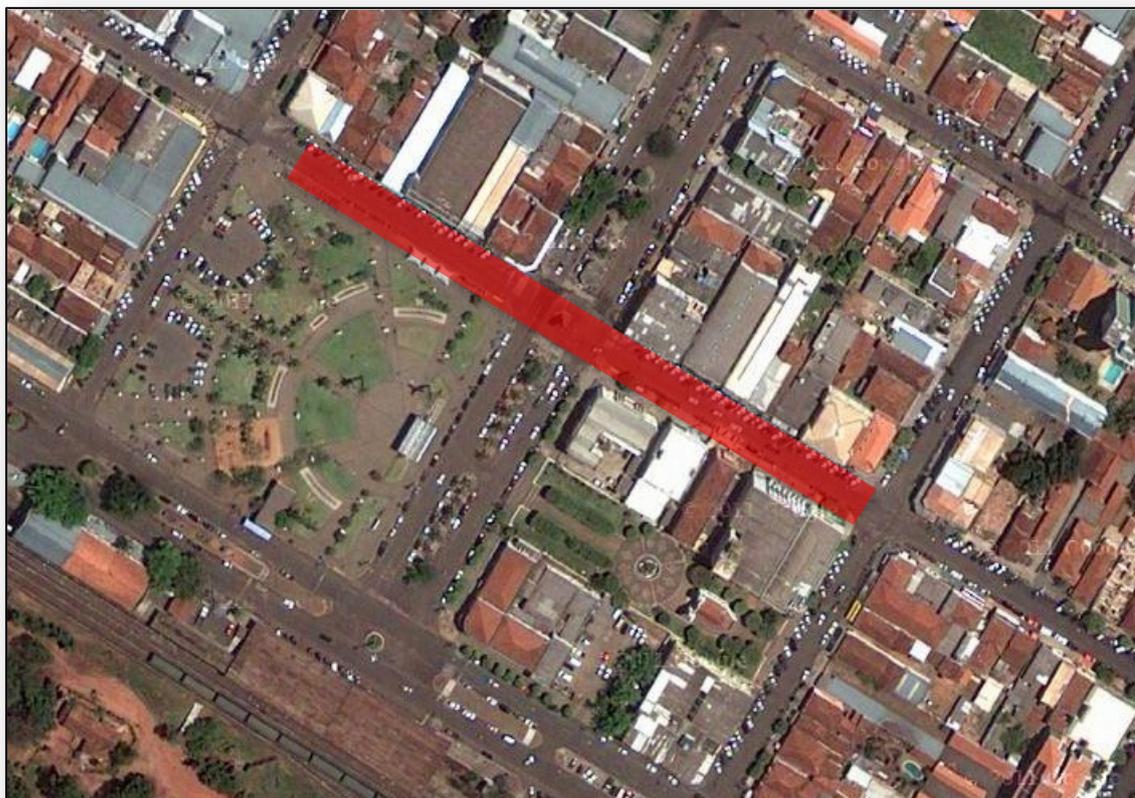
Figura 8 - Quadrantes de aumento da região central de Três Lagoas/MS para focar o espaço de ocupação inicial dos camelôs.



Fonte: Google (2010).

A Figura 9 é imagem de satélite referente ao último quadrante da Figura 8, para que fosse possível mostrar o local de ocupação inicial do mercado camelô que tinha se instalado em Três Lagoas/MS em meados da década 1990.

Figura 9 - Foto de satélite da região central de Três Lagoas/MS com a delimitação do espaço ocupado pelos camelôs até o final da década de 1990.



Fonte: Google (2010).

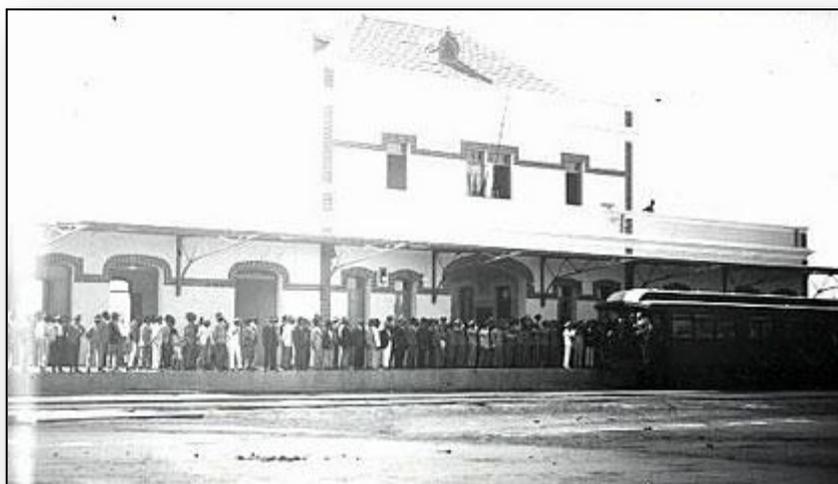
O local sublinhado com uma linha vermelha na Figura 9 foi o primeiro ocupado pelos camelôs, principalmente as duas calçadas da Rua Paranaíba, que ficam entre a Avenida Antônio Trajano e a Rua Ermano Soares, pois naquele local se encontrava (e ainda se encontra) as principais instituições bancárias de Três Lagoas/MS. Tanto que, atualmente, essa Rua Paranaíba é conhecida no município como a “Rua dos bancos”. Com a ocupação neste trecho é que outros camelôs passaram a se instalar na calçada em frente à Praça das Bandeiras, assim como nas calçadas dessa praça em frente ao comércio.

Com o aumento desordenado de camelôs nessa região, não tardou para que os comerciantes, através da Associação Comercial e Industrial de Três Lagoas, impulsionassem o poder público da época para retirada desses camelôs das calçadas centrais, alegando concorrência desleal com o mercado local, assim como dificuldades de trânsito dos consumidores e clientes pelas calçadas.

Nesta época, o então prefeito Issam Fares, que teve seu primeiro mandato iniciado em 1997 e com término do segundo mandato em 2004, entrou em negociação com os camelôs e comerciantes, para regularizar a situação. As exigências da Associação Comercial estavam assentadas sobre o impedimento do funcionamento de tal mercado, alegando ilegalidade e informalidade desse negócio. Não tardou para que alguns focos de conflitos fossem instaurados entre comerciantes e camelôs, mas isso eu irei retomar mais adiante.

Desde que o prefeito Issam Fares assumiu o cargo, o problema entre camelôs e comerciantes era latente. A situação foi se agravando no transcorrer dos três primeiros anos de mandato, pois não se chegava a uma solução considerada boa para as partes envolvidas, o que impulsionava resistências por parte dos camelôs. Até que em meados de 1998, o prefeito, em negociação com os líderes dos camelôs, conseguiu uma solução pacífica: a transferência desses camelôs para um outro local, próximo ao local onde eles se encontravam. Para que isso fosse efetivado, a prefeitura tentou formalizar esse mercado, além de instaurar um controle sobre a proliferação indiscriminada desse negócio no contexto central da cidade.

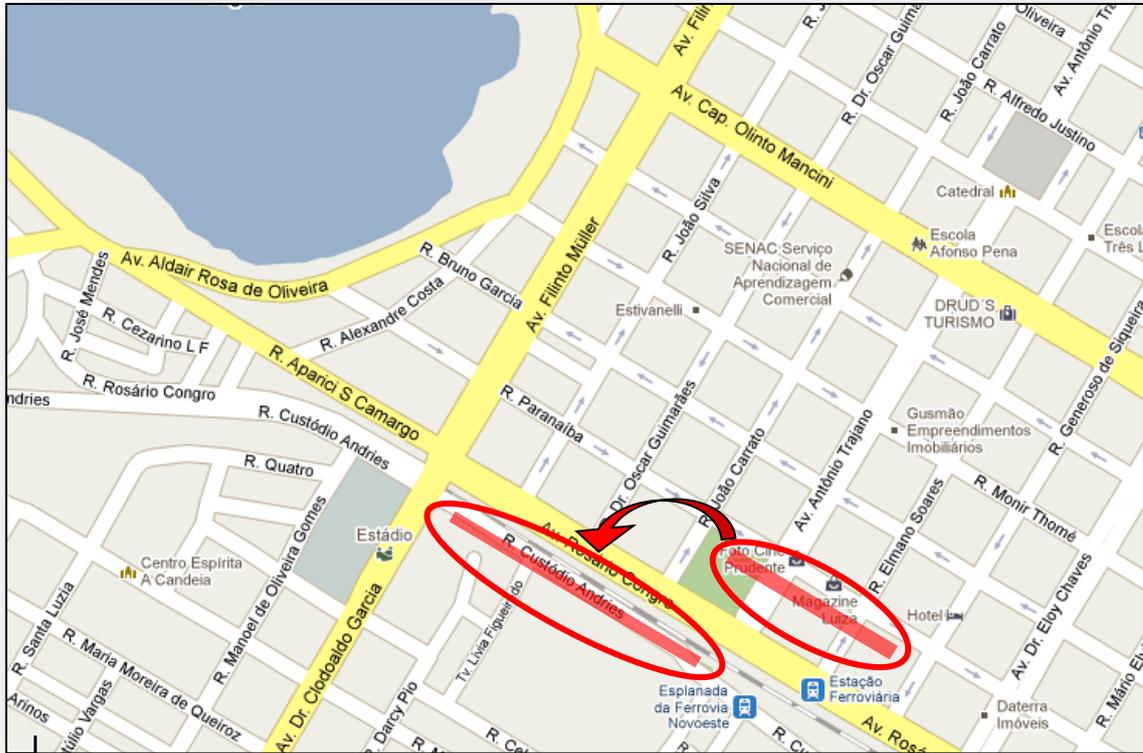
Figura 10 - Foto da estação ferroviária de Três Lagoas/MS na década de 1940.



Fonte: Prefeitura Municipal de Três Lagoas (2009).

Assim, a prefeitura realiza um cadastro inicial dos camelôs existentes, para proceder com a retirada deles dessas calçadas centrais. Logo em seguida, a prefeitura realizou a construção de pequenas bancas feitas de chapas galvanizadas, na calçada pertencente a estação ferroviária (Figura 10). Essa estação funcionava em frente à Praça das Bandeiras, na Avenida Rosário Congro. Em toda extensão da calçada, sentido norte da Avenida, foram construídas essas pequenas bancas, que foram denominadas de “Boxes”. A transferência ocorreu para um lugar próximo ao mercado central, que era uma das exigências dos camelôs, conforme Figura 11.

Figura 11 - Mapa elucidativo sobre o local de transferência dos camelôs de Três Lagoas/MS no final da década de 1990.



Fonte: Google (2010).

Essa figura 11 mostra exatamente o que ocorreu, pois os camelôs deixaram a Rua Paranaíba ou “Rua dos Bancos” e foram transferidos para uma extensão da calçada em frente à antiga estação ferroviária, que havia sido desativada na década de 1980. Esse “novo” local fica bem próximo do local antigo, apenas duas quadras de onde os camelôs exerciam seu comércio. Na Figura 12 fica mais visível esse “novo” local de comércio camelô criado com incentivos da prefeitura. Aparece, na Figura 12, o telhado e toda a extensão do mercado camelô, que está centralizado na elipse vermelha. Essa imagem de satélite data de Julho de 2010, o que mostra que tal atividade até neste ano era praticada neste local.

No ano de 1998 ocorre a transferência de todos esses camelôs para o local construído pela prefeitura. Inicialmente, a ideia do prefeito da época, Issam Fares, era realizar uma subdivisão desse local para que os produtores de agricultura familiar da região tivessem também um local fixo para comercialização de seus produtos. Assim, quando foram construídos os boxes, o que foi levado em conta foi a quantidade de camelôs existentes no

centro e que passaram por um cadastro prévio junto à prefeitura. Neste primeiro empreendimento foram construídos 80 boxes, mas 20 boxes destinados aos produtores de agricultura familiar.

Figura 12 - Foto de satélite com círculo de delimitação do espaço ocupado pelo mercado camelô em Três Lagoas/MS até o ano de 2010.



Fonte: Google (2010).

No entremeio aos camelôs, que tomavam os boxes próximos à praça da bandeira e os produtores de agricultura familiar que tomavam os boxes do final da Avenida Rosário Congro, havia um espaço vago, que foi deixado propositalmente para a separação entre as duas modalidades de comércio e também para preservação de um espaço de trânsito de pedestres. No decorrer dos primeiros anos de existência desses mercados, somente dois produtores de agricultura familiar tomaram posse dos dois últimos boxes, levando em consideração que a numeração dos boxes ocorre a partir da Praça da Bandeira (canto inferior direito da Figura 12) indo em direção a Avenida Filinto Müller (canto superior esquerdo da Figura 12).

Alguns boxes ficaram desocupados, mas apenas nos primeiros meses de existência do mercado neste local. Logo esses boxes foram ocupados por outros camelôs que iniciaram suas atividades. Esses “novos camelôs”, geralmente, eram filhos dos camelôs existentes ou mesmo os próprios camelôs que se apossavam desses espaços. Esse fato ocorreu porque os agricultores familiares da região não acataram à ideia de possuírem espaços fixos, continuando a realizar a comercialização dos produtos em feiras livres, que aconteciam (e ainda acontecem) nas terças-feiras e quintas-feiras das semanas, num local bem próximo ao mercado camelô, apenas uma quadra antes deste mercado (sentido canto inferior direito da Figura 12).

Não ocorrendo a posse dos boxes pelos agricultores familiares, vários camelôs se apropriaram desses locais. Com o crescimento no comércio dos camelôs, não tardou para o que o espaço vago existente entre o que seria o camelódromo e o comércio de agricultura familiar, também fosse ocupado por uma estrutura bem semelhante a existente. No local, existiam, inicialmente, 78 boxes de camelôs [60 efetivos e 18 apropriados da agricultura familiar] e, atualmente, existem 104 boxes, como pode ser visto na Figura 13.

Figura 13 - Foto do mercado camelôs e do espaço ocupado na região central de Três Lagoas/MS até o ano de 2010.



Fonte: Material de campo.

Essa foto existente na Figura 13 foi tirada a partir da área onde o camelódromo foi inicialmente construído. Esse Box existente próximo ao telefone público (Orelhão) é o Box de n. 01. A partir deste Box de n. 01 não há mais nenhum espaço vago até a Avenida Filinto Müller, onde se encontra o Box 106 [os dois últimos dominados pela agricultura familiar]. Essa foto foi tirada na direção norte da cidade, da Praça das Bandeiras em direção à Avenida Filinto Müller, conforme pode ser situado na Figura 11.

Com um significativo aumento nas vendas, nos anos posteriores a essa construção, assim como a minimização nos conflitos entre camelôs e comerciantes, devido a um distanciamento tolerável, a situação, até meados de 2008, parecia controlada. A atividade de camelô surgia como mais um atividade comercial numa cidade em expansão. Se no início de sua construção o camelódromo teria sido destinado a uma área próxima ao centro, mas ao

mesmo tempo uma área marginalizada, com o crescimento do comércio e do mercado consumidor, essa região próxima a estação ferroviária passa a ser uma das áreas mais valorizadas da cidade.

Apesar de o mercado camelô em Três Lagoas/MS se encontrar na extensão de uma calçada, existem alguns problemas inerentes, como a diminuição das vagas de estacionamento e também o impedimento de trânsito dos pedestres por aquela calçada. No que tange às vagas de estacionamento, existe ,explicitamente, o impedimento pelos próprios camelôs de que carros fiquem estacionados em frente aos seus boxes. Isso porque a utilização desta área para estacionamento, além de impedir a visão dos produtos expostos, ainda impediria o trânsito de pedestres, que tinham como recurso de circulação apenas essa área do estacionamento.

Mas o problema principal e que colocou o mercado camelô novamente nos embates políticos foi, basicamente, a sua existência em uma calçada, ou seja, um local, por lei, proibido. Daquilo que poderia ser dito, utilizando uma linguagem descrita por Augé (1994), de não-lugar ou espaço de trânsito. No contexto da atividade de camelô em Três Lagoas, há a produção de um lugar em um não-lugar, o que foi o principal conflito instaurado entre essa atividade de comércio e o poder público. Com uma atuação mais efetiva do Ministério Público na cidade de Três Lagoas, novamente o mercado camelô entra numa trama de conflito e de relações de poder. Foi neste cenário que eu entrei em campo.

4.3 A ENTRADA EM CAMPO: EXPLORANDO O TERRITÓRIO CAMELÔ

Não foi difícil reconhecer esse tal de estranhamento ao me aproximar do mercado camelô de Três Lagoas. Primeiro porque eu já havia estabelecido alguns contatos na época em que morei em Porto Alegre com essa modalidade de comércio, mas num contexto totalmente diferente. De início, uma série de preocupações pré-campo rondava minha mente. Como realizar essa tal etnografia? Com proceder para “colher” as informações de uma forma tal que eu não prejudique em si o entendimento ou compreensão sobre as informações que seriam geradas em campo? Sabendo, como bem expôs Geertz (1989), de que um antropólogo, ou melhor, um etnógrafo, realiza apenas uma interpretação de interpretação feita pelos sujeitos do campos, eu sabia desde o início que eu não conseguiria, nunca, conduzir as minhas interpretações para a forma exata como estão manifestas no campo e como são compartilhadas pelo grupo. Próximo a isso, talvez eu fosse capaz de chegar, mas nunca na exatidão da interpretação.

Como eu não possuo formação como antropólogo, fica salientado que as defasagens serão evidentes, mas a minha tentativa foi, desde o início, seguir os passos deixados por Geertz (1989) sobre a etnografia ser feita através de uma descrição densa. Assim, as minhas primeiras investidas de aproximação foram frustrantes para mim. Os indivíduos no campo sequer tinham em sua consciência a minha figura, mas não foram poucas a vezes em que eu me aproximei, transitei pelos “boxes” – com a mente atormentada sobre como eu iria proceder ou realizar a proximidade com os sujeitos do campo – e não me apresentei ou disse qualquer coisa. Eram passeios silenciosos e distantes, com o receio até de que perguntassem se eu não gostaria de comprar algo.

As influências que geraram esse distanciamento inicial feito por mim, foram exercidas pelas pessoas, próximas a mim, e que eu comentava sobre o meu campo de estudos. Como a cidade, apesar do *boom* de crescimento, ainda era uma cidade de pequeno porte, todos aqueles que residiam ali há alguns anos tinham um conhecimento interessante sobre o mercado camelô. Nisso, eu ouvia várias histórias que me instigavam, mas muitas me deixavam preocupado. Antes mesmo de entrar em campo eu já tinha ouvido falar, por exemplo, que os camelôs estavam passando por um processo – não muito amistoso – de transferência para outro lugar. E que neste processo, havia um conflito entre, de um lado, a Prefeitura e o Ministério Público e, de outro lado, os camelôs. As pessoas chegavam a me alertar de que eu

poderia ter um insucesso se, por um acaso, os camelôs acreditassem que eu tinha algum tipo de vínculo com a prefeitura ou com a justiça.

Essas coisas me preocupavam, pois da mesma forma em que podemos “abrir” e “inaugurar” com sucesso uma entrada à campo, poderíamos também jogar todo empreendimento por água abaixo. Esse era o meu grande receio, que fazia eu andar em silêncio e distante, fisicamente, dos camelôs, pensando na melhor forma de me aproximar. Até que um dia resolvi me aproximar e ver o que ia dar. Nos primeiros passos que eu dei próximo às barracas (que eles, os camelôs, preferem chamar de boxes), percebi certa apatia. Os camelôs não se aproximaram de mim, não demonstraram interesse e muito menos exerceram algum tipo de assédio para eu comprar algo. Andei por toda a extensão do mercado camelô e ouvi apenas algumas frases do tipo: “O senhor está precisando de alguma coisa?”; “Pois não?”. Só. Nada mais. Numa dessas enunciações eu resolvi parar e olhar mais de perto os produtos e tentar uma aproximação com um primeiro camelô. Isso aconteceu no dia 01 de Fevereiro de 2010.

Eu me aproximei, comecei a olhar e especular algumas produtos que estavam à mostra e logo o senhor que havia lançado um tímido “pois não?” se levantou de uma cadeira, que estava posta na parte de dentro do box, veio até mim e perguntou: “Você está precisando de alguma coisa?”. E eu respondi: “Estou apenas dando uma olhada nos produtos”. E ele disse: “Fique à vontade”. Logo ele retrocedeu e sentou-se novamente na cadeira, onde escutava um locutor falando sobre as notícias da cidade num pequeno rádio, que ele colocava próximo ao ouvido. Foi aí que eu me aproximei de um pequeno balcão, que fazia a divisão entre a área interna do box e a área externa, numa possível separação existente entre o espaço que era de domínio dele (o camelô) e o meu (consumidor). Como a cadeira era baixa, somente com uma proximidade maior em direção ao balcão é que era possível vê-lo novamente. Ele se levantou e perguntou: “Quer ver alguma coisa? E eu respondi: “Queria ver um desses carregadores de celular, pois estou precisando de um”. Ele pediu meu celular e fez uma série de testes com vários carregadores que mais pareciam um emaranhado de fios. Deste emaranhado ele encontrou uma compatível com o meu celular. Perguntei quanto era, ele respondeu dizendo o valor e eu disse que ia levar. Enquanto ele desenrolava o carregador do monte de outros carregadores e preparava um pacote para embrulhá-lo, eu lancei uma série de perguntas, do tipo: “Faz tempo que o senhor trabalha aqui?”; “O senhor é daqui mesmo?”; “As vendas são boas por aqui?”.

De um senhor fechado, à primeira impressão, o Seu João passou a um senhor bem amistoso, na minha segunda impressão. Foi respondendo as perguntas de uma forma tão espontânea, que mesmo após eu ter pago o carregador, fiquei por alguns minutos especulando mais sobre o mercado camelô, saindo das questões pessoais e passando para questões mais gerais do mercado, como: o nível de vendas, a aceitação do mercado pelos consumidores da cidade, entre outras. E o Seu João se imbricou numa conversa tão envolvente que chegou a comentar sobre a família e alguns amigos. Não dá para esquecer cada minuto dessa empreitada que, para mim, tinha sido um sucesso. Saí dali todo empolgado e com uma vontade absurda de logo sair me identificando como pesquisador, falando sobre os propósitos da minha pesquisa e entrar em campo de uma vez.

No dia seguinte eu voltei ao box do Seu João para uma nova conversa. No momento em que cheguei, o seu João estava com um amigo e fui logo dizendo que o carregador havia dado certo. Ele interrompeu a conversa com o amigo e disse-me, com um ar bem amistoso, que tinha achado muito bom o carregador ter dado certo. Logo em seguida, emendou uma série de questões sobre mim, como: de onde eu era? O que eu fazia em Três Lagoas? Fui respondendo as perguntas e me identificando. Por sorte, o amigo do Seu João, que era aposentado pela prefeitura desde 2004, tinha trabalhando por um tempo, cedido, na Universidade a qual eu estava trabalhando. Logo eles começaram a fazer uma série de explanações sobre a Universidade, sua estrutura, sua amplitude nos últimos anos e, como não podia escapar, seus problemas. Foi aí que descobri que o Seu João, como alguns camelôs de Três Lagoas, era aposentado da CESP e havia adquirido o box que ele estava há uns 12 anos atrás.

Essa segunda conversa rendeu-me a entrada definitiva em campo. Após quase duas horas de conversa entre eu, o Seu João e o seu amigo, interrompida várias vezes pelos consumidores que transitavam pelo mercado camelô, resolvi expor minha situação e a pesquisa que eu estava querendo fazer com os camelôs. O Seu João, assim como o seu amigo, achou interessante eu realizar a pesquisa, sendo solícito à contribuir. Como eu já me sentia mais próximo e conseguia ver que ambos se identificaram muito comigo, resolvi expor alguns receios que eu tinha, sobre aquilo que eu havia escutado. Algumas coisas o Seu João havia discordado, mas outra ele havia concordado, alertando-me de não transitar pelos boxes de determinado local. Não tanto pela venda de produtos “mais ilícitos” (esse termo vai ficar claro mais adiante), pois ele desconhecia essa informação, mas pelos desentendimentos que eram

gerados ali, muitas vezes seguidos de agressões verbais e físicas. Apesar desta informação, eu nunca cheguei a presenciar agressões físicas, mas verbais eu presenciei algumas vezes.

Essas agressões verbais, como o próprio Seu João havia me alertado, muitas vezes, eram provenientes de conflitos concorrenciais, eu diria assim. Eles dizem de outra forma, elucidando como “roubo de clientes”, onde o box vizinho oferecia o mesmo produto a um preço melhor para o consumidor. Ao detectar essa atitude, logo o camelô que teria tido o cliente “roubado”, sem nem ao menos esperar com que o cliente evadisse do local, desferia intensos palavrões e acusações que, imediatamente, eram respondidas pelo outro camelô. Em menos de dois segundos, como bem chamavam vários camelôs essa atitude de conflito, o “barraco estava armado”. Logo outros camelôs entravam na disputa verbal, enquanto o cliente, rapidamente, deixa o local. A contenda era resolvida, muitas vezes, entre eles, mas outras vezes pela presidente da Associação dos camelôs, que interferia veementemente para apaziguar os ânimos.

Nos dias que se seguiram eu fui me infiltrando mais no cotidiano da vida dos camelôs. No início, pela proximidade que eu tive como Seu João, fiquei durante algum tempo frequentando somente o seu box. Do box do Seu João, eu conheci alguns outros camelôs. Uns amigos do Seu João e outros curiosos sobre a minha estada ali. Muitas vezes, enquanto o Seu João atendia os clientes, eu transitava entre os outros boxes, indo de uma ponta à outra da avenida, na extensão tomada pelos boxes do camelódromo, percorrendo e observando os produtos e as pessoas que estavam comprando e vendendo. Não tardou para que alguns camelôs, inclusive a presidente da Associação deles, viessem até mim perguntando o que eu fazia ali aqueles dias.

Nessas conversas, eu me aproximava de mais alguns camelôs, assim como outros se distanciavam de mim, pela insegurança e desconfiança sobre que papel realmente eu estava exercendo naquele local. A presidente da Associação, certo dia, foi até mim, para saber quais eram as minhas intenções. Após uma conversa séria com o Seu João, a qual fiquei sabendo somente um tempo depois através do Seu João, ela veio conversar comigo. Como no dia ela não dispunha de tempo para uma conversa mais demorada, nós marcamos para o dia seguinte a continuidade da conversa. Ela pediu para que eu comparecesse, se possível, no box dela. Após ela ter deixado o local, perguntei para o Seu João se tinha algum problema eu estar ali e ele me respondeu que não. Que não era para eu ficar preocupado, pois o que ela queria mesmo era especular para ver quais eram as minhas intenções. Saí do camelódromo, naquele dia, tranquilo.

No dia seguinte, cumprimentei o Seu João e segui em direção ao box da Dona Maria, a presidente da Associação. Assim que fui chegando próximo ao seu box, fui perguntando para outros camelôs onde ficava, exatamente, o box dela. Alguns respondiam de forma direta, apontando para o local onde o box ficava, enquanto outros perguntavam de forma menos amistosa: o que você quer com ela? O que você faz aqui todos os dias?

Ao perceber que alguns camelôs estavam incomodados com a minha presença, eu parava e procurava responder de forma explicativa as perguntas que me eram feitas. Neste dia, em busca do box da presidente da Associação, fiquei quase 1 hora para chegar no local, pelo tempo que eu destinava explicando àqueles curiosos da minha figura transeunte o que eu estava fazendo ali e porque eu estava atrás da presidente. Quando, finalmente, eu encontrei o box dela e a vi no meio de um monte de produtos, senti-me aliviado. Não por a ter encontrado, mas por ter passado pela provação que passei. Algumas eu me saí bem, tornando aquele camelô, dias depois, mais um informante para eu entender o mercado, outros, apesar de não me ter saído mal nas respostas que eu havia concedido, ainda preservaram um distanciamento de mim. Isso por problemas diversos que eu respeitei e não insisti numa aproximação. Mesmo assim, não me senti rechaçado em momento algum. Muito do que eu presenciei, nos primeiros dias, como um possível rechaço, estava mais condicionado aos meus receios e pré-conceitos, do que efetivamente sobre atitudes negativas dos camelôs para comigo.

Esse alívio que eu havia sentido ao chegar no box da presidente foi condicionado, principalmente, pela receptividade que eu tive. Ela já havia me visto conversando com outros camelôs enquanto eu estava a caminho do seu box. E logo ela me disse: “Eles estão curiosos sobre o que você faz aqui todos os dias. Daqui a pouco eles acostumam com você e vão parar de te importunar”. Apesar de ficar constrangido, algumas vezes, com as perguntas diretas que eles me faziam, eu salientei para ela, logo em seguida ao que ela disse, de que eu não me incomodava e até achava bem importante a maneira com eles me abordavam e mostravam interesse.

Como o interesse básico dela, a presidente, era saber ao certo as minhas intenções ali e o que eu estava pretendendo, ela não fez rodeios e foi logo questionando. Fui realizando as explicações necessárias sobre a minha pesquisa, assim como fui respondendo perguntas sobre a minha vida profissional e pessoal. Passei quase 1 hora conversando com ela. Foi nessa conversa que eu descobri que a Dona Maria era uma das mais antigas camelôs daquele lugar. Ela tinha uma banca bem em frente ao banco do Brasil, antes mesmo deles serem transferidos

para aquele local. Por ser uma das mais antigas é que ela tinha sido escolhida pelos outros camelôs para ser a presidente da Associação. Antes da Dona Maria, o cargo havia sido ocupado pela Dona Janete, que tinha sido a líder dos camelôs durante o processo de transferência deles do centro da cidade para o local onde estava até aquele momento. A Dona Janete havia passado o controle do seu box para o seu filho e não frequentava mais o mercado. Tempos depois que eu estava em campo, fui fazer uma entrevista com ela, para especular um pouco mais sobre a história da existência do mercado.

Quando eu entrei em campo, sequer eu sabia sobre essa Associação, que surgiu durante a administração do prefeito Issam Fares, como forma de os camelôs se organizarem e lutarem pelos seus direitos. Mesmo após a transferência dos camelôs para o local onde se encontram, a Associação continuou existindo e tendo uma boa atuação no que tange às negociações com o poder público e privado. Atualmente, enfatizou a Dona Maria durante a conversa realizada naquele dia, a Associação estava empenhada na legalização do local que os camelôs teriam que ser transferidos. Local cedido e reformado pela prefeitura, mas que ainda continuava com alguns problemas estruturais.

A conversa com a Dona Maria foi bem ampla. Falamos dos problemas existentes no mercado camelô, que irei aprofundar mais adiante, e também sobre a vida, família, entre outras coisas. Logo que saí dali, vi que havia conquistado mais uma informante, o que seria muito proveitoso, dado o fato de que era uma das mais antigas camelôs que ainda exercia função ativa naquele local. Muitos dos camelôs mais antigos, disse-me ela durante a conversa, haviam deixado o box para os filhos ou parentes e haviam parado de frequentar seus antigos locais de venda. Esporadicamente apareciam um ou outro por ali para um passeio ou para rever os amigos.

Deixei o box da Dona Maria muito empolgado com os meus sucessos em campo. Como tudo era novidade, eu não conseguia observar – lendo hoje o meu diário de campo – muitos dos problemas existentes ali. Achava tudo muito interessante, pois realmente tudo era novidade para mim. Apesar dessa empolgação levantada em campo, ainda eu tinha lá meus preconceitos e modos de ver a realidade que eu participava como observador. Por eu ser formado em administração, por exemplo, durante as primeiras empreitadas em campo não tinha como não achar muito da postura dos camelôs um tanto “erradas” no processo de comercialização. Não digo o erro na venda desse ou daquele produto, mas na abordagem do consumidor. Eu senti, desde as minhas primeiras visitas aos camelôs, uma certa passividade na postura daqueles vendedores. Não sei se o que mais me influenciava era ter tido contato

com outros camelôs da cidade de Porto Alegre e ter presenciado uma série de atitudes extremamente ativas e assediadas, que ao ter contato com os camelôs de Três Lagoas eu me vi numa situação oposta.

Talvez esse foi um dos problemas que eu encontrei em me aproximar dos camelôs de Três Lagoas, pois sempre eles se apresentavam numa situação e postura extremamente acomodada, o que gerava em mim um sentimento negativo de receio e distanciamento. Isso sempre ficou impregnado na minha mente, ou seja, por que os camelôs agiam daquela forma? Relendo meu diário de campo, isso era algo recorrente, que eu observava, sem saber o porquê, na atitude dos camelôs. Tempos depois eu descobri, ou pelo menos interpretei assim, o que realmente acontecia.

Eu costumava ir para o camelódromo apenas alguns dias da semana, sempre na parte da tarde. Como o espaço no box do Seu João era pequeno, o que impedia, muitas vezes, de eu ficar a maior parte do tempo lá, eu passei a transitar muito pelo camelódromo, observando os comportamentos dos camelôs e dos consumidores e clientes, as conversas, as formas de exposição dos produtos e, não poderia faltar, também escutava as músicas que tocavam e se misturavam naquele espaço. Era uma mistura de ritmos e estilos musicais impressionante que, em grande parte, gerava um incômodo. Essa diversidade de músicas, para concorrer com o barulho dos carros que passavam em frente ao camelódromo, era ouvida em alto e bom som. Alguns períodos do dia o trânsito de veículos era menor, o que permitia escutar essa miscelânea de músicas e ritmos por quase toda a extensão do camelódromo. Pelo fato de muitos camelôs venderem CDs e DVDs, a cada metro percorrido era possível detectar, no mínimo, umas três músicas diferentes. No início esse som e os barulhos me incomodavam muito. Depois, não sei ao certo se fui acostumando ou

Figura 14 - Foto tirada em 2010 do mercado camelô de Três Lagoas/MS, focando o espaço de trânsito dos pedestres.



Fonte: Material de campo.

se fui adquirindo um dom de ouvir apenas aquilo que eu queria ouvir, mas aquele barulho todo já não me incomodava mais. Posso dizer até – e isso não deve ser lido como um exagero – eu senti falta daquele barulho todo depois que saí de campo.

Em alguns boxes, não eram somente os donos que trabalhavam, eles contratavam também uma série de vendedores/ajudantes, o que dificultava ainda mais o trânsito por dentro dos corredores, que já eram repletos de produtos. Assim, muitos consumidores passeavam observando os produtos, por uma estreita faixa delimitada na rua (que, na verdade, foi feita para delimitar o local de estacionamento de carros), pois o pequeno espaço destinado para os boxes naquela calçada e a quantidade de produtos expostos nos boxes deixavam como a única alternativa esse trecho de rua, como é possível observar na Figura 14.

Inicialmente, o espaço coberto existente entre o box e a rua era para o trânsito dos consumidores, mas na prática, desde o início, ele foi utilizado pelos camelôs para a exposição dos produtos, como fica visível na Figura 15. Em termos estéticos, o que observei, tanto no comportamento dos camelôs quanto na disposição dos produtos, foi uma competição – meio que velada entre eles – para mostrar a “fartura” ou grande quantidade de produtos que cada um dispunha. Um outro problema para essa exposição exagerada era o pequeno espaço destinado ao estoque. Alguns até deixavam de ter esse espaço, pois achavam mais interessante deixar tudo à mostra. As Figuras 14 e 15 deixam bem evidentes essa distribuição de produtos nos boxes.

Figura 15 - Foto tirada em 2010 do espaço interno do mercado camelô de Três Lagoas/MS.



Fonte: Material de campo.

Nestas figuras, ainda, ficam evidentes algumas coisas interessantes. Como os camelôs lidam com um ponto fixo e seus boxes não são retirados no final do dia, muitos fizeram uma série de benfeitorias, construindo paredes de alvenaria no fundo dos boxes e assentado pisos e azulejos na parte interna.

Esses pisos assentados, como fica visível na Figura 14, cobriam toda a extensão da calçada. Era uma verdadeira miscelânea de pisos de cores e formatos diferentes. Alguns, geralmente os primeiros camelôs, fizeram as benfeitorias juntos, colocando pisos semelhantes, enquanto outros preferiram radicalizar, montando uma estrutura própria e com cores diversificadas.

Os boxes, na medida padrão dos primeiros boxes feitos pela prefeitura, eram de 4x4 metros. Alguns camelôs, no decorrer desses anos em que estavam ali, adquiriram boxes vizinhos e faziam verdadeiras lojas, bem amplas e aparentes, que tomavam três a quatro boxes. O box da presidente da Associação, Dona Maria, cobria um total de três boxes, ou seja, tinha uma extensão de 12 metros, onde ela vendia de tudo, desde agulha para costura até brinquedo para as crianças. Essa prática de ter mais de um box era uma prática recorrente, mas nos últimos anos ela tinha se alterado, por conta da mudança dos camelôs para o novo espaço cedido pela prefeitura, que levava em conta a quantidade de camelôs e não a quantidade de boxes. Assim, muitos dividiram seus boxes, colocando no nome de filhos ou parentes, para aproveitar o espaço cedido no novo local. Como ficará visível mais adiante, esse era um problema que o poder público tentava eliminar.

Assim, no trânsito que eu fazia todos os dias fui conhecendo outros camelôs, dos quais fui destinando uma parte do meu tempo para conversas desinteressadas. Não sei se eu poderia dizer desinteressada, pois o meu objetivo ali era evidente e, não sei exatamente o porquê, mas durante todo o tempo em que eu estive entre os camelôs o tal estranhamento funcionava para além do que eu necessitava. Criei um percepção interessante das coisas que eu, enquanto conversava com um camelô, prestava atenção na conversa de consumidores ou de vendedores/vendedoras e ainda nas músicas que estavam tocando. Tudo era motivo para chamar a minha atenção. Algumas coisas, depois de um tempo em campo, passavam a ter seu lado de cotidiano em minha mente. Já não era mais perceptível, enquanto outras tomavam a cena principal dos meus interesses e me instigavam a novas buscas.

Isso tudo foi muito estranho. Como nos primeiros contatos que eu tive em campo praticamente tudo me chamava atenção, fui ficando preocupado em como dar conta da minha tese e dos meus objetivos pretendidos. Por durante um tempo, nos primeiros dias, eu fiquei pensando: “Como eu vou fazer para compreender de forma plena o que eu deveria observar e que estivesse totalmente vinculado com o propósito geral da minha pesquisa?”. Depois de um tempo, eu desisti de tentar “filtrar” algo ou de me focar em coisas específicas. Pensei apenas: “Isso de alguma forma servirá amanhã”. Pensei isso porque não era interessante para mim tentar enxergar algo, pois isso poderia enviesar a minha pesquisa, assim como limitar a minha

interpretação da interpretação feita pelos camelôs. Por isso, ganhei muito tempo nas conversas “desinteressadas”, porque estavam aquém ou além dos propósitos da minha pesquisa, mas que contribuíram muito para eu entender a dinâmica da atividade de camelô em Três Lagoas.

Alguns dias depois eu fiquei conhecendo o Seu Mário, que tinha seu box bem no final do camelódromo (salientando que o início de contagem da numeração dos boxes ocorre a partir da Praça das Bandeiras). Depois de me apresentar e dizer o porquê eu estava ali, iniciei uma primeira conversa com o Seu Mário. Como eu ainda não tinha tido uma conversa sobre a possível mudança que ia acontecer dos camelôs para uma outra área, fiz algumas perguntas justamente nessa linha. O Seu Mário me disse que essa mudança estava para ocorrer, mas que ele não sabia ao certo por que ela ainda não tinha ocorrido. Das reuniões que ele participou, entre a Associação, a Prefeitura e o Ministério Público, o que ele mais ouvia era a imposição de que produtos ilícitos não poderiam ser vendidos neste novo local, como cigarros e CDs/DVDs. Para o Seu Mário, esses eram produtos que geravam muito lucro para os camelôs, por isso que a maioria deles vendia. Apesar de o Seu Mário não trabalhar com cigarros e CDs/DVDs, ele ainda acreditava que a mudança para o novo local não tinha acontecido porque os camelôs não queriam perder essas vendas ou estavam esperando terminar os estoques.

Mesmo com todo o noticiário sobre essa proibição geral na venda de cigarros e CDs/DVDs que acontecia no Brasil como um todo, nos boxes do mercado camelô de Três Lagoas, a venda era livre e exposta. Enquanto eu tinha visto, por exemplo, em Porto Alegre, uma série de ambulantes com barracas improvisadas vendendo esse tipo de material, que logo desapareciam quando viam os guardas municipais, em Três Lagoas era uma despreocupação total. Não eram poucas as barracas que deixam expostas esse tipo de produto, sem nenhuma restrição.

Aproveitando o fio da conversa com o Seu Mário, eu perguntei se não havia fiscalização ali, pois não existia nenhuma preocupação em estar exposto ou não aquele produtos ilícitos. E ele me disse que não. Que raramente havia uma batida por ali. Que quando ocorria alguma batida, era ela proveniente de denúncias de que ali vendia-se também outros materiais ilícitos. E eu perguntei se ele sabia quais outros materiais ilícitos. Ele ficou meio constrangido, desferindo um sorriso acanhado e logo foi mudando de assunto. De início eu pensei que seria algum tipo de entorpecente, pois outras pessoas da cidade haviam me dito, certa vez, de que era fácil conseguir esse tipo de material ilícito ali nos camelôs.

No dia seguinte, após essa conversa com o Seu Mário, conheci a Dona Jura, que tinha sua barraca no início do camelódromo. Parei, especulei os produtos da barraca dela e me aproximei. Disse que eu estava fazendo um estudo sobre o mercado camelô e que eu era professor na Universidade. A Dona Jura, um senhora muito simpática e brincalhona, foi logo dizendo, com um amplo sorriso no rosto, que eu estava querendo era ser um camelô. No entremeio a uma conversa descontraída, a Dona Jura me disse coisas importantes. Disse que ali havia venda de entorpecentes e que, de vez em quando, havia batida da polícia por ali, mas ela desconhecia onde e em qual box exatamente esse entorpecentes eram comercializados. Disse-me apenas que o box fica na “área invadida”. Questionei a Dona Jura sobre o que era essa tal “área invadida” e ela foi me explicar que era a área que foi invadida por outros camelôs depois da transferência deles para aquele local. Era uma área de uns 100 metros que a Prefeitura tinha proibido a construção naquela calçada, mas que mesmo assim eles haviam construído. Apesar de a Dona Jura ter me dito isso, ainda achei que não era sobre isso que o Seu Mário tinha tentado me falar. Depois foi que eu descobri que os materiais procurados, na verdade, eram remédios para disfunção erétil (esse produto que o Seu Mário havia tentado me falar) e também óculos de grau. Mas eu vou abordar esse assunto de forma mais explicativa no tópico 4.4.5.

Desta conversa com a Dona Jura, tempos depois, eu detectei algumas divisões existentes no mercado camelô. Eram basicamente três divisões. Como os boxes eram numerados, do número 01 até o número 104 [excetuando os dois boxes de propriedade dos agricultores familiares], percebi que os boxes que estavam entre os números 01 e 70 eram de propriedade dos camelôs mais antigos. Após o número 70 até o número 90, estavam os camelôs do “espaço invadido”, como a Dona Jura havia me dito. Tempos depois eu percebi que essa era uma denominação corrente entre os camelôs mais antigos, mas que era velada, pois os camelôs do espaço invadido não sabiam – ou eu não detectei essa informação – de que eles eram chamados assim. Depois do número 90 até o 104 uma outra modalidade de camelôs, que foram aqueles que aproveitaram o local que era para ser destinado à agricultura familiar e tomou posse daqueles boxes. Muitos eram filhos e parentes dos mais antigos camelôs dali.

Eu fui ver e detectar essa divisão. Ela era nítida. A estrutura construída pelos camelôs da área invadida era totalmente aquém da estrutura que a prefeitura tinha construído. Apesar de ser semelhante e dar a devida continuidade no mercado camelô, num olhar mais próximo e mais acurado, as diferenças só aumentavam. Havia degraus grandes entre os boxes 70 e 71 e entre os boxes 90 e 91. Os boxes também eram despadroneados. Alguns com mais de 5

metros de comprimento e outros com menos de 3 metros. Mas as diferenças não eram apenas estruturais, mas de comportamento e de produtos vendidos. Eu não cheguei a ter muito contato, em campo, com os camelôs dessa área. Não sei explicar ao certo porquê. Talvez porque nos meus primeiros dias em campo e após o Seu João ter me alertado sobre possíveis “barracos” entre camelôs, foi ali que eu vi a primeira discussão.

A partir desta divisão, fui conseguindo observar algumas distinções em termos de camelôs. Primeiro em termos de produtos vendidos. Algumas barracas eram extremamente especializadas, ou seja, vendiam produtos especificamente para determinados tipos de coisas, por exemplo, componentes para televisores e antenas parabólicas. Em um outro box eu detectei a venda somente de peças para utensílios de cozinha. Ainda, uma barraca dedica somente a produtos para pesca. Outra que vendia somente componentes para celulares. E assim por diante. Haviam vários camelôs que eram especializados em determinados tipos de produtos. Eu pude detectar que uma grande maioria desses camelôs que tinha boxes mais especializados estava na parte final do camelódromo. Claro, alguns estavam espalhados no camelódromo todo, mas a grande concentração estava nesta área.

No início do camelódromo estavam os camelôs mais antigos e também os mais diversificados em termos de produtos. Em alguns boxes, como no caso da Dona Maria, você encontrava de tudo. Essa diversidade grande gerava problemas de especialização, pois você acabava encontrando somente alguns itens de uma mesma linha de produtos. Desses camelôs mais antigos, apenas alguns seguiram com algum tipo de especialização. Outros, continuaram vendendo, basicamente, produtos semelhantes aos que eles vendiam na época em que estavam na rua. Pude detectar isso no box da Dona Jura. Ainda, nesta área que os camelôs mais antigos chamavam de área invadida, onde também havia uma diversidade de produtos vendidos, era visível a venda de cigarros e CDs/DVDs. A maior concentração de camelôs vendendo esse produtos estava ali. Da mesma forma, em muitos outros boxes você via também a venda desses produtos, mas de forma muito mais marginal do que os camelôs daquele local.

Depois da conversa com a Dona Jura eu resolvi averiguar e conversar com algum camelô que fosse mais especializado em termos de produtos. Após percorrer quase todo o camelódromo novamente, sem detectar ou ver algo que me chamasse atenção para parar, foi que nos últimos boxes eu me deparei com um especializado em componentes para produtos eletrônicos. Era um box que não tinha um volume grande de produtos em exposição e que por isso dava para ver bem o proprietário ou vendedor e os produtos que ele trabalhava. Aproximei-me, fui logo me apresentando e iniciei um diálogo com o proprietário, Seu Luiz.

Fui logo dizendo que eu havia visto de tudo (em termos de produtos à mostra) enquanto passeava entre os boxes dos camelôs, mas que sequer tinha visto produtos semelhantes ao dele. Ele me disse que muitos dos produtos que ele vendia eu poderia encontrar em outros boxes, mas nunca na diversidade que ele dispunha. Daí ele começou a me citar exemplos de produtos, seguido do número do box, que eu poderia encontrar, mas que só ali eu poderia encontrar a diversidade e quantidade daqueles produtos reunidos. E ele seguia com os exemplos: “Lá você pode achar esse produtos (Mostrando um componente específico) da medida tal (que eu não me lembro da medida), mas não vai encontrar dessa medida (mostrando outro componente), nem desta medida e nem destas medidas (mostrando vários outros componentes)”.

Fiquei um tempo conversando com o Seu Luiz, quando eu descobri uma prática recorrente que acontecia entre os camelôs de Três Lagoas. Alguns camelôs que tinham seus boxes ali no camelódromo também tinham lojas na cidade. O Seu Luiz era um deles, mas no caso do Seu Luiz, ele havia fechado a loja no centro e se instalado ali, como forma de “fugir” à grande quantidade de despesas existentes quando ele tinha a loja no centro. Perguntei a ele se não havia perdido a clientela e ele rapidamente respondeu que não, que os clientes passaram a ir buscar aqueles componentes e produtos ali no box, alegando ainda que era mais fácil estacionar e que eles podiam pegar os produtos somente parando por 1 ou 2 segundos em frente ao box do Seu Luiz.

Depois vi que, principalmente, naquela região que congregava os últimos boxes, outros camelôs tinham práticas semelhantes, ou seja, de terem lojas na cidade e também terem um box no camelódromo. Nem sempre vendendo as mesmas coisas em ambos os lugares. O próprio Seu Luiz foi me falando uma série de outros camelôs que tinham essa prática de ter estabelecimentos nos dois lugares. Uma outra coisa que ele me disse, foi que havia a possibilidade de eles venderem os produtos sem nota, fazendo, muitas vezes, a transação acontecer via camelódromo. Ele mesmo tinha preferido ficar ali, porque era mais tranquilo para vender. Conversamos mais algumas coisas e eu me despedi do Seu Luiz. Dalí passei no box do Seu João, conversamos um pouquinho e eu fui embora.

Essa primeira semana, que eu considere aqui como a entrada em campo, numa tentativa de explorar os significados, as peculiaridades, os comportamentos, as dificuldades, os problemas, entre tantas outras questões, foi onde eu pude detectar uma grande quantidade de informações. Algumas faziam sentido e outras não. Algumas coisas eu entendia e outras me impulsionavam a uma especulação mais inquietante. Por isso, quando eu parava para

conversar com um novo camelô, eu procurava abordar mais aquilo que em mim estava inquieto. Nesta inquietude, novas informações me eram dadas e novas inquietudes surgiam.

Esse refinamento de várias informações que surgiram durante essa “entrada em campo” pretendo fazer no próximo tópico, onde vou comentar mais profundamente a minha estada em campo, assim como inserir, no entremeio aos casos e acasos que serão descritos, a busca por notícias sobre os camelôs que eram publicadas no principais jornais da região, assim como a série de entrevistas que eu fui fazendo com os camelôs, os representantes do poder público (secretários da prefeita, funcionários públicos e representantes do ministério público), clientes e consumidores e também os comerciantes da cidade. Vou explicando essas entrevistas e os propósitos delas mais à diante. Por ora é necessário adentrar no próximo tópico.

4.4 A ESTADA EM CAMPO: EM BUSCA DA INTERPRETAÇÃO DOS FATOS

Nas semanas seguintes, até a minha saída de campo, eu procurei averiguar mais as informações que iam surgindo. Neste quase 1 ano que eu estive em campo, muitas coisas se repetiram tanto que chegavam a um ponto de saturação. Com isso, eu ficava mais tranquilo em minhas interpretações da cultura camelô de Três Lagoas. Isso porque eu comecei a explorar mais aqueles temas que surgiam, geravam em mim certa curiosidade e que eu achava melhor investigar. Para isso, comecei a focar mais no que eu precisava saber e compreender. Fui, em campo, selecionado temas e questões para eu investigar. Foi no primeiro mês que eu tive uma quantidade relevante de temas e questões a serem investigadas. Essas questões e temas é que me proporcionaram a execução de uma série de entrevistas gravadas que eu comecei a fazer, depois de uns quatro meses que eu estava convivendo no cotidiano do camelódromo de Três Lagoas, com uma série de atores-chave – prefiro chamar assim – que tinha ligações direta com os camelôs.

Para explorar esses significados, eu passava em médias 3 horas entre os camelôs. Eu não ia todos os dias para lá. Somente nas primeiras semanas é que fui mais cativo, mesmo porque tudo era muito novo e instigava muito a minha curiosidade. Depois comecei a reduzir os dias em que eu ia para lá. Em algumas semanas, como eu tinha que fazer entrevistas com alguns dos atores-chave, eu passava por lá rapidamente, só para dar o “ar da graça”. Como eu residia próximo ao mercado camelô, muitas vezes, no período da noite, eu ainda transitava por

lá e não foram raras as vezes em que eu vi uma série de boxes abertos já eram mais de 23:00 horas. Isso era uma coisa que me impressionava muito, mas somente depois eu fui explorar essa “flexibilidade” de horário.

Depois de uma semana junto aos camelôs, comecei a colocar o que eu chamei de “objetivo da semana”, onde o que eu pretendia era explorar e entender mais algum tema elucidado e que eu não dispunha de amplo conhecimento. Apesar de aqui, no processo da escrita, isso ser possível de organização, em campo a realidade é diferente. É como um jogo de quebra-cabeça, que numa primeira empreitada você junta uma série de peças, mas ainda ficam peças que você não consegue encaixar ou até mesmo encontrar. Para isso, apesar de colocar o “objetivo da semana”, eu não tinha como meta esgotar o tema abordado. A minha intenção era apenas saber mais ou, como no jogo de quebra-cabeça, juntar uma série maior de informações (peças), sabendo que aquilo não se esgotaria ali, mas mais informações poderiam surgir durante todo o período que eu estivesse em campo. O curioso dessa estratégia, além de ser uma forma mais organizada, para mim, de explorar o campo, ainda me ajudou durante as entrevistas que eu realizei, pois eu fui criando um “roteiro” de temas em minha cabeça, igualmente no meu diário de campo.

4.4.1 O papel da Associação dos Camelôs de Três Lagoas/MS

Assim, na semana seguinte, eu coloquei como objetivo entender a Associação dos Camelôs de Três Lagoas. Apesar das divergências que existiam entre os camelôs, que aconteciam mais entre os camelôs antigos e os camelôs da “área invadida”, ainda sim eles possuíam uma organização interna. A Associação que eles tinham não só funcionava como representante nos assuntos externos ou nas reivindicações dos camelôs, mas também em sua organização interna. Essa função de organização das ações internas, os camelôs conquistaram alguns anos depois de estarem realizando suas atividades nos boxes cedidos pela prefeitura. Isso porque havia muita mudança de proprietário dos boxes, o que geravam conflitos internos. Ainda, uma série de ações, por exemplo, de segurança do local, era paga pelo grupo de camelôs através da Associação. Quando um novo camelô comprava algum espaço, os conflitos começavam não somente nos processos de vendas, mas nos pagamentos das despesas coletivas. Além da segurança, despesas como as de água e luz também eram dívidas pelos camelôs e pagas através da Associação.

Com isso, a Associação começou a tomar a frente dos assuntos internos, ou seja, assuntos que envolviam somente os camelôs. No caso de venda de um box, a Associação interferia, não no preço comercializado, mas nos ajustamentos de condutas que deveriam existir para que houvesse a integração desse novo camelô ao sistema. O que eu percebi foi que a Associação, pelo menos no período em que eu estive em campo, tinha uma centralidade entre os camelôs, onde muitos dos conflitos eram discutidos na Associação. Por isso, um dia, ao presenciar uma discussão entre dois camelôs, eu percebi que a presidente da Associação havia se deslocado até o local para apaziguar a contenda. Ela não representava somente a presidente da Associação, mas era uma líder entre eles. Eu cheguei a participar de uma reunião realizada pelos camelôs por exigência da Dona Maria. Apesar de sentir certa desorganização nos tópicos que deveriam ser discutidos, havia sempre um entendimento e uma solução unânime para os problemas. As reuniões funcionavam mais como formalização dos temas, do que necessariamente como solução de problemas, pois muito era resolvido de maneira informal.

Nas primeiras conversas que eu tive com a presidente da Associação, percebi que ela sabia muito sobre tudo que estava acontecendo entre os camelôs, como: quem estava vendendo o box, quem tinha conflito com quem, quais eram os principais problemas que ali surgiam, além, é claro, de conhecer bem cada um dos camelôs e funcionários de camelôs que trabalhavam ali. Por isso, as minhas primeiras visitas a campo foram motivo de muitos questionamentos, pois eles tinham necessidades de saber quem eu era e o que eu fazia ali. Depois de duas semanas, quase todos sabiam quem eu era, o que eu fazia ali, entre outras coisas. Um tempo depois eu nem precisava mais explicar ou mesmo responder aos questionamentos posto que já era de conhecimento deles a razão da minha presença no local.

Então, nas reuniões da Associação eram feitos os principais acordos, as manifestações gerais dos camelôs sobre tudo que acontecia naquele local e as atitudes que eles iam tomar para com as pressões realizadas pelo poder público. Eu participei de apenas 1 reunião, pois elas não aconteciam com muita frequência. Eu percebi que o nível de deslocamento da informação naquele local era muito alto, ou seja, eles discutiam tudo sobre o que estava acontecendo. Apesar dos conflitos que surgiam sempre, as resoluções eram feitas no ato, “sem muita enrolação”. Eu percebi que muitos camelôs não mandavam recado, eles eram bastante diretos. O que tinha que ser dito, era dito e ponto. Muitas vezes eu ficava bem constrangido, pois era uma forma muito direta de falar. Lembro-me de uma passagem em que eu estava conversando como o Seu João e a presidente da Associação chegou com um papel em mãos e

disse: “Você tem que pagar, estourando, até amanhã, ok?”. Nem se preocupou com a minha presença ali.

Em várias outras situações eu percebi que a presidente da Associação não mandava nenhum recado, ia pessoalmente dizê-lo. Uma hora era a resolução de um conflito que surgiu entre dos camelôs, outra hora era o pagamento das dívidas mensais com os vigilantes, outra hora ainda era para tirar satisfações pela venda de um produto muito mais barato do que os outros camelôs. Neste ponto, a união entre eles era impressionante, quase um cartel. Ou melhor, era um verdadeiro cartel! Era possível percorrer todos os 104 boxes e encontrar uma diferença muito pequena no valor de um mesmo produto. Isso quando encontrava. Um dia, passei a tarde toda especulando preços e pude constatar que a diferença era bem insignificante. Eu não sei explicar se havia também uma organização sobre o valor dos produtos vendidos ou se era devido ao preço que eles compravam os produtos, mas que havia muito semelhança, isso havia. Já não bastasse o preço inicial ser semelhante, poucos eram os camelôs que concediam algum tipo de desconto. Quase todos eram irredutíveis nos preços.

Certo dia eu perguntei para a Dona Maria se eles tinham algum tipo de tabela de preços. Ela sorriu e disse que não. Disse que, entre os mais antigos, todos se conheciam, assim como sabiam os produtos que cada um trabalhava. Muitas vezes, eles iam comprar juntos os produtos. Nessas compras eles determinavam os preços de venda, para que um não complicasse a vida do outro. Por isso que quando aconteciam os conflitos era porque a prática entre os mais antigos era esta de acordos informais, mas entre os mais novos ou recém chegados, de alguma forma eles burlavam esses acordos, o que gerava vários conflitos. Por isso, ela intervinha, pois os acordos feitos entre camelôs se tornam regras de conduta. Como ela mesmo me disse em uma entrevista que fiz com ela tempos depois:

A nossa força está na nossa união, né? Se qualquer engraçadinho que entrar aqui achar que pode fazer tudo, vamos para cima dele. Temos lá nossos problemas, mas somos unidos. É por isso que conseguimos todas essas coisas até hoje. Isso não pode se perder! Não pode. Entende? O que tem que acontecer é o camelô (o novo camelô) se adequar às regras daqui e não a gente se adequar as regras dele. Nós estamos aqui há bem mais tempo. Por isso eu não deixo nada para depois. Vou lá e resolvo. Tenho que lutar pelas pessoas que, como eu, estão aqui desde o início. Nós que sustentamos isso aqui. Não eles. Eles chegaram agora. Vão ter que se adequar. Mas é isso
(Dona Maria - camelô).

Mas o papel da Associação não se restringia aos assuntos internos do camelódromo mas, principalmente, aos assuntos externos. Quanto eu entrei em campo no início de 2010, o assunto geral sobre os camelôs era a transferência deles para um local específico, no antigo

mercado municipal. Quando fui realizar a minha pesquisa sobre a Associação, recorrentemente esse era o assunto mais citado. Os camelôs estavam sofrendo um processo instaurado pelo Ministério Público, que continuou durante todo tempo em que eu estive em campo, obrigando eles a saírem da calçada. Não vou entrar muito em detalhes sobre esse assunto agora, pois vou abordá-lo, mais adiante, com a amplitude necessária, mas esse era o principal foco da Associação naquele momento. Assim, a Associação tomava uma centralidade na atividade de camelô, tanto nos assuntos internos quanto nos externos, conduzindo a uma força inerente nos ganhos e sustentação daquele mercado.

No trabalho desenvolvido por Rodrigues (2008) nos mercados camelôs de Presidente Prudente/SP e de Marília/SP, havia também uma centralidade dessas associações dos camelôs, num processo anterior à mudança deles para o camelódromo. No caso de Presidente Prudente/SP, salienta Rodrigues (2008), o papel era exercido por um Sindicato formado pelos camelôs e não por uma Associação. Já em Marília/SP era também uma Associação. O que eu percebi do trabalho de Rodrigues (2008) foi um papel central dessas duas instituições, no que tange ao processo de transferência dos camelôs para o camelódromo, mas um papel periférico dessas instituições naquilo que era o cotidiano da atividade de camelô. Em Três Lagoas/MS, a Associação tinha um papel central nas negociações externas (com o poder público, principalmente) e também nas negociações internas (resolução dos problemas de conflitos entre camelôs).

Ainda, após a mudança dos camelôs dos centros de Presidente Prudente e de Marília para os camelódromos existentes em cada cidade, a representatividade e união entre os camelôs desapareceu. Rodrigues (2008) constatou que, após a transferência para o camelódromo, houve uma proximidade maior entre vários camelôs, que passaram a ver um ao outro como concorrentes, impossibilitando a constituição de associações ou sindicatos fortes. A realidade nas duas cidades foi parecida, ou seja, houve um enfraquecimento na representatividade a partir dessas instituições. Além disso, Rodrigues (2008) relata que, principalmente, em Presidente Prudente/SP houve iniciativas para a constituição de um novo sindicato, mas o projeto não se efetivou. Esse autor percebeu, em seu trabalho de campo, um certo desinteresse dos camelôs em constituir novamente essa forma de organização.

Essa discussão realizada no trabalho de Rodrigues (2008) mostra uma realidade totalmente diferente daquela que eu vivenciei em Três Lagoas, particularmente, referente à Associação. Mesmo assim, os camelôs ainda estavam em um local provisório e iam ser transferidos para uma local semelhante ao existente em Presidente Prudente ou Marília. Fica a

dúvida se, após a transferência dos camelôs para o novo local, todo esse empreendimento e força que a Associação tinha, não iria se dissipar, como Rodrigues (2008) identificou em seu trabalho. A força existente nas relações estabelecidas entre os camelôs de Três Lagoas era tanta que, não somente as contendas eram resolvidas via Associação, mas também havia uma “negociação” indireta para a fixação dos preços dos produtos.

4.4.2 A centralidade do mercado camelô de Três Lagoas/MS expressa na frase: “Aqui se vende de tudo”

Nas semanas seguintes coloquei como objetivo entender essa boa organização daquilo que eu via como sendo um possível cartel. O que eu pensava sempre é que a prática do cartel poderia ser bem estruturada em ambientes onde houvessem poucos vendedores e muitos compradores. Isso porque os preços determinados no mercado poderiam ser ditados pelos poucos vendedores e não pelos compradores. Apesar de algumas especializações de produtos que existiam entre os camelôs, muitos produtos eram encontrados em quase todos os boxes, como mesmo havia me dito o Seu Luiz. Assim, essa era uma das minhas incógnitas nas semanas seguintes.

Acrescido a essa incógnita do possível cartel, ainda assim o que me deixava muito intrigado também era a passividade dos camelôs no processo de venda. Aquelas frases, como a do “Pois não?” e a do “O(a) senhor(a) deseja alguma coisa?”, denotam-me uma peculiaridade do mercado camelôs de Três Lagoas. Alguma coisa acontecia ali para que ocorresse tanto essa organização no valor dos produtos vendidos quanto essa passividade no processo de comercialização. Eu passei a acreditar que ambas as coisas eram provenientes de uma mesma situação, que estavam diretamente ligadas aos aspectos simbólicos e de significação que o mercado camelô tinha naquela cidade.

Foi daí que eu comecei a perceber a centralidade do mercado camelô em Três Lagoas. Por ser uma cidade de pequeno porte e pelo crescimento desordenado nos últimos anos, o comércio de Três Lagoas, em muitas áreas, era deficitário. Esse déficit foi preenchido pelos produtos vendidos no mercado camelô. Não foram raras as vezes em que eu, por ser novo na cidade, chegava nas lojas do centro à procura de algum artefato para minha casa e os vendedores ou donos das lojas, após falarem que não tinham tais produtos, diziam: “Vai lá nos camelôs que você encontra”.

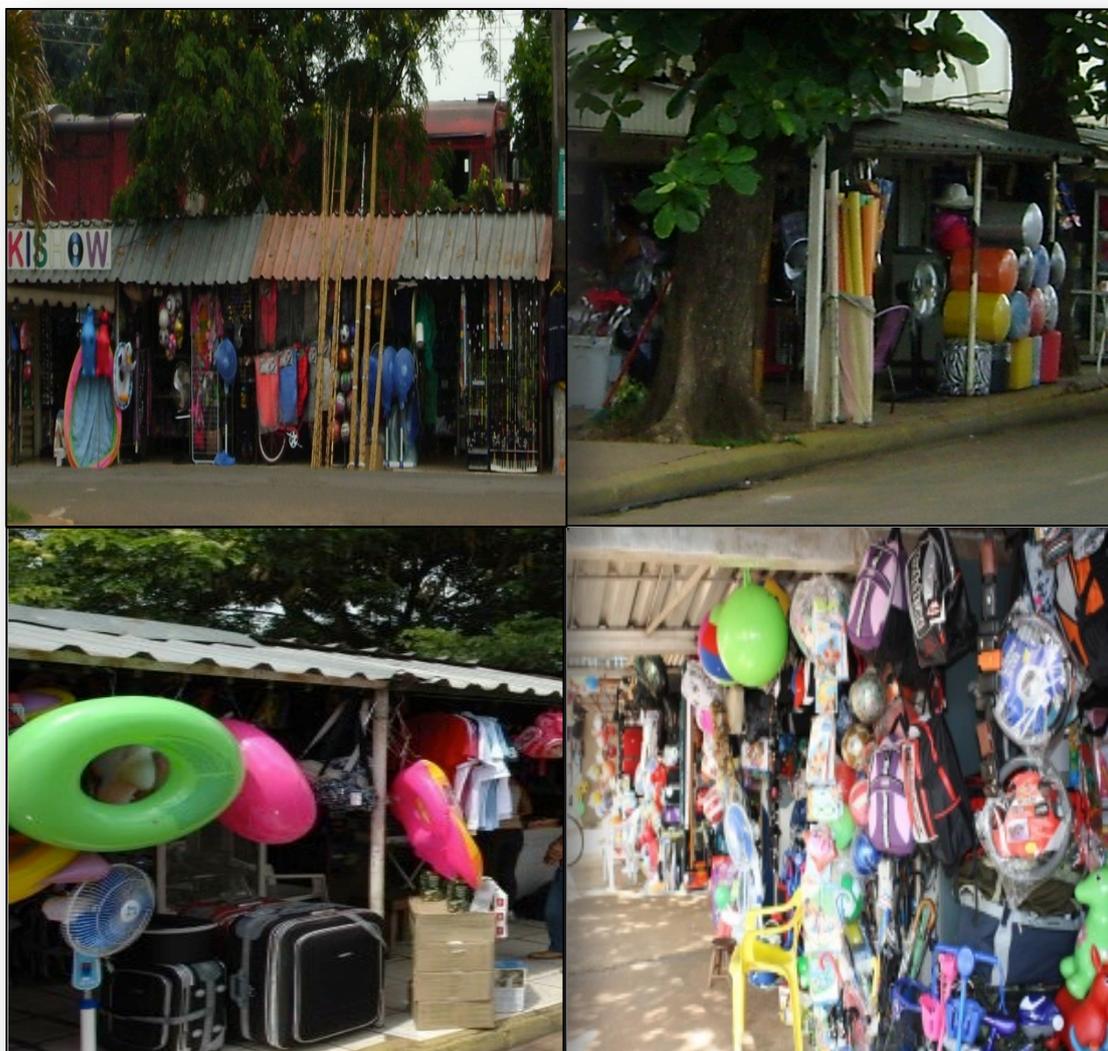
Fui percebendo o quão importante era aquele mercado. Pela cidade não ter um comércio amplamente estruturado, como vou abordar um pouco mais adiante, o mercado camelô supria em muito as necessidades existentes ali. Por mais que no início eu tivesse entrado em campo com o preconceito de que era um mercado marginalizado, com uma série de pessoas em condições econômicas desfavoráveis, ou que era um mercado que concorria com o comércio vendendo produtos de baixa qualidade a um preço mais acessível, muito disso foi sendo desconstruído com o tempo. O mercado camelô de Três Lagoas não estava à margem do comércio local, muito pelo contrário, o comércio local é que estava à margem do mercado camelô, eu poderia dizer assim. Nisso eu não estou exagerando nem um pouco, pois muito do comércio de conserto de eletrodomésticos e eletrônicos dependia dos produtos comprados no mercado camelô. Como era o caso do Seu Luiz, que vendia produtos para várias empresas de serviço de conserto em eletrodomésticos. Além disso, o mercado camelô abastecia vários componentes, por exemplo, para a instalação de uma antena ou para o conserto da parte elétrica de uma casa.

Não foram também raras as vezes em que ouvi dos próprios camelôs que ali era um lugar onde se vendia de tudo. Durante uma entrevista que eu fiz com a Dona Lurdes, que também era uma das mais antigas camelôs existente naquele lugar, com mais de 20 anos vivendo como camelô, ela foi enfática ao dizer que:

Por mim, eu passo o resto da minha vida aqui. Aqui a gente vende bem. A gente já tem a clientela. Aqui pelo menos a gente sabe que a gente vende. [...] Mas você sabe que eu acho que onde o camelô estiver o povo vai atrás...vai!...vai!....vai!....Aqui no camelô você acha de tudo...desde uma agulha a um....tudo que você pensar aqui no camelô tem (**Dona Lurdes – Camelô**).

Essa frase do “Aqui no camelô você acha de tudo” nunca representou somente um jargão para mim, mas uma realidade. Eu sempre fiquei muito impressionado com a quantidade de coisas que eles comercializavam ali, desde bancos e almofadas para sofás, passando por malas e artefatos para pesca, até ervas e produtos naturais. Isso para mostrar somente as coisas mais exóticas que eram comercializadas naquele local. Não haviam restrições. Tinham produtos para piscinas, roupas variadas, tênis e sapatos, eletroeletrônicos, computadores, perfumes, vídeo games e jogos, televisores e antenas e também componentes variados. Sempre me chamaram a atenção, não só a quantidade, mas a diversidade de produtos. A Figura 16 mostra um pouco dessa variedade de produtos.

Figura 16 - Alguns produtos comercializados no mercado camelô de Três Lagoas/MS.



Fonte: Material de campo.

Foi a partir daí que eu percebi que o mercado camelô não mais, particularmente no caso de Três Lagoas, pertencia a uma lógica de um comércio marginalizado, numa possível interpretação que poderíamos ter a partir da obra de Harvey (1992). O mercado camelô de Três Lagoas, na lógica de comercialização e venda dos produtos, era muito mais centralizado do que eu poderia imaginar nos primeiros contatos que eu estabeleci. Percebi uma pujança inerente no trânsito diário e intenso de consumidores e clientes, assim como no movimento que tal mercado produziu numa área da cidade que antes era esquecida. Ao serem transferidos para o local, como a Dona Jura havia me dito durante uma entrevista, o local era pacato. A

movimentação, em grande medida, foi impulsionada pelo mercado que ali surgia, por ser um mercado de importância para o consumo existente na cidade de Três Lagoas. Assim, salientou a Dona Jura numa entrevista:

Quando a gente veio para cá não tinha nada. Era um paradeiro e a gente veio da rua, né? A gente ficava na frente do banco. A gente já pegava o cliente na frente do banco...(risos)...Aí a gente veio para cá e uns três meses, assim, não passava ninguém aqui...Aí depois o pessoal começou a vir e hoje aqui é um ponto turístico da cidade. Aqui não tem quem não venha. A gente tem cliente das classes A até a E. De todas as categorias. O rico, o pobre e o médio. Vem todos comprar nos camelôs...E a gente tem clientes da alta sociedade...(risos)...(**Dona Jura – Camelô**).

Fica visível essa centralidade e importância do mercado camelô por essa fala da Dona Jura, que não evidencia tanto a variedade ou quantidade dos produtos vendidos no mercado, como fez a Dona Lurdes, mas os tipos de clientes que frequentam o local. No trabalho etnográfico de Terres, Cavedon e Santos (2010), algo semelhante, em termos de trânsito de clientes, acontecia no camelódromo de Porto Alegre/RS, conhecido como Centro Popular de Compras (CPC). A heterogeneidade de clientes era algo evidente pelas pesquisadoras, dado o fato de que o CPC foi construído em cima de uma parada de ônibus localizada na região central de Porto Alegre. Além disso, pela localização do CPC em Porto Alegre/RS, a movimentação de consumidores era intensa, algo bem ao que eu detectei no mercado camelô de Três Lagoas/MS.

O movimento próximo ao mercado camelô era intenso o dia todo. Algumas horas mais intenso, outras horas menos, mas sempre tinha gente transitando por lá. Nunca eu cheguei no camelódromo e vi ali um verdadeiro abandono. Sempre movimentado. Além da Dona Jura, ainda eu fiz uma entrevista com o Sr. Sebastião, antigo Secretário da Indústria e Comércio, que eu vou explorar essa entrevista mais adiante, mas ele falou exatamente algo próximo ao que a Dona Jura havia salientando, como fica visível no trecho abaixo:

Aquele local em que eles estão hoje não era movimentado. Ali não tinha nada, porque a NOB não funcionava mais. A avenida que tem ali, a Rosário Congro, ligava (e ainda hoje liga, mas os bairros estão mais estruturados) essa área central da cidade para alguns bairros menos povoados. Eles reclamaram muito disso na época, pois não era um lugar movimentado. Apesar de estar a uns 200 metros do centro, era um lugar bem parado. Nem a gente previa que o lugar se tornaria o que ele se tornou hoje. Existe um movimento muito bom ali hoje (**Sr. Sebastião – antigo Secretário da Indústria e Comércio**).

Esse movimento estava condicionado também ao crescimento da cidade, que povoou mais os bairros que são ligados pela avenida Rosário Congro. Assim, ocorre um trânsito intenso de veículos, bicicletas e pedestres naquele local. Mas o movimento que eu falo é

também no mercado camelô, de pessoas comprando, assim como dos proprietários e funcionários dos boxes. Cheguei a detectar, nos boxes de tamanho 4x4, três pessoas trabalhando. O dono e mais dois funcionários. Essa quantidade de funcionários estava condicionada, basicamente, ao volume de vendas. O Seu João trabalha sozinho, assim como o Seu Luiz, mas a Dona Janete tinha uma ajudante, a Dona Maria (Presidente da Associação) tinha quatro funcionários e a Dona Lurdes também tinha uma funcionária. Por si só, essa quantidade de proprietários e funcionários, acrescidos os amigos e parentes que também passavam um parte do dia ali conversando, já produzia certa movimentação ao mercado.

Mas não era somente isso. Depois de um tempo eu comecei a perceber quem era parente ou amigo e estava ali somente passando a hora e conversando, assim como quem eram os donos dos boxes e quem eram os consumidores e clientes. Foi aí que vi uma diversidade grande de clientes, em termos de classes sociais, idade, gênero, entre outros. Comecei a ver que não era somente clientes ou consumidores de uma classe social mais baixa que frequentavam o camelódromo. Exatamente como a Dona Jura havia me dito.

Uma época eu pensei em fazer uma questionário para saber o perfil do consumidor do mercado camelô, mas depois eu desisti, pois essa pesquisa *in locu* poderia não representar verdadeiramente o perfil do consumidor, devido a muitas compras serem feitas por terceiros. Como a Dona Jura havia me salientado certo dia com relação aos clientes da alta sociedade, muitos solicitavam que terceiros (geralmente funcionárias domésticas) fossem buscar os produtos. Não por que havia algum tipo de restrição em transitar no mercado camelô, mas que era uma prática corrente solicitar aos funcionários que buscassem os produtos.

Em épocas comemorativas, tanto a diversidade quanto a quantidade de consumidores aumentavam significativamente, sendo necessário impedir o trânsito de veículos na rua em frente aos camelôs. No final do ano, próximo ao Natal, por alguns dias eu fiquei desambientado, pela quantidade de consumidores e clientes que transitavam por ali. Neste dias pude perceber o que a Dona Jura havia me dito sobre o local ser até um ponto turístico da cidade, pois eu encontrei alguns alunos que passeavam pelo mercado camelô acompanhados de parentes que residiam em outras cidades. Ao questioná-los sobre o que eles faziam ali, se estavam comprando ou somente passeando, alguns diziam que tinham levados os parentes para passear e, quem sabe, até comprar algumas coisas.

O horário de funcionamento do mercado era totalmente variado. Alguns boxes abriam cedo, por volta das 8:00 horas da manhã, enquanto outros abriam mais tarde, por volta das 10:00 horas da manhã. Alguns até depois das 18:00 horas (Isso ficará claro mais adiante). Não

fechavam para o almoço e a grande maioria permanecia aberto até às 20:00 horas. Um número ainda significativo de camelôs estendiam esse horário de funcionamento para além das 23:00 horas. Essa era uma vantagem que os camelôs tinham em relação ao comércio local. Enquanto a maioria das lojas do comércio local funcionava exatamente condizente com o horário comercial – salvo nos dias próximos às datas comemorativas – das 8:00 até às 11:00 horas, fechando para o almoço das 11:00 até às 13:00 horas, reabrindo às 13:00 horas e funcionando, impreterivelmente, até às 18:00 horas, o mercado camelô não seguia essa regra.

Numa entrevista que fiz com Sr. Pedro, que era um cliente assíduo do mercado camelô, ele salientou algumas coisas importantes sobre o horário de funcionamento dos camelôs, como fica visível no trecho abaixo:

O horário. Nossa, o horário. Você pode ficar tranquilo. Se for uma coisa assim, se você precisar com urgência, pode ir lá que tem loja aberta. Se você precisar de um presente para um aniversário, por exemplo, você pode deixar para comprar no sábado à tarde. Pode deixar para comprar 5 ou 6 horas da tarde no sábado que você vai chegar lá e vai comprar, porque as barracas vão estar abertas. Coisa que no comércio não tem (**Sr. Pedro – Cliente do mercado camelô**).

Além dessa distinção do horário que os camelôs possuem em comparação com o comércio local, ainda os camelôs possuem produtos exclusivos, que são encontrados somente ali. Não é apenas uma questão de diversidade e quantidade, mas também de exclusividade em vários produtos vendidos, pois outros dois consumidores que eu entrevistei salientaram exatamente algo parecido com o que o Sr. Pedro (o primeiro consumidor entrevistado) havia me dito. Eu mesmo presenciei isso quando fui morar em Três Lagoas. Quando ia procurar alguma coisa específica para casa, não haviam restrições, por parte dos comerciantes, em dizer que aquele produto eu só encontraria nos camelôs. Nas três entrevistas que eu fiz com clientes do mercado camelô, em todas, essas questões sobre a exclusividade de produtos que os camelôs tinham, ficaram evidentes. Isso pode ser visto nos fragmentos abaixo:

Tem produto que só se encontra lá na cidade. Você já nem procura, vai direto ao camelódromo. Não, e eu faço questão de ir nas lojas. Esses dias quebrou o transformador do meu telefone sem fio. Eu passei em todas as lojas de eletroeletrônicos. Em todas as lojas! Sabe o que aconteceu? Todas elas me indicaram o camelódromo! Entendeu? E logo vão dizendo que somente os camelôs que tem e que você só vai encontrar lá. Se você quiser comprar numa loja regularizada, vai ter que ir em outra cidade comprar, porque aqui só tem nos camelôs (**Sr. Evandro – Cliente do mercado camelô**).

Manutenção de eletrodoméstico. Liquidificador. Geladeira. Processador antigo. Você precisa da borrachinha do processador, você vai lá e encontra. Só ali que tem. Você precisa de um copo para o liquidificador que quebrou, só ali que tem. No comércio daqui você não encontra. E vou te dizer mais,

eles nem fazem força para ter. Não sei se são produtos que dão menos lucro, mas nem precisa gastar combustível e procurar no comércio. Tem que ir direto nos camelôs (**Sra. Salete – Cliente do mercado camelô**).

Camisa de clube, por exemplo. Camisa de clube, se você for comprar original é um absurdo. Não dá para comprar. Daí você vai lá no camelódromo que tem e você nem nota muito a diferença. Você ainda no comércio aqui não encontra muitas camisas. Lá você encontra de tudo quanto é time. Aqui nas lojas você encontra só de alguns times. Lá não, você encontra de tudo (**Sr. Pedro – Cliente do mercado camelô**).

Essa última fala, do Sr. Pedro, remeteu-me ao trabalho de Quezada (2008). Essa autora, no seu estudo etnográfico no mercado camelô de Copacabana no Rio de Janeiro/RJ, salienta algo sobre a qualidade da mercadoria. Por um lado, os meios de comunicação dizem que tais produtos são falsificados, piratas e ilícitos, o que imprime a baixa qualidade dos produtos. Por outro lado, a banquinha do camelô possibilita o consumo real de determinados bens que, antes, eram consumidos apenas idealmente, no sonho ou desejo do consumidor. Essa possibilidade de consumo proporcionada pela banquinha, no caso de mercado do Rio, ou pelo box, no de Três Lagoas, se deve ao fato de ser financeiramente acessível. Mas nem é só isso, o camelô proporciona algo que Quezada (2008) chama de “assegurar a legitimidade/qualidade do produto”, quando o sujeito direciona o olhar do cliente para os detalhes que atestam a veracidade da informação, como a costura bem feita, o acabamento e a qualidade do material. Por esse motivo, na fala do Sr. Paulo, surge a frase do “você nem nota muito a diferença”.

Essa discussão sobre os produtos falsificados foi bem abordada no trabalho de Terres, Cavedon e Santos (2010), onde essas autoras fizeram um estudo sobre o consumo de réplicas de marcas de luxo. Neste estudo, fica visível a hierarquia existente nas réplicas, que vai da cópias (falsificação mais imperfeita) até a réplica (falsificação mais perfeita). No contato que essas autoras tiveram com um camelô, este salientou exatamente, ao mostrar uma bolsa, quais as diferenças mais gritantes entre cópias e replicada, querendo exprimir que não há muitas diferenças em comparação com o produto original, dado os detalhes existentes no produto falsificado.

Além disso, os relatos desse consumidores entrevistados atestam também sobre a questão da especialidade, quando a questão da diversidade, que eu já vinha salientando. Todas essas informações que eu fui obtendo sobre o mercado camelô me indicavam que muito do comportamento apático que eles tinham, estava vinculado a essa procura ativa que o consumidor tinha em relação aos produtos oferecidos.

Ao ter contato com a história do mercado camelôs de Três Lagoas, contada pelos camelôs e pelos sujeitos que, no início das atividades naquela cidade, estabeleciam algum tipo de relação com os camelôs (como é o caso do antigo Secretário da Indústria e Comércio), percebi que as atitudes dos camelôs, naquela época, tinha sido mais ativas. Semelhante ao que eu observei no comportamento dos camelôs de Porto Alegre, era a postura dos camelôs de Três de Lagoas no período em que eles dominavam as calçadas do centro. Isso fica visível na fala do Sr. Sebastião:

Nós pensamos na época: vamos fazer um trabalho diferente, não era o ideal, a gente sabia que não era ideal, não era o que nós queríamos, mas era o que nós precisávamos para resolver o problema da cidade, porque a cidade estava suja, feia e você não conseguia andar pelas calçadas. Por que, além deles ocuparem as calçadas, tinha o assédio que eles faziam nas pessoas. Então você estava andando e o pessoal puxando você para dentro das barracas. E foi uma briga, viu? Foi uma briga! **(Sr. Sebastião – antigo Secretário da Indústria e Comércio)**

Neste trecho da entrevista com o Sr. Sebastião fica evidente que a atitude dos camelôs na época em que eles ocupavam a área central da cidade era totalmente diferente daquela que eles possuem hoje. Há possibilidade de várias explicações para isso, mas a que mais se tornou evidente para mim foi a centralidade desse mercado no contexto da cidade de Três Lagoas. Na mesma linha salientada pelo Sr. Sebastião, também vários camelôs mais antigos sempre tocavam no assunto de maneira semelhante, como a Dona Maria, a Dona Jura e a Dona Janete. Elas diziam que assediavam os consumidores naquela época, pois era uma forma de vender. Pegavam eles já na porta do banco e que sempre uma parte do dinheiro ficava com os camelôs. Eu me recordo, numa conversa que tive com a Dona Maria, dela dizendo que, naquela época, você tinha que ter uma “lábria” muito boa para vender bem.

Como a gente estava incomodando no centro, nas portas dos comerciantes, eles viram que estávamos incomodando e mandaram a gente para cá. Mas lá era bom, porque cada um tinha um ponto certo também. Tirávamos a barraca no final do dia, mas cada um tinha seu ponto e montava a barraca no mesmo lugar. Como era mais no centro, a gente tinha um número grande de clientes. Conquistávamos os clientes na porta do banco. Não tinha um que não comprava de mim...(risos)...Era uma briga para conquistar os clientes. Depois era só vê-lo e ir logo perguntando se não estava precisando de algo. Eu sabia o nome de cada cliente meu. Tinha uma agendinha, assim, que eu anotava tudo...(risos)...Anotava até quem comprava mais...(risos)...Era muito bom! **(Dona Janete – camelô)**.

Neste trecho da entrevista com a Dona Janete fica evidente, além do assédio para com os clientes e consumidores, ainda as estratégias para a manutenção da venda, como o caso da agenda com o nomes dos clientes e o nível de compra/gasto na barraca. Nos dias atuais, a Dona Janete me explicou que isso tudo foi se perdendo. Que ela não tinha mais a agenda, que

os clientes mudaram muito e que depois que eles mudaram para essa estrutura montada pela prefeitura, houve uma mudança radical na prática de comércio. Ao ser questionada sobre a mudança radical, a Dona Janete falou das dificuldades iniciais em conseguir clientes, porque o local não era de trânsito de pessoas, o que mudou a maneira dela abordar e conquistar o cliente:

Nós passamos a melhorar um pouco mais a estrutura da nossa barraca, colocando aqueles pisos e balcões de vidro que tem lá. Como o local tinha aumento um pouco daquele da rua. Lá na rua a gente tinha barraca pequena. A gente tinha que desmontar e levar tudo embora. Isso todo dia...(risos)...Ali no camelódromo deu para gente deixar a mercadoria lá. Ai nós fizemos diferente, aumentamos ainda mais a quantidade de produtos para atrair o cliente. Eu fui uma das primeiras a encher meu box de mercadoria, para atrair o cliente. Se ele não visse de lá, não ia lá comprar. E foi assim...(risos)...(**Dona Janete – camelô**).

Somente para esclarecer, a Dona Janete tinha sido a líder dos camelôs na época da transferência para o local no qual eles estão atualmente. Quem toma conta do box dela hoje é o filho. Por isso, eu tive que marcar uma entrevista com ela, que foi realizada na residência dela. Neste trecho da entrevista, algumas coisas que eles iniciaram de mudança na forma de comercialização quando foram transferidos para lá, continuaram, como a forma de exposição do produtos e a estrutura dos boxes. Como eu havia salientado e percebido nas minhas primeiras empreitadas à campo, existia uma concorrência velada entre os camelôs para deixar evidente a quantidade de produtos. Isso de fato é perceptível entre eles, pois nos dias atuais não mais eles necessitam, como a Dona Janete colocou, atrair clientes pela quantidade de produtos.

Isso porque, os primeiros camelôs a ocuparem o novo espaço, tinham toda a visão da Praça da Bandeira e, conseqüentemente, de parte do comércio estabelecido na “rua dos bancos”. Nas figuras 11 e 12 fica evidente que, parte do camelódromo, cerca de 10 boxes, tinham visão privilegiada da praça. O consumidor ou cliente que transitasse pelas lojas estabelecidas em frente a Praça da Bandeira e olhasse em direção à praça não tinha como ver esses boxes dos camelôs. Por isso, como no caso da Dona Janete, que tinha um dos primeiros boxes daquele lugar, usava essa estratégia de colocar vários produtos à mostra, na tentativa de chamar a atenção dos consumidores que transitassem pela rua do comércio central.

No início, os aspectos simbólicos evidentes nesta prática de colocar todos os produtos à mostra, tinha lá seu curso estratégico, como salientou a Dona Janete, mas nos dias atuais, com a centralidade dos camelôs em relação ao comércio de Três Lagoas, não via mais nessa prática uma forma de atrair a atenção do cliente distante. Talvez ocorra a atração do cliente

próximo, como uma maneira velada de dizer: “Sou melhor, porque tenho mais”. Isso aconteceu na primeira conversa que eu estabeleci com o Seu Luiz. Ele quis mostrar que, apesar de outros camelôs terem produtos semelhantes ao dele, somente ele, ali no camelódromo, tinha tamanha diversidade. Isso ficou nítido para mim em vários contatos e conversas que eu tive com os camelôs. Sempre surgia algo voltado para a quantidade de produtos que cada um tinha e que isso era um destaque comparado com os outros camelôs. Se a concorrência não acontecia através de preço, ela acontecia através da diversidade e quantidade. As figuras 14, 15 e 16 atestam para essa prática.

Ao ter contato com realidade e com a história contada pelos camelôs, pude perceber que a mudança de comportamento estava diretamente vinculada a essa centralidade que eu evidenciei durante essa discussão. Essa demanda, que eu chamaria de extraordinária, no sentido de que muitos produtos só eram encontrados no camelódromo, fez os camelôs perceberem o quanto aquele mercado que eles tinham constituído era importante. Isso permitiu, em grande parte, que eles tivessem um comportamento, poderia assim dizer, mais acomodado, da mesma forma em que permitia a eles certa padronização nos preços das mercadorias. Também essa centralidade que eu tanto enfatizo aqui, permitiu, nos últimos anos, que acontecessem algumas práticas, como o comércio (compra e venda) dos boxes e também um aumento significativo na renda.

4.4.3 Valorização do Camelódromo no comércio ilegal dos boxes

Eu havia empreendido esforços durante algumas semanas para entender as duas coisas que eu salientei anteriormente, que eram: o comportamento passivo dos camelôs e a possível padronização (e manutenção dessa padronização) nos preços dos produtos. Como eram dois objetivos complicados para entender, estendi esses objetivos para mais outras semanas. Logo depois, coloquei como objetivo da semana entender essa prática de comércio (Compra e venda) dos boxes. Desde as minhas primeiras investidas em campo, esse era um assunto recorrente entre os camelôs. Assunto que até a Associação dos Camelôs intervinha, como eu expliquei anteriormente. Até então algo me incomodava nisso, mas eu não havia me dado conta de que eu precisava entender melhor essa prática, pelo simples fato de que a estrutura em que eles praticavam seu comércio era da prefeitura, assim como o espaço utilizado para essa prática era uma calçada, de domínio público e não privado.

Inicialmente fui tentar entender essa prática toda junto aos camelôs. Quando eu tinha oportunidade de estabelecer uma conversa mais demorada com os camelôs naquela semana, eu perguntava sobre essa prática de compra e venda dos boxes. Para eles, os camelôs, eu percebia que era algo normal, como se eles tivessem pago pelo local e vendessem no momento em que achassem melhor. Eu havia tido uma conversa sobre isso com o Seu João, que também não via mal nenhum neste comércio, para saber se ele conhecia algum camelô que tivesse dois boxes ali e que tivesse vendido um. Na hora ele me citou dois camelôs com quem eu poderia conversar.

Fui até um desses camelôs, Seu José, disse a ele que o Seu João havia me falado dele, que ele poderia colaborar com a minha pesquisa. Fiz uma série de perguntas gerais sobre o camelódromo, principalmente sobre o local que eles seriam transferidos. Quando ele estava falando sobre o local, não precisou nem de eu entrar especificamente no assunto que eu queria, pois ele já havia mencionado, de forma natural – vamos dizer assim – sobre o que eu queria perguntar. Neste trecho da entrevista ele diz que:

O que eu vou fazer com tudo isso aqui lá? O problema daqui já é espaço. Quatro boxes desses emendados você ganha dinheiro. Você pode colocar mais itens, expor mais. Aqui tem mercadoria que, às vezes, eu não sei onde está. Fica tudo amontoado. O espaço meu lá é o menor. Se for para ficar lá, eu não quero não. Vou vender meu espaço e ver quem quer vender um maior e vou comprar. Aqui já é pequeno e lá vai ser menor ainda (**Seu José – camelô**).

Talvez isso tenha saído de forma tão natural pelo Seu José já ter feito o comércio de um outro box, mas nem precisou eu pensar em como eu iria perguntar, pois neste momento ele deixou a abertura que eu precisava. Foi aí que ele começou a falar sobre os boxes que ele já tinha comprado e vendido. Não tinha sido apenas um. Ele já havia se mudado de local, do box cinquenta e poucos para o box vinte e poucos. Disse para mim que já há uns cinco anos os camelôs tem comercializado os boxes. Ainda salientou que neste dois ou três últimos anos esse comércio se tornou central, devido ao processo de mudança dos camelôs para o novo local. Muitos que tinham mais de 1 box, como a prefeitura tinha feito um levantamento de todos os camelôs que existiam ali, iam perder os boxes a mais, pois lá no novo local seria cedido apenas um espaço para cada camelô. Foi aí que houve uma correria na venda de boxes, assim como a transferência de boxes para o nome de outras pessoas, parentes ou amigos, para que eles tivessem esse espaço garantido no novo local ou o dinheiro com a venda dos boxes.

Além do Seu José, na entrevista que eu fiz com o seu Valdir, especificamente sobre esse assunto, esse camelô diz o seguinte:

Eu quando comprei já era assim. Aqui tinha vaga para banca. Hoje não tem mais. Eu mesmo ajudei algumas pessoas a montarem a banca aqui. Eu aposentei pela CESP e vim passear aqui. Quando eu cheguei aqui tinha três amigos meus aposentados também. Aí eu conversei com eles e falei: Ah, eu estou parado, vou fazer o quê? Vou comprar uma banquinha aqui. Aí eu conversei com a mulher, ela aceitou e eu comprei. E vai para 12 anos que eu estou aqui. [...] Daqui eu tirei a formatura do filho. A gente é aposentado, não ganha lá grandes coisas, e meu moleque estudou em Lins. Fez engenharia elétrica lá. Lá eu gastava 1500 reais todo mês. Então quer dizer, eu tirei isso daqui. Teve a minha filha também, que era para se formar em Assistente Social, mas teve que parar e foi daqui também que eu tirei. Tem meu moleque de 18 anos, que tirou colegial nesta escola particular aqui na rua de cima e eu tirei o dinheiro daqui também. Hoje em dia é bom dar uma escola particular para os filhos da gente. Então a gente tem que ter um meio de tirar. Onde tiver jeito de tirar, a gente tem que dar um jeito de tirar. Trabalhar para poder tirar. [...] Eu comprei aqui o ponto. E box já era assim. Comprei tudo. Fiquei com tudo....Regulamentado mesmo é até uma vergonha falar que é. Quando eu cheguei aqui tinha que fazer um cadastro na prefeitura. Aí veio aquela história: não pode vender, não pode vender. Aí começou gente vendendo, gente fazendo box. Aí não teve mais controle. Não se sabe quem é quem. Você compra e vende e a prefeitura nem conhecimento toma (**Seu Valdir – camelô**).

Nesta entrevista com o Seu Valdir, surgem algumas questões. Primeiro a livre manifestação neste trecho da entrevista dele ter comprado o espaço no camelódromo. Segundo o sustento da família e o estudos dos filhos retirados do box adquirido. Terceiro é a valorização que o trabalho proporciona através de um diferencial expresso na manifestação do valor gasto ou mesmo da modalidade de escola, no caso privada, que um dos filhos estudou. Terceiro é a falta de regulamentação sobre o comércio de boxes, o que levou a um descontrole evidente sobre essas mudanças constantes de proprietários.

Como eu era novo ali e como os camelôs que eu havia perguntado sobre essa prática de venda dos boxes não salientavam nenhuma, ou quase nenhuma, irregularidade, comecei a achar que a prática era lícita. Pensei até que a prefeitura tinha cedido, de alguma forma, algum tipo de documento que dizia sobre essa cessão de espaço para cada camelô. Eles falavam abertamente sobre esse mercado dos boxes, o que me dava a impressão de ser algo totalmente legal e possível. Mas quando eu fui fazer a pesquisa com o antigo Secretário da Indústria e Comércio, para saber mais sobre a história do mercado camelô, ele acabou tocando no assunto da venda dos boxes, sendo enfático em dizer que aquele mercado era ilegal, como fica visível no fragmento abaixo:

Na época nós sorteamos os boxes. A gente tinha uma relação bem organizada de box por box e de cada proprietário. Não era permitido vender. Eles não poderiam vender, porque aquilo ali era apenas posse, não era privado. Então, nós tínhamos o controle. O complicado é que aquilo se perdeu no tempo. Acredito que pelo tempo em que eles ficaram sem

incomodar ninguém e sem serem incomodados. Dai, eles começaram a negociar os boxes. Como se eles fossem donos, mas eles não eram os donos. Eles tinham a posse, mas o local e a estrutura eram públicos. Nunca poderiam fazer o que fizeram e como fizeram (**Sr. Sebastião – antigo Secretário da Indústria e Comércio**).

O Sr. Sebastião entrou, de forma tópica, nesse comércio ilegal de boxes. A partir da entrevista e da conversa que eu tive com ele, pude perceber que esse mercado não era recente, que já era uma prática antiga entre os camelôs. Talvez por isso, por já terem contato com essa prática, na visão dos camelôs, era algo possível e corriqueiro. Claro que eles em nenhum momento pensavam na legalidade ou não do ato, mas na possibilidade ou não da prática acontecer. Se isso já tinha acontecido com o Fulano e o Beltrano, por que não poderia acontecer comigo? Por que eu não poderia também realizar tal prática? Questões desse tipo eu ouvi dos próprios camelôs. A legalidade ou não do ato está condicionada, neste caso, à possibilidade ou não do ato. Se há possibilidade e se o ato tem sido praticado, então, o papel agora é dar continuidade.

Enfim, dias depois que fiz essa entrevista com o antigo Secretário, fui procurar o atual Secretário para que ele me concedesse uma entrevista. Durante a entrevista, novamente o assunto do comércio de boxes surgiu e, por durante um tempo, o atual Secretário discorreu sobre a ilegalidade do ato, como fica visível abaixo:

Ali agora está um problema grave. Um comércio ilegal dos boxes. Quando foi para iniciar a reforma e construção do local para onde eles serão transferidos, fizemos todo um levantamento dos camelôs existentes. Alguns não queriam entrar, outros tinham mais de um box e queriam a mesma quantidade lá. Enfim, começou um comércio ilegal dos boxes. Uns vendiam, outros colocavam no nome de parente. Até que chegamos no acordo de que seriam 104 boxes lá no mercadão. Depois disso, depois de tudo constando no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)², ainda o comércio ilegal dos boxes não parou! No TAC constava o nome do Antônio, mas o Sebastião já tinha comprado o box dele. E aí? Se ele comprar ele vai ter o direito ou não? E esse comércio paralelo não parou. Ainda hoje esse comércio existe. Agora, isso para mim é bandidagem. É estar vendendo algo que não é seu. Talvez ele não vai poder estar lá, se ele continuar na ilegalidade, e ele vende o box. Então ele está com o nome dele lá na lista, ele está vendendo isso para uma pessoa que está sendo ludibriada, porque está comprando algo que não é de propriedade. A hora que chegar lá, essa pessoa que está pagando 15 mil reais num box, que é o valor que eles estão comercializando aí, e essa pessoa não vai poder tomar posse do local. Aí a prefeitura vai falar para ele: “Esse box não foi cedido a você”. “Ah! Mas eu paguei!”. “Esse box não era da pessoa que te vendeu”. Quer dizer, isso é crime e sério! Isso nos preocupa. Porque se fosse apenas a informalidade, mas eles estão partindo por um lado aí muito perigoso de comércio de um estabelecimento que não existe. De

² O Termo de Ajustamento de Conduta, TAC, também conhecido como Compromisso de Ajustamento de Conduta, é um instrumento utilizado na resolução negociada de conflitos, no âmbito extrajudicial, por órgãos públicos de defesa do consumidor, principalmente o Ministério Público.

comércio de uma área que é pública! Estão vendendo um espaço que não é deles (**Sr. Fernando – atual Secretário da Indústria e Comércio**).

Eu não cheguei a perguntar para o Sr. Fernando sobre esse comércio. Ele entrou no assunto livremente, após falar da proibição dos produtos a serem comercializados lá no novo espaço. Ele referiu algo que eu já havia constatado junto aos camelôs, por exemplo, a transferência de boxes ou venda deles por conta da mudança para o novo espaço. Segundo, que eu ainda não havia comentado, foi o preço comercializado que, realmente, a partir das informações que eu obtive em campo, o valor girava em torno de 15 mil reais. Essa é outra coisa que mostra bem, nos dias atuais, a centralidade que esse mercado tem na cidade de Três Lagoas. O pagamento por um espaço existente num mercado que, até então, era tido como marginalizado, mostra exatamente que, há muito, ele deixou de ser marginalizado. Passou a ser visto como uma fonte importante de renda e lucro. Não seria muito dizer que: se há mercado é porque tem valor; se tem valor é porque tem comprador; se tem comprador é porque existem interesses e ganhos excedentes.

Esse comércio dos boxes era prática evidente também, como salientou Rodrigues (2008, p.38), no camelódromo de Presidente Prudente/SP, como pode ser observado num trecho do seu trabalho:

No ano de 2005, alguns camelôs ignorando o fato de ocupar um espaço público de uso comum começaram a comercializar seus boxes por valores que variavam de R\$ 4.000,00 a R\$ 8.000,00. Uma prática expressamente ilegal e proibida, pois de acordo com as normas, quando um camelô se desinteressa pela atividade, ele deve comunicar a Secretaria do Comércio e Indústria, que irá destinar o box a uma pessoa que necessite e queira entrar neste ramo, sendo que deve haver licitação e esta deve ser publicada no Diário Oficial. Mas, na prática, não é isso o que ocorre. No nosso entendimento, a comercialização dos boxes se dá por motivos de o Poder Público ter deixado os camelôs arcarem com as despesas do acabamento e melhorias e também por entrar pessoas logo na inauguração, em 1995, que não estavam nas ruas e calçadas.

Algumas situações próximas ao que Rodrigues (2008) expressa nesta passagem anterior, foi-me explanada pelos camelôs de Três Lagoas/MS, como o problema da infraestrutura que eles tiveram que arcar na época em que a prefeitura montou a estrutura na calçada da NOB e, nos dias atuais, das infraestruturas que eles terão que fazer no novo espaço para onde eles serão transferidos. Esse gasto, de alguma forma, concede o direito ao camelô de se ressarcir, não somente do valor gasto, mas auferir um lucro pelo investimento realizado. Mas no caso dos camelôs o fator principal e preponderante para esse mercado, nos últimos anos, estava ligado ao processo de transferência, pela impossibilidade de um mesmo camelô possuir dois ou mais espaços no novo local.

Mas esse investimento inicial, como, principalmente, no caso dos camelôs da área invadida no camelódromo de Três Lagoas/MS, geravam também nos camelôs dessa cidade algo próximo ao que salientou Rodrigues (2008, p.39), ao falar sobre a justificava dessa corretagem. Assim, esse autor salienta que “os camelôs, ao terem arcado com as despesas das melhorias realizadas nos boxes, com o passar dos anos, começaram a entender que eram donos do espaço público”. Acredito que algo semelhante ocorria entre os camelôs de Três Lagoas/MS, pois nem era um mercado oculto, mas estava abertamente manifesto e muitas pessoas na cidade sabiam de sua existência. Todas as autoridades que eu entrevistei tocaram no assunto do comércio ilegal de boxes.

Como ficou evidente no trecho da entrevista com o Sr. Fernando, muitos camelôs, antes mesmo de serem transferidos para o novo local, por problemas diversos, já haviam comercializado o novo espaço, o que acabava gerando – como Rodrigues (2008) mostra no caso do camelódromo de Presidente Prudente/SP – a contestação deste camelô em permanecer no box ou vendê-lo pelo preço que ele adquiriu, caso ele precisasse deixar o local. De uma forma ou de outra, fica evidente que o comércio dos boxes em Três Lagoas/MS não terminará com a transferência deles para o novo local, dado o fato de que muitos camelôs compraram boxes e vão acreditar no direito que eles terão de reaver o dinheiro investido.

Ainda, no que tange ao comércio de boxes, fica visível que muitos dos compradores são lojistas, que almejam isentarem-se dos impostos e do aluguel. Isso aconteceu com o Seu Luiz, com eu já salientei. Essa também era uma realidade no camelódromo de Marília/SP, como salientou Rodrigues (2008, p.52), ao discutir o alto preço dos boxes, dizendo que:

Outra possível explicação para o alto preço de um box é a procura por parte de pessoas que possuem capital inicial e buscam fugir dos impostos e do aluguel exigido para atuar no comércio formal. Existe em Marília o caso de uma comerciante de perfumes com dois boxes conjugados que antes possuía sua perfumaria no shopping. Há o caso de uma comerciante de brinquedos, que possui um espaço que corresponde a quatro boxes onde antigamente funcionava uma casa lotérica, e hoje está anexada ao camelódromo onde há maior fluxo de consumidores, a comerciante possui toda a estrutura de uma loja do comércio formal.

No local atual dos camelôs ainda fica evidente práticas semelhantes as salientadas por Rodrigues (2008) no caso de Marília/SP, no que tange à quantidade de boxes, mas no novo local essa prática de existência de mais de 1 box será proibida. Resta saber se tal prática que está expressamente proibida no TAC assinado pelos camelôs vai se sustentar durante os anos em que eles estiverem no novo local.

Mas se há um mercado intenso em Três Lagoas para os boxes, isso não se deve somente, como bem salientou Rodrigues (2008) em seu trabalho em outro local, à fuga dos impostos e alugueis de lojistas, pois muitas outras pessoas que adquiriam boxes no camelódromo eram aposentados ou profissionais liberais. O fato é que, para o surgimento desse tipo de interesse, algum benefício deveria saltar aos olhos dos compradores. Um desses benefícios, era a renda obtida com a atividade. Na minha visão, a renda obtida pelos camelôs naquele mercado era de suma importância para que alguém tivesse interesse na aquisição dos boxes e não somente a fuga ao pagamento de impostos ou alugueis, apesar desses últimos, nos dias atuais, serem considerados como se vê na fala dos camelôs, a exemplo do exposto pelo Seu Valdir:

Só que a gente vai falar o quê? A gente não paga nada para a prefeitura. A gente paga por conta, através da Associação, o guarda, água, luz. O guarda é particular nosso. Aqui a única coisa que a gente dá para a prefeitura é dar trabalho para eles. É! Porque essa calçada aqui, tem gente que não deixa espaço para um cadeirante, para uma mulher grávida, para criança passar (Seu Valdir – camelô).

Neste trecho, apesar dos outros assuntos que transitam na fala do Seu Valdir, fica visível que o gasto maior está na manutenção do box e no pagamento dos serviços utilizados. Mesmo evidenciando essa possibilidade de se evadir ao pagamento de aluguel ou mesmo de impostos, eu acreditava que a renda ainda tinha uma função importante para alavancar o valor dos boxes. Por isso, especular sobre a renda obtida foi o meu objetivo da semana nos dias seguintes.

4.4.4 A renda obtida pelo camelô de Três Lagoas/MS: atividade destinada à sobrevivência?

Vender um espaço de 16 m² por 15 mil reais, para mim, mostrava a existência de variados ganhos excedentes. Seria ilógico pensar que as pessoas que comprassem não tivessem vislumbrado esses ganhos excedentes. Essa questão da renda obtida com a venda dos produtos, para mim, era uma questão bem delicada, que eu tive muito receio em perguntar. Mas a minha curiosidade não deixava a minha consciência tranquila. Por isso, não fiz essa questão durante entrevista nenhuma, pois tinha muito receio da reação dos camelôs. Um dia, conversando com o Seu João, eu perguntei se o que ele tirava ali dava para sustentar a família. E ele respondeu que sim, mas que ele tinha também a renda da aposentadoria.

Um tempo depois pensei que eu tivesse que chegar até essa pergunta com camelôs que não tivessem outra renda, mas eu não sabia ao certo como fazer. Ou seja, fazer essa pergunta para camelôs que vivessem e sustentassem a família apenas com a renda obtida naquele mercado. Para isso, eu precisava ter mais intimidade, para poder ter coragem de chegar ao assunto. Foi quando eu procurei a Dona Maria. Conversei um pouco com ela sobre como andava minha pesquisa. Falei dos meus sucessos em campo e das amizades que eu tinha feito ali. Depois entrei no assunto da quantidade de clientes que eu via transitando pelo camelódromo. Perguntei para a Dona Maria, se eles, os camelôs, vendiam bem ali. Se tinha muita saída para os produtos. E quando ela começou a falar sobre as vendas, quase que automaticamente ela entrou no assunto da renda. Disse-me que tinha mês que tirava uns 5 mil reais, quando as vendas eram fracas, mas tinha mês que ela tirava algo em torno de 20 mil reais. Datas comemorativas como, por exemplo, Dia das Crianças e Natal, ela me disse que, quase sempre, tirava uma cifra próxima a 20 mil reais. Isso tudo deduzido os gastos, ou seja, valores líquidos.

Mas no caso da Dona Maria, ela possuía três boxes. Pensei que tivessem camelôs que tirassem menos do que isso. Então, fui especular com outros camelôs a renda que eles tinham. Do mesmo modo que fiz com a Dona Maria, fiz com outros camelôs. Entrava no assunto das vendas, da procura pelos produtos, e logo em seguida perguntava se era viável vender produtos num camelódromo, se eles tinham lucro. Apesar de eu achar que esse tipo de questão pudesse gerar algum tipo de constrangimento, comecei a perceber que, em muitos casos, era até uma forma de “alavancar” o valor de comércio dos boxes. Por esse motivo, acredito, eles não tinham restrição alguma em dizer o quanto tinham de lucro ali. A menor cifra de lucro que eu ouvi, pelos camelôs que eu perguntei, foi do Seu João, que tirava em torno de 4 mil reais. Tinha mês, disse-me ele, que o lucro era de 2 mil reais e tinha mês que ele obtinha uns 6 mil reais.

Essa questão da renda dos camelôs era tão aberta que, durante a entrevista com o atual Secretário, surgiu exatamente esse comentário sobre o valor da renda dos camelôs:

No passado algumas coisas desses tipos eram toleradas, porque você via que não tinha emprego. Não tinha emprego. Ali nos camelôs eles não tiram menos do que 5 mil reais. Se você perguntar, hoje, ninguém ganha menos do que 5 mil reais ali. Agora, você acha que eles vão sair dali, deixando de ganhar 5 mil para ganhar 700 reais formalmente? Para trabalhar numa empresa? Nunca! (**Sr. Fernando – atual Secretário da Indústria e Comércio**).

Neste trecho da entrevista o Sr. Fernando salienta a questão do emprego formal que, nos últimos anos, tem aumentado muito em Três Lagoas. Assim, ele faz um comparativo com

a questão de os camelôs deixarem de ser camelôs para irem trabalhar numa empresa. Coisa que, para ele, Sr. Fernando, seria totalmente possível nos dias atuais. No meio da conversa, ele faz um paralelo com a renda que poderia ser obtida mediante o trabalho em uma indústria e a renda que eles tiram hoje, como camelôs, trabalhando informalmente. Isso mostra que, para as pessoas que estão convivendo diretamente com os camelôs, não é novidade alguma a renda que eles obtém naquela função. Por isso, eu acabei pensando que isso era uma estratégia que contribuía com os camelôs em dois sentidos. O primeiro eu já salientei, que é o estímulo que esse tipo de informação acabava gerando no comércio dos boxes.

Um segundo sentido, estava ligado à maneira como a sociedade em geral, não apenas de Três Lagoas, via a atividade de camelô, como uma atividade marginalizada, uma atividade que congrega apenas pessoas desfavorecidas, uma atividade desqualificada, entre outras. Vale destacar que os camelôs enxergam a realidade da maneira como a sociedade os concebem, desta maneira desqualificada. Numa entrevista que eu fiz com outra camelô, a Dona Sebastiana, há mais de 20 anos trabalhando como camelô, desde Foz do Iguaçu/PR, onde ela iniciou suas atividades, ela disse o seguinte:

Porque ninguém vê a nossa realidade. Eu nunca ouvi falar, por exemplo, que o camelô ali gera três empregos, que ele tem três funcionários. Eles não falam que os camelôs trabalham ali para sustentar uma família, que tem filhos que estudam, que fazem faculdade. O povo não quer saber disso, né? Eles não querem nem saber. Que eu não estou prejudicando ninguém, que eu não estou vendendo droga, que eu não estou vendendo arma. Mas eles falam que os camelôs vendem droga, vendem remédios. Só isso que eles falam....Claro que tem as pessoas que vendem esse tipo de coisa. Só que eles discriminam o camelô, a categoria. A gente sabe de camelô que tem droga, que tem tudo. Vende de tudo aqui. Eu vejo gente comentar que: “Lá no camelô tem de tudo. Lá você acha de tudo...drogas, armas, remédios”. Na realidade não é. Aqui tem muito pai de família. Tem gente que vive disso aqui. Que não teve outra opção. Por exemplo, eu não tive outra opção. Não tive condições. A minha mãe não tinha condições de estudar os filhos. A gente era muito pobre. Mas eu estou fazendo diferente, dando condições para os meus filhos estudarem. E dou oportunidade para os meus funcionários. Os funcionários que trabalham aqui tem que estudar. Se não estudar eu não aceito (**Dona Sebastiana – camelô**).

Eu conheci a Dona Sebastiana tempos depois que eu estava em campo. A Dona Janete que havia me falado dela. Foi quando eu fui procurá-la no camelódromo. Conversei um tempo com ela, informalmente, e fiquei extremamente comovido com a história dela. As dificuldades, a perda do marido, a ida para Três Lagoas, os filhos pequenos para criar. Foi aí que eu pedi a ela se havia possibilidade de eu a entrevistar. Antes de responder, ela me disse que tinha se achado importante por eu ter pedido para ela ser a minha entrevistada. Que ela nunca tinha dado uma entrevista, mas que ela ia sim se deixar entrevistar. E o que está

descrito anteriormente mostra bem uma outra realidade na atividade de camelô, que é a desqualificação existente com relação à atividade.

Quezada (2008) mostra essa desqualificação expressa nas notícias dos jornais do Rio de Janeiro que, mencionavam, como assunto principal relacionada à atividade de camelô, expressões do tipo: comércio ilegal, confusão, crime, produtos ilegais, baderna, pirataria, falsificação, depósitos clandestinos, etc. Além de toda essa noção inerente ao termo “camelô”, que expressa uma categoria, ainda Quezada (2008, p.12) discute uma reportagem publicada num jornal de circulação local, que dizia que “um verdadeiro trabalhador nunca recorreria à baderna (lê-se, comércio ambulante) enquanto estratégia de sobrevivência”. Ou seja, a reportagem coloca em evidencia a própria pessoa que adere à atividade de camelô, não sendo um problema da categoria, mas também um problema pessoal. É esse estigma que fica evidente neste “desabafo” feito pela Dona Sebastiana.

Na visão de Goffman (1988), o estigma surge, na atualidade, com algo mal, algo que deve ser evitado, produto dos meios de categorizar as pessoas, a partir dos ditames da sociedade, a partir de atributos considerados como comuns para os membros de cada uma dessas categorias. Na análise feita por Goffman (1988), quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos, o que caracteriza a sua identidade social. No caso dos camelôs a recorrência de atributos está ligado às modalidades de comércios existentes, que possuem em suas evidencias aspectos ligados à formalidade e legalidade das atividades. Devido aos fato de os camelôs serem “os estranhos” neste contexto, por não possuírem parte dos atributos recorrentes em outras categorias de comércio, os estigmas se tornam evidentes. Goffman (1988) observa ainda que, por ser uma identidade social, o estigma incide sobre um grupo social, homogeneizando os atributos daquele grupo. É essa homogeneização que transita na fala e no desabafo da Dona Sebastiana.

Como bem descreve Quezada (2008, p.95) em seu trabalho:

No senso comum, o comércio ambulante não é considerado um projeto profissional de vida, mas um recurso provisório de trabalho e renda geralmente a serviço daqueles que passam por uma situação difícil – por exemplo, o desemprego. Como o próprio verbo *passar* sugere, as situações difíceis são transitórias, passageiras, momentâneas, e assim, espera-se que a camelotagem também passe -- afinal, o seu papel social é de servir como um meio de transição para um indivíduo que busca um rumo na vida. Após uma breve estadia no comércio ambulante, espera-se que o sujeito encontre um trabalho de verdade. Não por acaso, essa atividade é considerada alternativa de trabalho -- e não um “trabalho alternativo” -- expressão que de antemão

exclui a camelotagem enquanto trabalho. Os camelôs, como integrantes dessa sociedade, compartilham desse senso comum. Sofrem, portanto, o desconforto próprio dos seres liminares. Sofrem porque fizeram “morada” num terreno por definição arenoso. Sofrem porque vivem a solidez de um recurso provisório. Se a necessidade os levou a virar camelôs, a sociedade faz do “desvirar” um imperativo.

Neste contexto, eu percebi que a fala livre sobre o nível de renda tinha como sustentáculo toda essa visão negativa que para eles, camelôs, a sociedade havia lhes imputado (GOFFMAN, 1988). Passam a ser indivíduos estigmatizados socialmente, pela própria história de surgimento desta atividade comercial. Então, eu via que o falar abertamente sobre renda, tinha como pressuposto a tentativa de mostrar que essa é uma atividade valorativa, capaz de gerar uma renda digna e compatível com a renda de pessoas de classes mais favorecidas. Eu, quando comecei a realizar algumas perguntas no sentido de detectar a renda, percebi, em alguns camelôs, certa empolgação em falar dos ganhos. Tanto que, aqueles com quem eu conversei sobre esse assunto, muitos eu nem precisava perguntar que eles já iam falando sobre tal aspecto da atividade.

4.4.5 O lado negativo do “Aqui se vende de tudo”

Ainda, o trecho da entrevista que fiz com a Dona Sebastiana, mostra uma outra realidade. Pela própria visão estigmatizada que ronda a atividade de camelô, gerar uma lucratividade acima daquilo que seria o normal para aquela categoria marginalizada, denota também uma visão negativa sobre quais produtos estão sendo comercializados. Então, uma ênfase muito grande em falar sobre a alta renda obtida, para uma categoria onde o máximo, socialmente falando, deveria ser uma renda apenas para o sustento da família, acabava implicando a comercialização de produtos ilícitos. O “Lá no camelô se vende de tudo”, na visão da Dona Sebastiana, para a população de Três Lagoas, significava, principalmente, a venda de drogas, armas e remédios.

Foi a partir destas informações que eu coloquei como objetivo da semana, logo após a conversa com a Dona Sebastiana, averiguar essa questão da (i)legalidade dos produtos vendidos, assim como questões vinculadas à pirataria e ao contrabando. De fato, algumas coisas saíram na mídia, enquanto eu estava em campo, falando sobre a possível venda desses remédios importados do Paraguai. Eu já tinha conversado com camelôs que relataram a existência e comercialização desse produtos por uma minoria existente no camelódromo. Com

relação às drogas e às armas, eu apenas ouvi os camelôs comentarem. Uma época fui atrás das notícias que eram divulgadas nos jornais e revistas da região para saber o que era dito sobre o mercado camelô, mas não encontrei nada falando de drogas e armas. Agora, de remédio, além de encontrar algumas notícias, eu também presenciei uma cena, que me remeteu ao que o Seu Luiz tinha me dito, nos meus primeiros dias em campo, sobre um produto específico que era comercializado ali. No dia, como ele não quis comentar o que era, fiquei pensando que poderia ser droga, pois já tinha escutado de outras pessoas da cidade, assim como dos próprios camelôs. Mas devido a maneira que ele sorriu no dia, eu pensei que não pudesse ser droga, pois ele havia ficado mais constrangido do que preocupado.

Certo dia, eu aguardava para fazer uma entrevista com uma camelô. Como ela estava atendendo alguns clientes, enquanto eu esperava, resolvi me aproximar de um box que vendia eletroeletrônico. Fiquei olhando alguns celulares quando o dono se aproximou e perguntou se eu queria ver algum daqueles celulares. Eu disse que estava só olhando, pois esperava para fazer uma entrevista com uma senhora que era dona de um box ali perto. Iniciamos uma conversa quando chegou um senhor, aparentando uns 70 anos. O senhor parou do meu lado e perguntou para o dono do box se tinha o negócio. Daí o dono perguntou: “Que negócio?”. O senhor desferiu um sorriso sem graça, olhou para mim, olhou para o dono do box e disse: “O remédio”. Novamente o dono box colocou o senhor num situação constrangedora, ao perguntar: “Que remédio o senhor quer?”. Outra vez o mesmo ritual. O senhor desferiu outro sorriso sem graça, olhou para mim, olhou para o dono do box e disse: “Vem aqui”, chamando o dono para a outra extremidade do box. Foi quando eu percebi que era algo que eu não poderia saber e logo fui me distanciando do local, mas fiquei numa distância que desse para eu ver o que era. O senhor pegou algo na mão, colocou no bolso, tirou algumas moedas do outro bolso e deu para o dono do box. Foi aí que percebi que só poderia ser um remédio utilizado para disfunção erétil. Isso observando apenas o comportamento e a preocupação que o senhor estava em falar o que era perto de mim. Fiquei com esse registro até o dia em que, na busca pelas notícias sobre o camelódromo, vi num jornal de circulação local a seguinte reportagem:

Denúncias de populares levaram a Polícia Militar até o Camelódromo, localizado na avenida Rosário Congro. No local, segundo informações veladas, estava ocorrendo o comércio de medicamentos trazidos do Paraguai de forma ilegal. Durante o monitoramento uma equipe de policiais observou uma pessoa comprando um produto e foi abordada com um comprimido Pramil, usado para disfunção erétil. O abordado informou que pagou R\$ 5 pelo comprimido. Os policiais fizeram uma busca no Box suspeito e localizaram seis caixas de Rheumazin, contendo duas cartelas com dez

comprimidos cada, utilizado para reumatismo; três caixas de Fingrass, usado para emagrecer; uma cartela contendo 20 comprimidos de Pramil, usado como estimulante sexual e 81 pacotes de cigarros. A proprietária do Box, de 47 anos, relatou ter adquirido os produtos no Paraguai e que não tem autorização para exercer tal comércio. A mulher foi encaminhada à Polícia Federal para os procedimentos necessários (OLIVEIRA; 2010b, p. A2).

Essa reportagem, acrescida ao que a Dona Sebastiana havia dito, amplia o jargão que eu ouvia sempre dos camelôs e da população da cidade sobre o “Aqui, no camelódromo, você encontra de tudo”, inserindo uma série de produtos ilegais. Alguns eu não posso falar com propriedade, pois apesar de ter ouvido os próprios camelôs comentarem sobre a existência, não encontrei nenhuma reportagem, notícia ou mesmo presenciei qualquer tipo de negociação. Claro que se eles [os produtos] fossem realmente negociados não seria sob os olhos de todos, mas mesmo assim, por falta de informações mais apuradas, preferi nem ao menos especular a veracidade daquilo que eu ouvia, por estar muito além das minhas pretensões em campo.

Acrescido aos remédios comercializados ilegalmente, ainda um outro tipo de comércio, também ilegal, era livremente realizado aos olhos (e para os olhos) de todos, que era a venda de óculos de grau. Além de ter visto esses produtos expostos em vários boxes do camelódromo, uma reportagem num jornal local denunciava esse comércio ilegal, com pode ser visto abaixo:

Custo, este é o principal fator que leva consumidores a procurarem por óculos de grau nas barracas dos camelôs em Três Lagoas. A busca por um recurso rápido e barato para os problemas de visão pode parecer solução a curto prazo, mas essa medida pode significar a prorrogação ou até mesmo a piora do quadro ocular. A compra de maneira indiscriminada reflete o problema em uma via de mão dupla. Se por um lado, há quem compre o produto, do outro há o comércio ilegal, que irresponsavelmente oferece os óculos - mesmo com todas as consequências que sabem que podem resultar (tanto para quem compra, quanto para quem vende). Quem procura por eles no camelô não tem dificuldades em encontrar. Em qualquer barraca é possível obter a informação. A equipe do Jornal do Povo esteve no local para verificar se a venda realmente acontecia. Antes da identificação como imprensa, o ambulante afirmou que fazia as vendas e até recebia encomendas, no entanto, depois da identificação o vendedor desconversou. “Eu não vendo mais. Trouxe poucos, sei que a venda é ilegal, é como vender cigarros e remédios”. Em conversa informal ele enfatizou que a procura é alta. “A maioria diz que os óculos são bons e muitos até fazem encomenda. Ninguém reclama, a maioria procura para leitura, para enxergar de perto”. Os valores variam de acordo com a armação dos óculos, mas em média custam R\$ 10, R\$ 15 (grau não varia o preço). Para saber qual se adapta melhor, os consumidores escolhem na hora da compra. A dona de casa, Maria Rita Pereira, disse que comprou os óculos após sentir dores de cabeça e ficar com a visão embaçada. “Fui ao camelô e provei alguns graus. Fiquei com o de um e meio [grau], pois achei que melhorou bastante. Não tive nenhum problema com a compra e não gastei dinheiro nem com o oftalmologista” (CARVALHO; 2010a. p. B1).

Não foram raras as vezes que eu vi consumidores “provando” óculos em alguns boxes. Muito camelôs deixavam os produtos expostos, enquanto outros preferiam deixar escondidos. Mas como a fiscalização no camelódromo era precária, muitos sequer preocupavam-se com a exposição ou não dos produtos ilegais comercializados no local. A falta de fiscalização é evidente para os próprios camelôs, como fica visível neste trecho da entrevista que fiz com o Seu Luiz:

CD e cigarro dão um giro rápido, mas só que a hora que os caras [policiais ou fiscais da prefeitura] passam e dão uma ‘rapada’, pronto! O problema é que a aqui eles nem ligam. Você não vê? Eles vendem CD e cigarros aí tranquilamente. O problema aqui é o seguinte. Enquanto estava tendo polícia os ‘caras’ [outros camelôs] estavam segurando, mas agora que passou a polícia...hum...Mesmo porque aqui não dá para fiscalizar porque é muito aberto. Que jeito que os ‘caras’ [policiais ou fiscais da prefeitura] vão fechar a rua aqui? Agora lá no outro lugar, lá vai dar. Lá fecha o portão e revista todo mundo....(Seu Luiz – camelô).

Essa era uma realidade evidente no camelódromo. Durante todo o tempo que fiquei em campo não presenciei ou fiquei sabendo sobre alguma diligência policial ou dos fiscais da prefeitura no local. Foi quase 1 ano sem ouvir falar de uma fiscalização mais acirrada no camelódromo. Além de tudo, havia naquele espaço a manifestação de um território sem lei, com amplas possibilidades. Por esse motivo, eu presenciei a venda de vários produtos ilegais sem nenhum tipo de cuidado no que diz respeito à deixá-los à mostra. Não existia uma preocupação, que muitas vezes eu presenciei em Porto Alegre, e que Quezada (2008) detectou junto aos camelôs de Copacabana no Rio de Janeiro, de ter os produtos apreendidos numa possível diligência de fiscalização.

Essa abertura existente nas possibilidades de se comercializar uma gama variada de produtos ilegais era estimulada basicamente pelo consumo. É quase uma tautologia dizer que se há a venda de produtos ilegais é porque há consumidores e clientes, mas o que eu percebi, enquanto estava em campo, era a procura estimulada por muitos consumidores e clientes através da encomenda de produtos, como ficou evidente na reportagem anterior publicada no Jornal de Povo sobre o comércio de óculos de grau. Não eram apenas para óculos de grau que tais encomendas funcionavam, mas para uma grande quantidade de produtos. O tempo inteiro que eu estive em campo tinha sempre um consumidor ou cliente procurando por algo, pedindo por algum tipo de produto. Como eu já salientei, era uma trânsito intenso, atrás de: CDs ou DVDs, cigarros, remédios diversos, óculos de grau, aparelhos eletrônicos, roupas, utensílios para cozinha, e por aí vai a lista imensa de produtos procurados. No entremeio a essas procuras, muitas encomendas surgiam.

Outra coisa que me deixava intrigado é que os produtos mais procurados pelos consumidores e clientes eram os ilegais. Talvez pelo motivo de, durante um tempo, a polícia ter feito várias batidas no local, obrigando os camelôs a esconderem os produtos ilegais mais procurados, é que os consumidores e clientes de Três Lagoas paravam nos boxes perguntado sobre a existência ou não dos produtos de interesse. Aqueles produtos que não eram foco das diligências policiais, mas nem por isso menos ilegais, ficavam expostos e os consumidores e clientes sabiam exatamente onde encontrá-los. O comércio era intenso, no mercado camelô de Três Lagoas, desses produtos com vendas proibidas no Brasil. Isso fica nítido no final da reportagem sobre o comércio ilegal de óculos de grau, onde o repórter enfatiza a questão do contrabando desses produtos no Brasil, trazendo alguns índices que mostram a amplitude comercial desses produtos:

Dados do ano passado revelam que de R\$ 1 bilhão apreendidos em mercadorias irregulares pela Receita Federal, R\$ 73 milhões eram equipamentos ópticos. Só neste ano, 4,4 milhões de unidades foram apreendidas em todo o país. O contrabando perde apenas para CDs e DVDs, é fácil perceber que é um negócio intenso, já que figura em terceiro lugar na lista dos produtos mais contrabandeados. O comércio de óculos com lentes corretivas é regulamentado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). É obrigatório a apresentação de uma receita médica de oftalmologista para que os óculos ou lentes de contato sejam fabricados e só então vendidos (CARVALHO; 2010a. p. B1).

Apesar de a reportagem não exprimir as fontes denunciante das cifras econômicas desse comércio ilegal no Brasil, eu vi uma realidade muito próxima a esta salientada pelo repórter do Jornal do Povo, no que tange aos produtos mais vendidos. No caso do camelódromo de Três Lagoas, ainda a venda de cigarros era superior à venda de óculos de grau. Mas as primeiras posições eram ocupadas pelas vendas de CDs e DVDs. O Seu João não comercializava nenhum desses produtos, mas o tempo inteiro que eu permanecia em seu box, sempre surgia alguém perguntado se ele tinha CD, DVD, cigarro, ou óculos de grau. A menor procura era por óculos de grau. Essa situação toda eu pude detectar também na entrevista que fiz com o Seu Luiz, onde ele expressou o seguinte:

Eu nunca vi vender DVD igual vende aqui. Os ‘caras’ [clientes ou consumidores] almoçam DVD, comem DVD, dormem com DVD. Não é possível, cara! Eu nunca vi vender tanto DVD, CD e cigarro igual vende aqui. Não é possível. Aqui o povo vende 4 DVDs por 10 reais. Quando não tem uns aí que vendem 5 DVDs por 10 reais. Os ‘caras’ [clientes ou consumidores] saem daqui com ‘sacoladas’ de DVDs. Nunca vi, cara (**Seu Luiz – camelô**).

Mas isso não foi algo que apenas o Seu Luiz afirma. A dona Sebastiana, a Dona Jura e o Seu Mário, também enfatizaram isso. Prefiro o trecho da entrevista com o Seu Luiz, pois ele expressa muito bem aquilo que eu observava em campo. Em nenhum momento da descrição aqui realizada sobre o mercado camelô eu fui exagerado em dizer sobre o amplo trânsito de

consumidores e clientes, assim como sobre a quantidade de produtos procurados e vendidos. A centralidade do mercado camelô no comércio de Três Lagoas, para mim, sempre foi uma realidade, apesar do estigma que rondava (e ainda ronda) essa modalidade de comércio, como ficou visível no trecho anterior da entrevista que eu fiz com a Dona Sebastiana.

Há um consumismo, que é estimulado, muitas vezes, pelos baixos preços. Essa foi uma questão que eu fiz para os consumidores e clientes: o que leva você a comprar no camelódromo? E as respostas sempre estavam ligadas à diversidade de produtos, à não existência de determinados produtos no comércio local e, principalmente, ao baixo preço em comparação com o mercado formal. Questões vinculadas à legalidade ou ilegalidade dos produtos vendidos não faziam parte das preocupações dos consumidores e clientes que eu tive a oportunidade de conversar informalmente. A maioria das justificativas que eu ouvi dos consumidores estava vinculada à carga tributária empregada pelo governo nos produtos originais. Isso aumentava muito o preço do original, o que estimulava a compra daqueles pirateados. Disse-me um dia um consumidor: “Se aqui eles vendem a esse preço é porque é possível fabricar e ter lucro a esse preço. Se não fosse, eles não venderiam. Então o que aumenta o preço do original? Sem dúvida são os impostos embutidos”. Essa maneira de analisar e, automaticamente, justificar a aquisição de um produto pirateado ou ilegal, também é consoante com a maneira como os camelôs analisam a situação, como fica claro nesse trecho da entrevista da Dona Lurdes:

A pirataria tem em tudo quanto é lugar. Em São Paulo o que você mais acha é pirataria. Óculos pirata. De onde vem o óculos?...Acho que é da China, não sei. Não é do Paraguai, porque eu não acho óculos do Paraguai. Eu não acho camiseta de time no Paraguai. Essas são fabricadas aqui no Brasil. Tênis, por exemplo. Em Minas Gerais não tem aquelas fábricas que fazem tênis de tudo quanto é marca? Não é falar que a pirataria está só no Paraguai porque a gente busca do Paraguai. Claro, a gente busca no Paraguai, mas muita coisa é fabricada aqui mesmo no Brasil. DVD pirata, quando vem não é do Brasil? Não é daqui? Pega a matriz e fabrica. O Filme está lá no cinema e o povo já tem. Nem está no cinema e o povo já tem. Eu acredito que não é possível acabar com isso. Porque se você vem aqui comprar um CD pirata é porque você quer comprar. O CD original é muito caro, porque eles querem cobrar muitos impostos. Eu vi uma reportagem esses dias que falava que o CD não sai a esse preço. É que vai passando imposto, imposto, imposto, que ele chega para o consumidor a esse preço absurdo...Quando eles me param num blitz policial e vou logo falando: “Vocês querem me prejudicar, mas porque o governo não regulariza a nossa situação? Nós queremos ter direitos. Nós queremos ser regularizados”. Eu sei que tem muita gente que não quer, mas a maioria quer regularizar. Não é que o camelô não gosta de pagar imposto, mas eles não regularizam a atividade. Vamos fazer o quê? (**Dona Lurdes – camelô**).

A questão atinente à regularização foi outro aspecto que emergiu dos discursos e que foi necessário conhecer sob a ótica dos nativos.

4.4.6 A Informalidade e ilegalidade da atividade de camelô de Três Lagoas/MS

Várias autoridades públicas fizeram menção à regulamentação e à formalização da atividade de camelô. Como eu não entendia nada sobre os dois processos, regulamentação das mercadorias compradas no Paraguai e formalização do comércio camelô, coloquei essa como sendo uma das questões importantes a constar do roteiro de entrevistas. Por isso, na entrevista que fiz com o Sr. Fernando, atual Secretário da Indústria e Comércio, ele salienta o seguinte:

Durante esses anos o mercado camelô foi tomando proporções muito maiores, ampliando o comércio para áreas que, inicialmente, não deveriam ser ocupadas. Ai resolvemos investir numa área para que eles não só saíssem das ruas como passassem a ser formalizados. Então, eles assinaram um TAC, não sei se você teve acesso ao TAC, onde há a obrigação deles se formalizarem de alguma forma. Seja lá qual será a forma deles se formalizarem, se é através do MEI ou SIMPLES, sei lá. O SEBRAE está sendo parceiro nisso. O SEBRAE está fazendo a semana do empreendedor, onde eles fizeram a semana toda o processo de formalização. Já tinham feito há duas semana atrás uma outra semana de formalização. O pessoal do SEBRAE passou, um por um dos camelôs, escutando caso por caso, verificando o que poderia ser feito, e como cada um poderia se formalizar de alguma forma. E dentro do TAC a ideia é que, eles sendo transferidos lá para dentro, que todos se formalizem. Ai cabe a prefeitura a fiscalização. A gente sabe que ali tem muito produto ilegal, mas a intenção será a de formalizar todos (**Sr. Fernando – atual Secretário da Indústria e Comércio**).

Após compreender um pouco de toda essa discussão sobre a formalização e sabendo sobre a atuação do SEBRAE neste processo, fui procurar o pessoal do SEBRAE para questionar sobre toda essa investidura que o SEBRAE estava fazendo para formalizar os camelôs, antes ou durante o processo de transferência deles para o novo local. Realizei conversas informais com os funcionários que estavam diretamente envolvidos com esse processo. Dessa conversas informais eu retirei algumas informações importantes, a despeito de não ter obtido nenhuma entrevista formal e nem contato com a Diretora do SEBRAE.

O pessoal do SEBRAE me disponibilizou um material que eles utilizavam nas investiduras que faziam no camelódromo, onde o intuito era instigar os camelôs a se formalizarem. A primeira semana do empreendedor, salientou uma funcionária do SEBRAE, foi um fracasso. O material que o SEBRAE dispunha para estimular a formalização, tinha toda a sua fundamentação na Lei sobre o Micro Empreendedor Individual (MEI). Através

dessa Lei e de um sítio do Governo Federal destinado exclusivamente aos pequenos empreendedores que desejam se formalizar, chamado “Portal do empreendedor” (www.portaldoempreendedor.gov.br), é que as orientações dos funcionários do SEBRAE eram realizadas.

A funcionária do SEBRAE contou-me na época que sentiu um verdadeiro desinteresse por parte dos camelôs em relação ao processo de formalização, mas que, até aquela primeira investidura, ninguém do SEBRAE tinha consciência do por quê. Como o trabalho de coleta de dados quantitativos foi feito por uma equipe do SEBRAE de Campo Grande, semanas depois foi que eles ficaram sabendo a razão do desinteresse. O fato era que, de acordo com a Lei complementar de nº 128 de 19/12/2008, em seu Artigo 18-A, nos parágrafos 1º e 2º está expresso o seguinte:

§ 1º Para os efeitos desta Lei, considera-se MEI o empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

§ 2º No caso de início de atividades, o limite de que trata o § 1º deste artigo será de R\$ 3.000,00 (três mil reais) multiplicados pelo número de meses compreendido entre o início da atividade e o final do respectivo ano-calendário, consideradas as frações de meses como um mês inteiro (BRASIL, 2008).

Assim, o nível máximo de renda que o camelô poderia ter para se formalizar através do MEI seria de R\$ 3.000,00/mês ou R\$ 36.000,00/ano. Quando o pessoal do SEBRAE de Três Lagoas recebeu o relatório da pesquisa realizada pelo pessoal do SEBRAE de Campo Grande, eles puderam constatar que nenhum dos camelôs instalados naquele lugar tinha renda menor do que R\$ 3.000,00/mês. Quando eu questioneei a funcionária do SEBRAE sobre qual o procedimento que eles teriam para formalizar aqueles camelôs, ela me disse que essa informação seria melhor explicada pela diretora do SEBRAE, com quem eu não consegui nenhum tipo de contato enquanto estava em campo.

Além da renda, outro fator que impedia os camelôs de Três Lagoas a aderirem, através do MEI, à sistemática de recolhimento de tributos prevista naquele artigo, era a existência de funcionários em vários boxes. Quase todos os camelôs tinham funcionários trabalhando. Na Lei complementar de nº 128 de 19/12/2008, essa seria uma prática que impediria o pagamento da alíquota mínima de tributos federais, como fica evidente no Artigo 18-A, § 4º, inciso IV:

§ 4º Não poderá optar pela sistemática de recolhimento prevista no caput deste artigo o MEI: I - cuja atividade seja tributada pelos Anexos IV ou V desta Lei Complementar, salvo autorização relativa a exercício de atividade

isolada na forma regulamentada pelo Comitê Gestor; II - que possua mais de um estabelecimento; III - que participe de outra empresa como titular, sócio ou administrador; ou IV - que contrate empregado (BRASIL, 2008).

Por falta de maiores explicações com quem detinha o saber sobre o processo de formalização dos camelôs, o que ficou evidente para mim foi que aconteceria ou a adequação da atividade de camelô na Lei de Microempresa e de Empresas de Pequeno Porte ou a sonegação de parte da receita bruta obtida através da atividade.

Todavia, isso ainda se configuraria como um ato ilegal, sendo mais prudente enquadrá-los na Lei de Microempresa, apesar do agravante do aumento na carga tributária sobre a atividade. A Lei de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte, Lei Complementar de nº123 de 14/12/2006, em seu Artigo 3º. incisos I e II, diz que:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que: I - no caso das microempresas, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais); II - no caso das empresas de pequeno porte, o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) (BRASIL, 2006).

O problema é que o enquadramento dos camelôs nessa Lei tem seus prós e contras. Os contras, basicamente, decorrem da tributação que essa atividade irá sofrer, não na instância Federal, pois eles ainda podem ser optantes pelo SIMPLES, mas nas instâncias Estadual e Municipal.

Os prós encontram guarida na possibilidade dos camelôs auferirem receitas maiores, assim como a possibilidade de contratação de funcionários, prática recorrente entre os camelôs de Três Lagoas. Essa prática de contratação de funcionários também era comum entre os camelôs de Presidente Prudente/SP e Marília/SP, conforme pode ser visto no trabalho de Rodrigues (2008). Ainda, enquadrando-se na modalidade do SIMPLES, os camelôs tem a possibilidade de regularizar a compra dos produtos no Paraguai.

Esse foi outro tema que me chamou atenção enquanto eu pesquisava a formalização da atividade de camelô. No início eu imaginava que, estando eles formalizados, as mercadorias compradas no Paraguai estariam também regularizadas. O que de fato nunca foi realidade. Neste ponto é necessário debruçar-se sobre o trabalho de Machado (2004). Essa autora realizou um estudo etnográfico no mercado camelô de Porto Alegre/RS. Apesar de o trabalho

dela já ter sido referenciado anteriormente, prefiro retornar uma discussão interessante que ela fez sobre a formalidade/informalidade e a legalidade/ilegalidade. Essas são duas esferas de discussão extremamente atreladas à atividade de camelô, seja em Porto Alegre/RS, seja em Três Lagoas/MS.

A intenção maior de Machado (2004) foi mostrar sob a ótica dos informantes a metamorfose e a difícil separação entre o que é formal e o que é informal, assim como o que é legal e o que é ilegal. Para isso, a autora trabalha com a ressignificação das mercadorias e dos camelôs nos espaços de trânsito. Como forma de exemplificar isso que estou dizendo, utilizarei de um exemplo que a própria Machado (2004) salientou em seu trabalho, ao dizer que um camelô no Paraguai que pede nota fiscal adquire a legalização de seu produto, mas quando atravessa a fronteira e adentra o Brasil, não declarando a compra realizada, assume um atitude ilegal. Dependendo do espaço de trânsito e da atitude tomada, o camelô pode estar em situação legalizada ou não. Assim como, dependendo de quem compra, a mercadoria ilegal pode se tornar legalizada, como no caso de comerciantes com estabelecimentos formalizados; ou, ser mais ilegal ainda, como no caso de camelôs ou ambulantes informais.

Observando o trabalho e a discussão realizada por Machado (2004), no sentido de relativizar e mesmo tornar evidente que o estigma da marginalidade traz consigo o problema da informalidade e ilegalidade, eu tinha em mente que muitas atividades “tornavam” os produtos legalizados pelo simples fato de estarem formalizados, como no caso salientado por Machado (2004) dos comerciantes formais e dos informais. Foi essa impressão, também estigmatizada, que eu tinha e que fez com que eu acreditasse, durante um tempo, que a formalização geraria, conseqüentemente, a legalização das mercadorias. O trabalho de Machado (2004) deixava claro o contrário disso, mas por desconhecimento dos procedimentos legais, esse tipo de interpretação apressada havia me gerado dúvidas, que eu fui dirimir com a busca por uma compreensão melhor a partir de uma pesquisa sobre Leis ou normas referentes ao tema.

Foi aí que eu tive contato com outra Lei, sancionada em janeiro de 2009, e que passou a ser conhecida como “Lei dos sacoleiros”. A intenção desta Lei é a regularização das mercadorias compradas no Paraguai, a fim de eliminar ou reduzir os contrabandos, como fuga do pagamento abusivo de tributos no Brasil. A Lei especifica apenas as relações comerciais entre o Brasil e o Paraguai, instituindo um Regime de Tributação Unificada (RTU). A aprovação dessa Lei já tinha sido alvo de notícia nos jornais locais de Três Lagoas/MS, como fica evidente no parágrafo abaixo:

A nova lei que atinge sacoleiros já divide opiniões na Cidade. O sistema simplificado de tributação ainda não tem data para entrar em vigor, mas na última quinta-feira (10 de setembro), foi publicado no Diário Oficial o Decreto Presidencial 6956, que define o Regime de Tributação Unificada (RTU) para os sacoleiros que trazem mercadorias do Paraguai. O decreto normatiza a lei 11.898 aprovada pelo Congresso em dezembro do ano passado e sancionada em janeiro deste ano. Agora camelôs de todo o país poderão importar anualmente até R\$ 110 mil em mercadorias para revenda no Brasil. As importações terão uma alíquota única de 25%, paga à vista, sobre o preço de aquisição dos produtos, no ato do registro da compra (CARVALHO, 2009b, p. B2).

Como a Lei 11.898 prevê a alteração da alíquota única, em Julho de 2010, a alíquota já era de 42,25%, como ficará visível mais adiante. Antes de adentrar a essa discussão específica que, na época já havia gerado opiniões diferenciadas entre os camelôs, é interessante entender alguns parâmetros dessa Lei. Os três primeiros artigos dessa Lei dos sacoleiros, Lei nº 11.898 de 8 de Janeiro de 2009, diz o seguinte:

Art. 1º Fica instituído o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação de mercadorias procedentes da República do Paraguai, nos termos desta Lei.

Art. 2º O Regime de que trata o art. 1º desta Lei permite a importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, mediante o pagamento unificado de impostos e contribuições federais incidentes na importação, observado o limite máximo de valor das mercadorias importadas por habilitado, por ano-calendário, fixado pelo Poder Executivo, bem como o disposto no art. 7º desta Lei.

Parágrafo único. A adesão ao Regime é opcional e será efetuada na forma estabelecida pelo Poder Executivo.

Art. 3º Somente poderão ser importadas ao amparo do Regime de que trata o art. 1º desta Lei as mercadorias relacionadas pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. É vedada a inclusão no Regime de quaisquer mercadorias que não sejam destinadas ao consumidor final, bem como de armas e munições, fogos de artifícios, explosivos, bebidas, inclusive alcoólicas, cigarros, veículos automotores em geral e embarcações de todo tipo, inclusive suas partes e peças, medicamentos, pneus, bens usados e bens com importação suspensa ou proibida no Brasil (BRASIL, 2009).

Assim, a Lei procura regularizar as mercadorias importadas do Paraguai, instituindo uma tributação única para o pagamento, no momento da importação, na Receita Federal. Em anexo (ANEXO H) constam todas as mercadorias que possuem sua importação permitida. No parágrafo único da Lei de nº 11.898, conforme a citação anterior, fica evidente as modalidades de mercadorias que tem sua importação proibida, como: armas e munições, explosivos, bebidas alcólicas ou não, medicamentos, cigarros, entre outras.

Dos produtos ilegais que eu tive contato no mercado camelô de Três Lagoas, que estão listados neste parágrafo único do Art. 3º da Lei de nº 11.898, somente veículos automotores

em geral, explosivos e armas eu não consegui encontrar. Como existiam boxes dedicados a produtos para pesca, não era difícil encontrar componentes para embarcações. Numa conversa que eu tive com um consumidor, ele me disse que já havia comprado ali no mercado camelô um motor para barco, mas que ele não sabia se o produto era importado do Paraguai ou não, pois não tinha nota fiscal.

Mesmo eu tendo contato com essas Leis que incidem diretamente sobre a problemática do camelô no Brasil, ainda alguns camelôs com quem eu conversei, durante esse período que eu estive em campo, desconheciam ou mesmo tinham um conhecimento parcial da existência dessas Leis. Isso fica evidente na fala seguinte:

Eu acho que o governo poderia regularizar nossa situação. Tem uma lei lá no governo, acho que é MP [Medida Provisória], dizendo que o camelô poderia comprar 30 mil por mês no Paraguai. Tipo uma importação. Eu abriria uma firma para aquilo e eu poderia comprar 30 mil por mês e eu pagaria não sei quanto. Só que até agora não saiu nada. Não saiu nada no papel. Eu fiquei sabendo que foi aprovado, mas não tinha saído a listagem do que eu posso comprar. Então, eles não querem regularizar a nossa situação. Porque se saísse uma lei dessas dizendo que a gente pode comprar e o cara não se regularizar-se, aí sim o cara deveria ser punido. A pessoa em si tinha que ser punida. Mas se não saiu, eles não querem regular, eles não colocam isso aí no papel, para você poder andar direito e tudo certinho, como a gente vai andar direito? Porque para nós, o que nós vendemos aqui é tudo importado. Eu não vou achar aqui nas indústrias brasileiras. Entendeu? (**Dona Sebastiana – camelô**).

Essa entrevista com a Dona Sebastiana foi realizada em julho de 2010, conforme pode ser constatado no percurso metodológico desta tese. Mesmo essa Lei já existindo há mais de 1 ano e meio, a Dona Sebastiana ainda dispunha de um conhecimento superficial sobre esse Lei. Na notícia publicada pelo Jornal do Povo em 12/09/2009, surgiam opiniões diversas, como é possível constatar abaixo:

No mercado há cinco meses, L. P. S. D., é proprietária de uma loja de variedades. Entre as mercadorias vendidas estão produtos da Bolívia, São Paulo e Paraguai. A comerciante já comemora a medida e diz que com o aumento no valor da compra os riscos de perda vão sumir. “Eu nunca perdi nada porque não arriscava trazer mais do que era permitido. Mas com essa nova lei vamos diminuir consideravelmente o número de viagens e deixar de correr riscos, já que só temos liberação para fazer compras fora do país uma vez por mês” (CARVALHO, 2009b, p.B2).

Essa camelô mostrou uma atitude positiva em face da sanção desta “Lei dos sacoleiros”. O fato é que, quase 1 ano depois, em julho, agosto e setembro de 2010, mais especificamente, eu não encontrei um camelô que tivesse realizado alguma compra e pago a RTU. Mesmo porque, na época, ainda quase todos os camelôs estavam na informalidade, o

que impedia o pagamento da RTU e regularização da mercadoria no território brasileiro. A própria reportagem salienta a necessidade dessa formalização, dizendo que:

Para usufruir dos incentivos propostos pela lei o camelô deverá ter inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) como microempresa, optar pelo Simples Nacional e estar previamente habilitado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (CARVALHO, 2009b, p.B2).

Apesar de a Lei possibilitar uma quantidade maior de produtos importados do Paraguai de forma legal, ainda assim a carga tributária que incide no valor desses produtos não é propícia a um processo de regularização do contrabando de mercadorias. Isso fica evidente na própria Lei de nº 11.898 em seus Art. 9º e Art. 10º, que fala sobre o pagamento dos impostos e alíquotas, onde está expresso o seguinte:

Art. 9º O Regime de que trata o art. 1º desta Lei implica o pagamento dos seguintes impostos e contribuições federais incidentes na importação: I - Imposto de Importação; II - Imposto sobre Produtos Industrializados; III - Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior - COFINS-Importação; e IV - Contribuição para o PIS/Pasep-Importação. (BRASIL, 2009).

Art. 10. Os impostos e contribuições federais devidos pelo optante pelo Regime de que trata o art. 1º desta Lei serão calculados pela aplicação da alíquota única de 42,25% (quarenta e dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) sobre o preço de aquisição das mercadorias importadas, à vista da fatura comercial ou documento de efeito equivalente, observados os valores de referência mínimos estabelecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 9º desta Lei (BRASIL, 2009).

Assim, fica evidente que a alíquota de 42,25% possibilita uma redução significativa nos tributos cobrados pela importação de produtos, mas ainda é significativo o aumento no custo do produto ou mercadoria. Isso levando em consideração apenas os tributos federais, sem contar os tributos estaduais e municipais que também incidirão nas mercadorias em algum momento da comercialização. Pelas conversas que tive a ilegalidade e a diminuição das viagens para o Paraguai ainda são mais compensatórias, São Paulo seria considerado um destino melhor do que o Paraguai. A própria reportagem publicada no Jornal do Povo, em 12/09/2009, mostra bem que a opinião dos camelôs não se alterou daquele ano para o ano em que estive em campo. O repórter realiza uma entrevista com um casal de camelôs que avalia essa Lei:

O casal, Joaquim e Maria, dizem que a medida não deve trazer grandes mudanças para os comerciantes, já que a maioria faz compras em São Paulo. Joaquim enfatiza que a medida exigirá legalidade. “Vamos precisar abrir firma para ter acesso a isso. Não vai mudar muita coisa. Se eles vão comprar 25% sobre o valor, o custo sairá praticamente o mesmo de lugares como São Paulo”, enfatiza. Maria exemplifica a questão. “Veja, se eu comprar uma

boneca por R\$ 6,00, na verdade vou pagar R\$ 8,00. Em São Paulo encontro por essa média de preço. Aí podemos colocar numa balança os valores. As passagens de ida e volta para o Paraguai custam em média R\$ 300,00, para ir até São Paulo, o preço cai pela metade e fica em R\$ 150,00, ou seja, a conta é simples”. Há muitos anos trabalhando no camelódromo o casal lembra que antigamente o controle era menos rígido. “Fazíamos compras de brinquedos e conseguíamos passar. Eles implicavam com cigarros, bebidas, CDs e DVDs. Agora, nada passa. Se não legalizar perde tudo mesmo”. Joaquim e Maria, assim como milhares de trabalhadores informais brasileiros, se unem a muitos que já perderam dinheiro trazendo mercadorias. “Nós já perdemos o valor de uma casa”, conta Maria. A comerciante alega que a medida não terá reflexo em seu comércio. “Já perdemos muito. Agora, se optarmos em ir para lá [Paraguai] continuaremos trazendo produtos dentro do valor da cota” (CARVALHO, 2009b, p.B2).

As possibilidades de obtenção de mercadorias com preços baixos se intensificou dentro do próprio território brasileiro. Rodrigues (2008, p.43) já havia detectado isso no caso dos camelôs de Marília/SP, que se diferenciavam significativamente dos camelôs de Presidente Prudente/SP, pois os camelôs de Marília “não compram suas mercadorias no Paraguai, em compensação o número de viagens à feirinha da madrugada em São Paulo é significativa, ocorrendo cerca de 3 viagens de ônibus por semana, além dos camelôs que viajam em carros particulares”.

Na discussão aqui levantada sobre a informalidade e ilegalidade na atividade de camelô, fica evidente uma série de adendos que, no caso dos camelôs de Três Lagoas e, principalmente, nos dias atuais, há todo um suporte legal para a retirada dos camelôs da informalidade, como as Leis discutidas anteriormente (Lei complementar de nº 128 de 19/12/2008 que regulariza o MEI e a Lei Complementar de nº123 de 14/12/2006 que regulariza a atuação das Microempresas e Empresas de pequeno porte), que cobrem adequadamente a formalização da atividade. Além disso, no caso da ilegalidade nos produtos comercializados a Lei nº 11.898 de 8 de Janeiro de 2009 possibilita a regularização das mercadorias importadas do Paraguai. Assim, a realidade, no caso dos camelôs de Três Lagoas/MS, é bem diferente da citada por Goularte (2008, p.12) e também daquela que eu discuti na introdução e em algumas parte do referencial teórico desta tese, quando essa autora diz que:

O conceito de informalidade não supõe um consenso entre os pesquisadores; pode-se assim pensar o setor informal em relação à sua precariedade e pobreza, produzida pelos baixos rendimentos e pouca diferenciação entre capital e trabalho; a sua força e intensidade nos centros urbanos; ao não cumprimento da legislação trabalhista, e, ainda, a ilegalidade do mesmo e o grau desta, de acordo com a ocupação.

Apesar disso, ainda a realidade entre os dois mercados camelôs era evidente, no que tange as formas de manifestação da ilegalidade e da informalidade, como fica visível na citação abaixo do trabalho de Goularte (2008, p.13):

No caso dos camelôs aqui referenciados, a ilegalidade diz respeito ao não cumprimento das legislações trabalhistas, com exceções verificadas em campo, mas, mesmo assim situação ainda bastante presente é a revenda de mercadorias sem notas fiscais, ao contrabando e/ou pirataria de mercadorias, as quais as mais comuns e principais são: cigarros, aparelhos eletrônicos, brinquedos em geral e nos últimos anos de maneira mais intensa CDs (de músicas, de videogames e programas de computador) e DVDs (basicamente filmes).

Apesar disso, é necessário fazer justiça para com os camelôs, pois mesmo no comércio formalizado ainda as práticas de comércio ilegal são evidentes. Isso ficou claro na discussão feita por Machado (2004), assim como Rodrigues (2008, p.25) que evidencia em seu trabalho:

No lastro das mudanças na economia formal e informal composta por trabalhadores formais e informais, é comum existir casos de lojas da economia formal que comercializam produtos contrabandeados do Paraguai, adicionando-os no seu estoque e nas vitrines, mesclando dessa forma mercadorias declaradas com mercadorias não declaradas, tornando assim mais obscuro o entendimento com relação ao circuito das mercadorias. Afinal qual é o grande problema, que se coloca hoje? É a procedência, a não tributação, a má qualidade ou a pouca durabilidade das mercadorias? Ou a legalidade e ilegalidade da transação? Moralismos e discursos legalistas por parte dos comerciantes, de seus órgãos de representação e seus associados, não mais comovem, pois o argumento da ilegalidade e da tributação das mercadorias está fragilizado porque parte dos associados também está utilizando desse expediente.

Isso é fato também na cidade de Três Lagoas/MS. Além dos comerciantes e lojistas que possuem boxes no camelódromo, ainda muitos realizam compras de mercadorias juntamente com os camelôs, fora aqueles que compram produtos dos camelôs para a revenda em suas lojas, assim como para o abastecimento de componentes necessários à execução de vários serviços. Isso foi me dito em uma entrevista que eu fiz com a Dona Jura:

Vou te falar uma realidade. O ônibus que a gente vai para São Paulo tem sempre uns 50% de lojistas. Eles trazem mercadorias também sem pagar impostos. Eu conheço loja aqui no centro que eles trazem fardos e fardos de calças jeans e não paga 1 centavo de imposto.

Quer dizer, o que mais impacta nesta categoria de trabalhadores é o estigma imputado ao fato de ele ser camelô e na atividade executada, como foi discutido anteriormente. Por isso, fica visível que as atividades consideradas “formalizadas” e “legalizadas” são constituídas de práticas semelhantes e, nem por isso, deixam de ser “formalizadas” ou “legalizadas”. Essa discussão foi bem desenvolvida por Machado (2004), numa relativização sobre a fragilidade desses conceitos. O fato de ser uma atividade estigmatizada acaba conduzindo, como no

trabalho de Quezada (2008), a uma percepção por parte dos camelôs acerca dos atributos negativos do trabalho executado, o que reforçou a existência – particularmente no caso dos camelôs de Copacabana no Rio de Janeiro – de um “estar” camelô e não de um “ser” camelô. No contato que esta autora teve com os camelôs daquela região, muitos salientavam que, em seus empreendimentos futuros, o deixar de ser camelô era algo recorrente. A atividade configura-se como sendo temporária e passageira.

A realidade em Três Lagoas/MS é bem diferente daquela existente no Rio de Janeiro, os camelôs de Três Lagoas sentem sim um “ser” camelô que carrega, sem muitos entraves, todos os estigmas da categoria. O suportar o estigma sem tornar essa atividade algo passageiro, como foi detectado no trabalho de Quezada (2008), está alocado à centralidade do mercado na cidade de Três Lagoas, assim como: a renda obtida, a possibilidade de futuro na atividade e o conhecimento de tantos anos realizando aquela atividade; o que muitas vezes impulsiona para a noção – como me disse a Dona Maria – de o camelô não se ver fazendo outra coisa. Assim, fica evidente que há diferenças significativas entre os camelôs de Três Lagoas/MS e os do Rio de Janeiro/RJ, mas de que o estigma da categoria é presente em ambas as cidades, o que pode agravar ou não a situação de “ser” ou “estar” camelô.

Para finalizar essa discussão, é necessário salientar que as possibilidades de compra ilegal de produtos não se restringe aos camelôs, mas muitos comerciantes “formais” utilizam-se desta prática para abastecer seus estoques, assim como obter uma renda maior no processo de venda através do não pagamento de muitos impostos. Neste contexto, não só o Paraguai ou mesmo a Bolívia se tornam fontes evidentes de compra dos produtos importados “*made in China*”, mas o próprio mercado brasileiro. Assim como, há a possibilidade de compra de produtos pirateados que são fabricados em várias cidades brasileiras, como ficou evidente na entrevista com a Dona Lurdes. A Lei de nº 11.898 tem sua sanção em uma época de possibilidades, o que permitem escolhas e diversidades de locais para obtenção de mercadorias, até mesmo em outra fronteira com o Paraguai.

4.4.7 Os locais de aquisição das mercadorias comercializadas no Camelódromo de Três Lagoas/MS

O que eu constatei em campo, particularmente no caso do camelódromo de Três Lagoas/MS, foi a grande diversidade de locais onde os camelôs buscam os produtos ali

comercializados. Se no trabalho de Machado (2004) o principal destino dos camelôs era a Ciudad Del Este, no Paraguai, na fronteira com a cidade de Foz do Iguaçú/PR, esse era um dos destinos menos visitados pelos camelôs de Três Lagoas/MS. Há uma diversidade muito grande de cidades onde os camelôs de Três Lagoas/MS adquirem seus produtos, dado a localização geográfica desta cidade, mas os destinos mais visitados pelos camelôs são: a cidade de São Paulo e a cidade Pedro Juan Caballero, Paraguai, na fronteira com a cidade de Ponta Porã/MS. Mesmo assim, alguns camelôs vão para Ciudad Del Este, Paraguai, e também para a cidade de Puerto Aguirre, Bolívia, na fronteira com a cidade de Corumbá/MS. Esses percursos realizados pelos camelôs de Três Lagoas/MS ficam visíveis na Figura 17.

Figura 17 - Mapa elucidativo do trajeto percorrido pelos camelôs de Três Lagoas/MS para compra de mercadorias nas cidades de Ponta Porã/MS, São Paulo/SP, Foz do Iguaçú/PR e Corumbá/MS.



Fonte: Google (2010).

Nesta Figura 17, o ponto I marca a cidade de Três Lagoas/MS, centralizando todo percurso realizado pelos camelôs. No ponto B está a cidade de Corumbá/MS que faz divisa com a cidade de Puerto Aguirre, Bolívia. O ponto D marca a cidade de Ponta Porã/MS, que

faz divisa com a cidade de Pedro Juan Caballero, Paraguai. O ponto H marca a cidade de Foz do Iguaçu/PR que faz fronteira com a Ciudad Del Este, Paraguai. Por fim, o ponto F marca a cidade de São Paulo/SP. Um dos fatores, mas não o principal, para a ida dos camelôs a determinados locais mais do que a outros está centrado na distância, como fica visível na Tabela 1. Os locais mais próximos da cidade de Três Lagoas/MS são Ponta Porã/MS e São Paulo/SP, sendo esses, não somente por isso, os mais visitados.

Tabela 1 – Distância percorrida pelos camelôs de Três Lagoas/MS para aquisição dos produtos comercializados.

De...	Para...	Distância Percorrida
Três Lagoas/MS	Ponta Porã/MS	590 km
Três Lagoas/MS	São Paulo/SP	670 km
Três Lagoas/MS	Corumbá/MS	760 km
Três Lagoas/MS	Foz do Iguaçu/PR	780 km

A maioria dos camelôs com quem eu conversei disseram-me que realizam suas compras em Ponta Porã/MS (que na verdade é Pedro Juan Caballero, Paraguai) e São Paulo. Somente alguns, pelo tipo de produtos que trabalham, vão para Foz do Iguaçu e realizam suas compras em Ciudad Del Este, Paraguai. Uma minoria vai para Corumbá/MS e realizam compras em Puerto Aguirre, Bolívia.

Como fica visível na Figura 18, Ponta Porã/MS possui uma divisão territorial terrestre como Pedro Juan Caballero. De um lado está a cidade de Ponta Porã no Brasil e, do outro lado, atravessando a avenida Brasil, está a cidade de Pedro Juan Caballero no Paraguai. Uma das fotos existentes da Figura 18 mostra bem que o espaço terrestre pertencente aos dois países tem como identificador as respectivas bandeiras dos países. De um lado a bandeira do Brasil e de outro lado a bandeira do Paraguai. Ponta Porã/MS, apesar de ser um dos destinos mais procurados pelos camelôs de Três Lagoas, não possui um terço do movimento existente em Foz do Iguaçu e Ciudad Del Este, assim como não possui também um terço das lojas e variedades encontradas em Ciudad Del Este.

Figura 18 - Mapa elucidativo do trajeto entre Três Lagoas/MS e Ponta Porã/MS com fotos da região de fronteira entre Ponta Porã (Brasil) e Pedro Juan Caballero (Paraguai).



Fonte: Google (2010).

Em Pedro Juan Caballero existe uma quantidade muito pequena de comerciantes, por isso o movimento maior se concentra no Shopping China. A importância sobre a ida dos camelôs para Ponta Porã/MS, é que a fiscalização é bem menor em relação àquela realizada em Foz do Iguaçu/PR. A possibilidade de perder as mercadorias indo para Ponta Porã é menor, quando comparada a Foz do Iguaçu.

Ponta Porã/MS é um destino bem procurado pelos camelôs que trabalham com eletroeletrônicos, perfumes, eletrodomésticos, tênis, bebidas e cosméticos. Alguns camelôs com quem eu conversei salientam que, nos últimos anos, estão deixando de ir para as cidades fronteiriças para realizarem suas compras em São Paulo. Isso porque São Paulo se tornou, nos últimos anos, não apenas um local em que o risco de apreensão das mercadorias é menor, mas também porque os preços praticados em São Paulo se assemelham muito aos do Paraguai. A saga dos camelôs nas viagens que eles realizam para essas cidades está expressa na busca constante por produtos com preços menores. A Dona Lurdes, mostra ao salientar que:

A gente vai para Foz do Iguaçu, Ponta Porã, São Paulo e Bolívia. A gente tem andado em tudo quanto é lugar, para comprar mercadoria mais barata. Na realidade eu considero São Paulo, ali na 25, no Brás, um verdadeiro Paraguai, porque você acha de tudo por lá. Tudo que tem no Paraguai você acha lá e, às vezes, com um preço bem parecido com o que a gente compra lá no Paraguai. Não sei como chega essa mercadoria lá, mas chega com um preço bom e você acha de tudo. Você compra coisas no Paraguai e depois chega em São Paulo está no mesmo preço e às vezes mais barato. Não sei se essa mercadoria vem por Santos, pelo porto de Santos, mas essa mercadoria deve vir por container, porque sai bem mais barato. A gente fica em dúvida por causa do preço, devido a essa distância que é e a mercadoria tem preço bom (**Dona Lurdes - camelô**).

São Paulo, durante o período que eu estive em campo, foi a cidade mais citada pelos camelôs para a realização de suas compras. Muitos deixaram de trabalhar com produtos mais específicos, que eles encontravam com preços bem baixo em Foz do Iguaçu/PR, para não terem que ir para lá e correr o risco de perder toda a mercadoria. O Seu João, meu primeiro informante-chave, foi um daqueles que perdeu várias vezes mercadorias e deixou de ir para Foz do Iguaçu, realizando todas as suas compras em São Paulo. Nem para Ponta Porã o Seu João não ia mais. Mas esse foi um caso isolado de camelô que buscava suas mercadorias em apenas uma cidade. Os outros camelôs com quem conversei, disseram-me que vão para São Paulo e para outras cidades.

No trabalho de Rodrigues (2008) fica evidente que a tríade de países salientadas no trabalho de Machado (2009), por onde aconteciam o trânsito de mercadorias que abasteciam o mercado camelô, China-Paraguai-Brasil, nos últimos anos houve um estreitamento neste percurso que passou a ser China-Brasil, devido a entrada de vários chineses no mercado brasileiro. Uma grande maioria de chineses, salienta Rodrigues (2008), dominaram a cidade de São Paulo, constituindo verdadeiros *shoppings* de produtos “*made in China*” que passaram a ser comercializados diretamente dentro do país. Por esse motivo, o relato da Dona Lurdes evidencia bem essa modificação em relação aos preços comercializados aqui no Brasil. O

contrabando de mercadorias, na avaliação feita por Rodrigues (2008), passa por outros circuitos de afrouxamento nos processos de fiscalização e entra no Brasil uma quantidade grande de mercadorias, pelos próprios portos brasileiros. O Paraguai já não é mais o caminho meio para a entrada de mercadorias “*made in china*” no Brasil, sendo agora apenas mais uma possibilidade de obtenção desse produtos, que são facilmente encontrados – diretamente – nas várias lojas de comerciantes chineses que se multiplicaram na cidade de São Paulo. A Figura 19 mostra a rota de Três Lagoas/MS para São Paulo/SP e algumas fotos da Avenida 25 de Março, que é um dos lugares preferidos dos camelôs para adquirirem seus produtos, como consta da entrevista com a Dona Lurdes.

As facilidades nas compras efetuadas em São Paulo são inúmeras, conforme os camelôs afirmaram. Primeiro é o baixo risco de ser pego numa fiscalização, pois muitos utilizam ônibus comum de passageiro, que diariamente sai de Três Lagoas e vai para São Paulo. Esse ônibus sai de Três Lagoas/MS às 23:30hs e chega em São Paulo às 07:30hs. Depois sai de São Paulo às 19:50hs e chega em Três Lagoas/MS às 03:50hs do dia seguinte. Isso quer dizer que o camelô tem a possibilidade de passar o dia em São Paulo fazendo compras e retornar para a cidade à noite. Muitos camelôs fazem isso. Existe também na cidade de Três Lagoas/MS algumas empresas que fazem o transporte, em ônibus fretado, de camelôs e comerciantes que desejam ir para São Paulo somente para realizarem compras. Esse ônibus possui uma rotina de viagem muito semelhante a do ônibus comum, com a vantagem de deixar os passageiros próximo aos locais de compras. Além disso, o camelô tem a vantagem de ter o ônibus por perto para deixar a mercadoria e retornar para novas compras. Esse tipo de ônibus fretado sai de Três Lagoas duas vezes por semana, nas terças-feiras e quintas-feiras.

Figura 19 - Mapa elucidativo do trajeto entre Três Lagoas/MS e São Paulo/SP com fotos da avenida 25 de Março.

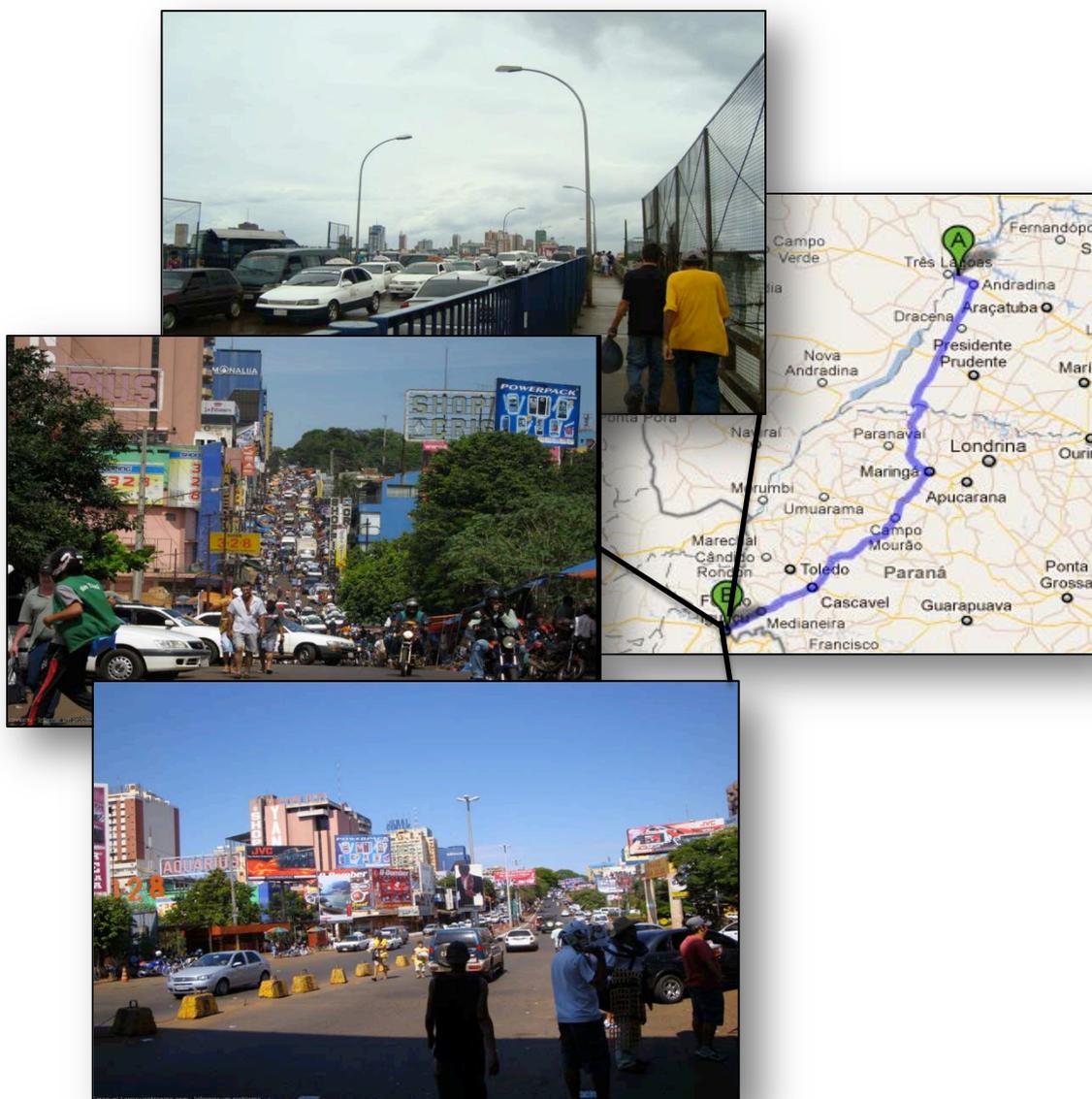


Fonte: Google (2010).

Essas mesmas empresas que realizam as viagens dos camelôs e comerciantes da cidade de Três Lagoas/MS para a cidade de São Paulo/SP, também oferecem o mesmo serviço para a cidade de Foz do Iguaçu. Esse ônibus com destino à Foz do Iguaçu também oferece viagens duas vezes por semana, mas nos últimos tempos a regularidade vem sendo sazonal, pois as empresas levam em consideração a quantidade de passageiros. Como o destino para Foz do Iguaçu tem sido menos procurado nos últimos anos pelos camelôs, muitas viagens que antes

eram regulares passaram a não ser mais realizadas. Mesmo assim, ainda é um lugar procurado, pois toda semana pelo menos 1 ônibus sai com destino à Foz do Iguaçu. A Figura 20 mostra o trajeto percorrido de Três Lagoas/MS até Foz do Iguaçu/PR, assim como fotos de Ciudad Del Este, Paraguai, que é o foco das compras realizadas pelos camelôs.

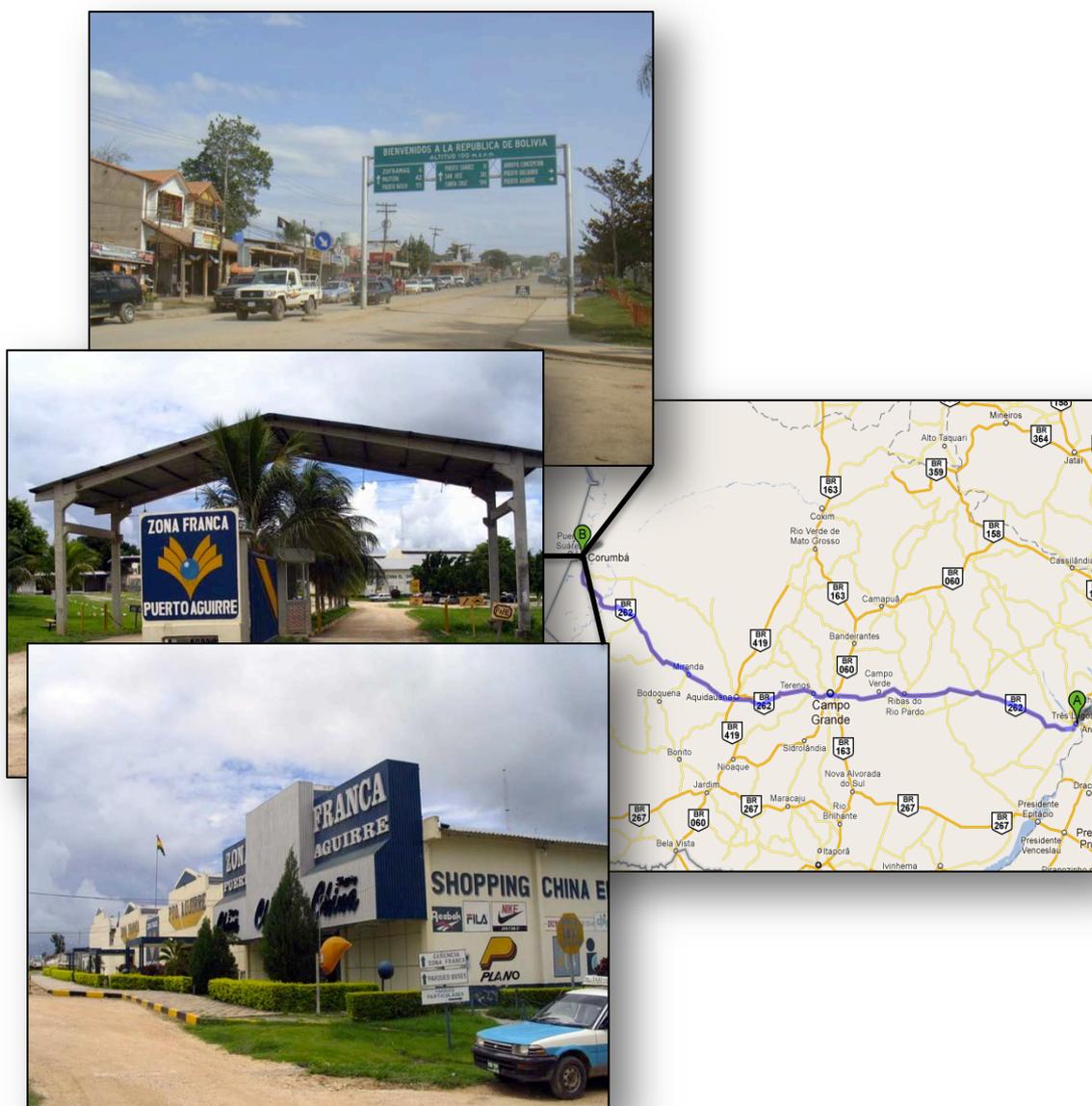
Figura 20 - Mapa elucidativo do trajeto entre Três Lagoas/MS e Foz do Iguaçu/PR com fotos de Ciudad Del Este (Paraguai) na fronteira com Foz do Iguaçu/PR (Brasil).



Fonte: Google (2010).

Mesmo a Bolívia não sendo o destino mais procurado pelos camelôs de Três Lagoas/MS, ainda tem-se que uma pequena parcela viaja até Corumbá/MS a fim de realizar compras na Zona Franca de Puerto Aguirre, Bolívia. Isso porque, dependendo do tipo de produto, alguns camelôs preferem esse destino, pois a fiscalização é ainda menor.

Figura 21 - Mapa elucidativo do trajeto entre Três Lagoas/MS e Corumbá/MS com fotos da cidade de Puerto Aguirre (Bolívia) na fronteira com Corumbá/MS (Brasil).



Fonte: Google (2010).

Como a fronteira entre Corumbá, Brasil, e Puerto Aguirre, Bolívia, é turística e não comercial, as possibilidades são bem maiores de obter produtos sem o perigo de ser “pego” numa barreira policial ou na barreira da Receita Federal que fica na divisa com a Bolívia. A Figura 21 mostra o trajeto a ser percorrido de Três Lagoas/MS até Corumbá/MS, assim como fotos de Puerto Aguirre, Bolívia.

Conheci os quatro lugares onde os camelôs costumam realizar suas compras. Não realizei essas viagens com os camelôs, mas tive a necessidade de conhecer e visitar esses locais mais procurados, para compreender um pouco da dinâmica e da saga desses comerciantes. O primeiro local que visitei foi São Paulo/SP, particularmente a Avenida 25 de Março. Há nesta avenida uma grande quantidade de lojas, camelôs nas calçadas e consumidores e clientes que dividem parte da rua com os veículos e motocicletas. Isso fica claro nas Fotos da Figura 19. A Avenida 25 de Março não expressa somente a pujança da cidade e do mercado de produtos baratos, falsificados ou não, mas também a possibilidade de compras para muitos comerciantes espalhados por várias cidades brasileiras.

Na oportunidade, conversei um pouco com alguns camelôs e ambulantes, na tentativa de averiguar se todos os dias era aquele movimento. Numa dessas conversas com um camelô eu me vi falando sozinho, pois na ocasião estava ocorrendo uma batida de fiscais pelo local, onde o camelô, em fuga, interrompeu bruscamente a conversa. Não era nem de perto uma realidade próxima a de Três Lagoas/MS, no que concerne aos camelôs, mas ali em São Paulo pude detectar a magnitude desse comércio.

Tempos depois de visitar a Avenida 25 de Março em São Paulo/SP, eu tive a oportunidade de conhecer Foz do Iguaçu/PR (Brasil) e Ciudad Del Este (Paraguai). A união territorial entre os países, Brasil e Paraguai, é feita através da ponte da Amizade, sobre o rio Paraná, que causa um verdadeiro gargalo no trânsito de pedestres e veículos entre os dois países. Percebi uma realidade de comércio muito próxima a de São Paulo, mas com uma intensidade muito superior. Sem fiscalização ou qualquer controle existente em Ciudad Del Este, no lado paraguaio, a variedade de produtos expostos, a quantidade de lojas especializadas e o número elevado de *mesiteros* [como ficou visível no trabalho de Rodrigues (2008), esses exercem um papel semelhante ao dos camelôs no Brasil], atraem um grande contingente de pessoas que buscam formas mais econômicas de abastecer seus negócios no Brasil. A fronteira entre o Brasil e o Paraguai, particularmente entre as cidades de Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad Del Este (Paraguai), é evidentemente uma fronteira comercial. Talvez por isso o Governo Federal instituiu uma lei específica para a regularização dos

comerciantes que importam produtos do Paraguai. Como ficou evidente na Figura 20, o emaranhado de pessoas, barracas, carros e motocicletas na rua principal de Ciudad De Este é grande, mostrando a dinamicidade deste comércio.

Tempos depois, através de um conhecido que ia fazer compras em Ponta Porã/MS, eu tive oportunidade de conhecer esse outro local. A cidade de Ponta Porã/MS, Brasil, e a cidade de Pedro Juan Caballera, Paraguai, possui como divisão apenas uma avenida. De um lado da avenida está a cidade de Ponta Porã, Brasil, e do outro lado a cidade de Pedro Juan Caballero, Paraguai. O comércio nesta região é menos intenso do que aquele que eu vi em São Paulo e Foz do Iguaçu. A quantidade de lojas é bem menor, assim como a diversidade de produtos. Mesmo assim, esse local é bem procurado, devido a baixa fiscalização e dificuldade de controle de toda a fronteira que divide as duas cidades. Realmente o que percebi é um comércio muito mais contido, o que me deu a impressão de ser uma fronteira tanto comercial quando turística, com nítidos contornos turísticos. Próximo a Ponta Porã/MS estão as cidades de Dourados/MS e também Bonito/MS, esta última é das cidades turísticas mais visitadas no Estado do Mato Grosso do Sul. A quantidade de turistas que visitam Bonito/MS e aproveitam a proximidade para irem até Ponta Porã/MS na fronteira com o Paraguai é alta. Algumas agências de turismo já incluem no roteiro dos passeios por Bonito/MS essa viagem até Ponta Porã/MS, o que estimula ainda mais o comércio.

A última região que eu visitei foi a de Corumbá/MS. Essa era uma viagem que eu acreditava não ter a possibilidade de fazer. Numa conversa que eu tive com a Dona Lurdes, que fazia compras em Puerto Aguirre na Bolívia, ela até me disse que, quando fosse para lá, ia me chamar para acompanhá-la, mas isso nunca ocorreu. Um dia voltei no assunto com ela, à espera de um convite, mas mesmo assim esse convite não aconteceu. Somente tempos depois eu tive a oportunidade de visitar Corumbá/MS, através de um convite para participar de uma banca de concurso público que lá ocorreu. Não pestanejei em aceitar o convite, pois tinha muita vontade de conhecer o local. Apesar de a fronteira entre o Brasil e a Bolívia, naquela região, ser uma fronteira terrestre, a cidade de Corumbá/MS fica a uns 10 km de distância desta fronteira. Ônibus circulares e táxis transitam o tempo todo com turistas e trabalhadores no traslado existente entre Corumbá/MS e a fronteira.

Pensei que fosse encontrar um local bem parecido com Ciudad Del Este ou Pedro Juan Caballero, mas não foi o que aconteceu. A cidade de Puerto Aguirre fica a poucos metros da fronteira, possível de locomoção a pé. Aparenta ser uma região muito pobre, com um mercado, próximo à fronteira, bem restrito. O que se mais vê neste mercado de Puerto Aguirre

são casas de câmbio, dado o trânsito de turistas brasileiros que adentram a Bolívia ou atravessam a Bolívia em direção ao Peru. Na cidade de Puerto Aguirre os preços dos produtos são baixos, mas não semelhante aos preços praticados em Ciudad Del Este ou Pedro Juan Caballero.

Na ocasião, fui perguntar a alguns de turistas que transitavam com sacolas de mercadorias se eles realizavam as compras ali mesmo, naquele mercado próximo à fronteira. Eles me disseram que não, que existia um local próprio para aquele tipo de comércio. Esse local é a Zona Franca de Puerto Aguirre, que fica a uns 6 km da fronteira. É necessário pegar um táxi para chegar ao local. É um lugar pequeno com um comércio também restrito, comparado aos de São Paulo, Ciudad Del Este e Pedro Juan Caballero, mas que possui lojas bem semelhantes as existentes em Ciudad Del Este e Pedro Juan Caballero. A figura 21 mostra essa Zona Franca de Puerto Aguirre.

4.4.8 A *expertise* evidenciada no processo de compra de mercadorias e o lado *cult* dos camelôs

Com isso, eu tinha realizado um objetivo que era conhecer – ou apenas visitar – esses locais que os camelôs de Três Lagoas/MS diziam-me que realizavam suas compras, para vivenciar, mesmo que de forma totalmente diferente, o trajeto e o local onde eles compravam suas mercadorias. Dos camelôs que eu tive mais proximidade, quase todos iam comprar suas mercadorias, pois já conheciam os “melhores” lugares e não perdiam muito tempo procurando e especulando. Muitos afirmavam serem *experts* nas compras, como fica claro nessa passagem da entrevista com o Seu José.

Ah, eu não gosto de pegar os produtos de outros não. Eu gosto mesmo de ir comprar. Gosto do tumulto. Gosto de estar no meio daquele monte de gente...(risos). Eu saio de madrugada daqui e até no final do dia eu comprei tudo que eu queria. E não gosto de levar ninguém comigo. Uma vez minha mulher foi, mas só atrapalhou. Não consegui fazer as compras do jeito que estou acostumado. Eu já sei os lugares que preciso ir, fica tudo muito rápido. Não gosto de enrolação. Não estou lá para passear. Nem é um lugar para passear. Por isso eu gosto de ir. Gosto de comprar as coisas nos lugares certos. Eu também vejo o que está vendendo mais, que aqui ainda não chegou. Sempre trago algo novo, algo que vai começar a vender mais dia ou menos dia (**Seu José – camelô**).

Esse trecho da entrevista com o Seu José mostra bem um comportamento que os camelôs de Três Lagoas transpareciam para mim. Primeiro de eles mesmos gostarem de ir

buscar suas mercadorias. Alguns diziam que era por gosto em viajar, atualizar mercadorias e lugares, enquanto outros, como o Seu José, salientavam a *expertise* nas compras, pois sabiam os melhores lugares e realizam todas as compras de forma extremamente rápida. A figura do ambulante que realiza as compras e vende para os camelôs não é uma realidade muito evidente em Três Lagoas. Para se deslocarem, aqueles que tinham funcionários deixavam o box sob a supervisão deles. Aqueles que não tinham, colocavam alguém da família nos dias em que tinham que viajar para um desses lugares apontados anteriormente. Quase sempre eu encontrava a esposa do Seu João em seu box, nos dias em que ele ia para São Paulo fazer compras.

Um tópico sobre a *expertise* evidenciada nas compras remeteu-me a uma discussão que Quezada (2008) realizou em seu trabalho, evidenciando o problema da qualificação, do treinamento ou do conhecimento existente na atividade de camelô, como se essa atividade, pelo estigma que carrega, fosse – como mesmo expõe a autora – desobrigada à esses qualificativos. Assim, essa autora coloca que:

As profissões (próprias do campo formal de emprego) exigem conhecimento especializado e treinamento para sua plena realização, o que numa perspectiva comparativa estereotipada, desobrigaria o trabalhador informal de qualquer regra, qualificação, treinamento, conhecimento. No entanto, a construção da confiança e o domínio de códigos de conduta são competências – habilidades aprendidas com o tempo, através da observação e da experiência adquirida a partir da concentração em determinada tarefa -- cruciais para a sobrevivência e a continuidade do negócio de rua. Ao contrário dos estereótipos sobre o comércio ambulante, tais competências são alguns dos indícios da complexidade desse meio de vida (QUEZADA, 2008, p.75).

Para sustentar seus mercados, os camelôs de Três Lagoas/MS utilizam-se de uma série de empreendimentos e conhecimentos sobre os clientes e as mercadorias comercializadas, como forma de se vangloriarem dos sucessos nas vendas. Assim, no trecho da entrevista com o Seu José, foi a questão da atualização das mercadorias.

Uma coisa que eu percebi enquanto estava em campo era de que, ali no mercado camelô, o estímulo principal da pujança nas vendas já não era aquela “compra passiva”. Por compra passiva quero dizer aquela modalidade em que os produtos são oferecidos, restando apenas aos consumidores escolherem o que eles querem e pagarem pelos produtos. Eu percebi no mercado camelô algo diferente – e que deve acontecer com frequência em muitos lugares – que é o consumidor ou cliente estimular a existência ou não de determinado tipo de produto no camelódromo. Muito do que é comercializado é estimulado pelos consumidores e clientes, numa ânsia compulsiva pelas compras. Essa ânsia do consumidor é que possibilita muito da

expertise dos camelôs, pois impulsionam para um olhar atento do camelô para com o comportamento desse consumidor.

Essa era uma coisa que eu percebia muito, ou seja, os consumidores e clientes transitarem pelos boxes de um ou outro camelô à procura de um produto específico. No caso de CDs e DVDs muitos consumidores e clientes tinham exatamente em mente o que procuravam e saiam em busca de atingir seu intento. No pacote oferecido de 4 CDs ou DVDs por R\$ 10, os camelôs conseguiam vender os títulos que tinham menor procura, mas a lista que acompanha os camelôs às compras era exatamente sobre os títulos que estavam na moda. Essa “moda” sequer era prevista pelos camelôs, pois muitos nem sabiam o filme ou a banda que estava na mídia naquele momento. Essa “moda” era conduzida até os camelôs através dos próprios consumidores. E as vendas eram boas quando os camelôs, rapidamente, conseguiam colocar esses títulos mais procurados à venda.

Claro que, durante as compras, haviam muitas influências dos vendedores existentes nos locais onde os camelôs adquiriam seus produtos sobre os títulos mais vendidos, mas muito da análise que o próprio camelô fazia para a compra ou não de determinado título, decorria dele ter ouvido algum cliente ou consumidor solicitar aquele título durante a semana. No período que passei com o Seu João essa era uma das estratégias que ele tinha. Ele me dizia: “Se veio mais de duas pessoas procurar é porque o negócio é vendável”. Além dos produtos tradicionais que ele buscava sempre, pois já tinha os consumidores e clientes cativos, ainda ele trazia outros produtos para acompanhar as exigências de novos e velhos consumidores. A estratégia dele e de outros camelôs de Três Lagoas era: “Busco algumas unidades. Se vender, busco mais. Se não vender, faço um pacote de leve três pague dois ou algo do tipo, para não perder muito dinheiro”. Isso dependendo do produto que está parado em estoque, muitos dos produtos não ficam parados por mais de 2 ou 3 meses.

Há uma rotatividade significativa, a rapidez com que vários produtos são absorvidos e disseminados nesse mercado de possibilidades. Como a Dona Lurdes disse, o filme mal foi lançado no cinema aqui no Brasil e os camelôs já possuem o filme para vender. Claro que os filmes, músicas e programas de computador tem lá suas peculiaridades, mas não eram somente produtos midiáticos que entravam em circulação rapidamente. Outros produtos eram absorvidos e disseminados com uma rapidez impressionante, a exemplo de celulares, com marcas bem parecidas a das empresas que originalmente haviam lançados, assim como câmeras e filmadoras com tecnologias muito atualizadas. Uma empresa mal anunciava um

lançamento ou uma nova inovação e os camelôs já dispunham de um produto “*made in China*” (genérico) para oferecer aos consumidores.

Foi possível verificar essa dinamicidade com um modelo específico de celular e também com um *Tablet*. A tecnologia havia sido anunciada fazia poucos dias atrás e os camelôs já dispunham de uma semelhante. A imitação, em alguns casos, era tão bem feita que eu não conseguia detectar diferenças gritantes. Cumpre destacar a disseminação de informações e conhecimentos refinados. Digo isso, sobre conhecimentos refinados, pois quase sempre eu me surpreendia com alguns camelôs, pelas informações e conhecimentos que eles dispunham. Um dos camelôs que eu conversei para saber um pouco mais sobre a disseminação rápida de filmes, pois era um dos mais antigos vendedores de CDs e DVDs do camelódromo, com ele obtive uma verdadeira aula sobre cinema, sobre alguns cineastas e sobre alguns filmes que eu não podia deixar de ver. Uma verdadeira conversa *cult*, sobre coisas que eu mesmo nunca compreendi muito bem.

Perguntei para o Seu Antônio, onde ele tinha aprendido tudo aquilo. Ele me disse que assistindo não somente os filmes, mas documentários. Como ele mesmo me disse: “Sou um apaixonado por documentários”. Claro que a maioria dos camelôs não dispunham de conhecimentos e informações tão apuradas, mas a especialização em determinados produtos deixava alguns camelôs muito bem informados sobre a área em que estavam atuando.

Como no caso do Seu Antônio com filmes e documentários, eu conheci também o Seu Ramon, peculiar entendedor de estilos musicais como Blues e Jazz. Como eu sou um apaixonado pelas músicas desse estilo, passava horas conversando com o Seu Ramon, assim como, muitas vezes, ele mesmo ia me procurar para falar sobre as “boas novas”.

Esse lado *cult* do mercado camelô eu apenas fui me dar conta depois que eu saí de campo. Enquanto eu estava em campo, não via isso com tanta peculiaridade como comecei a ver depois, pois até então eu acreditava que isso era mais um diferencial estratégico do que uma peculiaridade. Algo que eu percebi, principalmente com o Seu Ramon, foi a necessidade que ele sempre teve de falar sobre os estilos musicais comigo. Não fui indelicado de perguntar, mas fiquei pensando que aquela atitude dele se dava, principalmente, pela falta de interlocutor. Mesmo porque em nenhuma das vezes que eu cheguei no box do Seu Ramon estava tocando músicas próximas ao estilo musical que ele gostava. Quase sempre o que tocava eram músicas que, naqueles dias, estavam inseridas nas programações das rádios. Foi aí que tive a consciência de que ser um bom entendedor de determinado gênero musical ou de

determinado estilo de filme, sequer rendia um diferencial estratégico, pois o que as pessoas procuravam, em sua grande maioria, eram os estilos ou gêneros que estavam na moda.

Nesta procura por informações sobre a disseminação rápida de programas, músicas, filmes e produtos em geral, eu descobri duas coisas. Primeiro a influência do mercado chinês e a disseminação de todas essas parafernálias tecnológicas. Segundo a rede de contato estabelecida pelos camelôs em suas viagens destinadas à compra de produtos. Nessas viagens, o Seu Antônio e o Seu Ramon, tinham contato com pessoas que possuíam interesses próximos ao deles, assim como essas mesmas pessoas indicavam os produtos que estavam sendo lançados ou que estavam com maior procura naquele momento.

O fato é que, tanto no caso do Seu Antônio como no caso do Seu Ramon, com toda a movimentação que estava ocorrendo para a transferência dos camelôs para o mercado municipal, muitos negócios iriam sofrer significativamente. Mesmo porque, apesar de todo conhecimento e informação que ambos dispunham sobre os produtos que trabalhavam, em sua grande maioria, eram produtos pirateados e que tinham sua venda proibida no Brasil. Numa das circunstâncias, perguntei para esses camelôs o que fariam e eles me responderam que parariam de trabalhar com esses produtos em seus boxes após a transferência, mas quem sabe eles não continuariam vendendo e trabalhando com esses produtos – como eles mesmo disseram – “por fora”.

4.4.9 A transferência dos camelôs para o mercado municipal

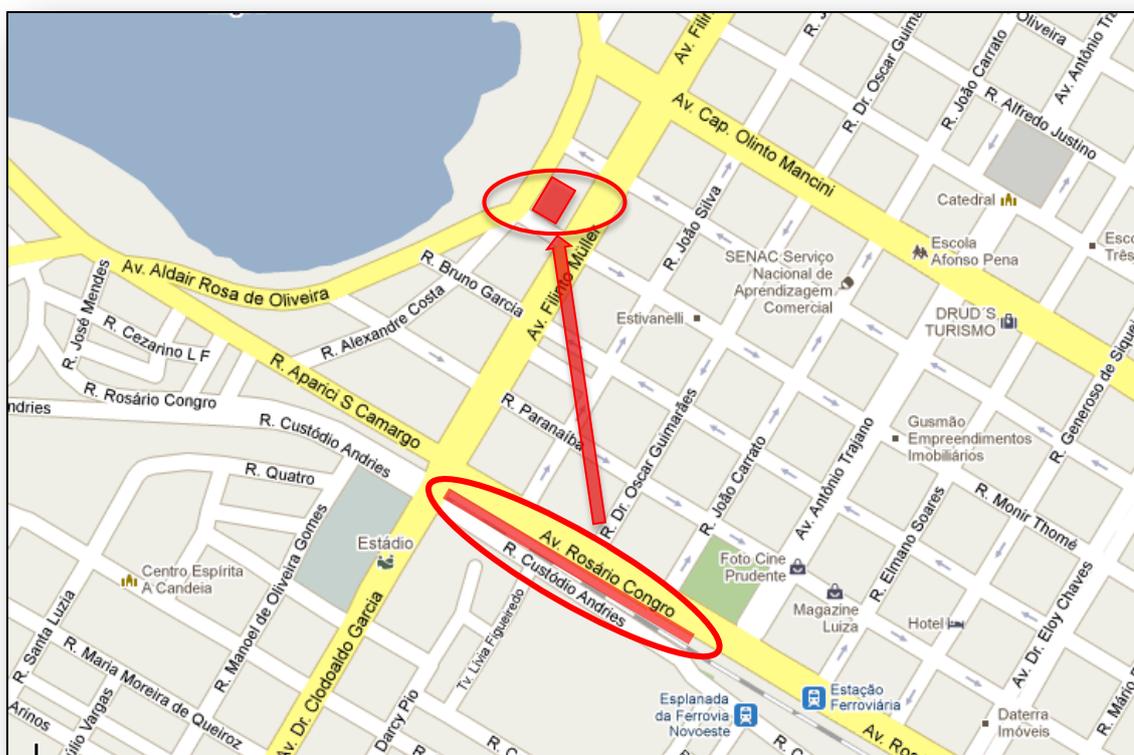
Diante da variedade de temas que eu discuti até aqui sobre as peculiaridades e particularidades do mercado camelô de Três Lagoas/MS, numa possível interpretação dos fatos, um assunto era central, mas que eu, até esse momento, lidei com ele, propositalmente, de forma periférica, que era o problema da transferência – ou nova transferência – dos camelôs para outro local. O propósito dessa opção se deve ao fato de que diante daquilo que foi anteriormente exposto existe a possibilidade de uma melhor compreensão da dinâmica, da complexidade e das relações de poder envolvidas.

Uma das problemáticas maior para essa centralidade toda do assunto sobre a transferência dos camelôs era que ela não acontecia. Antes de eu entrar em campo essa transferência já vinha sendo adiada, com mudanças sucessivas de datas para que ela

efetivamente ocorresse. Mesmo após a minha saída de campo a mudança ainda não havia sido realizada. Eu esperei o desdobramento dessa mudança até os meus últimos dias em campo, na esperança de poder acompanhar o processo, mas essa foi uma espera frustrante, pois a mudança não ocorreu. Mesmo assim, subjacente a todo esse processo, que transcorria de forma aparentemente tranquila, havia uma complexidade de agentes e temas envolvidos que atravancavam todo o processo. Por todos esses motivos, deixei essa discussão para o tópico final desta estada em campo, assim como deixei para realizar as entrevistas com alguns agentes centrais nesse processo após as minhas entrevistas com os camelôs.

Nada melhor para iniciar essa discussão do que mostrar o local para onde os camelôs serão transferidos. Vou utilizar o mesmo mapa da Figura 11 para mostrar esse local, como fica evidente na Figura 22.

Figura 22 - Mapa elucidativo sobre o local de transferência dos camelôs de Três Lagoas/MS para a constituição, a partir de 2011, do *shopping* popular.



Fonte: Google (2010)

Nesta Figura 22 fica ilustrado o local atual em que os camelôs se encontram, na Avenida Rosário Congro, e o local para o qual eles serão transferidos, na Avenida Aldair Rosa de Oliveira esquina com a Rua Monir Thomé, aproximadamente 5 quadras do local que eles ocupam atualmente. No local para o qual eles serão transferidos existia o antigo mercado municipal. Esse mercado foi desativado, definitivamente, há uns 3 anos. Desde então o prédio ficou abandonado, servindo de residência para moradores de rua.

A configuração de Três Lagoas/MS começou a mudar com a atuação mais efetiva do Ministério Público Estadual (MPE), tanto nas atribuições que essa esfera pública foi conquistando durante os últimos anos, quanto na mudança dos seus funcionários. O ponto fulcral para toda modificação que começou a ocorrer em Três Lagoas/MS, no que tange à ocupação desordenada e ilegal do espaço público, foi a atuação do Ministério Público.

Para compreender essa dinâmica de uma nova mudança do mercado camelô foi que eu iniciei o contato para possíveis entrevistas com vários agentes envolvidos nesse processo. Como a atuação dos funcionários do Ministério Público foi central para toda essa movimentação de retirada e mudança dos camelôs para o antigo mercado municipal, que passaria a chamar “*shopping* popular”, essa esfera [Ministério Público] foi uma das primeiras que eu contatei e a última que eu consegui realizar a entrevista. O meu entrevistado foi o Sr. Paulo, que eu o identifiquei nesta tese como representante do Ministério Público.

Essa mudança dos funcionários do Ministério Público em Três Lagoas/MS ocorreu em 2006 e nesses cinco anos é que a atuação deste órgão se tornou mais evidente, principalmente no que tange ao cumprimento das obrigações e legislações municipais. Num trecho da entrevista com o Sr. Paulo, ele diz o seguinte:

Nesses cinco anos o que a gente percebeu aqui em Três Lagoas foi uma ausência de respeito com a legislação. Códigos de obras. O município além de não se respeitar, acaba dando o mau exemplo social de ausência de respeito. E aí a gente percebe que a sociedade vai nessa onda, que a sociedade vai na onda do município. Se o município autoriza uma porção de coisas erradas, como a gente observa aí e eu observei quando eu cheguei, a gente percebe então que cada qual faz aquilo que bem interessa. Então nós observamos isso de forma muito clara, muito visual, não era pontual. Não era uma ausência pontual de: “Falta uma calçada lá na frente da Universidade”. Não! Era geral! Não é só má utilização do espaço público, não! Era também degradação do espaço ambiental. Degradação das acessibilidades. Degradação da urbanidade pública, da beleza cênica, dos espaços verdes. Então, a gente percebeu assim que, a ausência de zelo com o espaço, acabou tornando a situação genericamente perigosa. Uma cidade meio que sem lei, né? Neste sentido é uma cidade totalmente sem lei. O município não se respeita e acaba autorizando as pessoas a também não o

respeitarem. Isso é fato público e notório (**Sr. Paulo – Representante do Ministério Público**).

O que o Sr. Paulo deixa claro nesta passagem é uma possível omissão do poder público municipal em cumprir as leis por ele mesmo criadas. Esse não cumprimento da lei, ou mesmo desconhecimento efetivo dela, fez com que houvesse a apropriação generalizada do espaço público em várias instâncias, desde a ocupação feita por um ambulante vendedor de sanduíches no jardim central, até a apropriação de uma calçada realizada por um bar ou restaurante da cidade. Na visão do Sr. Paulo, essa atitude omissa do poder público municipal, não somente incidia sobre os camelôs, mas sobre muitas modalidades de comércio, formal ou informal, legal ou ilegal, existentes na cidade, inclusive a própria prefeitura municipal. A contenda geral não iniciou especificamente em relação à atividade de camelô, mas foi uma atitude generalizada, que interferiu em vários negócios. Isso fica evidente numa notícia veiculada num jornal local, que dizia o seguinte:

A discussão sobre a retirada do camelódromo teve início em 2007, quando o MPE determinou o fim da ocupação de todas as áreas verdes do Município. Os primeiros a assinarem o TAC foram os lancheiros da cidade, que antes também ocupavam os canteiros centrais e calçadas. Hoje, os comerciantes já estão instalados em quiosques ou *trailers* ambulantes. Nem mesmo o Município escapou da lista do MPE e chegou a ser condenado em primeira instância por transformar dois canteiros centrais – na avenida Filinto Müller (em frente ao Mercado) e na avenida Rosário Congro (em frente ao Paço Municipal Prefeito Rosário Congro) em estacionamentos. Na época, o Município foi condenado a retirar estruturas férreas existentes (etapa já cumprida) e promover o replantio de árvores (PRANDINI, 2009, p.B1).

Essa reportagem está consoante ao que me foi dito, em entrevista, pelo representante do MPE. A partir de 2007 a cidade começou a passar por uma série de mudanças, deflagradas pelo MPE, que deu início a uma verdadeira “limpeza” dos espaços públicos. Coloco “limpeza” pois foi exatamente este o subtítulo que Prandini (2009) utilizou para adentrar na discussão expressa no parágrafo da citação anterior. A retirada dos camelôs ou comerciantes irregulares das áreas públicas não somente cumpria uma legislação ou regulamentação, mas também alterava a estética da cidade.

Observar um projeto de cidade pensada quadro a quadro, em termos arquitetônicos, com avenidas desenhadas no estilo dos *boulevares* franceses, com jardins entre as duas vias de tráfego, sendo alterado por um grupo social considerado marginalizado, não é somente uma transgressão aos preceitos legais. Isso fica evidente tanto na reportagem de Prandini (2009) quanto na fala do representante do MPE. Mas não é somente nessas duas esferas que essa discussão estética é evidente, na esfera pública municipal essa visão também dominava o grande impulsionador do ato administrativo público de retirada dos ocupantes do espaço

público daqueles locais, como trata o trecho da entrevista com o antigo Secretário da Indústria e Comércio:

O fato é que nós não queríamos tirar o trabalho deles, mas nós não poderíamos deixar a cidade do jeito que estava. Fomos criticados, porque nós estávamos mexendo com gente pobre, com gente que não tinha condição. Você quando é poder público, você tem que olhar a comunidade, tem que olhar com uma visão mais macro, entendeu? Nós não podíamos deixar a cidade suja e desorganizada, desordenada, como estava. Cada um fazia o que queria e tomava o espaço que queria. A calçada é pública, o espaço é público. O transeunte, o pedestre, não tinha condição de andar nas calçadas do centro, na rua Paranaíba. Não tinha condição! Eles tomaram conta! **(Sr. Sebastião – antigo Secretário da Indústria e Comércio).**

Essa ocupação do espaço público de forma irregular causava uma série de transtornos estéticos e de circulação, que culminaram – utilizando as palavras do Sr. Sebastião – numa cidade suja, desorganizada e desordenada. As formas de apropriação alteravam as silhuetas que inseriram na cidade essa forma racionalizada. A apropriação territorial, era também a modificação da paisagem. A paisagem já não era mais costumeira, não (res)significava os padrões racionais, assim como interferia no trânsito e agredia pela diversidade e mistura. Diante disto, a “limpeza” – impulsionada pelas elites locais – era algo importante, pois um dos princípios fundamentais dessa atitude é a restauração estética, o retorno à paisagem, o ressurgimento da racionalidade, da organização e do controle perdidos. Não é somente o cumprimento de uma lei ou mesmo o impulsionar para a formalização de uma atividade informal, mas também seus meandros estéticos e paisagísticos.

Essa transformação que aconteceu em Três Lagoas, na visão do representante do MPE, estava assentada sobre o inadequado funcionamento da gestão pública municipal. Enquanto as preocupações centrais do município, nos últimos anos, esteve focada no processo de industrialização e, conseqüentemente, nos esforços para atração de indústrias e empresas para região, fez com que esse outro papel que a administração pública municipal deveria exercer, de ordenamento do espaço público, fosse tornando-se periférico, como fica evidente neste trecho da entrevista com o representante do MPE:

Então, a gente observou muito, de longa data no município, essa ausência de zelo e cuidado pela coisa pública, pelos bens públicos, pelo espaço público, principalmente o espaço público que é, assim, visualmente decrépito na cidade. Decrépito! Cada um faz o que bem entende. Então é o espaço de camelô. O espaço de área verde. Tinha gente que ocupava o espaço de área verde! Área central de avenidas, para vender almoço e janta. Vendendo lanche em área verde do município. No canteiro central do município. Então a gente percebe que o município não faz nada. Não toma qualquer providência e acaba sobrando para o Ministério Público e para a Promotoria de Justiça exercerem essa polícia administrativa na cidade, que na verdade é

obrigação do município e não do Ministério Público. Então, a gente acaba sendo a ponta da flecha, quando na verdade você não tem essa obrigação. O código de posturas é claro, o plano diretor é claro, o código de obras é claríssimo, ao dizer de quem é a responsabilidade. A responsabilidade é do município. Está escrito lá: o município fiscalizará...o município ordenará o espaço público...o município...Então a gente percebe que o município não cumpre a sua legislação e deixa, simplesmente, as coisas acontecerem, né? Procura cuidar dos interesses grandes ou interesses que sejam mais importantes para eles e esses outros acabam...engavetados....ignorados pelo município...e a gente percebe isso nitidamente (**Sr. Paulo – Representante do Ministério Público**).

O que ele salienta ser interesses grandes ou interesses que sejam mais importantes estão amplamente sustentados, no caso específico de Três Lagoas/MS, no processo de industrialização e no desenvolvimento econômico da cidade. Apesar desse crescimento desorganizado do comércio informal na cidade, ele teve lá suas contribuições importantes, no sentido de abastecer grande parte da população que crescia na cidade, de produtos básicos. Como a cidade não dispunha de um amplo comércio formalizado, o papel foi sendo absorvido por essa massa de vendedores ambulantes ou fixos que observavam uma demanda que crescia exponencialmente na cidade, dado esses outros investimentos ou preocupações centrais do poder público municipal.

Apesar de todo esse movimento de pressão sob a atividade de camelô, ainda sua importância é central para o sustentáculo da cidade, principalmente para o abastecimento de uma série de mercadorias que o comércio local não tem como atender. Mesmo não tendo a obrigação de utilizar parte do dinheiro público para a construção ou mesmo mudança dos camelôs, o município realizou essa intervenção, pois é uma modalidade de comércio que não pode deixar de existir na cidade, dado o seu potencial de abastecimento. Essa não obrigação do município em dar suporte aos camelôs fica evidente na fala a seguir do representante do MPE:

Os camelôs, obviamente, queriam que o município tivesse obrigação de cuidar deles. Aí eu disse que o município não tem obrigação nenhuma disso. Senão o município vai acabar cuidando de todas as pessoas do mundo. O município não tem essa condição. Mas no processo a prefeita entendeu que poderia fazer isso. Que poderia fazer um camelódromo para que eles saíssem do espaço. E foi essa medida, de construção do camelódromo, que agilizou o TAC. Se não tivesse essa medida, provavelmente, o TAC não teria sido assinado até hoje, porque não teria para onde esse povo ir. Então houve a intenção de fazer o ajustamento bem legal. E inclusive foi o que aconteceu (**Sr. Paulo – Representante do Ministério Público**).

Esse trecho da entrevista com o representante do MPE evidencia um processo importante que impulsionou toda essa modificação ou nova configuração dos espaços públicos centrais, que foi a constituição e assinatura do TAC (Termo de Ajustamento de

Conduta). Antes de chegar a assinatura deste termo, os representantes do MPE entram na justiça com uma série de ações civis públicas, para a formalização das irregularidades existentes no centro da cidade.

A Ação Civil Pública foi efetivada em 28 de Fevereiro de 2008. Após essa efetivação na justiça – uma das principais formas de atuação do MPE para formalizar as ações ilegais – foi que o MPE iniciou todo o processo para a assinatura do TAC. Mais de 1 ano depois da efetivação do processo através da Ação Civil Pública, em 12/08/2009, houve a assinatura do TAC, que inibe a Ação Civil Pública através de um acordo entre as partes. Esse processo foi explicado pelo representante do MPE:

No caso dos camelôs nós fizemos um Procedimento Investigatório, que nós chamamos de PIPE. Neste Procedimento, a gente levantou todos os elementos: documentos, fotografias e nomes. Chama a perícia técnica, se for necessário. E aí faz a ação civil pública. Senão faz o TAC ou a ação civil pública ou arquiva. São essas três as vertentes que surgem de um fato. No caso dos camelôs, na ação civil pública nós pedimos a retirada do local. Posteriormente é que nós fizemos um TAC. Neste termo, nós estabelecemos o quê? Prazos, formas, cláusulas de saída, o que não pode ser feito no camelódromo, entre outros. Então, nós estabelecemos uma forma legal de acabar com a ação civil pública através do TAC. Porque o TAC acaba com a ação. O TAC é como uma sentença antecipada, né? Quando tem a ação, o juiz homologa o TAC e ele fica homologado na justiça. Quando não tem a ação, nós fazemos o TAC por aqui, a pessoa assina e assinam duas testemunhas. É um documento legal de execução. No Código Civil o TAC é um documento legal de execução. Ele é um documento oficial, que pode ser exigido na justiça, posteriormente. Então, nós acabamos fazendo isso. Isso foi muito bom! Para nós foi muito bom, porque nós resolvemos uma questão que era um problema de longa data e em pouco tempo nós resolvemos. Levou 2 anos para assinar o TAC. Do dia em que nós começamos a conversar, um ano depois eu propus a ação e alguns meses depois nós acabamos fazendo o TAC. Eles viram que era melhor (**Sr. Paulo – Representante do Ministério Público**).

O Sr. Paulo ainda salientou a importância das reuniões e dos acordos instituídos no TAC, ao invés da efetivação da Ação Civil Pública, pois o processo é mais rápido e elimina todo o gargalo existente na justiça. Em uma conversa que tivemos depois da entrevista, o assunto era exatamente esse, ou seja, sobre a necessidade que se tem hoje de fazer acordos ou resolver os problemas de forma amistosa na tentativa de eliminar a quantidade de processos que vai para o Judiciário. Isso fica claro na seguinte passagem:

A partir disso nós fizemos reuniões, porque há um interesses de se resolver as coisas de forma amistosa. Nós queremos resolver as coisas de forma amistosa, porque o judiciário hoje está atolado de processos e a gente sempre procura não atolar ainda mais o judiciário de processos resolvendo as coisas por aqui. Aí nas reuniões nós criamos o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Então, esse termo é como se fosse um acordo feito entre as partes

onde se estabelece o que a pessoa vai cumprir. Olha, se você está na calçada, então vamos assinar um termo aqui de que você vai sair da calçada. Você vai fazer a limpeza das calçada, vai plantar a árvore na calçada, você vai fazer todas essas obrigações legais no local. Vamos estabelecer uma multa, para que você cumpra todas essas obrigações. Você estabelece uma multa e a pessoa acaba cumprindo. Então, essa foi a metodologia em praticamente todos os casos (**Sr. Paulo – Representante do Ministério Público**).

Como foi salientado anteriormente pelo Sr. Paulo, a assinatura do TAC só ocorreu devido a intervenção da prefeitura em adotar a causa e se responsabilizar pela reforma e construção de um local apropriado para a instalação do camelódromo. Após a assinatura do TAC, que previa a mudança dos camelôs até Abril de 2010, é que o poder público municipal começou a construção do local. Em meados de Abril de 2010, que era o prazo estabelecido no TAC para a mudança dos camelôs, o local ainda não havia ficado pronto. Uma reportagem veiculada num Jornal local mostra bem esse atraso na reforma do antigo mercado municipal, para onde os camelôs seriam transferidos.

A construção do novo espaço do Camelódromo e reforma do antigo Mercado Municipal seguem a todo vapor. A obra estava prevista para meados de abril, mas ainda está em fase de finalização e a previsão é que esteja pronta até o dia 15 do próximo mês (Maio de 2010). O local já recebe pintura e passa pelos ajustes finais. De acordo com o secretário de obras, Getúlio Neves, a mudança na parte do telhado fez com que o andamento da obra fosse atrasado. “Até o dia 15 de maio o prédio fica pronto. As obras sofreram modificação na estrutura da cobertura, mas em 15 dias tudo deverá estar pronto, incluindo drenagem das águas pluviais, e toda a infraestrutura”, comentou. Para a construção e reforma do antigo Mercado Municipal foram investidos aproximadamente R\$ 900 mil. O espaço contará com 104 boxes (1,80m x 4,85m); a reforma inclui troca do piso, iluminação natural, instalação elétrica, urbanização, revestimentos, pintura, banheiros e instalações de rede de esgoto e águas pluviais (CARVALHO, 2010b, p.A3).

Assim, no local estavam sendo construídos 104 boxes, onde a prefeitura se comprometeu à reforma total do prédio, à mudança do piso, à iluminação, à construção e divisão dos boxes, à construção de banheiros e áreas de sociabilidade no local. A reforma não ficou pronta em Maio, por problemas na instalação da rede elétrica, mas na visita que eu fiz ao local em meados de Maio de 2010 era visível que faltava no local a parte que ficou sob responsabilidade de cada camelô, como a colocação de portas nos boxes e também a organização do espaço interno, conforme se vê na Figura 23.

Como também fica visível nesta figura, o espaço interno do mercado municipal foi subdividido em quadros recortados por corredores, que possuem boxes em ambos os lados. Somente nos locais onde existem portas para o acesso no camelódromo é que há boxes em apenas um dos lados. Do contrário, todo o espaço foi tomado por boxes, restando somente as áreas de trânsito, nos corredores, e também um área que, provavelmente, no futuro, servirá

como uma pequena praça de alimentação. A estrutura interna se assemelha em muito à lógica das estrutura dos *shoppings centers*, mas extremamente condizente com um possível *shopping* popular, dado o espaço restrito dos boxes e do local de trânsito.

Figura 23 - Fotos da parte interna do mercado municipal de Três Lagoas/MS após a reforma para a instalação do camelódromo.



Fonte: Material de campo

Nestas fotos existentes na Figura 23 fica perceptível que muitos espaços ainda não possuíam sequer nenhum tipo de investimento por parte de muitos camelôs. Digo isso porque desde o início da construção e reforma do local os camelôs que participaram da assinatura do TAC já tinham também participado de um processo de sorteio dos espaços que seriam construído ali. Assim, todos os camelôs, desde o início das reformas, sabiam exatamente os

boxes que iriam ocupar e, mesmo assim, na etapa final de execução da prefeitura, poucos eram os camelôs que estavam realizando seus investimentos no local. Nas fotos existentes na Figura 23, apenas em uma das fotos aparecem dois boxes com as portas (obrigação dos camelôs) e em outra foto, provavelmente, o início de colocação de portas em dois outros boxes.

Apesar de a impressão do local, pelas fotos da Figura 23, ser de uma reforma ainda precária, a parte de obrigação da prefeitura estava quase toda concluída. Na parte externa do prédio era mais evidente essa obra quase que finalizada. O fato que é, internamente, as mudanças mais revolucionárias estariam à cargo dos camelôs. Na Figura 24 fica evidente que a obra, em sua parte externa, está concluída.

Figura 24 - Fotos da parte externa do mercado municipal de Três Lagoas/MS após a reforma para a instalação do camelódromo.



Fonte: Material de campo

Após todo esse processo de negociações entre o MPE, a prefeitura e os camelôs, assim como da finalização da construção destinada aos camelôs, alguns problemas foram surgindo. No dia de assinatura do TAC, a seguinte reportagem foi veiculada:

Após dois anos de intensas negociações entre o Ministério Público Estadual, camelôs e a Prefeitura de Três Lagoas, foi assinado hoje (12) o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que regulariza a situação dos comerciantes. A solenidade contou com dezenas de trabalhadores do shopping popular e também de autoridades municipais. A maioria da classe diz estar satisfeita com o modelo que deve ser adotado. A partir de agora eles começam a se preparar para deixar a avenida Rosário Congro. O novo espaço destinado aos comerciantes será o Mercado Municipal. Depois de muita polêmica, a maioria dos comerciantes diz concordar com o termo. Pelo menos foi o que alegou a presidente do Shopping Popular. Segundo ela os comerciantes não tiveram muita escolha e depois de inúmeras reuniões entraram num consenso. “Eles chegaram com as propostas e tivemos que aceitar, não tivemos muita opção. Agora é pensar no lado positivo. Teremos um local com infraestrutura, o aluguel é acessível e vamos poder atender melhor os nossos clientes. Acho que o local também vai agregar valor as nossas mercadorias” (DENILSON; CARVALHO, 2009, p.A1).

No dia de assinatura do TAC muitos dos camelôs terem aceitaram as normas impostas no documento, porém, tempos depois foram surgindo alguns descontentamentos que postergaram a mudança definitiva dos camelôs para a área construída, independente dos pontos positivos da referida mudança, como anunciou a presidente da Associação nesta reportagem do Jornal. Outra reportagem anunciava, já em meados de 2010, a reivindicação dos camelôs quanto ao comércio dos espaços cedidos. Isso fica claro num trecho da reportagem abaixo:

Um comerciante que preferiu não se identificar conversou com a Equipe do Jornal do Povo e disse que muita gente não está de acordo com o termo, mas que por imposição tiveram que concordar. “Eu não discordo que o local seja bom. Nem acho o aluguel caro. O problema está justamente no item que fala sobre a cedência e transferência do espaço. Não podemos vender, nem sub locar e ai ficamos pensando o que acontece quando formos sair, ou se alguém morre, afinal de contas, estamos investindo também, vamos pagar os impostos. Eles vão dar o espaço e parte da construção, mas a finalização como porta e acabamentos ficará sobre nossa responsabilidade”, ressaltou. Algumas pessoas também reclamaram que o ponto em que estão instalados hoje é melhor em termos comerciais. Muitos deles alegam que lá é mais acessível, e que as pessoas já estão acostumadas (ALBERTO, 2010, p.A1).

As preocupações que transitam na fala deste camelô entrevistado foram evidentes também no caso dos camelôs de Porto Alegre/RS. A mudança dos camelôs daquela cidade para o Centro Popular de Compras (CPC), como mostra Marques, Cavedon e Soilo (2010), alterou uma série de atributos e conduziu aos surgimento de responsabilidades que antes eles não tinham, como o pagamento de impostos e alugueis. Esse fato fica evidente em uma das

entrevistas citadas no texto de Marques, Cavedon e Soilo (2010, p. 13), quando o camelô de Porto Alegre diz que “Aqui, aqui eu vou ter que... eu já tô me preparando, porque eu não tava acostumado com as contas, tava apavorado, aí será que eu vou conseguir pagar? Aí será que eu vou quebrar?”.

No caso de Três Lagoas essas preocupações são evidentes. Assim, tanto a impossibilidade de comércio dos boxes quando as possíveis perdas de clientes eram os fatores mais citados, e que acabava postergando a transferência para o local já construído. A primeira data estava prevista para Junho de 2010, mas como as obras não tinham sido concluídas pela prefeitura, essa mudança não ocorreu. Neste entremeio é que as alegações existentes na reportagem anterior começaram a surgir. Depois disso, foi estipulado uma nova data para retirada dos camelôs da Avenida Rosário Congro, que era para o mês de Outubro de 2010, antes do Dia das Crianças. Essa nova data também não foi cumprida, por problemas diversos detectados pelos camelôs no novo local. Nesta época eu estava em campo e pude acompanhar.

Primeiro foram as chuvas que caíram durante o mês de outubro de 2010 e que causaram estragos pela cidade e, um desses estragos, foi justamente no telhado do Mercado Municipal. Eu fui averiguar o estrago e pude ver que, apesar dos danos reais que existiam em algumas telhas, ainda nada tinha sido feito pelos camelôs para que a transferência fosse efetivada. Ou seja, não havia nenhuma movimentação no local, em termos de obras, para que o novo prazo pudesse ser cumprido. Assim, por exigência dos camelôs, um novo prazo foi estipulado, dezembro de 2010, antes das datas comemorativas do final do ano. Esse fato foi destaque também nas notícias de um jornal local, com é possível observar abaixo:

A mudança do Camelódromo para o antigo Mercado Municipal foi adiada, pois o temporal do último dia 27 [de outubro de 2010] destruiu parte das instalações que estavam prestes a serem concluídas. A inauguração do “Shopping Popular” estava prevista para terça-feira, Dia da Criança e feriado nacional (12 de outubro), porém, segundo o promotor, os reparos devem levar entre 30 a 60 dias para serem finalizados. “O vendaval destelhou a lanchonete e há locais em que a estrutura física precisa ser avaliada. É fundamental que tudo esteja em perfeito estado para garantir a segurança dos comerciantes e dos clientes que transitarão pelo Shopping”, relatou o promotor (MOREIRA, 2010).

Mesmo assim, no final de dezembro de 2010, ainda não havia nenhuma movimentação, por parte dos camelôs, de transferência para o novo local. Eu saí de campo no dia 05 de janeiro de 2011 e, até esta data, os camelôs ainda permaneciam no mesmo local, com pouquíssimas movimentações para a mudança.

Além desses problemas estruturais, ainda, os investimentos a serem realizados pelos camelôs tinham sido ínfimos, dado uma minoria que havia iniciado as obras de colocação das portas. A grande maioria sequer tinha tomado conhecimento dos boxes que iriam ocupar. Na entrevista que eu fiz com o Sr. Fernando, atual Secretário da Indústria e Comércio, ele salientou esse fato:

Então, nós estamos nessa etapa do processo. Concluimos as obras e estamos aguardando a transferência deles para o local. A transferência já era para ter acontecido em Junho/2010. Houve um atraso nas obras e por parte deles não havia interesse de mudar para lá. Chegaram a um novo acordo de eles se mudarem para lá em Outubro/2010, pois eles queriam um tempo para poderem colocar portas e arrumarem a estrutura dos seus boxes lá no mercadão. A prefeitura deixou a cargo deles, particularmente, o acabamento dos boxes. Eles recebem os boxes, mas eles quem constroem as portas e fazem os acabamentos. Como você deve ter visto no TAC, eles não recebem os boxes, mas sim o direito de ocupação dos boxes, pois a área toda é da prefeitura. Mesmo assim, houve atrasado nessa colocação das portas, que era para ser feito até Outubro/2010, que era o segundo prazo dado. Informalmente, o promotor cedeu a solicitação de até o final do ano, de que todas as portas estejam colocadas e de que eles se transfiram para lá. Como tem o natal e eles ficaram com medo de uma mudança acabar atrapalhando o comércio deles, eu acredito que eles façam essa mudança no mais tardar em Janeiro/2011. Mais rapidamente no começo de Janeiro. Isso me preocupa muito, pois o que eu vejo lá é um atraso muito grande na colocação dessas portas. Há mais de quatro meses que entregamos a obra e já era para eles estarem lá. Não sei se eles vão conseguir cumprir o terceiro prazo dado. Aí o promotor já vai informar qual será a multa a partir de Janeiro/2011 por eles ainda estarem ocupado aquela calçada pública (**Sr. Fernando – atual Secretário da Indústria e Comércio**).

Como eu havia constatado, essa falta de empenho dos camelôs em fazer as partes que lhes cabiam para a ocupação do novo espaço era evidente, mesmo que muitos tivessem, particularmente comigo, a conversa de que o espaço ia ser bem melhor do que o ocupado atualmente. Alguns salientavam a segurança do local. Outros a estrutura física do local, que ia ter uma pequena praça de alimentos e também vários banheiros. No local que eles estavam, na Avenida Rosário Congro, não havia banheiro. Alguns, mais próximos da Praça da Bandeira, utilizam os banheiros de uma lanchonete e também de algumas lojas que haviam ali nas redondezas. Os camelôs que estavam mais para o final do camelódromo, próximos a Avenida Filinto Müller, utilizam os banheiros de algumas residências em frente e de alguns comércios existentes na Filinto Müller. Esse era um dos principais problemas, na visão dos camelôs, do local ocupado e que passaria a não ser mais problema quando da transferência para o novo local. Isso fica visível no trecho abaixo:

Eu acho que a mudança será boa para todo mundo. Para os clientes, para a gente. A gente para ir num banheiro, por exemplo, tem que andar uns 500 metros. Se tiver muito apertado, tem que pedir nas lojas ou casa. O povo não

gosta muito. O banheiro que tem fica lá na praça. Lá [mercado municipal] vai ter tudo. Vai ter cinco banheiros. Vai ser bom (**Seu José – camelô**).

Mesmo com todos esses pontos positivos do novo local, salientados pelos próprios camelôs, ainda a mudança era algo que não ocorria. Quando eu passei, no final do ano, a questionar alguns camelôs sobre o porquê essa mudança não ocorria; as explicações foram muitas, sempre relacionadas aos “outros” camelôs. Eram os camelôs que vendiam apenas produtos que, no novo local, seriam proibidos. Eram os camelôs que tinham dois ou mais boxes, que no novo local teriam direito a apenas 1. As desculpas, dependendo do camelô que eu perguntava, estavam todas sustentadas nos “outros” camelôs. Frases que eu ouvia constantemente tinham como conteúdo o seguinte: “Por mim? Eu mudo hoje para lá. É que tem muito gente aqui que não quer. Porque...”. E neste “porque” estavam acrescentados os problemas dos “outros” camelôs. Foi neste contexto em que eu saí de campo. A minha intenção era acompanhar o processo de transferência dos camelôs, mas com a situação de resistência estava se prolongando para além das minhas possibilidades de permanecer em campo, resolvi sair de campo e deixar gravado este processo até onde consegui acompanhar.

4.5 A SAÍDA DE CAMPO: ANALISANDO A ATIVIDADE DE CAMELÔ DE TRÊS LAGOAS/MS

Como eu havia salientado no percurso metodológico e também deixado claro durante a escrita desta tese, fui despretenso em construir um trabalho que entremeasse teoria e prática em tópicos gerais sobre a atividade de camelô de Três Lagoas/MS, pois não tinha sido essa a minha postura na execução deste trabalho. Tentei preservar, pelo menos em partes, a lógica geral daquilo que eu vivenciei. De início eu conduzi toda a estruturação teórica que serviria de sustentáculo a essa tese. Depois eu entrei e permaneci em campo, sem ter a postura de tentar encontrar na atividade de camelô aquilo que eu tinha estudado teoricamente, evitando ao máximo a busca de informações capazes de servirem apenas de sustentáculo para a teoria que eu havia construído. Como se eu fosse à campo procurando, vasculhando, interferindo e remexendo a prática social existente na atividade de camelô, para encontrar ali algo que desse sustentáculo a minha construção teórica. Como bem lembrou Laplantine (1987), o antropólogo de campo deve ser generalista e nunca especialista, pois a especialização acaba gerando miopias evidentes que impedem ou condicionam o olhar do

etnógrafo. Dito de outra forma, isso quer dizer que a minha tentativa foi de não ser etnocêntrico.

Depois que eu defendi o projeto de tese, que teve como base a teoria descrita neste trabalho, tomei um distanciamento proposital deste projeto, para que eu fosse capaz de evidenciar as nuances da atividade de camelô sem querer enxergar aquilo que para mim seria mais interessante. Claro que de alguma forma essa construção teórica exerceu sua influência no período em que eu estava em campo. O que estou tentando dizer é que não fui à campo com pretensões de explicar ou buscar informações condizentes para aquilo que eu havia estudado teoricamente. Assim, foi essa a lógica que eu adotei nesta tese, ou seja, de ir à campo, observar e vivenciar a realidade da atividade de camelôs e seu meandros, e após sair de campo tentar relacionar aquilo que detectei de mais relevante com o percurso teórico construído. Por isso, essa é a minha intenção neste parte da tese. É aqui que vou ser capaz de analisar os objetivos que eu propus nesta tese. É aqui que o título geral deste trabalho deve-se tornar efetivo. É aqui que eu realmente apareço e onde ficarão evidentes as minhas proposições, as minhas interpretações e as minhas evidências. Neste ponto é que eu retomo o meu percurso teórico e faço as devidas relações com aquilo que eu vivenciei e presenciei em campo.

A partir deste ponto eu vou inverter a lógica dos objetivos que eu propus na parte introdutória desta tese, retomando, inicialmente, os objetivos específicos e discutindo-os, para depois eu adentrar de forma ampla e contextualizada no objetivo geral proposto. Assim, o próximo tópico trata do primeiro objetivo específico, que foi: identificar as formas de apropriação e dominação material e cultural do espaço onde a atividade de camelô se efetivou e efetiva. No tópico seguinte a discussão gira em torno do segundo objetivo específico, que era: entender as relações estabelecidas entre a atividade de camelô e o poder público, no que tange aos processos legais e ilegais de apropriação e dominação dos espaços. No terceiro tópico desta parte final da tese o objetivo retomado foi o terceiro objetivo, que era: identificar as relações materiais e culturais desenvolvidas entre os camelôs e os consumidores, como forma entender a sustentação desse tipo de atividade no contexto das cidades. Esses são objetivos específicos pois, além de se constituírem como passos para atingir o objetivo geral, ainda servem de guias para o pesquisador em campo. Por isso, apesar de muitos desses objetivos específicos terem sido atingidos já na descrição sobre a estada em campo, ainda é necessário a reflexão teórica que possibilitará chegar ou atingir com êxito o objetivo geral

nesta tese, que foi: compreender as culturas organizacionais territorializadas da atividade de camelô realizada na cidade de Três Lagoas/MS.

Como os objetivos específicos que proporcionaram os focos de investigação durante a estada em campo, foi a partir deles que, após a minha saída de campo, eu pude dar conta das contribuições evidenciadas no caso dos camelôs de Três Lagoas/MS. Por esse motivo, antes de adentar no objetivo geral nesta tese, foi que eu constitui um capítulo com a intenção de explorar as contribuições dos achados de campo e qual o papel (ou papéis) exercido pelos camelôs naquela cidade. Assim, no quarto tópico desta parte sobre a “saída de campo”, eu adentro sobre essas contribuições, conduzindo tais discussões para a ideia de desenvolvimento local. Isso porque essa ideia só foi possível de ser detectar, com maior clareza, após a saída de campo. Por esse motivo, neste quarto tópico é que, de forma superficial, eu procura descrever os principais elementos teóricos discutidos sobre o conceito de desenvolvimento local, como forma de avaliar, logo em seguida, as contribuições dos achados de campo e o conceito de culturas organizacionais territorializadas. Nesta linha, o quinto e último tópico desta parte final da tese eu procuro uma articulação entre as discussões desenvolvidas nos tópicos anteriores, assim como dar conta daquilo que chamei de culturas organizacionais territorializadas necessárias à compreensão da atividade de camelô de Três Lagoas/MS.

4.5.1 Formas de apropriação e dominação material e cultural do camelódromo de Três Lagoas/MS

A minha intenção neste tópico é evidenciar a forma como eu consegui interpretar os achados em campo para dar conta do meu primeiro objetivo específico, que foi “*identificar as formas de apropriação e dominação material e cultural do espaço onde essa atividade se constitui*”.

Na tentativa de gerar a devida compreensão sobre isso que estou chamando de “formas de apropriação e dominação material e cultural” uma incursão sobre o trabalho de Augé (1994) se torna importante, principalmente pela longa discussão que esse autor faz sobre os “lugares” e os “não-lugares”. Inicialmente, Augé (1994) salienta que se um lugar pode ser definido como identitário, relacional e histórico, assim como um espaço que não pode ser definido como identitário, relacional e muito menos histórico deverá ser definido como um não-lugar. Após essa constatação, Augé (1994) salienta que o lugar e o não-lugar são, antes de

tudo, polaridades fugidias, onde o primeiro nunca é completamente apagado e o segundo nunca se realiza totalmente. Assim, Augé (1994, p.74) diz que:

Os não-lugares, contudo, são a medida da época: medida quantificável e que se poderia tomar somando, mediante algumas convenções entre superfície, volume e distância, as vias aéreas, ferroviárias, rodoviárias e os domicílios móveis considerados “meios de transporte” (aviões, trens, ônibus), os aeroportos, as estações e as estações aeroespaciais, as grandes cadeias de hotéis, os parques de lazer, e as grandes superfícies da distribuição, a meada complexa, enfim, redes a cabo ou sem fio, que mobilizam o espaço extraterrestre para uma comunicação tão estranha que muitas vezes só põe o indivíduo em contato com uma outra imagem de si mesmo.

Nesta passagem da obra de Augé (1994) existe a contextualização sobre aquilo que ele entende por não-lugares, mas no decorrer da obra deste autor há um refinamento sobre o entendimento disso que ele chamou de não-lugar. Para chegar a esse refinamento, Augé (1994) retoma a discussão feita por Certeau (2008) sobre os “lugares” e os “espaços”, que eu já abordei na parte teórica desta tese. Essa retomada feita por Augé (1994) é uma tentativa de dizer que a ideia de “não-lugar” possui uma proximidade evidente com o que Certeau (2008) chamou de “espaços”. Por outro lado, Augé (1994) observa neste conceito de espaço dado por Certeau (2008) certo negativismo. Para Augé (1994), a ideia de não-lugar possui proximidade com a ideia de espaço de Certeau (2008), acomodando, sem muitos entraves, esse espaço, mas de que o conceito de não-lugar evidencia uma medida dessa modernidade que vivemos. Isso porque a existência dos não-lugares está amplamente condizente com as características da individualidade moderna, onde o indivíduo se vê, em determinadas circunstância, num solidão profunda, mesmo que rodeado de outros indivíduos. Como bem expõe esse autor,

É a tais deslocamento do olhar, a tais jogos de imagem, a tais desbastes da consciência que podem conduzir, a meu ver, mas dessa vez de maneira sistemática, generalizada e prosaica, as manifestações mais características do que propus chamar de “supermodernidade”. Esta impõe, na verdade, às consciências individuais, novíssimas experiências e vivências de solidão, diretamente ligadas ao surgimento e à proliferação de não-lugares (AUGÉ, 1994, p.86).

Assim, Augé (1994, p.87) resume o não-lugares dizendo que “vê-se bem que por ‘não-lugar’ designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantém com esses espaços”.

Essa retomada do trabalho de Augé (1994) evidencia que a atividade de camelô realiza um processo interessante de transformar um não-lugar ou espaço de trânsito, num lugar de práticas intensas, de onde passa-se a detectar o identitário, o relacional e o histórico. Assim,

os processos de apropriação e dominação são também processos de transformação e modificação, que Augé (1994) evidencia, principalmente, na modificação da paisagem. Enquanto espaço de trânsito, as calçadas dominadas e apropriadas pelos camelôs, elas se tornam espaços de sociabilidade, que podem ter manifesto uma ambiguidade inerente, pela própria forma de apropriação e dominação. Digo isso porque, algo que Augé (1994) deixa bem claro em sua discussão sobre o não-lugar é a questão da individualidade e solidão manifestada nesses espaços, o que imprime possibilidades múltiplas de, no entremeio aos camelôs, a evidência ser daquele local um lugar ou não-lugar. Isso fica claro neste trecho da obra de Quezada (2008, p.42)

A interação física, desejada ou não, é um imperativo àqueles que circulam pela cidade, suas ruas e calçadas, uma vez que as banquinhas de camelô interferem no fluxo, no deslocamento dos pedestres. Essa interferência pode ser vista negativamente (como um bloqueio, um obstáculo, etc.), ou positivamente (como uma oportunidade para o consumo, etc.), dependendo do estado emocional (se de bom ou mau humor) e da situação (se atrasado para o trabalho ou simplesmente aproveitando a alegria da cidade) do indivíduo.

As possibilidades de transformação dos lugares em não-lugares e vice-versa não estão somente na apropriação feita pelos camelôs nos espaços dominados, mas também daqueles que transitam por ali, como fica evidente neste trecho do trabalho de Quezada (2008). No caso do camelódromo de Três Lagoas/MS, isso era algo perceptível. Algumas pessoas que transitavam estabeleciam relações e tornavam o espaço camelô num lugar, enquanto outras, pelas próprias peculiaridades e humor no dia, marginalizavam aquela situação e a transferiam para um não-lugar, onde o foco principal era o trânsito. Mesmo assim, sem levar em consideração a posição do transeunte, ainda a produção existente no contexto da atividade na transformação de um não-lugar num lugar de prática econômica e social, é a história.

Assim, a apropriação do espaço e, conseqüentemente, sua transformação, ocorre através daquilo que Certeau (2008) chamou de “lugar praticado”. A rua passa a ser, através da investitura dos sujeitos camelôs, o lugar de suas práticas de camelotagem. De início essa apropriação era incipiente, até mesmo pelo constrangimento próprio de se apropriar de um espaço de trânsito. Em seguida a essa apropriação incipiente ocorre o *boom* de aumento na quantidade de camelôs, devido, principalmente, à possibilidade de mercado dos produtos e também de um forma de sustento. Esse panorama, como salientado na descrição histórica sobre o surgimento da atividade de camelô na cidade de Três Lagoas/MS, mostra exatamente essa prática da camelotagem transformando a paisagem do centro da cidade.

Após a transformação deste espaço e, conseqüentemente, sua apropriação, as manifestações de resistência eram evidentes. A transformação de uma não-lugar num lugar estava acompanhada daquilo que Augé (1994) salientou como sendo: o identitário, pois agora os camelôs já se tornaram uma categoria social e que possui suas peculiaridades; o relacional, onde há a evidente manifestação de um comércio que é de suma importância para a cidade; e o histórico, no sentido de que, após um tempo de apropriação, uma história constituinte já se torna manifesta, o que constrange qualquer tipo de retomada deste espaço para um não-lugar.

Neste processo de apropriação, material e cultural, a única possibilidade de transformação do espaço em um não-lugar é a constituição de outro lugar para a prática ali efetivada. Mesmo assim, o espaço apropriado, através daquilo que Augé (1994) salientou ser o identitário, o relacional e o histórico, ainda é um lugar pertencente a uma história não muito distante, assim como nostálgica.

Naquele espaço praticado pelos camelôs no momento em que se instaram no centro de Três Lagoas/MS, as formas de apropriação e dominação eram diferentes das existentes hoje, assim como os aspectos materiais e culturais. A maneira de dominarem materialmente do lugar, “tirávamos a barraca no final do dia”, também se tornava uma forma de apropriação cultural que era exercida naquele espaço, pois transformava-se num cotidiano daquela atividade. No espaço atualmente ocupado, tanto essa apropriação material quando a cultural já não mais eram mais exercidas, devido à mudança realizada, o lugar fixo construído e as novas relações que entre camelôs, poder público e comerciantes.

Ainda, o “lá era bom” remete a uma prática cultural bem diferente daquela exercida nos boxes ocupados atualmente. Todo esse processo de apropriação exercido naquele primeiro local ocupado pelos camelôs era o produto dos movimentos de resistência, não somente porque eram espaços que permitiam uma quantidade maior de produtos vendidos, mas também porque era uma espaço de sociabilidade e também de domínio, expresso no lá “cada um tinha um ponto certo”.

As garantias exigidas pelos camelôs de Três Lagoas/MS para o abandono daquele espaço, era a proximidade com esse mesmo espaço. Apesar de um dos principais fatores ser o mercado (consumidores e clientes), que era a base para o surgimento dessa prática urbana, ainda a resistência era evidente também na continuidade do exercício da atividade. Isso fica evidente também no trabalho de Rodrigues (2008, p.40) ao salientar que:

Quando os camelôs estavam nas ruas de Presidente Prudente e recebiam pressão por parte dos fiscais do Poder Público Municipal, para retirarem suas

barracas das calçadas a pedido dos comerciantes legalizados, por intermédio do Sindicato do Comércio Varejista, eles se juntavam em grupos e insistiam em permanecer nas ruas. O mesmo ocorria quando eram forçados a se mudarem para locais distante do fluxo de consumidores. Por trás dessa união e insistência em permanecer nas ruas estava levantada a bandeira do direito de trabalhar e garantir o sustento dos filhos etc.

Por esse motivo, mesmo o movimento atual de retirada dos camelôs do lugar ocupado, que foi construído pela prefeitura, passa exatamente pela transferência deles, mas nunca pela eliminação, pois essa ação geraria intensos conflitos. Mesmo que não fosse obrigação da prefeitura de Três Lagoas/MS construir um local para abrigar esse camelôs, como foi muito bem exposto pelo representante do Ministério Público, ainda essa ação foi de fundamental importância para a efetivação da assinatura do TAC.

Novamente, como salientado, os camelôs manifestam novas resistências nesta transferência, impedindo, por três vezes seguidas, a efetivação dos pressupostos contidos no TAC. Por três vezes houve a prorrogação do prazo de transferência, que também está associada ao mercado consumidor, mas também aos aspectos identitários, relacionais e históricos existentes naquele espaço. Haverá uma nova reorganização cultural e material nas práticas da camelotagem. Essas evidências foram percebidas – seguindo a ideia de Certeau (2008) – a partir dos relatos feitos pelos camelôs nas entrevistas informais e também nas gravadas.

No outro espaço, para onde os camelôs serão transferidos, existe uma estrutura melhor em relação à existente atualmente. Mesmo assim, com todos os problemas, ainda o que se constata na fala da Dona Lurdes é “por mim eu passo o resto da minha vida aqui”. Novamente a questão do mercado consumidor é exacerbada, pois todo o processo de apropriação e dominação está contido nesta lógica, mas manifestações desse tipo contém também, mesmo que implicitamente, as relações e as sociabilidades ali existente. No relato da Dona Lurdes isso fica evidente quando ela diz que ali os camelôs já tem a clientela e esta [clientela] sabe exatamente onde encontrá-los e que no novo local haverá uma redefinição dessas relações e o cliente terá que achá-los.

Para compreender essa relação entre cidade e mercado, recorri ao trabalho de Quezada (2008), que desenvolve uma discussão sobre cidade e mercado, retomando o trabalho de Baudelaire, Quezada (2008, p.19) salienta que:

Na literatura, Baudelaire um ícone dos escritos urbanos, experimentou a modernidade na sua pobreza, doença e obscuridade pessoal. Isso, no entanto, não o tornou um antagonista da modernidade, mas um observador e protagonista das contradições da vida moderna. A Paris de Baudelaire era

uma Paris em transformação, transformação tanto física, com a urbanização acelerada da cidade, quanto social, com a pressão desse novo ambiente sobre o indivíduo. A remodelação física da cidade esteve em consonância com os interesses comerciais da época, uma vez que, durante as intervenções urbanísticas, à remoção dos pobres das áreas centrais da cidade, seguiu-se a pronta acomodação do comércio e dos negócios. Da demolição dos casebres dos pobres surgem os *boulevards* de Haussmann, que ganhavam vida a cada mercado, vitrine, restaurante, e café que se instalavam ao seu largo. O *boulevard*, enquanto espaço de comércio e interação social, atrai uma classe consumidora burguesa ávida para exercitar o estilo de vida que sua condição financeira propicia.

Essa citação do trabalho de Quezada (2008) não serve apenas para evidenciar a relação sempre existente entre a cidade e o mercado, mas também para trazer algo que, de forma bem próxima mas diferenciada, vem ocorrendo, não somente, em Três Lagoas/MS. Pela proximidade do projeto arquitetônico de Três Lagoas com alguns aspectos da cidade francesa em que Baudelaire viveu, surge também uma proximidade na maneira de organizar ou mesmo gerenciar a cidade. Se essa remodelação, no caso descrito por Quezada (2008), evidenciava esse processo de remoção e mesmo marginalização dos pobres, algo próximo ao que aconteceu e ainda acontece em Três Lagoas e várias outras cidades brasileiras com a remoção dos camelôs do centro da cidade.

O fato é que, apesar de este mercado evidenciar uma série de atributos estigmatizados, ele é um mercado, de onde a remoção nunca conduziu a uma marginalização, no sentido de transferir essa categoria de comerciante para a margem da cidade. Por esse motivo, sendo esta uma atividade de mercado, que necessita da proximidade com os consumidores, os empreendimentos sempre foram realizados para a permanência dos camelôs próximos ao centro, mas em locais organizados, capaz de trazer de volta as possibilidades de trânsito pelos *boulevards*. Assim, Quezada (2008, p.20) salienta ainda que:

Da rua, enquanto espaço democrático, nasce a multidão, que põe lado a lado à burguesia endinheirada e os seus tipos sociais característicos, como o poeta, o *flâneur*, a prostituta, o trapeiro, os pobres. Todos almejam consumir a modernidade, não consumo no seu sentido restrito à aquisição de bens e serviços, mas o consumo simbólico da modernidade. Com os cafés (ícone moderno) ao alcance do bolso do burguês e dos olhos dos pobres, a modernidade se transforma em mercadoria – uma verdadeira “festa para os olhos e os sentidos”.

O mercado camelô e sua dominação dos espaços de trânsito tira a possibilidade de contemplação e consumo da organização exata dos estabelecimentos existentes no centro da cidade. O centro da cidade, enquanto comportando essa miscelânea de tipos sociais característicos, como salientou Quezadas (2008), permite, assim como autoriza, não somente

a democratização do espaço, mas a democratização do consumo, no sentido restrito desta palavra.

Enquanto o *boulevard* possibilitava apenas o consumo visual aos olhos dos pobres, o mercado camelô, nos dias atuais, conduz a efetivação de um consumo, no sentido restrito desta palavra. O consumo é uma construção cultural, como salientou Barbosa (2004), e, por esse motivo, faz parte do contexto capitalista, urbano e contemporâneo. Pela possibilidade desse consumo, que nos dias atuais é realizada por uma diversidade ampla de classes sociais, é que ocorre também a possibilidade de apropriação e dominação desses espaços de trânsito nas cidades. Desta modernidade evidenciada por Baudelaire, como ficou visível nas citações anteriores do trabalho de Quezada (2008), o que ainda se mantém é a tentativa recorrente de “preservar” a organização original.

Evidenciando essa discussão sobre a cidade e o mercado é que Quezada (2008, p.35) salienta o processo de “limpeza” urbana, com a retirada, particularmente, dos camelôs das calçadas:

No Rio de Janeiro, as transformações trazidas pela modernidade -- principalmente em relação ao par cidade e mercado -- encontram paralelo nas experiências acima descritas. As comparações podem ser feitas especialmente com a obra de Baudelaire, uma vez que no início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro fora alvo de reformas urbanas, que para além da alteração física da planta da cidade, tinham como objetivo a limpeza social da urbe. No contexto dessa empreitada civilizadora, os anseios de limpeza social ficam evidentes diante das críticas direcionadas aos vendedores ambulantes.

Essa “limpeza” social, também operacionalizada em Três Lagoas, é que sempre foi uma das principais impulsionadoras para a retirada dos camelôs do centro da cidade. Vale salientar que essa “limpeza” está condizente com os pressupostos de uma elite local, que não quer apenas o trânsito livre pelos *boulevards*, mas também a invisibilidade das camadas destituídas de capital econômico, social e cultural, tal como elas assim são concebidas pelos dominantes que acreditam ser esse um mercado menor. No caso de Três Lagoas, a “limpeza” não estava vinculadas a uma reforma urbana, mas simplesmente a preservação dos espaços de trânsito já constituídos. Toda essa lógica sempre impactou nas pressões exercidas pelo poder público para as mudanças do mercado camelô, com a prerrogativa sempre evidente de proximidade com o espaço de trânsito dos consumidores e clientes, geralmente o centro da cidade. Pelo mercado camelô estar próximo, mesmo que de forma extremamente precária, da lógica existente na relação entre a cidade e o mercado, é que as possibilidades de apropriação e dominação dos espaços para a constituição desta atividade se tornam efetivas.

Tendo em vista essa situação é que Solá-Morales (2002) evidencia que a cidade se tornou a manifestação mais evidente de múltiplos territórios, de onde há a apropriação e dominação dos espaços, assim como sua mutação, fluidez e durabilidade nas várias mudanças constituídas. Se eu tivesse seguido a lógica, como bem salientou Certeau (2008), da cidade-conceito, a primeira mudança e a mudança que está em processo atualmente, seriam tão somente modificações próprias da cidade. O que Solá-Morales (2002) e Certeau (2008) colocam é que, tendo em vista os processos de apropriação e dominação exercidos nas práticas urbanas, não há e nunca houve essa simplicidade observada a partir da cidade-conceito. Nesses processos, há sempre conflitos inerentes, relações de poder e resistência, que causam a dificuldade na mudança.

No caso dos camelôs de Três Lagoas/MS, o processo de mudança atual está se estendendo para quase dois anos, após a assinatura do TAC. Por várias vezes, tanto na entrevista com o representante do Ministério Público, o Sr. Paulo, quanto na entrevista com o atual Secretário da Indústria e Comércio, o Sr. Fernando, eles abordaram a questão da resistência dos camelôs em deixar o local em que estão atualmente. As alegações são várias, como, por exemplo, a lucratividade que eles [camelôs] tem com a informalidade, a proximidade com o mercado consumidor, a possibilidade de eles terem mais de um espaço, entre outras.

Mas as preocupações não se restringem apenas aos fatores econômicos, também englobam os fatores culturais e políticos. Os fatores culturais expressos nessa rede de significados que permite o cotidiano das práticas de comércio, as formas de comportamento, os amigos, as conversas, os clientes cativos, os produtos oferecidos, o espaço de sociabilidade e trânsito, enfim, todas as coisas materiais ou não, mas que permite um significado peculiar aos camelôs. Nas formas de apropriação e dominação estão expressas maneiras peculiares de ver e dar significado a essa rede de fatores (materiais ou não) que os camelôs estão o tempo todo em interação. Por esse motivo, a atividade de camelô era uma, quando da apropriação das calçadas do centro, passou a ser outra, após a mudança para o local onde eles estão hoje (que ainda é uma calçada) e será outra após a mudança deles para o Mercado Municipal.

Um exemplo disso é expresso no trabalho de Rodrigues (2008), quando esse autor evidencia que, enquanto os camelôs estavam espalhados na rua de Presidente Prudente/SP, eles se fortaleciam através de uma Associação. Após a transferência dos camelôs para o camelódromo, essa Associação desapareceu, pois os significados produzidos no novo local passaram a ser outros. No camelódromo, salienta Rodrigues (2008), os camelôs começaram a

ver, uns aos outros, como concorrentes, devido à proximidade que ocorreu entre eles. Assim, se vincular a uma Associação ou Sindicato já significa uma possível ajuda a outro camelô, não mais acatada – como já tinha acontecido no passado – naquele novo lugar. Isso também pode ocorrer com os camelôs de Três Lagoas/MS, mas o que fica mais manifesto nesta discussão é a mudança também cultural, dando forma e significados peculiares às relações que serão estabelecidas no novo espaço.

Além do cultural, ainda o político fica evidente também nas relações estabelecidas pelos camelôs. A força que o mercado representa, nos dias atuais, também faz com que essa categoria, no caso de Três Lagoas/MS, seja capaz de exercer uma série de influência no que tange ao poder público e também nas relações estabelecidas com os consumidores. Influencia na exigência de um lugar para a continuidade da sua atividade, assim como num possível cartel na venda dos produtos. No novo local vai ocorrer também, como no caso salientado por Rodrigues (2008), uma proximidade maior entre os camelôs, pois o espaço existente no Mercado Municipal é menor, o que exigiu a construção dos boxes em quadros que se assemelham aos quarteirões nas cidades.

Assim, os camelôs vão sair de um área linear para uma quadrática. Apesar disso, os meandros políticos já estão estabelecidos no atual local, pois todos eles sabem exatamente quem vende o quê e onde fica o box de quem. Mudando o lugar, haverá mudança também nessa relação, que pode instigar também, no caso de Três Lagoas/MS, o individualismo e a concorrência entre os próprios camelôs. Por esse motivo, Souza (2009) diz que a separação entre o “político”, o “cultural” e o “econômico” tem muito de cartesiana, mais preocupada em separar aquilo que é distinguível, mas não propriamente separável.

Para além dessa discussão sobre a mudança e as resistências geradas, ainda a forma mais evidente que eu observei em campo e que expressa uma dessas formas de apropriação e dominação material e cultural do camelódromo, é o comércio dos boxes. A articulação desses termos, apropriação e dominação, é tão evidente no camelódromo de Três Lagoas/MS, que suplanta a resistência para a utilização do espaço, mas implanta aí a propriedade que permite repassar. Por ser costumeira essa prática nos dias atuais, ainda a exigência é que ela seja possível também no outro local. Provavelmente, pelo investimento que os camelôs terão que fazer no local, mas o comércio – discutido no tópico 4.4.3 – vai além do retorno sobre o dinheiro investido. O que ocorre é propriedade do local, através da posse.

A ideia mais abordada na presente discussão é a de território. Por esse motivo, a apropriação e dominação dos espaços se constitui, levando em consideração o escrito de

Raffestin (1993), o ato de se apropriar, concreta ou simbolicamente, do espaço. No caso dos camelôs de Três Lagoas/MS existe tanto a apropriação concreta (comércio dos boxes) quanto a apropriação simbólica (significado de ter um box no Mercado Municipal, por exemplo). É deste ato de se apropriar que as relações de poder se constituem.

4.5.2 Relações de poder entre camelôs, poder público e comerciantes: (i)legalidade e (in)formalidade na atividade de camelô de Três Lagoas/MS

Neste tópico, a intenção será apresentar uma discussão concisa com o intuito de mostrar de que forma o segundo objetivo específico foi atingido. Esse objetivo era o de *entender as relações de poder estabelecidas entre a atividade de camelô, o poder público e comerciantes, no que tange aos processos legais e ilegais de apropriação desses espaços e realização da atividade.*

Para uma melhor compreensão deste tópico, vou me aprofundar em algumas discussões feitas por Saquet (2010) sobre as relações de poder e território. Esse autor faz um resgate das diversas visões que foram sendo construídas sobre as relações de poder. O foco de Saquet (2010) é o território, por isso uma das primeiras manifestações de poder estavam enredadas nos primeiros conceitos de território. Assim, as primeiras funções do território eram: (1) servir de abrigo, como forma de segurança; e (2) servir como um trampolim para oportunidades. Para que essas duas funções fossem possíveis, salienta Saquet (2010), deveria ocorrer uma organização interna ao território, através de suas relações externas, onde ficavam evidentes o poder e a dominação. Desta perspectiva, o território assume distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais.

No século XVI, devido as grandes navegações, o território deixa de ser visto apenas como abrigo, para comportar também um receptáculo de investimentos econômicos. É da obra de Maquiavel que Saquet (2010) extrai esses aspectos. Para esse autor, Maquiavel foi quem fez o rompimento da ordem de ligação do poder com a força e a vontade divina. Saquet (2010) salienta que Maquiavel contribuiu para a compreensão das relações de poder, socialmente instituídas e efetivadas na vida cotidiana, que geram uma série de relações como: dominação, ocupação, apropriação, administração de áreas, tributos, costumes, leis, línguas. Assim, diz Saquet (2010), o poder em Maquiavel resume-se em apropriação e dominação.

Essas relações de poder vão tomar formas específicas no decorrer da história, mas em muitas revoluções será evidente comparações com a ideia de Maquiavel. Um salto interessante, salienta Saquet (2010), foi dado pelo filósofo francês Michel Foucault. Para Saquet (2010), esse filósofo mostra uma diversidade de formas de manifestação do poder, onde: o poder não é alguma coisa que se adquire; as relações de poder estão imanentes e nunca numa posição de exterioridade; as relações de poder são intencionais e não subjetivas; e onde há poder há resistências. Dessas considerações, Saquet (2010) diz que mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder.

Antes de continuar nessa análise sobre a obra de Saquet (2010), vale interceder aqui o caso dos camelôs de Três Lagoas/MS. Na história dessa atividade, conforme pode ser visto no tópico 4.2 desta tese, ocorreu uma apropriação inicial nas calçadas da cidade. Enquanto nessa apropriação e dominação veiculava o significado de que aquelas pessoas faziam parte de uma casta da sociedade de pobres e marginalizados que estavam lutando para sobreviver, então as possibilidades do exercício do comércio são evidentes.

A crítica da população local para o ato da prefeitura está, evidentemente, nas condições em que as pessoas iniciavam a atividade de camelô. Em sua grande maioria, eram pessoas pobres e que iniciavam na atividade como forma, basicamente, de sustento da família. Nesta situação, dado a necessidade de sobrevivência, nenhum tipo de ação, por parte do poder público, foi tomada, pois esse era o significado gerado e compartilhado, ou seja, de que eram pessoas em busca da sobrevivência em um contexto de mudanças econômicas e sociais.

Com a proliferação indiscriminada dessa forma de comércio no centro da cidade, a situação começou a se alterar, principalmente porque ela se tornou uma forma de concorrência com o comércio local. Neste ponto, a Associação Comercial, a partir do estímulo dos lojistas do centro, impulsionou o poder público a tomar partido da situação. De uma atividade destinada à sobrevivência, os camelôs passaram a ser vistos como oportunistas, que se utilizam da situação de ilegalidade e informalidade para obterem lucro. Essa visão tirava a capacidade dos lojistas do centro de acompanharem os preços comercializados pelos camelôs. Isso fica evidente na entrevista que eu fiz com o Sr. Felipe, lojista do centro da cidade:

Por isso, a Associação comercial acabou, durante um tempo, sendo incisiva com o poder público para retirar os camelôs dali. Era uma concorrência desleal, pois os camelôs não pagam qualquer tipo de imposto, enquanto os comerciantes possuem uma série de tributos municipais, estaduais e federais, que eles tem que arcar. Era uma concorrência desleal, porque não tendo

esses custos, eles podem vender os mesmos produtos ou mesmo produtos semelhantes, por uma preço muito baixo (**Sr. Felipe – Lojista**).

Nesta situação de mudança de significados é que se iniciou todo o processo para retirada dos camelôs do centro da cidade. Esse processo, que durou cerca de 2 anos, foi vivenciado por uma série de conflitos, manifestações de poder e também de resistências, como também fica visível neste outro trecho da entrevista com o Sr. Sebastião, onde ele diz que:

Mas a briga foi feia, pois eles não queriam deixar a área central da cidade. Não queriam sair daquele lugar em hipótese nenhuma. Começamos a pressionar, dizendo que se não houvesse acordo, nós íamos prender as barracas e os produtos e retirá-los de lá à força. Eles tinha que sair. Não tinha jeito. Nós não podíamos continuar com a cidade do jeito que estava. E foi uma briga. Foi uma briga muito feita, que durou muito tempo. Acho que uns 2 anos, mais ou menos (**Sr. Sebastião – antigo Secretário da Indústria e Comércio**).

Assim que o ato é consumado, ou seja, de retirada dos camelôs do centro da cidade, de frente às lojas, os significados novamente se alteram. No início da mudança, a prefeitura fez uma série de iniciativas para manter um controle sobre o local onde os camelôs estão nos dias atuais, mas depois que eles [os camelôs] foram transferidos, essas iniciativas se perderam no tempo, como o controle sobre os boxes e o nome dos camelôs que estavam ocupando aquele espaço. Isso porque uma nova mudança no significado da atividade de camelô foi gerada. Primeiro porque tinham sido transferidos para uma área, mesmo estando no centro da cidade, pouco visada e de baixo trânsito de pessoas e pedestres. Segundo que o mercado camelô já não incomodava mais os lojistas, como mostra o excerto abaixo:

Então eles já não ofereciam tanta concorrência à princípio. Não é? Então nós tivemos, assim, alguns anos de calma, por que eles ficaram um pouco distantes, entre aspas, não tanto, mas enfim, é sempre mais cômodo para os clientes comprarem de quem está perto, vamos dizer assim, do que andar duzentos metros para comprar (**Sr. Fábio – lojista**).

Esses “anos de calma” terminaram devido a dois fatores, que alteraram novamente os significados da atividade de camelô. O primeiro foi que o local começou a ser bem frequentado, atraindo uma série de consumidores que iam transitar pelo centro. O segundo, de cunho legal, foi que o Ministério Público, através de suas promotorias, passou a mover uma série de ações contra o poder público para a “limpeza” das áreas de trânsito (calçadas, jardins, praças, etc.).

Novamente o mercado camelô torna-se um problema para o comércio formal, pois passa a atrair uma grande parcela de consumidores e clientes que transitam no centro. O

camelódromo, passa a ser um local de movimento e trânsito, gerando a pujança que existe, atualmente, no local.

O segundo significado é o da ilegalidade do local ocupado pelos camelôs. Um quarto ator interfere neste contexto e contribui em muito para a mudança do significado gerado pela atividade de camelô, que é o Ministério Público. Na figura de seus promotores, novas abordagens passam a interferir e impulsionar a mudança do camelódromo. Para que esse novo significado se torne efetivo através da via legal, é necessário mostrar que a ocupação – que foi cedida e construída pela própria prefeitura – estava feita de forma ilegal.

Essas duas novas significações, de caráter mercadológico (quantidade de consumidores atendidos e que transitam pelo mercado camelô) e de caráter legal (uso ilegal do espaço público), possibilitam a instauração de novas relações de poder, de onde se desmembram outros significados e atributos, que produzem conflitos ao mesmo tempo em que geram novas resistências. Esse novo processo de retirada dos camelôs do lugar ocupado atualmente acabou gerando novos focos de conflitos e resistências, que impulsionou relações de flexibilidade em ambos os lados. De um lado os comerciantes e lojistas, que levantam a bandeira da concorrência desleal. Deste mesmo lado o poder público, que acabou por atender as exigências dessa classe de comerciantes. Mas, ainda, para minimizar os focos de conflito, o poder público também procurou alternativas para dar conta da situação dos camelôs. O Ministério Público que, em defesa da legalidade e da ordem no espaço público, acabou conduzindo uma série de ações para limitar a atuação dos camelôs no uso ilegal do espaço público. Do outro lado, os camelôs, com suas dificuldades e com a legitimidade instituída e sustentada pela sociedade ávida por consumo.

Retomando o trabalho de Saquet (2010), essa nova concepção de território compreende essas relações de poder e os processos de apropriação territorial como multiformes, inclusive, materializando-se no movimento de organização social, através do uso do espaço e dos comportamentos coletivos de resistência. Isso que Raffestin (1983) coloca como sendo o território, ou seja, essas relações de apropriação e dominação, só se torna evidente a partir desse jogo de significados que causam desigualdades e maneiras diversas de interferências entre os sujeitos envolvidos. Como bem salientou Raffestin (1983), o campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações.

Além dessas manifestações de poder estarem evidentes no histórico da atividade de camelô, ainda no dias atuais, esse exercício é perpassado pela ilegalidade e pela informalidade da atividade em si e dos produtos comercializados. As ações desenvolvidas visando buscar

novas formas de adquirir os produtos que abastecem tais mercados, de onde seja possível realizar esse processo ainda de forma ilegal, é uma das principais manifestações de resistência. É a resistência em ter que pagar as taxas e impostos que serão embutidos no custo da mercadoria. É a resistência em burlar a fiscalização no trajeto de compra dos produtos, como pode ser constatado no trabalho de Rodrigues (2008). E assim por diante.

O que ficou evidente para mim é que, uma das principais bandeiras levantadas contra a atividade de camelô está na informalidade e ilegalidade da atividade e dos produtos. Isso ficou bem visível no trabalho de Machado (2004), principalmente a análise crítica que esta autora faz sobre esses dois conceitos. Quer dizer, pelas próprias características negativas que comportam a atividade de camelô, neste contexto da ilegalidade e informalidade, essa é uma categoria amplamente rechaçada. Sendo que, como fica constatado também no trabalho de Machado (2004) e Rodrigues (2008), assim como nesta tese, muitos comerciantes realizam práticas semelhantes e, nem por isso, sofrem os mesmo constrangimentos, pois de alguma forma eles estão mais formalizados e mais legalizados. Não foram raras as vezes em que os camelôs relataram, durante a minha estada em campo, que vários lojistas do centro realizavam suas compras nos mesmos locais frequentados pelos camelôs. Inclusive utilizando os mesmos meios de transporte.

Vale destacar neste processo a produção dos significados. Enquanto os camelôs não dispunham de amplos conhecimento, particularmente, de que a calçada em que eles estão e que fez parte de uma iniciativa da prefeitura colocá-los ali, é um local impróprio, proibido e ilegal, as manifestações de resistência, no início, foram mais acirradas. Após toda a movimentação que o Ministério Público causou na cidade, essa questão da legalidade veio à tona e ela passa a transitar, ainda de forma precária, nos diálogos que os camelôs estabelecem com outras pessoas. Isso aconteceu comigo durante a entrevista com a Dona Maria, onde há uma sucessão de corte em sua fala que remete exatamente a não sustentação da ilegalidade em suas ideias, mas que ela [a ideia de legalidade] encontra-se num estágio bem avançado de aceitação por parte dos camelôs.

Na realidade começou essa discussão da nossa retirada daqui há uns cinco anos atrás. Não era nada concreto, mas eles iam decidir um local para gente ficar. Mas isso tudo começo a pegar mesmo, firme, há uns dois anos. Eles começaram a pegar firme que a gente tinha que sair. Então assim, há uns dois anos que a gente está nessa disputa para a retirada nossa desse local. Eles alegam que essa calçada aqui...que deve ter a lei....que deve ser verdade....deve ser não, ela é verdadeira porque...não pode ser ocupada porque a gente está atrapalhando e a calçada é para o pedestres (**Dona Maria – camelô**).

Na fala da Dona Maria há esse corte constante sobre um assunto que, na verdade, era desconhecido ou mesmo marginalizado pelos camelôs. Após a atuação do Ministério Público na cidade é que essa discussão se institui, com a necessidade de retirada dos camelôs daquela calçada. O impasse só entra num possível consenso após a iniciativa da prefeitura em construir ou reformar um novo local para transferir os camelôs. Mesmo assim, dado os fatos já relatados no tópico anterior sobre os clientes cativos, o camelódromo como espaço de sociabilidade, de controle e hierarquização das relações internas, entre outros, geram ainda focos de resistências, que tem adiado o processo de transferência. Mas como eu procurei destacar durante a discussão sobre a minha estada em campo, essas relações de poder entre camelôs, poder público e comerciantes sempre estiveram mais ou menos evidentes. Isso fica claro também no trabalho de Rodrigues (2008, p.06):

O que define o trabalhador camelô enquanto tal é exatamente a posse do ponto fixo cuja disputa, conquista e controle, entendida aqui como território, é fator fundamental dos inúmeros conflitos que permeiam esta atividade, em que no jogo de forças estabelecido, comparecem como seus principais protagonistas os trabalhadores camelôs, as Associações Comerciais, o Poder Público Municipal, os lojistas e o Sindicato do Comércio Varejista.

Por esse motivo, no que tange às discussões sobre a atividade de camelô em si, seja em Três Lagoas/MS (foco desta trabalho), seja em Presidente Prudente/SP ou Marília/SP (RODRIGUES, 2008), seja em Porto Alegre/RS (MACHADO, 2004), seja no Rio de Janeiro (QUEZADA, 2008) ou seja em Pelotas/RS (GOULARTE, 2008), a visão desta atividade a partir das discussões sobre território é central e de suma importância, pois ela remete às formas de apropriação e dominação material e cultural, assim como as várias manifestações de poder. Com bem relata Souza (2009), os territórios são provenientes de relações de poder espacialmente delimitadas e que operam sobre um substrato referencial. Além disso, esse mesmo autor salienta a necessidade de se observar as discussões territoriais a partir de nanoterritórios, pulverizando essas concepções territoriais para o “mundo da vida”.

4.5.3 Aspectos materiais e culturais nas práticas de comércio dos camelôs de Três Lagoas/MS: para além da (i)legalidade e (in)formalidade

Neste tópico a intenção será desenvolver algumas discussões na tentativa de atingir ou mesmo mostrar indícios que possibilitaram atingir o último objetivo específico proposto, que foi *identificar as relações materiais e culturais desenvolvidas entre os camelôs e os*

consumidores, como forma entender a sustentação desse tipo de atividade no contexto das cidades.

Vou iniciar essa discussão sobre as práticas de comércio a partir do ponto mais básico que está ligado ao consumo dos produtos vendidos pelos camelôs. Em Três Lagoas/MS, particularmente, eu encontrei uma diversidade grande de produtos, como consta nos tópicos 4.4.2 e 4.4.4. Essa diversidade cobre uma ampla possibilidade de consumidores, onde os camelôs atendem as classes mais baixas, com uma série de produtos que são financeiramente acessíveis, assim como as classes mais altas, de onde as falsificações de marcas famosas são sempre disseminadas pelo mercado camelô. No caso do consumo de produtos e o atendimento de uma classe social mais baixa, Goularte (2008, p.48) salienta que:

Assim, ser camelô está ligado a uma cultura do consumo plenamente compartilhada por vendedores e consumidores, que permeia a sociedade de maneira incessante, renovando constantemente os desejos, de modo que esses nunca sejam plenamente satisfeitos pelos consumidores, incluindo-se também aqueles trabalhadores considerados pobres, para os quais a possibilidade de adquirir determinados bens é realizada também a partir da existência dos camelôs, que ao comercializarem mercadorias denominadas “piratas”, fornecem a um número substancial de pessoas, CDs e DVDs a preços muito inferiores aos originais, promovendo com isso a uma grande quantidade de consumidores de diferentes classes sociais a possibilidade de adquirirem produtos considerados culturais, como filmes, músicas e programas de computador a preços expressivamente mais baixos do que os originais.

Essa citação do trabalho de Goularte (2008) traz aspectos possíveis de análise. Primeiro as possibilidades – e de uma forma bem distorcida, a democratização – de acesso a um grande número de produtos, com preços acessíveis e que estimularam o consumo de um grande número de pessoas. Segundo é a amplitude, gerada nesse acesso, de contato com “produtos considerados culturais”, no sentido restrito dessa palavra cultura. Terceiro é a mudança constante das formas de consumo, que possibilita acesso a produtos diferenciados, novidades, modismos, modas, antes restrita aos indivíduos integrantes de camadas mais abastadas.

Apesar desta amplitude e das possibilidades de acesso, a transformação que ocorre não se restringe às mudanças nos e dos produtos, mas também em sua qualidade. A própria concepção de qualidade se altera, o que estimula ainda mais o consumo. Rodrigues (2008), na leitura do trabalho de Mészáros (2002), salienta que o modo de produção capitalista é inimigo da durabilidade, que antes era um dos principais fatores ligado a qualidade. Assim, as práticas produtivas orientadas para a durabilidade iriam desaparecer.

A partir desta constatação, Rodrigues (2008) mostra que cada vez mais, em favor dos atributos estéticos, as características de pouca durabilidade e baixa qualidade estão sendo desprezadas pelos consumidores. Como exemplo, esse autor cita o caso dos DVDs piratas, onde o preço irrisório supera a relativa falta de qualidade comparada ao filme original. Isso estimula a compra, permuta e descarte desses produtos entre os consumidores.

Além desta constatação, vale retomar o trabalho de Quezada (2008) e sua discussão sobre o comércio de produtos como fetiche. Para essa autora, há entre camelôs e consumidores uma interação efêmera, onde os primeiros [camelôs] antecipam ou acirram o desejo e a necessidade de consumo do transeunte [consumidor]. Muitas vezes, o consumo é estimulado ali, no momento em que o transeunte passa pela banca do camelô.

Essa autora vivencia uma situação diferente daquela salienta por Goularte (2008) e por Rodrigues (2008), dando ênfase à diversidade e amplitude das ações e dos produtos comercializados, no que tange ao atendimento de várias classes sociais. Mesmo assim, apesar de serem citados produtos diferenciados, Quezada (2008) mostra algo próximo daquilo que também perpassa o trabalho de Rodrigues (2008) e Goularte (2008), que o consumo possibilitado pelo mercado camelô. Objetos e produtos que antes eram consumidos nos sonhos, de repente, estão ao alcance de vários consumidores.

Da mesma forma que Rodrigues (2008), Quezada (2008) retoma a ideia de qualidade, onde o fator fundamental e preponderante está nos detalhes que atestam uma proximidade muito grande do produto original. Pela própria fugacidade existente neste atestado de qualidade, fica evidente aquilo que Rodrigues (2008) salientou ser a qualidade algo periférico, quando o baixo preço compensa essa defasagem.

Dessas possibilidades de obtenção dos produtos a um preço acessível, ainda a atividade de camelô vem se constituindo como uma atividade, em grande medida, confiável, pela própria maneira de lidar com os consumidores. Por se estabelecerem em locais fixos, os camelôs acabam obtendo uma proximidade maior com os consumidores, onde muitos tornam-se clientes cativos. Ali os consumidores podem comprar, mas também estabelecer conversas variadas com os camelôs, de onde os vínculos de amizade são sempre evidentes. Apesar de não entrar especificamente neste assunto durante a descrição dos fatos na parte sobre a minha estada em campo (tópico 4.4), era visível esse trânsito de consumidores que não eram somente consumidores, mas já tinham estabelecidos vínculos de amizade.

Em vários os momentos em que eu chegava ou estava no box do Seu João, ele desenvolvia conversas informais com os clientes. Como disse a Dona Jura, o camelódromo não é um ponto turístico pela magnitude do local, mas pelas relações que os camelôs estabelecem com uma série de pessoas da cidade. O tempo todo tem gente conversando. O tempo todo tem rodas de três, quatro indivíduos conversando. Como eu já salientei, senti sempre em campo certa apatia dos camelôs no oferecimento dos produtos, mas foi eu me aproximar para fazer qualquer tipo de pergunta e um estado amistoso tomava conta da situação.

Além dessas relações informais que rapidamente se estabeleciam entre camelôs e consumidores, ainda elas eram reforçadas pelas diversas estratégias utilizadas pelos camelôs para, vamos dizer assim, “fidelizar” os clientes. Algo semelhante do que eu vivi em campo, Quezada (2008, p. 75) descreve na passagem seguinte.

Uma vez determinado seu ponto fixo, os camelôs se veem em condições de oferecer a confiança como uma espécie de moeda de troca aos seus clientes. A confiança vem com o trato adequado do freguês: ser educado, vender mercadoria de boa qualidade, e acima de tudo, estar disposto a avalizar seus produtos. O último aspecto adquire a forma de um verdadeiro “contrato” verbal selado através do “se der algum problema volta aqui que eu troco”, “eu estou sempre aqui nesse mesmo lugar, pode voltar que eu conserto”, “eu trabalho todo dia aqui nesse lugar das oito da manhã às cinco da tarde”.

Algumas coisas desse tipo eu vivenciei junto aos camelôs de Três Lagoas/MS, já com a tecnologia de vendas nos cartões de crédito e débito, com parcelamentos que variavam entre 3 e 10 vezes. Além disso, ainda esse “contrato” do qual Quezada (2008) relata, também era selado entre os camelôs de Três Lagoas/MS e os seus respectivos consumidores. Todas essas ações produzem formas particulares nas práticas de comércio dos camelôs, através dos aspectos materiais e culturais.

Essas atitudes não são tomadas de forma homogênea entre os camelôs, pois cada um estabelecia maneiras particulares de lidar com os clientes e consumidores. Alguns mais extrovertidos (Dona Jura), outros mais *cult's* (Seu Antônio e Seu Ramon), outros mais introvertido (Seu Luiz e Seu Mário), outros ainda mais, vamos dizer assim, “comerciantes” (Dona Janete e Dona Maria). Devido a essas peculiaridades, as formas de lidar com o consumidor são diferenciadas, apesar de os atributos materiais e culturais, em grande parte, serem semelhantes.

Essa proximidade existente entre camelôs e clientes é que possibilita, no entremeio aos processos de negociação e venda, as encomendas, as reservas e as compras pensadas (“Vou

levar isso aqui para o Fulano”) de produtos. Dessas relações de proximidade é que surgem encomendas de produtos diversos que, muitas vezes, tocam em ações ilícitas. Por esse motivo, muito dessas ações estão além e acima [ou abaixo] dos problemas de ilegalidade e informalidade.

A ampla possibilidade de consumo, assim como a ampla existência de um mercado consumidor torna, no caso particular de Três Lagoas/MS, esse mercado centralizado, com toda uma rede de consumo que depende diretamente deste mercado para suprir grande parte dos seus produtos e anseios. Por esse motivo, também há uma diversidade grande de camelôs. Alguns se especializam em alguma coisa, como eu já mencionei, e outros trabalham com a diversidade e o modismo. Ambas as ações e práticas de comércio contribuem diretamente para o atendimento de consumidores de várias classes sociais. Algo muito próximo do que eu vivenciei em campo, Quezada (2008, p.18) salienta na passagem seguinte:

Da observação diária passei à classificação. Pude distinguir dois tipos de camelôs: aqueles que se especializavam na comercialização de mercadorias de determinado gênero e aqueles que se aventuravam na venda de qualquer coisa que contivesse a potencialidade de retorno financeiro. Os primeiros visavam à “segurança”, os últimos se “arriscavam” pela efemeridade da moda ou situação. Assim, um “camelô especializado” em óculos escuros os anunciava durante todo ano, independente da queda na demanda por tal item em certos períodos do ano (como o inverno), enquanto um “aventureiro” desesperava-se por conseguir um arsenal de sombrinhas nos primeiros sinais de chuva.

Quezada (2008) detecta muito bem essa diversidade de camelôs que, num conglomerado, tornam-se homogêneo, mas que, olhando de perto, denota diversidade. É possível distinguir os comportamentos, as relações estabelecidas com os consumidores, os produtos vendidos, as crenças e as formas de comercialização.

Essa discussão me remeteu ao conceito de culturas organizacionais, particularmente a discussão de Cavedon (2000) sobre a homogeneidade e heterogeneidade nas organizações. Ainda, quando Aktouf (1992) fala sobre as culturas organizacionais, salienta que é importante considerar a estrutura social (sistemas de posicionamento na sociedade, regulamentos que disciplinam as interações), possível de ser detectado nesta tese a partir, por exemplo, das discussões sobre a relações de poder entre camelôs, poder público e comerciantes, dos processos (i)legais e (in)formais evidentes na camelotagem, da história desta atividade naquele local, do desenvolvimento, do seu futuro e das experiências vividas. Esses assuntos eu abordei amplamente nos tópicos 4.2, 4.3 e 4.4 desta tese. Nestes mesmos tópicos, acrescido o tópico 4.5, é possível detectar o que Czarnjawska-Joerges (1991) salienta, nos estudos sobre

as culturas organizacionais, a necessidade de observar as interações simbólicas, os aspectos práticos e as ações políticas.

Mas para terminar a discussão iniciada anteriormente sobre as práticas de comércio, Aktouf (1992) relata que a cultura é um complexo de “representações mentais” que liga o imaterial (magia, religião, símbolos, crenças, etc.) – visível nas formas de realizar a abordagem dos clientes, assim como nas crenças sobre os produtos vendidos e as possibilidades de obtenção dos lucros – e o material (bens e mercadorias, técnicas, trocas, ciências, etc.) – detectável nas formas ou não de especialização dos produtos, na oferta de produtos com estratégias do tipo “leve 4 por 10 reais”, na confiabilidade demonstrada na possibilidade de troca ou na possível qualidade do produto.

Outro fator importante nesta discussão, que vincula aspectos das culturas organizacionais e dos territórios, é a discussão do tempo. O tempo [cronológico] de funcionamento do mercado camelô é de suma importância para a fidelização de vários clientes, pois permite uma flexibilidade nas compras realizadas, o que diminui a preocupação com o funcionamento do mercado local. Estar à margem da legalidade ou da formalidade, possibilita aos camelôs conduzir diferenciais importantes para os clientes, como no caso do horário dilatado de atendimento e venda. Isso conduz as relações camelôs/consumidores para além dos pressupostos (i)legais ou (in)formais. No entremeio aos tópicos discutidos até este ponto, ficou nítido as possibilidades de, no estudo sobre o mercado camelô de Três Lagoas/MS, interceder tanto as discussões sobre o território quanto sobre as culturas organizacionais.

Até este ponto, o foco foi mostrar, mesmo que de forma restrita, como os objetivos específicos foram atingidos a partir dos achados de campo, na tentativa de estabelecer a análise necessária para a compreensão da atividade de camelô na cidade de Três Lagoas/MS. O fato é que, mostrar que os objetivos específicos foram atingidos, da maneira como foi constituído até este ponto, já evidencia as contribuições existentes nos achados de campo. Mas, durante a estada em campo e após a saída de campo algumas peculiaridades no caso dos camelôs de Três Lagoas/MS merecem ser destacadas, para além das proposições iniciais colocadas nos objetivos específicos. É sobre as contribuições dos achados de campo que irei discutir no próximo tópico.

4.5.4 Os achados de campo e suas contribuições: possibilidades ao desenvolvimento local?

A atividade de camelô em Três Lagoas/MS deixou evidente a centralidade deste mercado, em relação ao comércio local, no que tange ao abastecimento de uma série de produtos necessários à população local. Assim, durante a minha estada em campo, essa centralidade foi se tornando clara e evidente, expressa na diversidade de produtos e clientes, assim como na recorrência de indicações do mercado de camelôs quando da procura por alguns produtos no comércio local. Após esta constatação e tendo em vista a necessidade de aproximar as discussões sobre as culturas organizacionais territorializadas da atividade de camelô de Três Lagoas/MS com o campo da administração, foi que houve a necessidade de articular essas constatações com as discussões sobre desenvolvimento local.

O conceito de desenvolvimento local é em si um conceito fugidivo e que possibilitou várias apropriações e articulações, como vou procurar deixar claro no decorrer dessa discussão. Esse conceito de desenvolvimento local, da forma como surge a partir da década de 1990, possui suas principais características atreladas à ideia de desenvolvimento econômico [como uma crítica a esse modelo de desenvolvimento], que tinha sido alvo das discussões sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países capitalistas, assim como das ideias sobre centro e periferia nos processos econômicos. O ponto básico que se tinha de discussão [sobre o desenvolvimento econômico], antes da década de 1990, estava assentado sobre a modernização, a tecnologia desenvolvida e a estrutura industrial existente nos países, para a classificação dos países desenvolvidos e daqueles subdesenvolvidos (GOULART, 2006).

Não é possível negar que o conceito de desenvolvimento local, nos dias atuais, apesar das suas metamorfoses (desenvolvimento sustentado, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento integrado, desenvolvimento regional, etc.) não escapou aos ditames econômicos. O que houve foi a integração de outros aspectos para que o houvesse a qualificação necessária ao termo desenvolvimento local, como o fato de inserir nestas discussões os atributos sociais, ambientais e culturais (MARTINS, 2002; SENRA, 2010).

Assim, o termo desenvolvimento local surgiu como a possibilidade ou mesmo contraponto em relação a todo aparato de discussões que se tinha sobre o desenvolvimento econômico, que passou a ser visto como crescimento econômico. A intenção era, no entremeio a todo processo de descentralização da administração pública, da impossibilidade

dos Estados conduzirem, de forma geral, os processos de desenvolvimento e das restrições evidentes nos modelos de desenvolvimento econômico, possibilitar a localização de formas peculiares de desenvolvimento, assim como a integração de outros fatores ou vertentes no processo de desenvolvimento, como as vertentes ambientais, sociais e culturais (PIRES, MÜLLER, VERDI, 2006).

Apesar dessas iniciativas, as críticas foram incisivas. Primeiro que a concepção de desenvolvimento local era amplamente relativa. Isso porque o localismo expresso neste conceito de desenvolvimento conduzia a interpretações múltiplas, onde o local poderia significar um bairro, em relação a uma cidade, ou uma região, em relação a um Estado, ou um país, em relação a um continente, ou um continente, em relação aos vários outros continentes. Se o desenvolvimento local surgia como um contraponto ao desenvolvimento econômico que se estabelecia a partir das iniciativas do Estado, então no atributo local estaria expresso aspectos ligados as unidades micro ou regionais deste Estado, no sentido de evidenciar formas de desenvolvimento que impactassem diretamente no aumento da qualidade de vida, por exemplo, existentes em regiões, cidades ou bairros (FROEHLICH, 1999; OLIVEIRA, 2001).

Esse fato fica evidente também no trabalho de Fischer (2002a), ao salientar que o “local” está ligado a duas ideias que conduzem à ambiguidade: uma referente a inércia e outra a movimento. Em um sentido estrito, salienta essa autora, o “local” surge como um espaço delimitado, com características estáticas; e, também, numa relação direta com o global, o que instaura mudanças constantes nas relações estabelecidas entre os atores.

Uma outra assertiva em relação ao conceito de desenvolvimento local é de que este conceito, apesar dos indicativos, não possibilitou transcender ou mesmo atribuir outros significados que estivessem além dos pressupostos instituídos nas discussões anteriores sobre (sub)desenvolvimento. Apesar das amplitudes e dos qualificativos que foram inseridos na expressão desenvolvimento local, ainda sim não era um conceito que estimulasse – dado a crise nos modelos econômicos – outras vertentes ou possibilidades de desenvolvimento, pois ainda o desenvolvimento local estaria enredado sob os pressupostos do capitalismo. De fato, não há como negar essa crítica, mesmo porque, no mínimo, uma outra concepção deveria tomar cena e não o termo desenvolvimento (somado o qualificativo local), se a intenção fosse produzir algo que estivesse além dos pressupostos econômicos. A intenção foi de produzir ou mesmo agregar outros qualificativos para o termo desenvolvimento (OLIVEIRA, 2003; MULS, 2008).

Mesmo diante de críticas desta natureza, ainda os estudiosos do desenvolvimento local procuraram desconstruir concepções que eram evidentes nas discussões sobre o desenvolvimento econômico, como os processos evolucionistas nas diferenças entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Assim, o localismo nas discussões sobre o desenvolvimento permitia uma crítica a esses processos evolutivos e também a comprovação de heterogeneidade nas constatações sobre o desenvolvimento. A polissemia existente nas discussões sobre o desenvolvimento local estava alocada, principalmente, sobre essa heterogeneidade, que conduzia os estudiosos a apropriações diversas sobre o termo desenvolvimento local.

Na análise desenvolvida por Barbosa e Miotto (2007), esses autores chegam a elucidar que essa metamorfose conceitual está diretamente ligada ao fato de que essa é uma “prática sem teoria”. O que esses autores procuram elucidar é que as vertentes sobre o significado de desenvolvimento local passam por uma diversidade de fatos empíricos que conduzem a apropriações diversas, sem que isso incorra – mesmo que o autor tenha uma visão teórica que subjaz sua análise – em construções teórico-conceituais. Por esse motivo, as concepções de desenvolvimento voltadas para o “local” surgem através de três instâncias, conforme salientou Fischer (2002a), que são: poder enquanto relações de força, o conceito de espaço delimitado e formação de identidade e práticas específicas. Essas três instâncias é que mostram a possibilidade de ênfase no local, dado a diversidade de manifestações e relações em espaços sociais compartilhados.

O conceito de desenvolvimento local surge “travestido” pelos pressupostos ideológicos de várias instituições. Como mostra Almeida (2010), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome vincula desenvolvimento local à segurança alimentar; a Organização das Nações Unidas (ONU) constitui o desenvolvimento local a partir do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), procurando substituir os índices mais economicista como o Produto Interno Bruto (PIB) per capita; o SEBRAE atrela as discussões sobre o desenvolvimento local à integração de diversos setores produtivos, formados pelo estímulo e fortalecimento das micro e pequenas empresas; e o SENAC analisa o desenvolvimento local a partir de estratégias da comunidade em utilizar seus recursos e potencialidades para o desenvolvimento das pessoas e das comunidades.

Apesar dessa polissemia conceitual, alguns fatores perpassam as discussões de vários autores para o desenvolvimento local. Primeiro uma preocupação com o social, em discussões que evidenciam a necessidade de inclusão social, diminuição das desigualdades, ampliação do

acesso a bens e serviços (públicos e privados), redução da pobreza, entre outros (COELHO, 2004; MULS, 2008; SENRA, 2010). Segundo a integração da dimensão ambiental, onde a intenção é a diminuição dos impactos ambientais, dos desperdícios, das proteções e das conservações dos recursos naturais (SANTOS JUNIOR, 2001; SACHS, 2004). Terceiro é a preocupação com as micro e pequenas empresas e com o potencial que emana das comunidades (MARTINELLI; JOYAL, 2004; LUCAS, 2006).

Destas integrações ao conceito de desenvolvimento local surgem diferentes abordagens que procuram dar conta dessas discussões: um abordagem historicista e outra abordagem estruturalista. A abordagem historicista procura elucidar a heterogeneidade das formas de desenvolvimento, assim como leva em consideração as particularidades da história da comunidade, procurando fortalecer aqueles fatores se manifestam como potencializadores daquela comunidade e que deverão ser o foco das ações futuras. A abordagem estruturalista não evidencia os aspectos históricos no processo de desenvolvimento local, pois avalia esse processo a partir de concepções sistêmicas, onde as manifestações globais – apesar de desconsiderar os efeitos evolucionistas – influenciariam decisivamente as ações locais (ICÓ, 2007).

Além dessas duas abordagens, ainda uma terceira abordagem surgiu no entremeio ao aprofundamento do conceito de desenvolvimento local, que foi a abordagem institucionalista. A intenção desta abordagem foi dar conta da historicidade e da estrutura nos processos de desenvolvimento local. Como bem expõe Muls (2008, p.06), “ao considerar o desenvolvimento como fruto de interações sociais que repercutem no amadurecimento das instituições locais, a abordagem institucionalista incorpora elementos sociais e históricos que estão arraigados no território, presos aos costumes e à tradição de uma região”.

O que se torna visível nessas discussões sobre o desenvolvimento local é uma íntima relação com o empreendimento realizado nesta tese. Primeiro que na mudança conduzida a partir das discussões teóricas para o surgimento do conceito de culturas organizacionais territorializadas, a intenção foi deslocar – tendo como ponto o trabalho de Certeau (2008) – da cidade-conceito para as de prática urbana, numa possível fuga aos modelos ou discussões generalizantes sobre as mudanças ocorridas e que deu origem ao modelo de acumulação flexível, como foi possível evidenciar no trabalho de Harvey (1992). Isso não quer dizer que o foco nas ideias sobre práticas urbanas estão aquém ou além desses modelos, mas, mesmo que funcionando sob essas concepções generalizantes, ainda existe a evidência sobre as ações heterogêneas.

Assim, como bem ficou evidente nesta breve discussão sobre o desenvolvimento local, o fortalecimento dos empreendimentos ou ações desenvolvidas em determinadas comunidades (ou cidades) constitui um dos principais vetores para a análise do desenvolvimento local. Ainda neste contexto, como essa diversidade de práticas não torna o “local”, em suas dimensões internas, homogêneo, as discussões territoriais no que tange ao desenvolvimento local é de suma importância para deixar evidente essa heterogeneidade de práticas e de relações de poder que contribuem (ou não) para o desenvolvimento da comunidade. Os atores são diversos e as práticas são múltiplas, assim como as possibilidades de contribuições ao desenvolvimento local.

Por esse motivo, ao elucidar aspectos ligados ao desenvolvimento local, alguns autores, como Oliveira (2001), Senhora e Takeuchi (2005), Albaglia (2006), Almeida (2010) e salientam que, além dos aspectos econômicos, ainda existe um processo de articulação social que visa: a inserção de todos os segmentos sociais a novas dinâmicas econômicas e política-culturais; a geração e consolidação das iniciativas empreendedoras locais; a harmonização e regulação das relações entre cidadão, comunidade e empresa em seu contexto socioambiental; e a construção da sustentabilidade econômica das atividades locais. Na visão de Fischer (2002a), não há como falar de desenvolvimento local sem referencia a conceitos como pobreza, miséria, exclusão, participação, solidariedade, produção e competitividade.

Dessas articulações, outros autores têm enfatizado a importância e o fortalecimento das micro e pequenas empresas (MARTINELLI; JOYAL, 2004), do empoderamento das organizações locais e do poder local (FISCHER, 2002b) e do surgimento e efetivação do capital social (BOQUERO; CREMONESE, 2008; MULS, 2008).

No que tange ao fortalecimento das micro e pequenas empresas, as discussões sobre redes de empresas (MARTINELLI; JOYAL, 2004; MARTINS, 2002) e arranjos produtivos locais (COELHO, 2004; REIS, 1988) tomam a cena na promoção do desenvolvimento local. Muito dessas iniciativas surgem à margem do Estado e sem incentivos, consolidando antes mesmo de tornarem-se objeto de atenção por parte do poder público local. Algo bem próximo ao caso dos camelôs de Três Lagoas/MS.

Ainda, as discussões sobre o empoderamento das organizações e do surgimento do poder local estão atrelados ao fortalecimento dos atores locais, no que tange às interferências nas ações desenvolvidas pelo poder público, assim como na condução e efetivação das potencialidades existentes na comunidade local (FISCHER, 2002b; ALBAGLI, 2006; LUCAS, 2006).

A teoria sobre o capital social, discutida inicialmente por Putman (2000), considera aspectos como o grau de confiança existente entre os atores sociais, as normas de comportamento cívico praticadas e o nível de associatividade que a caracteriza. Para Putman (2000), o capital social (as redes, as normas e a confiança) facilita a coordenação e cooperação em vista de benefícios mútuos em determinadas comunidades.

O que fica nítido nessas aproximações, por exemplo, entre desenvolvimento local e capital social ou poder local, é sempre a possibilidade aberta de que os atores locais possam desenvolver estratégias que possibilitem aumento na qualidade de vida, diminuição das desigualdades sociais na região ou na comunidade, acesso a bens e serviços, diminuição nos níveis de pobreza, entre outras soluções. Por esse motivo, também, o desenvolvimento local tem-se constituído como um conceito “guarda-chuva”, que procura integrar as peculiaridades e ações locais que produzem, por exemplo, aumento na qualidade de vida ou diminuição dos índices de pobreza, às vertentes gerais de desenvolvimento econômico, social e ambiental.

A aproximação dessa discussão sobre o desenvolvimento local e suas vertentes e pressupostos nesta etapa de escrita desta tese não foi ao acaso. Primeiro foi a constatação, evidente durante e após a estada em campo, da centralidade do mercado camelô na cidade de Três Lagoas/MS. Essa centralidade ocorre de diversas formas, mas a principal é a capacidade de abastecimento de uma série de produtos que não são encontrados no comércio local. Estando integrado ao comércio local, o mercado camelô suprir aquela comunidade de vários produtos de necessidades mais básicas e também produtos supérfluos. O fato é que o mercado camelô de Três Lagoas/MS não atende somente o consumidor final, mas atende também uma série de outros comerciantes que utilizam insumos adquiridos através dos camelôs. Como exemplo, posso citar as pequenas empresas de serviços que realizam consertos em eletrodomésticos/eletrônicos e que adquirem vários produtos nos boxes especializados existentes no camelódromo.

Essa centralidade do mercado é que torna evidente sua contribuição no desenvolvimento local, que se expressa através do abastecimento de produtos essenciais ou não para uma comunidade que vivencia amplo processo de industrialização, assim como contribui para a manutenção de insumos necessários à prestação de serviços realizados por pequenas empresas da região. Além disso, o camelódromo possibilita, através dos baixos preços, que um número significativo da população regional tenham a possibilidade de consumo.

Como bem expos Milles (2007), as teorias sobre o consumo enfatizam, em grande parte, os fatores negativos, deixando à margem implicações reais de que o consumo possui seu significado atrelado à cultura material, que permite acesso e que produz relações sociais e formas de sociabilidade. Apesar de o consumo, na forma como é realizado nos dias atuais, ter suas expressões mais evidentes no sistema capitalista, como salientou Barbosa (2004), a visão discutida por Milles (2007) sobre a materialidade cultural do consumo procura enfatizar que o consumo sempre esteve na base das sociedades humanas e, nos dias atuais, ele [o consumo] tem sido utilizado numa proximidade com os pressupostos culturais compartilhados por um dado grupo ou comunidade.

Essa retomada do trabalho de Milles (2007) mostra que existem formas regionalizadas de consumo, que estão além ou aquém do consumo enquanto atendendo a necessidades básicas ou enquanto manifestação de um fetichismo publicitário. Que ambas as coisas podem [ou mesmo] possuem sua parcela de influência neste processo, o que Milles (2007) procura destacar é que o consumo em si não se reduz apenas a uma dessas vertentes, transfigurando-se ou mesmo alterando seu significado em grupos sociais diferenciados ou comunidades.

Ao estudar o mercado de camelô na cidade de Três Lagoas/MS o que se torna visível, num rápida apreensão, é de que o consumo dos produtos ali comercializados está diretamente influenciado por um fetichismo publicitário ou mesmo que grande parte dos produtos consumidos é destinada ao atendimento de necessidades básicas. Apesar de eu não negar todas essas influências no processo de consumo realizado a partir dos produtos oferecidos pelos camelôs, ainda o consumo estimula formas de sociabilidade e de relações pessoais que, como bem expos Milles (2007), não ocasionam a corrosão dos valores e dos atributos morais de uma comunidade ou sociedade, como procurou avaliar a linha crítica sobre o consumo.

No caso de Três Lagoas/MS são essas formas de sociabilidade e de relações pessoais que impulsionam os camelôs, no processo de compra, a prezarem, para além dos baixos preços, o mínimo de qualidade dos produtos. Isso porque, no caso de Três Lagoas, existe uma relação de proximidade entre camelô e clientes que se transfigura em relações de amizade. Se, no caso dos camelôs do Rio de Janeiro, como mostrou Quezada (2008), há um distanciamento nas relações entre camelôs e clientes, o que pode impulsionar atitudes oportunistas, no caso de Três Lagoas essas atitudes podem ser endereçadas aos consumidores que possuem nenhuma ou quase nenhuma relação estabelecida. Por esse motivo, existem atitudes voltadas para a compra planejada, no sentido de comprar produtos que servirão para consumidores específicos, assim como a busca incessante em locais que ofereçam produtos com preços mais

acessíveis e de melhor qualidade, o que impulsiona os camelôs a irem realizar as compras e não obter produtos de sacoleiros.

Toda essa temática voltada para o consumo e também pela constatação de que muitos produtos não são ofertados no comércio local é possibilitou o surgimento e centralidade do mercado de camelô em Três Lagoas/MS. Neste processo, novamente faço referencia a Miller (2007), pois as peculiaridades sobre o que comercializar na cidade, assim como a seleção de produtos que terão maior demanda, passa diretamente pelos atributos culturais compartilhados na região. Assim, a ênfase que autores como Lima (2006) e Icó (2007), tem dado às peculiaridades regionais no processo de desenvolvimento local se confirma no caso dos camelôs de Três Lagoas/MS.

Mesmo que à margem da legalidade e da formalidade, o comércio de camelôs tem contribuído com a disseminação de uma série de produtos que, com maior ou menor importância, vem possibilitando um nível significativo de consumo, assim como o acesso de um número de pessoas a produtos que antes não eram acessíveis. Se no caso dos camelôs do Rio de Janeiro/RJ (QUEZADA, 2008) ou mesmo de Porto Alegre/RS (MACHADO, 2004) esse mercado se configura como mais uma modalidade de comércio no contexto de uma grande cidade, no caso de Três Lagoas/MS não foi isso que se tornou evidente. Primeiro vale salientar a diferença entre ambas as cidades. Enquanto as cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre são grandes cidades e que comportam modalidades estruturadas e variedades de comércios, a cidade de Três Lagoas/MS – apesar do crescimento nos últimos anos – ainda é uma cidade de porte médio, que cresceu mas não se desenvolveu, pois não possui nada próximo, em termos de comércio, daqueles existentes na cidade do Rio de Janeiro ou de Porto Alegre.

Na tentativa de suprir ou mesmo diminuir o hiato econômico e social existente na região de Três Lagoas/MS, empreendimentos como o mercado de camelôs foram de importância central na possibilidade de acesso das pessoas que se instalavam naquela região a uma diversidade de produtos que não eram encontrados no comércio local. O processo de industrialização que passou a ocorrer na cidade de Três Lagoas/MS nos últimos anos, criou um hiato no processo de abastecimento do mercado local que foi, gradativamente, suprido pelo mercado camelô.

Segundo que o mercado camelô em cidades como Rio de Janeiro e Porto Alegre, apesar da contribuição no acesso a produtos por um contingente significativo de pessoas com poder aquisitivo menor, surge como mais um mercado que, não necessariamente, exerce o

papel de suprir produtos que não são oferecidos no comércio local. No caso do camelódromo de Três Lagoas/MS esse papel é evidente, ou seja, a contribuição ao processo de desenvolvimento local. Provavelmente, os questionamentos que surgem nesta etapa de discussão acabam levando em consideração vários fatores limitantes e que estão nítidos nas considerações realizadas anteriormente sobre o significado e os atributos contidos no conceito de desenvolvimento local.

Não saliento essas limitações querendo exprimir que as discussões sobre o desenvolvimento local não estão desconexas de todo empreendimento realizado nesta tese. Isso porque, nas discussões sobre o desenvolvimento local estão expressas peculiaridades locais, diversidades de ações e atores, ênfase nas atitudes ou práticas micro, entre outras, que contribuem para o desenvolvimento de uma localidade ou região. Isso tudo ficou claro também na aproximação realizada nesta tese que enfatiza aspectos voltados para as práticas urbanas, para a existência dos nanoterritórios, para as culturas organizacionais, entre outras.

As limitações estão evidentes, no que tange às discussões atuais sobre o desenvolvimento local, nas questões voltadas à sustentabilidade, à proteção e preservação do meio ambiente, ao empoderamento da comunidade local, à justiça social, à eliminação ou redução da pobreza, entre outras. Isso porque, na forma como o mercado camelô foi [e é] constituído, muitas dessas argumentações são margeadas, pois não integram as preocupações ou mesmo objetivos desta atividade de comércio. Mesmo que muitas dessas articulações não sejam visíveis no caso dos camelôs, ainda sim, enquanto mais um dos atores existentes na localidade, as contribuições desta modalidade de comércio, particularmente, na cidade de Três Lagoas, são constatáveis. O mercado camelô se constitui como mais um ator neste processo e, por isso, não é de se esperar que eles [os camelôs] deem conta de todas as ações regionais que possibilitem a variedade de atributos congregadas no conceito de desenvolvimento local.

Além disso, no caso específico da cidade de Três Lagoas/MS – e também de muitas outras cidades brasileiras – o processo de desenvolvimento econômico e social não ocorreu de forma amplamente estruturada, no sentido de que, para o surgimento de um parque industrial, era necessário determinados pré-requisitos ou estruturas que pudessem, efetivamente, possibilitar o desenvolvimento sustentado das iniciativas que seriam constituídas. É visível na história econômica brasileira (FURTADO, 2007) uma série de empreendimentos conduzidos, muitas vezes pelo poder público, que dispunham do mínimo [ou nem isso] capaz de constituir um crescimento inicial em determinadas áreas [o modelo de substituição de importações é um

exemplo nítido que estou querendo dizer – para saber mais sobre esse modelo ver Furtado (2007)] e que depois permitiu o desenvolvimento e sustentação das atividades.

Três Lagoas/MS não foi exceção a essa regra, pois a preocupação do poder público no início do processo de constituição de um parque industrial na cidade – conforme entrevista que eu fiz com o Sr. Sebastião, antigo Secretário da Indústria e Comércio – era com a instalação das empresas na região, sem preocupação evidente em termos de estruturas econômicas e sociais capazes de dar suporte a toda mudança [econômica, ambiental e social] que tal processo ocasionou na cidade. Por esse motivo, houve um ajustamento constante dos sujeitos integrantes a esse processo para suprir e conceder o mínimo de recursos necessários à comunidade existente na região. Os camelôs existentes ali cumpriram parte deste papel, na tentativa de abastecer o mercado local com produtos que antes não eram encontrados.

Assim, por mais que aspectos como ilegalidade e informalidade são evidentes no contexto da atividade de camelô, o que tem impulsionado o poder público local à formalização e legalização desta atividade, esses atores [os camelôs], particularmente naquela localidade, foram e são de suma importância para o desenvolvimento local. O que ficou visível também no caso dos camelôs de Três Lagoas foi todo um movimento do poder público local e do SEBRAE para formalizar e legalizar, assim como profissionalizar a categoria de camelô. O fortalecimento das micro e pequenas empresas existentes numa localidade também se configura como uma das ações centrais para o desenvolvimento local.

Assim, o embate evidente entre o poder público municipal, o Ministério Público, os comerciantes e os camelôs, acaba impactando, no curto prazo, como fatores negativos, pela geração de focos de conflito, mas no longo prazo, dado os desdobramentos que esse embate vem tendo nos últimos anos, principalmente no período em que estive em campo, as possibilidades de ganhos para a comunidade local talvez se configurem como positivas. A legalização e formalização da atividade, a transferência dos camelôs para um local estruturado, as possibilidades de benefícios equitativos aos comerciantes formalizados, o comércio de produtos que contribuem, de forma mais eficiente, para com os anseios da comunidade local, entre outras, impulsionam a comunidade às formas mais estruturadas e sustentadas de desenvolvimento.

Enfim, neste processo de estruturação alguns ganhos já são evidentes, como a possibilidade de acesso e consumo a um número significativo de pessoas residentes na cidade, assim como os preços competitivos impulsionam o comércio local a trabalhar com preços mais baixos. Esses são ganhos interessantes que o camelódromo acabou ocasionando na

região e que, de uma forma ou outra, impactam, direta ou indiretamente, em alguns pressupostos impulsionados no contexto do desenvolvimento local, como, por exemplo, a diminuição das desigualdades em termos de consumo e a possibilidade de aumento no poder aquisitivo através dos menores preços praticados. Mesmo que muitos dos produtos oferecidos pelos camelôs sejam falsificações ou replicadas de produtos consumidos por uma elite, muitos outros produtos atendem necessidades básicas [sabonetes, shampoos, alimentos enlatados, biscoitos, entre outros] e domésticas [artefatos em geral de cama, mesa e banho] da população existente na região. Isso mostra, em parte, a contribuição deste mercado de camelôs para o desenvolvimento local de Três Lagoas/MS. Para finalizar esta etapa sobre a saída de campo, vale ainda uma análise final sobre as contribuições expressas nos achados de campo e as culturas organizacionais territorializadas.

4.5.5 As culturas organizacionais territorializadas e as contribuições evidentes nos achados de campo

Neste último tópico sobre a análise dos achados em campo a intenção é retomar o problema de pesquisa e, principalmente, o objetivo geral do trabalho, procurando elucidar, no entremeio ao conceito de culturas organizacionais territorializadas, as contribuições que se tornaram evidente durante e após a estada em campo, como foi possível explorar no tópico anterior.

Assim, o problema de pesquisa proposto foi: *como as culturas organizacionais são territorializadas nos processos e ações desenvolvidas na atividade de camelô de Três Lagoas/MS, tendo em vista as relações entre essa modalidade de mercado, o poder público e os consumidores?* O “como” nesta pergunta está em sintonia com o método etnográfico utilizado, pois ele [o como] denota um: “de que forma?”. Para compreender esse “de que forma” uma das maneiras mais evidentes é ir lá e perguntar para o sujeito responsável, assim como observar a maneira com que ele [sujeito] realiza o que você deseja saber. Por isso, o objetivo geral nesta tese foi *compreender as culturas organizacionais territorializadas da atividade de camelô realizada na cidade de Três Lagoas/MS.*

Por culturas organizacionais territorializadas eu entendo que seriam redes de significados compartilhados em espaços específicos, que possibilitam maneiras diversas de apropriação e dominação desses espaços, assim como concebem os atributos materiais e

imateriais produzidos e utilizados, de onde os aspectos simbólicos como mitos, ritos, crenças, ideias, leis, regras e normas teriam sua validade, permitindo papéis diferenciados aos sujeitos integrantes que, de forma consciente ou inconsciente, (re)produziriam disposições desiguais capazes de manifestar as relações de poder. Sem a intenção de retomar a longa discussão que eu já realizei até chegar a esse conceito de culturas organizacionais territorializadas, o meu papel nesta parte final será apenas de apresentar aspectos que me permitiram atingir o objetivo geral proposto, assim como evidenciar as contribuições observadas em campo.

No final da discussão teórica, eu retomo esse conceito de culturas organizacionais territorializadas tendo em vista os trabalhos de Machado (2004), Quezada (2008), Rodrigues (2008) e Goularte (2008), para avaliar e mesmo fundamentar a existência ou leitura possível deste conceito no contexto da atividade de camelô. A minha intenção nesta parte será a de retomar aquela discussão, focando agora atributos da atividade de camelô de Três Lagoas/MS.

Assim, *redes de significados compartilhados em espaços específicos* estariam ligadas aos pressupostos simbólicos compartilhados nas atividades centrais e conexas que possibilitariam o surgimento e sustentação do mercado camelô. Essas redes de significados, no caso do mercado camelô de Três Lagoas/MS, ficou evidente em vários dos tópicos discutidos na parte sobre a “estada em campo”. É devido a essas redes de significados compartilhados que, por exemplo, o mercado camelô surge com um centralidade interessante no contexto de Três Lagoas/MS, dado as limitações em termos de produtos encontrados no mercado “formal”. Assim, a frase “no camelô você encontra de tudo”, expressa muito bem a maneira com a população qualifica a existência deste mercado. Foi essa constatação, possível apenas com um olhar de perto [parafraseando Magnani (2002)], que se tornou evidente as contribuições do mercado de camelôs ao desenvolvimento local.

Além disso, no que tange ainda a essas redes de significados compartilhados, fica evidente também questões mais gerais e que foram produzidas no contexto deste mercado, como a corretagem dos boxes, a venda de produtos ilícitos, as estratégias de compra dos produtos, as escolhas das cidades visitadas para a realização destas compras, os vínculos de amizade e relações de proximidade entre camelôs e clientes, o comportamento “apático” no processo de vendas, a diversidade de produtos, a exposição dos produtos nos boxes, enfim, uma série de ações que possui significados peculiares dentro da rede da camelotagem, assim como possui significados específicos no mercado camelô de Três Lagoas/MS. Apesar de que em alguns desses fatores ficam evidentes aspectos negativos, em muitos outros fica

constatado a produção do capital social existente naquela localidade, como, por exemplo, as relações de amizade e a procura incessante por melhores lugares para as compras.

Essas redes de significados que *possibilitam maneiras diversas de apropriação e dominação desses espaços*, como no caso dos camelôs de dominação de espaços públicos e de trânsito, onde essa atividade não poderia ocorrer. Mesmo assim, essas formas de apropriação e dominação possibilitam comodidades aos consumidores, no sentido de que os produtos oferecidos estão em lugares de fácil acesso e de trânsito mais intenso da população. Para que esse mercado se tornasse efetivo na cidade, foi que os camelôs se apropriaram de espaços de trânsito, alterando a configuração da paisagem do local, mas concedendo a possibilidade de conveniência ao consumidor.

Ainda, ocorre também formas peculiares de apropriação, simbólica, desses espaços, que produzem maneiras específicas e diversas de conceber, por exemplo, significados específicos ao espaço ocupado. A apropriação das calçadas do centro – tendo em vista a história da atividade de camelô em Três Lagoas – possuía significados peculiares, na forma de lidar com os clientes, com os comerciantes e com o poder público, no momento em que houve a mudança dos camelôs para o atual local, esses significados se alteram e a forma de lidar com os clientes, comerciantes e poder público, muda radicalmente. Esse fato permitiu a sustentação do mercado de camelôs na cidade que, apesar do “incomodo” dos comerciantes locais, ainda a tentativa do Prefeitura em resolver o problema, mostra a importância desse mercado, não somente social, mas também econômica para a região.

Além disso, no processo de dominação e apropriação dos espaços ocorre um fato interessante vinculado a atividade de camelô de Três Lagoas, que é a posse do local. Não são apenas processos de dominação e apropriação que possibilitam o surgimento, assim como o desaparecimento, desta atividade com o passar dos anos, mas juntamente com esses processos ocorre também a propriedade. Os camelôs de Três Lagoas/MS sentiam-se donos do espaço dominado e apropriado, mesmo tendo a consciência de que era um espaço público, com uma estrutura financiada, em partes, pelo poder público e com a impossibilidade, expressa pelo público, de não comércio do espaço. A corretagem dos espaços revela o extremo existente nesses processos de apropriação e dominação, assim como a centralidade do mercado. As ações atualmente estão destinadas a dirimir tais problemas, como da transferência e do controle que será empregado no novo espaço, para o fortalecimento desses pequenos negócios, de suma importância no desenvolvimento local de cidades com a de Três Lagoas.

São essas redes de significados de significados compartilhados em espaços específicos, que estão dominados e apropriados, onde são geradas *maneiras diversas de conceber os atributos materiais e imateriais produzidos e utilizados*. Essas maneiras diversas estão de acordo com os significados gerados, pois, por exemplo, o comportamento apático do camelô no processo de venda, no sentido de que ele não realiza um assédio que impulse a venda, comum nesta categoria de trabalho, está diretamente ligada a estas maneiras diversas. Se não fosse de conhecimento dos camelôs que muitos produtos demandados pela população de Três Lagoas/MS só fossem encontrados ali, provavelmente as maneiras de conceber os atributos materiais e culturais seriam bem diferentes. Algo evidente nos trabalhos de Machado (2004) e Quezada (2008), que estudaram o mercado camelô num contexto urbano onde a diversidade de possibilidades de consumo transcendem em muito o mercado camelô, que se torna mais um fenômeno entre tantos outros.

Dessas peculiaridades é que *aspectos simbólicos como mitos, ritos, crenças, ideias, leis, regras e normas*, são compartilhados na atividade de camelô de Três Lagoas/MS de forma muito diferenciada da realidade estudada por Machado (2004), ou Quezada (2008), ou Rodrigues (2008), ou ainda Goularte (2008). Enquanto em Porto Alegre/RS (MACHADO, 2004) e no Rio de Janeiro/RJ (QUEZADA, 2008), há uma efetiva fiscalização – mesmo que não eficiente ou eficaz – no contexto de Três Lagoas/MS eu desconheci esse tipo de ação. Provavelmente, uma das explicações está totalmente atrelada à falta de estrutura comercial existente na cidade, onde uma parte deste papel está sendo conduzida pelos camelôs. Em quase 1 ano que eu estive em campo, sequer vi qualquer tipo de movimentação neste sentido. Além disso, vale salientar outros fatores, como “ritos de ingresso”, ou seja, na corretagem dos boxes havia uma intervenção da Associação dos camelôs, para que o novo camelô fosse capaz de cumprir também com aquilo que os camelôs mais antigos cumpriam.

São esses aspectos simbólicos que produziriam *papéis diferenciados aos sujeitos integrantes*. No caso da corretagem dos boxes, era evidente que uma das primeiras manifestações via Associação era o reforço das relações de poder que eram compartilhadas naquele espaço. Somente após o ingresso neste espaço que é o mercado camelô foi que eu consegui detectar esses papéis diferenciados. Antes disso, aquele era um grupo de pessoas que desenvolvia uma atividade semelhante. Essa estrutura de poder e também de diferenciação dos sujeitos apenas se torna visível a partir do momento em que o convívio e o conhecimento, com bem exposto Magnani (2002), “de perto e de dentro” deste grupo de camelôs, acontece.

Foi a partir desses papéis diferenciados que eu pude conhecer a Dona Maria, a Dona Janete, o Seu João, o Sr. Fernando, o Sr. Paulo e assim por diante.

Esses papéis e valores simbólicos concedidos a eles é que permitiram verificar as *disposições desiguais de onde as relações de poder estariam manifestas*, como no caso do embate que os camelôs de Três Lagoas/MS possuem com o poder público e os comerciantes locais. Apesar de certas semelhanças entre o caso de Três Lagoas/MS e o caso do Rio de Janeiro/RJ (QUEZADA, 2008) ou de Porto Alegre/RS (MACHADO, 2004), ainda as formas de embates são totalmente diferentes. Se houve confronto físico no caso do Rio de Janeiro/RJ (QUEZADA, 2008), em Três Lagoas/MS, apesar das manifestações de resistências, isso nunca chegou a ocorrer. Se o processo de transferência tem sido realizado de forma muito rígida, por exemplo, em Presidente Prudente/SP (RODRIGUES, 2008), no caso de Três Lagoas/MS ele tem sido conduzido de forma muito menos rígida, dado o fato de que o prazo para a transferência deles para o Mercado Municipal já havia sido dilatado três vezes. E o que subjaz esta discussão? É exatamente as formas de apropriação e dominação que ocorrem [e ocorreram] nesses vários locais, assim como dos papéis exercidos pelos camelôs em cada um desses lugares, que possibilitam maior ou menor contribuição no processo de abastecimento do mercado consumidor e também no desenvolvimento da cidade. Com isso, eu termino esse tópico de discussão sobre os pressupostos teóricos sobre o campo, faltando apenas algumas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as culturas organizacionais territorializadas da atividade de camelô de Três Lagoas/MS não foi nada fácil. Isso porque, para chegar a essa compreensão, eu tive que realizar uma digressão em conceitos teóricos amplos e diversos que me dessem sustentação, antes de desenvolver a pesquisa, para a construção do conceito de culturas organizacionais territorializadas. Além deste longo caminho, que possui limitações evidentes, ainda neste processo todo para atingir o objetivo geral nesta tese, tive que construir alguns objetivos específicos que me dessem suporte para compreender, inicialmente, a atividade de camelô de Três Lagoas/MS, e, posteriormente, que me dessem base para articular os achados em campo com o conceito construído na parte teórica.

Esses objetivos específicos possibilitaram uma amplitude nos elementos que eu necessitava entender enquanto estivesse em campo. Assim, eu havia colocado como objetivos específicos os seguintes: (1) identificar as formas de apropriação e dominação material e cultural do espaço onde essa atividade se constitui; (2) entender as relações de poder estabelecidas entre a atividade de camelô, o poder público e comerciantes, no que tange aos processos legais e ilegais de apropriação desses espaços e realização da atividade; e (3) identificar as relações materiais e culturais desenvolvidas entre os camelôs e os consumidores, como forma entender a sustentação desse tipo de atividade no contexto das cidades.

No caso do primeiro objetivo específico, após sair de campo, foi que eu pude analisar, de forma geral, como ocorriam as formas de apropriação e dominação material e cultural do espaço onde a atividade de camelô se constituía. Primeiro foi a transformação de uma calçada, espaço de trânsito, em área comercial. Essa apropriação e dominação teve seu sustentáculo, porque a atividade de camelô possibilitava, no caso de Três Lagoas/MS, acesso a vários produtos que não eram encontrados no mercado local. Além disso, no entremeio dos processos de apropriação e dominação, ainda no caso do mercado camelô a propriedade se tornou algo evidente, pois os camelôs, após um tempo, passaram a comercializar os espaços públicos apropriados e dominados. Neste contexto, essas constatações possibilitaram as primeiras contribuições para o entendimento das culturas organizacionais territorializadas.

Como no conceito de território o que mais está manifesto são as relações de poder, no segundo objetivo específico a minha intenção foi constatar o funcionamento dessas relações no caso do mercado camelô de Três Lagoas/MS. As relações de poder que se estabeleceram

entre os camelôs, o poder público e os comerciantes, foram totalmente diferentes durante a história deste mercado na cidade. No início, quando os camelôs se apropriaram das calçadas do centro, o grande impulso para que a prefeitura retirasse os camelôs daquele local, foi dado pela Associação Comercial. Nesta época, depois de uma série de negociações, ocorre a transferência dos camelôs para o local onde eles estão situados nos dias atuais.

Nos dias atuais, há outro processo de retirada dos camelôs deste local, pois da mesma forma que no centro, eles ocupam uma calçada, mas o pivô maior deste novo processo não foi a Associação Comercial e sim o Ministério Público. Então, foram essas as relações de poder que eu pude detectar em campo, além das relações de poder e estruturas hierárquicas existente no próprio camelódromo, que causam maneiras peculiares de relacionamentos entre os camelôs e entre camelôs e clientes.

Foi nessa relação entre camelôs e clientes/consumidores que eu procurei detectar, através do terceiro objetivo específico, as relações materiais e culturais e que sustentam essa atividade de comércio no contexto das cidades. Assim, apesar da aparente apatia no processo de venda, ainda as relações pessoais de afeto e amizade eram evidentes entre camelôs e clientes. Havia sempre clientes que frequentavam o mercado camelô para conversas informais, muitos sem adquirirem nenhum tipo de produto.

Além disso, a sustentação desta atividade não estava restrita a esse aspecto, mas a uma variedade de outros como: o horário de funcionamento do camelódromo, a exclusividade em alguns produtos vendidos, as possibilidades de se obter vários produtos [ilegais] através da encomenda, a diversidade de produtos vendidos, os preços e os créditos oferecidos e, também, a garantia e possibilidade de troca. Como num comércio formal, os camelôs impulsionavam a práticas semelhantes, para conquistarem a confiança dos consumidores e clientes. Esses fatores, que eram as bases de sustentação desse mercado, permitiam detectar relações materiais e culturais que estavam além ou aquém da ilegalidade e informalidade existente na atividade de camelô.

Para chegar a essas constatações foi que eu desenvolvi, como método de pesquisa, um estudo etnográfico neste mercado camelô. Não haviam possibilidades de evidenciar essas peculiaridades se eu não tivesse permanecido um longo período em campo, pois são relações micro e que se tornam evidentes somente com uma imersão em campo. Assim, eu permaneci em campo por quase 1 ano. Nesses quase 1 ano eu fui lançando mão dessas ferramentas de pesquisa para aprofundar meus conhecimentos, assim como obter as informações necessárias para que fosse possível eu atingir meus objetivos, principalmente o objetivo geral. Quando eu

estava em campo, passei a verificar aquilo que se repetia o tempo todo, assim como aqueles atributos e fatores que permitiam o diferencial da atividade de camelô de Três Lagoas/MS. Foi aí que eu observei a centralidade deste mercado no contexto da cidade, pois diferente do que muito da literatura evidenciava, no sentido de que esta atividade era desenvolvida por uma casta de desempregados e pobres e que estavam à margem da sociedade, no caso dos camelôs que eu estudei, essa não era a realidade mais gritante.

Foi desta constatação que ficou evidente, para além dos problemas elucidados sobre a atividade de camelô de Três Lagoas, a contribuição deste mercado para o desenvolvimento local, dado o fato de que, com o processo de crescimento industrial efetivado na cidade, os camelôs supriam uma série de produtos que não eram comercializados ou que o comércio local não dispunham ou tinham interesse em atender. No entremeio às culturas organizacionais territorializadas surgiu a contribuição mais evidente das atividades realizadas por esses camelôs no processo de desenvolvimento local da cidade. Como já apresentei, o desenvolvimento local se configura como uma modalidade de desenvolvimento que possui atributos qualitativos e preocupado com os valores, as necessidades, as possibilidades e as limitações existentes em cada região, e que acaba contribuindo para a melhoria nas condições de vida da população local.

Por esse motivo, a diversidade de camelôs também era algo interessante. Digo diversidade de camelôs querendo exprimir que nem todos partilhavam das mesmas ideias sobre o que vender, sobre como vender, sobre o que comprar, sobre que conhecimentos obter, e por aí vai a lista de possíveis diferenças, pois, de uma forma geral, os camelôs acabavam detectando aqueles produtos que não eram facilmente encontrados no mercado local. No entremeio a essa diversidade, foi que eu detectei o camelô cult, o camelô brincalhão, o camelô *expert* em compras e o camelô mais ilegal que os outros. Com essa expressão “mais ilegal que os outros” procuro evidenciar que alguns camelôs, um pequena minoria, se arriscava na venda de produtos que possuíam venda proibida no Brasil. E assim, diante dessas várias manifestações de diversidade, as possibilidades de eu compreender as culturas organizacionais territorializadas tornava-se um empreendimento possível, assim como essa compreensão possibilitava observar – para além dos fatores negativos evidentes – as contribuições para o desenvolvimento local.

Há uma extensão evidente no conceito proposto de culturas organizacionais territorializadas, mas é um conceito capaz de apreender a dinâmica da camelotagem. Por culturas organizacionais territorializadas eu entendo que são redes de significados

compartilhados em espaços específicos, que possibilitam maneiras diversas de apropriação e dominação desses espaços, assim como concebem os atributos materiais e imateriais produzidos e utilizados, de onde os aspectos simbólicos como mitos, ritos, crenças, ideias, leis, regras e normas teriam sua validade, permitindo papéis diferenciados aos sujeitos integrantes que, de forma consciente ou inconsciente, (re)produziriam disposições desiguais capazes de manifestar as relações de poder. Diante deste conceito foi que a apreensão diversificada dos atributos compartilhados por essa modalidade de comércio permitiu detectar também fatores positivos e contribuições para com a comunidade local.

Neste contexto de discussão fica evidente que, apesar das ações de ilegalidade e informalidade existentes na atividade de camelô – que quase nenhuma outra atividade comercial está isenta de, em algum momento, incorrer em ações semelhantes, como mostrou Machado (2004) – ainda as possibilidades de contribuições foram constatadas. Esse fato mostra que, levando em consideração as discussões sobre desenvolvimento local, muitos dos atores “negligenciados” ou mesmo “marginalizados” nas preocupações referentes ao poder público ou mesmo nas discussões do *mainstream* da área de Administração, contribuí em muito, no contexto onde estão inseridos, para um possível desenvolvimento de uma localidade.

Foi a partir do conceito de culturas organizacionais territorializadas que houve a constatação de vários fatores, positivos e negativos, que possibilitam um olhar sobre o desenvolvimento local, assim como a constatação de que, ao observar e dar voz aos sujeitos camelôs, evidenciando seus problemas, suas ambições e as relações desenvolvidas com os outros atores sociais [poder público e comerciantes, por exemplo]. Isso tudo pode impactar, no contexto de Administração, para uma melhor gerenciamento e coordenação nas ações de desenvolvimento, onde atores sociais, em grande parte, marginalizados nas teorias do desenvolvimento econômico, possam ser observados como agentes importantes e que possuem sua parcela de contribuição, como os autores da área de desenvolvimento local procuraram focar nos últimos anos. Além disso, entender a dinâmica e os problemas existentes na atividade de camelô, pode contribuir para uma melhor adequação nas ações públicas destinadas a fortalecer esta categoria de trabalho, que também exerce um papel fundamental na geração de empregos e no estímulo ao empreendedorismo.

Essas constatações só foram possíveis a partir do momento em que, na construção do conceito de culturas organizacionais territorializadas, houve a necessidade de incluir aspectos ligados: a apropriação e dominação dos espaços, as relações de poder existentes e aos

significados e pressupostos simbólicos compartilhados. Somente observando toda essa dinâmica, é que o conceito de culturas organizacionais territorializadas permitiu apreensões específicas sobre a atividade de camelô de Três Lagoas, o que contribui em muito para os estudos organizacionais.

Mesmo assim, as limitações deste trabalho são evidentes. Em termos teóricos, o transitar por diversos autores pertencentes a temáticas de estudos diversos, pode ser considerado um empreendimento perigoso. A intenção que eu tive, diante desta diversidade, foi trabalhar com autores que tinham proximidades com a minha leitura de mundo, assim como proximidades de discussões, de onde as possíveis relações pudessem ser estabelecidas. Apesar disso, não desconsidero haver limitações nesse empreendimento, dado o fato de que alguns estudiosos mais tradicionais podem observar essas construções de forma extremamente desconcertante. O meu intuito – e isso soa como uma justificativa – foi uma aventura científica, de onde possíveis inovações conceituais poderiam ser constituídas.

Além das concepções teóricas, ainda as limitações estão evidentes no desenvolvimento da etnografia. Isso porque uma série de informações eu não tive como discutir durante a escrita etnográfica, por falta nítida de relações com os temas tratados. Eu privilegiei a lógica de relações entre os temas, mais do que a quantidade de informações discutidas e apresentadas. Mesmo assim, alguns questionamentos poderiam ser gerados, na tentativa de elucidar as limitações do estudo, como: realmente, por que motivos os camelôs não queriam deixar o local em que estavam? Essa é uma questão que eu deduzi, sobre aquilo que eu observei em campo, mas não é algo conclusivo. Apesar de eu perguntar e das repostas terem sido dadas no sentido de esquivar a uma resposta efetiva, ainda senti, depois que eu saí de campo, que eu poderia explorar mais isso.

Outra questão seria: qual a estratégia no processo de compra dos camelôs nas cidades visitadas para aquisição das mercadorias? Esse foi algo que eu não fiz, ou seja, de acompanhar os camelôs durante o processo de compra, apesar de eu ter ido visitar os locais de compra. Mesmo assim, eu precisava ter ido e acompanhado eles para compreender mais de perto essa dinâmica das compras. Essa foi outra coisa que, depois que saí de campo, entendi que eu poderia ter feito. Ainda, posso salientar também o caso da entrevista com a diretora do SEBRAE, que eu senti que era uma entrevista importante. Enfim, limitações existem em todos os trabalhos científicos e esta tese não é diferente.

REFERÊNCIAS

- AKTOUF, O. O simbolismo e a cultura de empresa: dos abusos conceituais às lições empíricas. In: CHANLAT, J. F. (Coord). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. V. II. São Paulo: Atlas, 1992.
- ALBAGLI, S. Conhecimento, inclusão social e desenvolvimento local. **Inclusão Social**, Brasília, v.1, n. 2, p. 14-22, abr/set, 2006.
- ALBERTO, C. Camelôs reivindicam leis de concessão de boxes. **Jornal do Povo**, Três Lagoas/MS, 19 mai. 2010.
- ALMEIDA, F. A. **Desenvolvimento local: fundamentos para uma crítica marxista**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, PUC/SP, 2010.
- ALMEIDA, M. G. de. Diáspora: viver entre-territórios. E entre-culturas? In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- ALVESSON, M. **Understanding organizational culture**. Londres: Sage Publications, 2002.
- BAQUERO, M.; CREMONESE, D. **Desenvolvimento regional, democracia local e capital social**. Ijuí/RS: Unijuí, 2008.
- BARBOSA, L. **Cultura e empresa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BARBOSA, L. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- BARBOSA, R. K.; MIOTO, B. O Desenvolvimento Local em Perspectiva: Explorando alguns ângulos do debate. **Anais...** VI Semana de Ensino e Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2007.
- BARTUNEK, J. M.; MOCH, M. K. Multiple constituencies and the quality of working life: intervention at FoodCom. In. FROST, P. J.; MOORE, L. F.; LOUIS, M. R.; LUNDBERG, C. C.; MARTIN, J. **Reframing organizational culture**. Londres: Sage Publications, 1991.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.
- BAUMAN, Z. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. 15ª ed. Trad. Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOISIER, S. **Modernidad y Territorio**. Santiago do Chile: ILPES, 1996.

BOM MEIHY, J. C. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

BORGES, M. C; OLIVEIRA, V. W. (Org). **Cultura, trabalho e memória: Faces da pesquisa em Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2006.

BRASIL. Decreto nº 6.956, de 9 de setembro de 2009. Regulamenta o disposto na Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, que institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 9 de setembro de 2009.

BRASIL. Lei Complementar de no. 123, de 14 de dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 14 de dezembro de 2006.

BRASIL. Lei Complementar de no. 128, de 19 de dezembro 2008. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF, 19 de dezembro de 2008.

CAMPESTRINI, H. **Santanna do Parnaíba de 1700 a 2002**. Campo Grande/MS: Instituto Histórico e Geográfico do Mato Grosso do Sul, 2002.

CARRIERI, A. P.; ALMEIDA, A. L. C.; FONSECA, E. Imagem organizacional: um estudo sobre a PUC Minas. **Administração em Diálogo**, São Paulo, n. 6, 2004.

CARVALHO, G. Camelôs assinam termo e saem da informalidade. **Jornal do Povo**, Três Lagoas/MS, 13 ago. 2009a.

CARVALHO, G. É alta a procura por óculos de grau em camelôs. **Jornal do Povo**, Três Lagoas/MS, 15 abr. 2010a.

CARVALHO, G. Nova lei dos sacoleiros dividi opiniões em Três Lagoas. **Jornal do Povo**, Três Lagoas/MS, 12 set. 2009b.

CARVALHO, G. Obras do novo camelódromo terminam em Maio. **Jornal do Povo**, Três Lagoas/MS, 29 abr. 2010b.

CASTELLS, M. A. A Sociedade em Rede. In: _____. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura** – vol. I. Trad.: Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1973.

CASTELLS, M. A. **Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CAVEDON, N. R. “**Administrador de toga**”: desvendando a cultura organizacional da UFRGS e da UNISINOS. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

CAVEDON, N. R. “Pode chegar, freguês”: a cultura organizacional do mercado público de Porto Alegre. **Organizações & Sociedade (O&S)**. Salvador, v. 11, n. 29, jan/abr, 2004.

CAVEDON, N. R. **Antropologia para administradores**. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

CERTEAU, M. D. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. 14 ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008.

CHANLAT, J. F. **Gestão empresarial: uma perspectiva antropológica**. São Paulo: Cengage, 2010.

CHANLAT, J. F. Por uma antropologia da condição humana nas organizações. In: CHANLAT, J. F. (Coord). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. V. I. São Paulo: Atlas, 1992.

COELHO, F. D. Ambiência produtiva e construção social no território: o programa de desenvolvimento local no município de Piraí. **Anais...IX Congreso Internacional del Clad sobre reforma del Estado y de la Administracion Pública**. Madrid, Espanha, 2004.

CORREA, V. B. **Fronteira oeste**. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 1999.

CZARNIAWSKA-JOERGES, B. Culture is the medium of life. In. FROST, P. J.; MOORE, L. F.; LOUIS, M. R.; LUNDBERG, C. C.; MARTIN, J. **Reframing organizational culture**. Londres: Sage Publications, 1991.

DENILSON, P.; CARVALHO, G. Camelôs decidem aceitar regras impostas pelo MPE e prefeitura. **Jornal do Povo**, Três Lagoas/MS, 12 ago. 2010.

ELIADE, M. **História das crenças e das idéias religiosas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

- FICHER, T. A gestão do desenvolvimento local: agenda em aberto e proposta de qualificação. **Anais...VII Congreso Internacional del Clad sobre reforma del Estado y de la Administracion Pública**. Lisboa, Portugal, 2002b.
- FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão : introdução a uma agenda. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, 2002a.
- FONTANA, A.; FREY, J. H. The interview: from structured questions to negotiated text. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (editors). **The Handbook of qualitative research**. 2nd ed. Thousand Oaks-California: Sage Publications, 2000.
- FROEHLICH, J. M. O “local” na atribuição de sentido ao desenvolvimento. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba/PR, n.44, v.96, p. 210-223, 1999.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GAGLIARDI, P. Explorando o lado estético da vida organizacional. In. CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções**. São Paulo: Atlas, 2001.
- GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan 1989.
- GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- GENZUK, M. **A Synthesis of Ethnographic Research**. Los Angeles: University of Southern California, 1993.
- GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- GOOGLE. **Google mapas**. Disponível em: < <http://maps.google.com.br/>>. Acessado em: 17 de dezembro de 2010.
- GOULART, S. Uma abordagem ao desenvolvimento local inspirada em Celso Furtado e Milton Santos. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2006.
- GOULARTE, C. C. **Cotidiano, identidade e memória: narrativas de camelôs em Pelotas-RS**. Dissertação de mestrado (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Pelotas. Pelotas: UFPe, 2008.

- HAESBAERT, R. Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAMMERSLEY, M. **Reading Ethnographic Research: A Critical Guide**. London: Longman, 1990.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HASSARD, J. Imagens do tempo no trabalho e na organização. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de Estudos Organizacionais: reflexões e novas direções**. São Paulo: Atlas, 2001.
- HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- HODDER, I. The interpretation of documents and material culture. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (editors). **The handbook of qualitative research**. 2nd ed. Thousand Oaks-California: Sage Publications, 2000.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades@**. Acesso em 20 de janeiro de 2011. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=500830#>>.
- ICÓ, I. **Desenvolvimento local: adaptação ou constestação? As realidades de Guarapuá e Barra dos Carvalhos/BA**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia. Salvador/BA: UFBA, 2007.
- KANT, I. **Crítica da razão pura**. 5a ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.
- LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LEFEBVRE, H. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

- LIMA, V. R. **Desenvolvimento local em Camapuã**: monções, território, história e identidade. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande: UCDB, 2006.
- LOPES, V. L. S. **Meio de vida**: as experiências de sobrevivência e luta dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza entre o final da década de 1960 e início de 1970. Dissertação de mestrado (Mestrado em História Social). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza-CE: UFCE, 2004.
- LUCAS, L. P. V. **QualiCidades**: poder local e qualidade na Administração Pública. Rio de Janeiro: Qualimark, 2006.
- MAC-ALLISTER, M. A cidade no campo dos estudos organizacionais. **Organizações & Sociedade**, Salvador, 11(Edição especial), p.171-181, 2004.
- MACHADO, R. P. **“A garantia soy yo”**: etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). Dissertação de mestrado (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- MACHADO, R. P. **“Made in China”**: produção e circulação de mercadorias no eixo China-Paraguai-Brasil. Tese de doutorado (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 17, n. 49, junho, 2002.
- MARQUES, J. R.; CAVEDON, N. R.; SOILO, A. N. Comércio popular e representações sociais: o caso do Shopping do Porto em Porto Alegre. **Anais...** Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração – EnANPAD, Rio de Janeiro, ANPAD, 2010.
- MARTIN, J; FROST, P. Jogos de guerra da cultura organizacional: a luta pela domínio intelectual. In. CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- MARTIN, J. **Cultures in organizations**: Three perspectives. New York: Oxford University Press, 1992.
- MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas**. Barueri/SP: Manole, 2004.

- MARTINS, S. R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológica. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.3, n.5, p. 49-59, 2002.
- McDONALD, P. The Los Angeles Olympic Organizing Committee: Developing organizational culture in the short run. In. FROST, P. J.; MOORE, L. F.; LOUIS, M. R.; LUNDBERG, C. C.; MARTIN, J. **Reframing organizational culture**. Londres: Sage Publications, 1991.
- MENEZES, M. Do espaço ao lugar. Do lugar às remodelações sócio-ambientais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano. 6, n. 13, p. 155-175, 2000.
- MERRIAM, S. B. **Qualitative research and case study applications in education**. Rev. and expanded. 1st ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1988.
- MILLER, D. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, Por Alegre, ano 13, n.28, p. 33-63, jul/dez, 2007.
- MITCHELL, W. J. **e-topía**. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.
- MOREIRA, E. Mudança do camelódromo adiada para o final do ano. **Jornal do Povo**, Três Lagoas/MS, 07 out. 2010.
- MOREIRA, M., CORERA, P. **Abertura Comercial e Indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo**. Rio de Janeiro: BNDES, 1997.
- MULS, L. M. Desenvolvimento local, espaço e território: o conceito de capital social e a importância da formação de redes entre organizações e instituições locais. **Revista Economia**, v. 9, n. 1, p. 1-21, jan/abr, 2008.
- OLIVEIRA, F. **Aproximações do enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Pólis, 2001.
- OLIVEIRA, L. Camelôs e prefeitura de Três Lagoas chegam a um novo acordo. **Jornal do Povo**, Três Lagoas/MS, 28 mai. 2010a.
- OLIVEIRA, L. PM apreende medicamentos sem procedência no camelódromo. **Jornal do Povo**, Três Lagoas/MS, 17 out. 2010b.
- OLIVEIRA, S. O. Desenvolvimento local e organização sócio-espacial. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, v.4, n.6, p. 45-53, 2003.
- PEREIRA, D. C.; CARRIERI, A. C. Movimentos de desterritorialização e reterritorialização na transformação das organizações. **RAE- eletrônica**, v. 4, n. 1, Art. 13, jan./jun. 2005.

PIMENTEL, T. D.; CARRIERI, A. P.; LEITE-DA-SILVA, A. R.; JUNIOR, C. B. A. De “Woodstock mineira” a “camelódromo”: percurso semântico da transformação da identidade em uma feira. In: **Anais...** Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Administração – EnANPAD, Rio de Janeiro, ANPAD, 2005.

PIRES, E. L. S.; MÜLLER, G.; VERDI, A. R. Instituições, território e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro/SP, v. 31, n.3, p. 437-456, set/dez, 2006.

PRANDINI, R. Camelôs estão a um passo da legalidade. **Jornal do Povo**, Três Lagoas/MS, 12 ago. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS/MS. **Livro de fotos histórica da cidade. Três Lagoas/MS**: CEDOC, 2009.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

QUEIROZ, F. **Registro do doutor Wladislau Garcia Gomes**: pequena história de Santanna do Parnahyba. Campo Grande/MS: Matriz, 1969.

QUEIROZ, P. R. C. **Divisionismo e identidade Mato-grossense e Sul Mato-grossense**: um breve ensaio . Dourados/MS: Editora UFMS, 2005.

QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos**: a E. F. Noroeste Paulista na primeira metade do século XX. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2004.

QUEZADA, D. I. C. **Ser ou Estar? Eis o dilema**: o cotidiano de ambigüidades dos camelôs de Copacabana. Dissertação de mestrado (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

REIS, J. Território e sistemas produtivos locais: uma reflexão sobre as economias locais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 12, v. 26, p. 1-15, 1988.

- RODRIGUES, I. D. **A dinâmica geográfica da camelotagem**: a territorialidade do trabalho precarizado. Dissertação de mestrado (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: UNESP, 2008.
- SACHS, I. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Gramond, 2004.
- SANT'ANNA, M. J. G. A concepção de cidade em diferentes matrizes teóricas das ciências sociais. **Revista Rio de Janeiro**, n. 9, p. 91-99, jan./abr. 2003.
- SANTOS JUNIOR, O. A. **Democracia e governo local**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1982.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SASSEN, S. **As cidades na economia mundial**. Trad.: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SAUSSURE, F. **Curso de Lingüística geral**. São Paulo: Cultrix, 1969.
- SCHEIN, E. H. What is culture. In. FROST, P. J.; MOORE, L. F.; LOUIS, M. R.; LUNDBERG, C. C.; MARTIN, J. **Reframing organizational culture**. Londres: Sage Publications, 1991.
- SENHORA, E. M.; TAKEUCHI, K. P. A gestão pública entre a competição e a solidariedade: desvendando as estratégias do desenvolvimento local. **Anais...II Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2005.
- SENRA, K. V. **Política e instituições para o desenvolvimento econômico territorial**: o caso do Brasil. Santiago/Chile: CEPAL, 2010.
- SOLÀ-MORALES, I. **Diferencias**. Topografía de la arquitectura contemporánea. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

SOLÀ-MORALES, I. **Territórios**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**. Reflexões sobre o democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, M. L. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R. **Introduction to qualitative research methods: A guidebook and resource**. 3rd ed. Canada: John Wiley & Sons Inc., 1998.

TERRES, M. S; CAVEDON, N. R.; SANTOS, C. P. “O que reluz, definitivamente, não é ouro”. Estudo sobre o consumo de réplicas de marcas de luxo. **Ciências Sociais em Perspectiva**, Cascavel, v. 9, n. 16, p. 91-113, 2010.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. v. 2. Brasília: Unb, 1999.

WEBER, M. **O Fenômeno Urbano**. Conceito e categorias de cidade. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

WHITE, L. A.; DILLIGHAN, B. **O conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ANEXOS

**ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(CAMELÔS)**

Você está sendo convidado a participar em uma pesquisa intitulada “Culturas organizacionais territorializadas na atividade de camelô de Três Lagoas/MS”. Você precisa decidir se quer participar ou não. Este estudo está sendo conduzido por Luciano Mendes, professor e pesquisador vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

A finalidade deste estudo é compreender aspectos vinculados a cultura do mercado camelô de Três Lagoas/MS, assim como contribuir para um estudo aprofundado sobre essa temática de comércio. Os resultados dessa entrevistas serão utilizados como dados a serem analisados em uma tese de doutoramento (pesquisa para a Universidade).

Você será questionado sobre a sua história de vida, as relações comerciais que você estabelece, a profissão de camelô, as formas de aquisição dos produtos, as dificuldades na profissão, a legalidade ou ilegalidade da profissão e das mercadorias, a mudança para o novo local, a história da profissão de camelô, os rendimentos ou lucros obtidos na profissão e as perspectivas para o futuro.

A entrevista será gravada e o que você disser será registrado para posterior estudo e utilização na tese. Se você concordar em participar desta entrevista, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. A entrevista que você der será voluntária. Você pode escolher não concedê-la, assim como desistir a qualquer momento. Você receberá uma via assinada deste termo de consentimento.

Mesmo após o consentimento e a anuência de sua participação na pesquisa, você possui a liberdade de não responder algum quesito ou não deixar que alguma informação seja veiculada na minha tese.

Declaro que li e entendi este formulário de consentimento e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas e que sou voluntário a tomar parte nesta entrevista.

Nome (somente primeiro nome): _____ e Telefone: (____) _____

Assinatura do Voluntário: _____ Data: ____/____/____

Assinatura do pesquisador: _____ Data: ____/____/____

**ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(OUTROS)**

Você está sendo convidado a participar em uma pesquisa intitulada “Culturas organizacionais territorializadas na atividade de camelô de Três Lagoas/MS”. Você precisa decidir se quer participar ou não. Este estudo está sendo conduzido por Luciano Mendes, professor e pesquisador vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

O foco do estudo é o mercado camelô de Três Lagoas/MS, mas você está sendo convidado a participar pelo vínculo que você tem hoje, ou já teve no passado, com alguma instituição que possui envolvimento direto com a história ou com a situação atual do camelódromo. Todas as questões que forem feitas serão focadas, direta ou indiretamente, na atividade de camelô. Os resultados dessa entrevistas serão utilizados como dados a serem analisados em uma tese de doutoramento (pesquisa para a Universidade).

A entrevista será gravada e o que você disser será registrado para posterior estudo e utilização na tese. Se você concordar em participar desta entrevista, solicito a autorização de identificar apenas a instituição ou cargo que você ocupa, pois será de fundamental importância para os resultados da minha tese.

A pesquisa que eu desenvolvo está focada nas relações estabelecidas entre os camelôs, o poder público (Prefeitura), o Ministério Público, a Associação Comercial, lojistas e consumidores. Por esse motivo, peço a permissão de divulgar em minha tese de doutoramento a instituição ou cargo que você ocupou ou ocupa atualmente. Você pode escolher não concedê-la, assim como desistir a qualquer momento. Você receberá uma via assinada deste termo de consentimento.

Mesmo após o consentimento e a anuência de sua participação na pesquisa, você possui a liberdade de não responder algum quesito ou não deixar que alguma informação seja veiculada na minha tese.

Declaro que li e entendi este formulário de consentimento e todas as minhas dúvidas foram esclarecidas e que sou voluntário a tomar parte nesta pesquisa.

Nome (somente primeiro nome): _____ e Telefone: (____) _____

Assinatura do Voluntário: _____ Data: ____/____/____

Assinatura do pesquisador: _____ Data: ____/____/____

ANEXO C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS CAMELÔS

- 1) Como você entrou na atividade de camelô?
- 2) Você tem ajuda de alguém (família ou não) aqui no boxe?
- 3) Existe outra fonte de sobrevivência?
- 4) Você adquiri suas mercadorias onde?
- 6) As vendas são boas? Há muitos clientes?
- 7) Existe algum tipo de regulamentação para a prática da atividade? E para os produtos?
- 8) Por que estão exigindo a mudança de vocês do lugar que estão?
- 9) Você vivenciou a mudança para este local? Como foi o processo?
- 10) O lugar para onde vocês vão ser transferidos é melhor do que o atual?
- 11) Você acha que a mudança vai ser benéfica ou maléfica para vocês?
- 12) O que é ser camelô?
- 13) Como você vê a categoria “camelô” nos dias atuais?
- 14) Quais os problemas que existem aqui no camelódromo?

ANEXO D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA

- 1) Por que houve a necessidade de retirar os camelôs do local onde eles estão?
- 2) Essa é a segunda vez que vai ocorrer a mudança. Por que houve a primeira mudança?
- 3) Como foi o processo para a primeira mudança?
- 4) Como está sendo o processo de mudança agora?
- 5) Existiu ou existe nos dias atuais focos de conflito entre os camelôs e a prefeitura?
- 6) Qual está sendo o papel da prefeitura na situação dos camelôs atualmente?
- 7) Esse processo de mudança foi estimulado pelo Ministério Público ou a prefeitura já tinha a intenção de colocá-los em outro lugar?
- 8) Existe alguma regulamentação para a atividade e para os produtos vendidos?
- 9) O que é esse TAC?
- 10) O que vocês têm feito para com a atividade de camelô do município?
- 11) Existe alguma exigência da atividade comercial para a eliminação ou retirada da atividade de camelô? Se sim, quais são as justificativas?

**ANEXO E - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM O REPRESENTANTE DO
MINISTÉRIO PÚBLICO**

- 1) Qual o papel do Ministério Público numa cidade?
- 2) Porque mover uma ação contra os camelôs?
- 3) Existe uma base legal que sustente a ação de retirada dos camelôs?
- 4) O que é um TAC?
- 5) Como ocorreu o processo todo para a retirada dos camelôs do local que eles ocupam hoje?
Como esse processo é feito pelo Ministério Público? Quais são os passos?
- 6) Não existia Ministério Público antes da primeira mudança dos camelôs?
- 7) Qual as sanções previstas em lei?

ANEXO F - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS CONSUMIDORES

- 1) O que faz você comprar os produtos vendidos no camelô?
- 2) Por que o mercado camelô para realizar suas compras?
- 3) Como é o atendimento do camelô?
- 4) Qual a diferença, em termos de produtos, dos camelôs para os comerciantes da cidade?
- 5) O que você acha do horário de funcionamento?
- 6) Como você vê o funcionamento desta atividade na cidade?
- 7) É uma atividade importante para a população?
- 8) O que você acha do local de venda dos produtos?
- 9) Se houvesse mudança no local, você continuaria consumindo?
- 10) O que você acha da estrutura dos boxes dos camelôs?

**ANEXO G - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS LOJISTAS E
REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL**

- 1) Qual a sua visão sobre o mercado camelô?
- 2) Há alguma relação de conflito?
- 3) Já houve algum tipo de conflito durante todo esse tempo de existência do mercado camelô na cidade?
- 4) Qual o papel dos lojistas ou da Associação neste processo atual de mudança dos camelôs?
- 5) Em que essa nova mudança vai contribuir para os lojistas?
- 6) Qual a importância do mercado camelô para a cidade de Três Lagoas/MS?

ANEXO H – PRODUTOS PERMITIDOS NA IMPORTAÇÃO DO PARAGUAI

NCM	DESCRIÇÃO
8470	Máquinas de calcular e máquinas de bolso que permitam gravar, reproduzir e visualizar informações, com função de cálculo incorporada; máquinas de contabilidade, máquinas de franquear, de emitir bilhetes e máquinas semelhantes, com dispositivo de cálculo incorporado; caixas registradoras.
8470.10.00	-Calculadoras eletrônicas capazes de funcionar sem fonte externa de energia elétrica e máquinas de bolso com função de cálculo incorporada que permitam gravar, reproduzir e visualizar informações
8470.2	-Outras máquinas de calcular, eletrônicas:
8470.21.00	--Com dispositivo impressor incorporado
8470.29.00	--Outras
8470.30.00	-Outras máquinas de calcular
8471	Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para registrar dados em suporte sob forma codificada, e máquinas para processamento desses dados, não especificadas nem compreendidas em outras posições.
8471.30	-Máquinas automáticas para processamento de dados, portáteis, de peso não superior a 10kg, contendo pelo menos uma unidade central de processamento, um teclado e uma tela
8471.30.1	Capazes de funcionar sem fonte externa de energia
8471.30.11	De peso inferior a 350g, com teclado alfanumérico de no mínimo 70 teclas e com uma tela de área não superior a 140cm ²
8471.30.90	Outras
8471.4	-Outras máquinas automáticas para processamento de dados:
8471.41	--Contendo, no mesmo corpo, pelo menos uma unidade central de processamento e, mesmo combinadas, uma unidade de entrada e uma unidade de saída
8471.41.10	De peso inferior a 750g, sem teclado, com reconhecimento de escrita, entrada de dados e de comandos por meio de uma tela de área inferior a 280cm ²
8471.41.90	Outras
8471.49.00	--Outras, apresentadas sob a forma de sistemas
8471.60	-Unidades de entrada ou de saída, podendo conter, no mesmo corpo, unidades de memória
8471.60.5	Unidades de entrada
8471.60.52	Teclados
8471.60.53	Indicadores ou apontadores ("mouse" e "track-ball", por exemplo)
8471.60.54	Mesas digitalizadoras
8471.60.59	Outras
8472	OUTRAS MÁQUINAS E APARELHOS DE ESCRITÓRIO (POR EXEMPLO, DUPLICADORES HECTOGRÁFICOS OU A ESTÊNCIL, MÁQUINAS PARA IMPRIMIR ENDEREÇOS, DISTRIBUIDORES AUTOMÁTICOS DE PAPEL-MOEDA, MÁQUINAS PARA SELECIONAR, CONTAR OU EMPACOTAR MOEDAS, MÁQUINAS PARA APONTAR LÁPIS, PERFURADORES OU GRAMPEADORES).
8472.90.40	Máquinas para apontar lápis, perfuradores, grampeadores e desgrampeadores
8506	Pilhas e baterias de pilhas, elétricas.
8506.40	-De óxido de prata
8506.40.10	Com volume exterior não superior a 300cm ³
8506.40.90	Outras

NCM	DESCRIÇÃO
8506.50	-De lítio
8506.50.10	Com volume exterior não superior a 300cm ³
8506.50.90	Outras
8506.60	-De ar-zinco
8506.60.10	Com volume exterior não superior a 300cm ³
8506.60.90	Outras
8508	Aspiradores.
8508.1	-Com motor elétrico incorporado:
8508.11.00	--De potência não superior a 1.500W e cujo volume do reservatório não exceda 20 litros
8508.19.00	--Outros
8508.60.00	-Outros aspiradores
8509	Aparelhos eletromecânicos de motor elétrico incorporado, de uso doméstico, exceto os aspiradores da posição 85.08.
8509.40	-Trituradores e misturadores de alimentos; espremedores de frutas ou de produtos hortícolas
8509.40.10	Liquidificadores
8509.40.20	Batedeiras
8509.40.30	Moedores de carne
8509.40.40	Extratores centrífugos de sucos
8509.40.50	Aparelhos de funções múltiplas, providos de acessórios intercambiáveis, para processar alimentos
8509.40.90	Outros
8509.80	-Outros aparelhos
8509.80.90	Outros
8510	Aparelhos ou máquinas de barbear, máquinas de cortar o cabelo ou de tosquiar e aparelhos de depilar, de motor elétrico incorporado.
8510.10.00	-Aparelhos ou máquinas de barbear
8510.20.00	-Máquinas de cortar o cabelo ou de tosquiar
8510.30.00	-Aparelhos de depilar
8512	Aparelhos elétricos de iluminação ou de sinalização (exceto os da posição 85.39), limpadores de pára-brisas, degeladores e desembaçadores (desembaciadores) elétricos, dos tipos utilizados em ciclos e automóveis.
8512.10.00	-Aparelhos de iluminação ou de sinalização visual dos tipos utilizados em bicicletas
8512.20	-Outros aparelhos de iluminação ou de sinalização visual
8512.20.1	Aparelhos de iluminação
8512.20.11	Faróis
8512.20.19	Outros
8512.20.2	Aparelhos de sinalização visual
8512.20.21	Luzes fixas
8512.20.22	Luzes indicadoras de manobras
8512.20.23	Caixas de luzes combinadas
8512.20.29	Outros
8513	Lanternas elétricas portáteis destinadas a funcionar por meio de sua própria fonte de energia (por exemplo, de pilhas, de acumuladores, de magnetos), excluídos os aparelhos de iluminação da posição 85.12.
8513.10	-Lanternas
8513.10.10	Manuais
8513.10.90	Outras

NCM	DESCRIÇÃO
8516	Aquecedores elétricos de água, incluídos os de imersão; aparelhos elétricos para aquecimento de ambientes, do solo ou para usos semelhantes; aparelhos eletrotérmicos para arranjos do cabelo (por exemplo, secadores de cabelo, frisadores, aquecedores de ferros de frisar) ou para secar as mãos; ferros elétricos de passar; outros aparelhos eletrotérmicos para uso doméstico; resistências de aquecimento, exceto as da posição 85.45.
8516.10.00	-Aquecedores elétricos de água, incluídos os de imersão
8516.2	-Aparelhos elétricos para aquecimento de ambientes, do solo ou para usos semelhantes:
8516.21.00	--Radiadores de acumulação
8516.29.00	--Outros
8516.3	-Aparelhos eletrotérmicos para arranjos do cabelo ou para secar as mãos:
8516.31.00	--Secadores de cabelo
8516.32.00	--Outros aparelhos para arranjos do cabelo
8516.33.00	--Aparelhos para secar as mãos
8516.60.00	-Outros fornos; fogões de cozinha, fogareiros (incluídas as chapas de cocção), grelhas e assadeiras
8516.7	-Outros aparelhos eletrotérmicos:
8516.71.00	--Aparelhos para preparação de café ou de chá
8516.72.00	--Torradeiras de pão
8516.79	--Outros
8516.79.10	Panelas
8516.79.20	Fritadoras
8516.79.90	Outros
8516.80	-Resistências de aquecimento
8516.80.10	Para aparelhos da presente posição
8516.80.90	Outras
8517	Aparelhos telefônicos, incluídos os telefones para redes celulares e para outras redes sem fio; outros aparelhos para transmissão ou recepção de voz, imagens ou outros dados, incluídos os aparelhos para comunicação em redes por fio ou redes sem fio (tal como um rede local (LAN) ou uma rede de área estendida (WAN)), exceto os aparelhos das posições 84.43, 85.25, 85.27 ou 85.28.
8517.1	-Aparelhos telefônicos, incluídos os telefones para redes celulares e para outras redes sem fio:
8517.11.00	--Aparelhos telefônicos por fio com unidade auscultador-microfone sem fio
8517.12	--Telefones para redes celulares e para outras redes sem fio:
8517.12.1	De radiotelefonia, analógicos
8517.12.12	Fixos, sem fonte própria de energia, monocanais
8517.12.13	Móveis, do tipo dos utilizados em veículos automóveis
8517.12.19	Outros
8517.12.2	De sistema troncalizado ("trunking")
8517.12.21	Portáteis
8517.12.22	Fixos, sem fonte própria de energia
8517.12.23	Do tipo dos utilizados em veículos automóveis
8517.12.29	Outros
8517.12.3	De redes celulares, exceto por satélite
8517.12.31	Portáteis
8517.12.32	Fixos, sem fonte própria de energia
8517.12.33	Do tipo dos utilizados em veículos automóveis
8517.12.39	Outros
8517.12.4	De telecomunicações por satélite
8517.12.41	Digitais, operando em banda C, Ku, L ou S
8517.12.49	Outros

NCM	DESCRIÇÃO
8517.12.90	Outros
8517.18	--Outros
8517.18.10	Interfones
8517.18.20	Telefones públicos
8517.18.9	Outros
8517.18.91	Não combinados com outros aparelhos
8517.18.99	Outros
8517.6	-Outros aparelhos para transmissão ou recepção de voz, imagem ou outros dados, incluídos os aparelhos de comunicação em rede com ou sem fio (tais como uma rede local (LAN) ou uma rede de área estendida (WAN)):
8517.62.92	Receptores pessoais de radiomensagens com apresentação alfanumérica da mensagem em visor ("display")
8517.62.93	Outros receptores pessoais de radiomensagens
8518	Microfones e seus suportes; alto-falantes, mesmo montados nos seus receptáculos; fones de ouvido, mesmo combinados com um microfone, e conjuntos ou sortidos constituídos por um microfone e um ou mais alto-falantes; amplificadores elétricos de áudiofreqüência; aparelhos elétricos de amplificação de som.
8518.30.00	-Fones de ouvido, mesmo combinados com microfone, e conjuntos ou sortidos constituídos por um microfone e um ou mais alto-falantes
8518.40.00	-Amplificadores elétricos de áudiofreqüência
8518.50.00	-Aparelhos elétricos de amplificação de som
8519	Aparelhos de gravação de som; aparelhos de reprodução de som; aparelhos de gravação e de reprodução de som.
8519.20.00	Aparelhos de som que funcionem por introdução de moedas, papel-moeda, cartões de banco, fichas ou por outros meios de pagamento.
8519.30.00	-Toca-discos, sem dispositivos de amplificação de som
8519.50.00	-Secretária eletrônicas
8519.8	-Outros aparelhos:
8519.89.00	--Outros
8521	Aparelhos videofônicos de gravação ou de reprodução, mesmo incorporando um receptor de sinais videofônicos.
8521.10	-De fita magnética
8521.10.10	Gravador-reprodutor, sem sintonizador
8521.10.8	Outros, para fitas de largura inferior a 19,05mm (¾")
8521.10.81	Em cassete, de largura de fita igual a 12,65mm (½")
8521.10.89	Outros
8521.10.90	Outros, para fitas de largura superior ou igual a 19,05mm (¾")
8521.90	-Outros
8521.90.10	Gravador-reprodutor e editor de imagem e som, em discos, por meio magnético, óptico ou optomagnético
8523	Discos, fitas, dispositivos de armazenamento não-volátil de dados à base de semicondutores, "cartões inteligentes" ("smart cards") e outros suportes para gravação de som ou para gravações semelhantes, mesmo gravados, incluídos as matrizes e moldes galvânicos para fabricação de discos, exceto os produtos do Capítulo 37.
8523.2	-Suportes magnéticos:
8523.21	--Cartões com tarja magnética
8523.21.10	Não gravados
8523.21.20	Gravados
8523.29	--Outros

NCM	DESCRIÇÃO
8523.29.1	Discos magnéticos
8523.29.11	Dos tipos utilizados em unidades de discos rígidos
8523.29.19	Outros
8523.29.2	Fitas magnéticas, não gravadas
8523.29.21	De largura não superior a 4mm, em cassetes
8523.29.22	De largura superior a 4mm mas inferior ou igual a 6,5mm
8523.29.23	De largura superior a 6,5mm mas inferior ou igual a 50,8mm (2"), em rolos ou carretéis
8523.29.24	De largura superior a 6,5mm, em cassetes para gravação de vídeo
8523.29.29	Outras
8523.29.3	Fitas magnéticas, gravadas
8523.29.31	Para reprodução de fenômenos diferentes do som ou da imagem
8523.29.32	De largura não superior a 4mm, em cartuchos ou cassetes, exceto as do subitem 8523.29.31
8523.29.33	De largura superior a 6,5mm, exceto as do subitem 8523.29.31
8523.29.39	Outras
8523.29.90	Outros
8523.40	-Suportes ópticos
8523.40.2	Gravados
8523.40.21	Para reprodução apenas do som
8523.40.22	Para reprodução de fenômenos diferentes do som ou da imagem
8523.40.29	Outros
8523.5	-Suportes semicondutores:
8523.51	--Dispositivos de armazenamento não-volátil de dados à base de semicondutores
8523.51.10	Cartões de memória ("memory cards")
8523.51.90	Outros
8523.52.00	--Cartões inteligentes ("smart cards")
8523.59	--Outros
8523.59.10	Cartões e etiquetas de acionamento por aproximação
8523.59.90	Outros
8523.80.00	-Outros
8525	Aparelhos transmissores (emissores) para radiodifusão ou televisão, mesmo incorporando um aparelho receptor ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som; câmeras de televisão, câmeras fotográficas digitais e câmeras de vídeo.
8525.80	-Câmeras de televisão, câmeras fotográficas digitais e câmeras de vídeo
8525.80.1	Câmeras de televisão
8525.80.11	Com três ou mais captadores de imagem
8525.80.12	Com sensor de imagem a semicondutor tipo CCD, de mais de 490 x 580 elementos de imagem ("pixels") ativos, sensíveis a intensidades de iluminação inferiores a 0,20lux
8525.80.19	Outras
8525.80.2	Câmeras fotográficas digitais e câmeras de vídeo
8525.80.21	Com três ou mais captadores de imagem
8527	Aparelhos receptores para radiodifusão, mesmo combinados num mesmo invólucro, com um aparelho de gravação ou de reprodução de som, ou com um relógio.
8527.2	-Aparelhos receptores de radiodifusão que só funcionam com fonte externa de energia, dos tipos utilizados em veículos automóveis:
8527.21	--Combinados com um aparelho de gravação ou de reprodução de som
8527.21.10	Com toca-fitas
8527.21.90	Outros
8527.29.00	--Outros

NCM	DESCRIÇÃO
8527.9	-Outros:
8527.91	--Combinados com um aparelho de gravação ou de reprodução de som
8527.91.10	Com toca-fitas e gravador
8527.91.20	Com toca-fitas, gravador e toca-discos
8527.92.00	--Não combinados com um aparelho de gravação ou de reprodução de som, mas combinados com um relógio
8527.99	--Outros
8527.99.10	Amplificador com sintonizador ("receiver")
8527.99.90	Outros
8528	Monitores e projetores, que não incorporem aparelho receptor de televisão; aparelhos receptores de televisão, mesmo que incorporem um aparelho receptor de radiodifusão ou um aparelho de gravação ou de reprodução de som ou de imagens.
8528.4	-Monitores com tubo de raios catódicos:
8528.41	--Dos tipos utilizados exclusiva ou principalmente com uma máquina automática para processamento de dados da posição 84.71
8528.41.10	Monocromáticos
8528.41.20	Policromáticos
8528.49	--Outros
8528.49.10	Monocromáticos
8528.49.2	Policromáticos
8528.49.21	Com dispositivos de seleção de varredura ("under-scanning") e de retardo de sincronismo horizontal ou vertical ("H/V delay" ou "pulse cross")
8528.49.29	Outros
8528.5	-Outros monitores:
8528.51	--Dos tipos utilizados exclusiva ou principalmente com uma máquina automática para processamento de dados da posição 84.71
8528.51.10	Monocromáticos
8528.59	--Outros
8528.59.10	Monocromáticos
8528.6	-Projetores:
8528.61.00	--Dos tipos exclusiva ou principalmente utilizados num sistema automático para processamento de dados da posição 84.71
8528.69.00	--Outros
8528.7	-Aparelhos receptores de televisão, mesmo que incorporem um aparelho receptor de radiodifusão ou um aparelho de gravação ou reprodução de som ou de imagens:
8528.71	--Não concebidos para incorporar um dispositivo de visualização ("visual display") ou uma tela de vídeo
8528.71.1	Receptor-decodificador integrado (IRD) de sinais digitalizados de vídeo codificados
8528.71.11	Sem saída de radiofrequência (RF) modulada nos canais 3 ou 4, com saídas de áudio balanceadas com impedância de 600 Ohms, próprio para montagem em "racks" e com saída de vídeo com conector BNC
8528.73.00	--Outros, em preto e branco ou em outros monocromos
9006	Câmeras fotográficas; aparelhos e dispositivos, incluídos as lâmpadas e tubos, de luz-relâmpago ("flash"), para fotografia, exceto as lâmpadas e tubos de descarga da posição 85.39.
9006.10.00	-Câmeras fotográficas dos tipos utilizados para preparação de clichês ou cilindros de impressão
9006.30.00	-Câmeras fotográficas especialmente concebidas para fotografia submarina ou aérea, para exame médico de órgãos internos, para laboratórios de medicina legal ou para investigação judicial
9006.40.00	-Câmeras fotográficas para filmes de revelação e copiagem instantâneas

NCM	DESCRIÇÃO
9006.5	-Outras câmeras fotográficas:
9006.51.00	--Com visor de reflexão através da objetiva ("reflex"), para filmes, em rolos, de largura não superior a 35mm
9006.52.00	--Outras, para filmes, em rolos, de largura inferior a 35mm
9006.53	--Outras, para filmes, em rolos, de 35mm de largura
9006.53.10	De foco fixo
9006.53.20	De foco ajustável
9006.59	--Outras
9006.59.10	De foco fixo
9006.59.2	De foco ajustável
9006.59.21	Para obtenção de negativos de 45mm x 60mm ou de dimensões superiores
9006.59.29	Outras
9006.6	-Aparelhos e dispositivos, incluídos as lâmpadas e tubos, de luz-relâmpago ("flash") para fotografia:
9006.61.00	--Aparelhos de tubo de descarga para produção de luz-relâmpago ("flashes" eletrônicos)
9006.69.00	--Outros
90.07	Câmeras e projetores, cinematográficos, mesmo com aparelhos de gravação ou de reprodução de som incorporados.
9007.1	-Câmeras:
9007.11.00	--Para filmes de largura inferior a 16mm ou para filmes "duplo-8mm"
9007.19.00	--Outras
9007.20	-Projetores
9007.20.10	Para filmes de largura inferior a 16mm
9007.20.9	Outros
9007.20.91	Para filmes de largura superior ou igual a 35mm mas inferior ou igual a 70mm
9007.20.99	Outros
9008	Aparelhos de projeção fixa; câmeras fotográficas, de ampliação ou de redução.
9008.10.00	-Projetores de diapositivos
9008.20	-Leitores de microfilmes, microfichas e de outros microformatos, mesmo permitindo a obtenção de cópias
9008.20.10	Leitores de microfilmes
9008.20.90	Outros
9008.30.00	-Outros projetores de imagens fixas
9008.40.00	-Câmeras fotográficas, de ampliação ou de redução